



**CARTA DE
CONJUNTURA DA USCS**



OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E CONJUNTURA DA USCS (CONJUSCS)

Sob a Direção da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, o Observatório é formado por professores, alunos e parceiros convidados. O Observatório tem como objetivo elaborar e publicar, periodicamente, notas técnicas no campo das Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura.

Expediente 23ª Carta de Conjuntura (outubro de 2022)

Reitor: Prof. Dr. Leandro Campi Prearo
Pró-Reitora de Pós-Graduação: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Romeiro
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Ms. Silton Marcell Romboli
Pró-Reitor Administrativo e Financeiro: Prof. Me. Orlando A. Bonfatti
Pró-Reitor de Inovação em Ensino: Prof. Dr. Nonato Assis de Miranda

Líder do Grupo de Pesquisa CNPQ do Observatório: Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Coordenação Geral do Observatório:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Equipe de Coordenação do Observatório:

Prof. Dr^a. Camila Faustinoni Cabello
Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
Prof. Me. Francisco Rozsa Funcia
Prof. Esp. Ricardo Trefíglia

Equipe de Pesquisadores Permanentes do Observatório:

Prof. Dr^a Camila Faustinoni Cabello
Prof. Dr. Eduardo de Camargo Oliva
Prof. Dr. Enio Moro Júnior
Prof. Dr. Jefferson José da Conceição
Prof. Dr. José Turíbio de Oliveira
Prof. Dr. Lúcio Flávio da Silva Freitas
Prof. Dr. Milton Carlos Farina
Prof. Dr. Roberto Vital Anav
Prof. Dr. Volney Aparecido de Gouveia

Equipe de Professores Técnicos do Grupo de Pesquisa do Observatório:

Prof. Me. Daniel Giatti de Sousa
Prof^a. Me. Alessandra Santos Rosa
Prof. Me. Daniel Vaz
Prof. Me. David Pimentel Barbosa de Siena
Prof. Me. Luiz Felipe Xavier
Prof^a. Me. Marta Angela Marcondes
Prof^a. Me. Rosana Marçon da C. Andrade
Prof. Me. Vinícius Oliveira Silva
Prof^a Me. Sandra Collado

Participantes desta edição:

Adhemar S. Mineiro
Alessandra Santos Rosa
Alex Rodrigo Firmino
Ana Carolina Tosetti Davanço
Anderson Gedeon Buzar Reis
Antonio Aparecido de Carvalho
Aristogiton Moura
Bruna Serafim Moura
Carla Petravicius Bomfim
Claudéte Inês Kronbauer
Claudio Pereira Noronha
Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo
Daniela Ferreira Flores Longato
Daniele Dupim Lima Segundo
David Pimentel Barbosa de Siena
Edair Canuto da Rocha
Elaine Sanches
Euseli dos Santos
Francisco Rozsa Funcia
François Silva Ramos
Giovana Sartori Alves
Guilherme Henrique
Henrique Paduan Alvares
Jefferson José da Conceição
João Batista Freitas Cardoso
José Orcélio do Nascimento
Júlia da Silva Mendes
Juliana Monti Paz
Leo Gmeiner
Lucas de Souza Ferreira
Lúcia Navegantes Bicalho
Luciano Calchi
Luis Felipe Xavier
Mahatma Ramos dos Santos
Marco Antonio Spada
Mariana Dias Guilardi
Marta Ângela Marcondes
Miguel Angelo de Melo
Paulo José Salerno Martins
Pedro Reina de Oliveira Gomes
Regina Albanese Pose
Reginaldo Braga Lucas
Ricardo Pereira Trefiglio
Simona Adriana Banacu dos Santos
Vívian Machado
Walter Siqueira Júnior
Wellington Elias Miyazaki
Wesley Silvestre Rosa
Yuri Oliveira

Organização dos textos:

Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Comunicação:

Prof. Me. Luciano Cruz

Assessoria de Imprensa:

Ana Paula Lazari Ferreira

Revisão de textos:

Ana Paula Lazari Ferreira
Prof. Dr. Jefferson José da Conceição

Carta on-line:

Ana Paula Lazari Ferreira
Renata Ezellner Miquilim
Prof. Me. Roberto Araújo Silva

Observação: As opiniões manifestadas nesta publicação são autorais e não expressam necessariamente a visão da Universidade Municipal de São Caetano do Sul ou das demais instituições acadêmicas ou parceiras mencionadas na Carta de Conjuntura. Visite nosso site: www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs. E-mail para contato: jefferson.conceicao@online.uscs.edu.br

Para ter acesso a esta 23ª carta on-line, digite: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/conjuscs/index>

Para acessar todas as Cartas anteriores (de 1 a 23), digite: <https://www.uscs.edu.br/noticias/cartasconjuscs>

SUMÁRIO

I – ECONOMIA INTERNACIONAL

- 1 UMA AGENDA PARA OS BRICS p. 8
Adhemar S. Mineiro
- 2 UNIÃO EUROPEIA: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E SITUAÇÃO ATUAL DA CRISE DE SUPRIMENTO p. 10
Lúcia Navegantes Bicalho

II – INDÚSTRIA

- 3 A RETOMADA INFORTUNA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO ABC E A ROTA PARA A SUA REINDUSTRIALIZAÇÃO p. 17
Jefferson José da Conceição
- 4 REINDUSTRIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL p.24
Adhemar S. Mineiro

III- TRABALHO

- 5 O GOVERNO BOLSONARO E O FIM A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO p.28
Mahatma Ramos dos Santos
- 6 DIFICULDADES NA NEGOCIAÇÃO DOS 30 ANOS DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS p. 37
Vívian Machado

IV – EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

- 7 POR UMA LEI DA INOVAÇÃO REGIONAL p.47
Henrique Paduan Alvares
- 8 PROJETO FÁBRICA DE FUTURO p.52
Leo Gmeiner
Luciano Calchi
Walter Siqueira Júnior
- 9 OS REFLEXOS DO SURTO DA SÍNDROME DE HAFF NA PESCA ARTESANAL E NO COMÉRCIO DE PESCADOS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, NO ESTADO DO PARÁ p.58
Edair Canuto da Rocha
Euseli dos Santos
François Silva Ramos
Claudéte Inês Kronbauer
- 10 A EXPANSÃO DAS FINTECHS NO BRASIL p.68
Ana Carolina Tosetti Davanço

V - GESTÃO, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

- 11 PROGRAMAS DE COMPLIANCE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EVOLUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO AOS PEQUENOS EMPREENDEDORES p.78

Guilherme Henrique
Miguel Angelo de Melo

- 12 RANKING DE COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS: GRANDE ABC p.82

Alessandra Santos Rosa

- 13 DIRECIONALIDADE ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL - ORIENTAÇÃO PARA NOVOS GOVERNOS p.87

Aristogiton Moura

VI - SEGURANÇA

- 14 ANÁLISE DOS INDICADORES CRIMINAIS DE SÃO CAETANO DO SUL – JULHO DE 2022 p.96

David Pimentel Barbosa de Siena

VII – TURISMO

- 15 DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES GERAM OPORTUNIDADES NA PARCERIA USCS E EMPRESA ESPANHOLA p.101

Daniela Ferreira Flores Longato

VIII – SAÚDE

- 16 PERFURAÇÃO INTESTINAL ESPONTÂNEA DO RECÉM-NASCIDO: RELATO DE CASO p.105

Daniele Dupim Lima Segundo
Carla Petravicius Bomfim
Giovana Sartori Alves

- 17 GOVERNO FEDERAL RETIRA MAIS RECURSOS DO SUS PARA 2023 p.110

Francisco R. Funcia

- 18 DATA VIZ E DATA STORYTELLING NA ÁREA DA SAÚDE COM LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO R p.114

Regina Albanese Pose
Mariana Dias Guilardi

IX – EDUCAÇÃO, CULTURA, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

- 19 A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) E OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DA ATUALIDADE p.125

Simona Adriana Banacu dos Santos

Anderson Gedeon Buzar Reis
 José Orcélio do Nascimento
 Ricardo Pereira Trefiglio
 Edair Canuto Rocha

- 20 APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA NA SUÉCIA: O PLANTÃO DA MULHER DE HULTSFRED E VIMMERBY p.131

Elaine Sanches
 Juliana Monti Paz

- 21 ETARISMO VERSUS ENVELHECIMENTO POPULACIONAL p.135

Antonio Aparecido de Carvalho
 Marco Antonio Spada
 Reginaldo Braga Lucas

- 22 O MONUMENTO PÚBLICO COMO SÍMBOLO DA CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA p.141

Bruna Serafim Moura
 João Batista Freitas Cardoso

- 23 ESTADO LAICO E UNIVERSALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS p.144

Claudio Pereira Noronha

- 24 COLÔNIA DE PESCADORES ORLANDO FELICIANO Z17 – NÚCLEO JD. APURÁ p.148

Júlia da Silva Mendes
 Lucas de Souza Ferreira
 Luis Felipe Xavier
 Marta Ângela Marcondes
 Pedro Reina de Oliveira Gomes
 Wesley Silvestre Rosa

X – LEGISLAÇÃO

- 25 A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS PETS: SUJEITOS DE DIREITO OU OBJETOS? p.161

Yuri Oliveira

XI – TEORIA

- 26 ANÁLISE DOS CICLOS ECONÔMICOS À LUZ DA LIBERDADE ECONÔMICA p.167

Clayton Vinicius Pegoraro de Araujo
 Alex Rodrigo Firmino
 Paulo José Salermo Martins
 Wellington Elias Miyazaki

I - ECONOMIA INTERNACIONAL

Nota Técnica

1. UMA AGENDA PARA OS BRICS¹

Adhemar S. Mineiro²

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta breve reflexão sobre o papel que pode ter o Brasil e os BRICS no novo cenário nacional e internacional.

Palavras-chave: BRICS.

O grupo intitulado BRICS, do qual o Brasil faz parte junto com a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, mostrou a sua resiliência com a atual gestão do Governo Federal no Brasil (Gestão Bolsonaro). De fato, foi o seu segundo teste, porque, no passado, vários já tinham expressado dúvidas sobre o futuro do grupo quando, em maio de 2014, Narendra Modi ganhou com seu partido conservador e religioso as eleições parlamentares na Índia e se elegeu em seguida primeiro-ministro daquele país asiático. Naquele momento, vários apontavam que talvez o agrupamento não resistisse ao novo governo indiano, dada a sua possível falta de sintonia com os demais.

O fato é que alguns meses depois, no final de julho, Modi estava em Fortaleza, recepcionado pela então presidente Dilma Rousseff, na VI Cúpula dos BRICS, realizada naquela cidade brasileira. Nesta reunião foi aprovada, depois de muitas discussões, a importante criação do Banco dos BRICS, oficialmente denominado Novo Banco de Desenvolvimento, que teria como seu primeiro presidente exatamente um indiano próximo ao primeiro-ministro Modi.

A atual gestão do Governo Federal no Brasil foi, de fato, o segundo teste de estresse ao qual o BRICS resistiu. Em primeiro lugar, porque não se sabia qual a reação de um conservadorismo extremo e vociferante como o do atual Presidente da República do Brasil, e se ele poderia conviver com um grupo diverso, que tradicionalmente busca no cenário internacional atuar de uma forma contra hegemônica. Em especial na primeira fase de seu governo, com um ministro de Relações Exteriores buscando curiosamente as vantagens do isolamento internacional (curioso, para dizer algo com sentido para uma execução de política sem sentido). Várias vezes houve apostas de que o Brasil se afastaria do grupo.

De fato, parece que predominou o pragmatismo de não afrontar politicamente os chineses, principal parceiro comercial do Brasil já faz algum tempo, e o Brasil seguiu no grupo. De uns tempos para cá, com uma política externa que buscou ao menos retornar para o “feijão com arroz” diplomático do Brasil, sem buscar movimentações exóticas, mais sentido ainda passou a fazer participar do grupo. Ou seja, o BRICS resistiu ao seu segundo teste.

¹ Artigo publicado originalmente no site Terapia Política (terapia.com.br), em 2/9/2022.

² **Adhemar S. Mineiro. Economista.** Doutorando do PPGCTIA/UFRRJ, membro da Coordenação da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia-RJ e assessor da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

E isso em meio a mudanças importantes na geopolítica internacional. Aqui não se fala apenas da (importante) disputa pela hegemonia econômica, onde a China aparece fazendo frente aos EUA. Estamos falando também da guerra na Ucrânia, que colocou a Rússia em uma posição de forte confrontação com o bloco envolvendo os EUA, a UE, o Japão, o Canadá, a Coreia do Sul, a Austrália e outros, e nesse sentido, aumentou a tensão internacional e acabou demarcando uma importante clivagem. Como, antes da guerra, os russos e os chineses tinham firmado um acordo importante, a confrontação acabou de certa forma envolvendo também a China, e por tabela, os BRICS como um todo acabaram envolvidos no imbróglio.

Assim, em um momento em que o Brasil pode mudar de governo, uma pergunta óbvia que deve passar na cabeça de alguém que reflita sobre o tema é que papel podem ter o Brasil e os BRICS nessa nova situação.

Aqui, ao menos três aspectos podem (e devem) ser levantados. De fato, os BRICS, já em suas últimas reuniões, discutem a sua ampliação. Parte importante da reflexão brasileira deve ser pensar um pouco como essa ampliação pode envolver países latino-americanos, e se deve envolver de fato esses países (estamos aqui falando de grandes países da região, membros também do G20, como México e Argentina). De um lado, o Brasil precisa da região para alavancar sua estratégia internacional, de outro perderá a exclusividade (como latino-americano) no grupo, dois pontos a serem pesados.

Um segundo e importante aspecto diz respeito à questão da paz internacional. Nesse sentido, os BRICS podem ter um papel importante, pela confiança que a Rússia tem neles (foram o principal pilar do não isolamento russo a partir da guerra na Ucrânia), em tentar intermediar uma solução para o conflito, o que seria muito importante para o mundo nesse momento. Talvez só os BRICS possam ajudar nessa missão, pela abrangência do grupo e as relações que têm com o conjunto de países do mundo. Resta ver se haverá uma decisão política do grupo nesse sentido.

Finalmente, um terceiro ponto importante diz respeito a uma nova arquitetura multilateral, quer se fale do chamado “Sistema ONU”, quer se esteja falando do “Sistema de Bretton Woods” (nesse último caso, a arquitetura financeira e econômica internacional). Ambos os sistemas foram construídos ao final da Segunda Guerra Mundial, e evidentemente necessitam de uma “atualização”, com as mudanças nos últimos quase oitenta anos no mundo. Os BRICS, dada a sua configuração e representação, com uma nova potência global e potências médias no cenário internacional (que podem inclusive se ampliar, se caminhar a discussão sobre a ampliação do grupo, com países como os já citados latino-americanos, mais países como Turquia, e/ou Indonésia, e outros) podem ajudar a cumprir um papel dos mais relevantes nessa discussão internacional que é mais do que necessária.

A ver como vão avançar essas conversas em um quadro que se configure após o importante processo eleitoral em curso no Brasil – conversas que poderão ajudar as definições de políticas no interior dos BRICS.

Nota Técnica

2. UNIÃO EUROPEIA: TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E SITUAÇÃO ATUAL DA CRISE DE SUPRIMENTO

Lúcia Navegantes Bicalho³

Resumo Executivo

A transição energética traz um conflito básico entre os objetivos de garantir a segurança energética e enfrentar a mudança climática. O reconhecimento, a gestão e a redução desse conflito definem a evolução da transição no tempo e em cada país. Historicamente, a União Europeia (UE) liderou o processo de transição energética com estratégias baseadas em três pilares principais: aumento da eficiência energética e redução de desperdício; maior eletrificação nos setores de transporte e industrial; e uso de energias renováveis e combustíveis a baixa emissão de carbono para gerar eletricidade. Atualmente, a Europa está enfrentando um cenário de grande crise energética, agravado pela interrupção da oferta de gás natural da Rússia decorrente da guerra da Ucrânia, que praticavam preços mais baixos associados ao transporte por meio de gasodutos. Com a disparada dos preços das commodities, concessionárias de energia elétrica e consumidores começaram a buscar combustíveis alternativos, como inclusive o carvão, rompendo com as diretrizes europeias de neutralidade de carbono.

Palavras-chave: Transição energética. Preços de energia. União Europeia. Crise de abastecimento de energia. Eficiência energética. Aumento da eletrificação. Fontes renováveis de energia. Baixa emissão de carbono.

Transição energética: elementos de análise

A transição energética traz um conflito básico entre os objetivos de garantir a segurança energética e de enfrentar a mudança climática. O reconhecimento, a gestão e a redução desse conflito definem a evolução da transição no tempo e em cada país. Essas duas questões dominam o debate contemporâneo sobre energia: mudança climática e segurança energética, conforme examinado por Bicalho (2011) ⁴.

A princípio, essas questões pertencem a áreas de políticas públicas diferentes, contudo, a evolução recente dos acontecimentos, tanto no âmbito energético quanto no ambiental, fez com que a interdependência entre elas crescesse de forma significativa.

Face a isto, a peculiaridade do momento não se encontra simplesmente na presença do tema ambiental – mudança climática – no debate sobre energia, mas no protagonismo adquirido por esse tema na evolução do quadro energético atual. Em consequência, não basta reconhecer a necessidade de incorporar a variável ambiental no debate, mas

³ **Lúcia Navegantes Bicalho.** Mestrado em Planejamento Energético (COPPE/UFRJ - 1987) e Graduação em Economia (UFRJ - 1984). Trabalhou na ELETROBRAS (áreas: PROCEL – Programa de Conservação de Energia Elétrica, Estudos de Mercado e Planejamento Financeiro) e na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP (Coordenadora da Área de Defesa da Concorrência entre 2011 e 2015)

⁴ Bicalho, R. (2011) “Transição Energética: O Conflito entre Segurança Energética e Mudança Climática”. Disponível em: <https://infopetro.wordpress.com/2011/09/19/seguranca-energetica-e-mudanca-climatica-a-dificil-convergencia/>

reconhecer a necessidade de incorporá-la como uma questão de primeira ordem, em igualdade de condições com o tema energético por excelência que é a segurança energética.

No que tange ao meio ambiente, os combustíveis fósseis constituem a principal causa da mudança climática, em função do aumento da temperatura gerado pela concentração dos gases de efeito estufa na atmosfera; em particular, do CO² emitido pela queima desses combustíveis.

Em relação à área de energia, os combustíveis fósseis desempenham um papel fundamental na garantia do suprimento de energia necessário ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social; graças a um conjunto de atributos – estocabilidade, densidade, disponibilidade e controle – que permite a utilização desses combustíveis em níveis de escala e custo muito favoráveis.

É desse antagonismo presente nos distintos papéis desempenhados pelos combustíveis fósseis nas questões ambiental e energética que nasce, em um primeiro momento, o conflito entre os objetivos – mitigação da mudança climática e garantia da segurança energética – e, por conseguinte, entre as políticas ambiental e energética.

Conflito este que se deve ao fato de que alcançar o objetivo principal da política ambiental significa dificultar a realização do objetivo da política energética. Em outras palavras, atenuar a mudança climática por intermédio da redução das emissões de CO², mediante a restrição do uso de combustíveis fósseis, tem como contrapartida a diminuição do volume de recursos, em quantidade, qualidade e preço, disponíveis para a garantia da segurança do suprimento energético.

Em virtude desse conflito entre as duas políticas, intrínseco à dualidade do papel representado pelos combustíveis fósseis, a convergência entre elas tem que ser construída. De fato, a convergência não nasce espontaneamente, mas é fruto de um processo intencional de construção tecnológica, econômica e institucional.

Essa construção envolve uma mobilização significativa de recursos que demanda uma participação crucial do Estado; face às grandes externalidades presentes nas questões envolvendo a mudança climática e a segurança energética, tanto individualmente quanto em conjunto.

Dada a interdependência entre essas duas questões, as estratégias a serem escolhidas precisam contemplar a hierarquização de objetivos no âmbito das políticas públicas. De fato, a transição energética é um processo indefinido e aberto, com várias trajetórias, conteúdos e tempos de duração possíveis. Em outras palavras, não há uma transição única, mas, várias transições.

Análise sucinta acerca da crise de energia na União Europeia

Nos últimos anos, os sistemas energéticos mundiais vêm atravessando um processo de transição, no sentido de tornar suas matrizes energéticas cada vez mais renováveis e limpas. Conforme examinado por Chaves (2021)⁵, esse processo de caráter global levou diversos países a adotarem medidas direcionadas à descarbonização, tanto em nível de oferta, quanto de demanda, levando em conta o aumento da participação de energias renováveis intermitentes, a redução da participação de combustíveis fósseis, o estímulo ao desenvolvimento de tecnologias que permitam a redução das emissões de gases potencializadores do efeito estufa (GEE) nos processos produtivos e a adoção de

⁵ Chaves, A. C. “Crise energética na Europa expõe complexidade da transição energética”, dezembro de 2021. Disponível em: <https://epbr.com.br/crise-no-setor-de-energia-na-europa-evidencia-complexidade-da-transicao-energetica-por-ana-carolina-chaves/>

mecanismos de taxação de produtos que contenham altos índices de pegada de carbono⁶.

Historicamente, a União Europeia (UE) liderou esse processo com uma estratégia baseada em três pilares principais: aumento da eficiência energética e redução de desperdício; maior eletrificação nos setores de transporte e industrial; e uso de energias renováveis e combustíveis a baixa emissão de carbono para gerar eletricidade.

Em meados de 2022, o bloco europeu assinou o pacote legislativo "Fit for 55", no qual assume o compromisso de reduzir em 55% as emissões de GEE até 2030, em comparação aos índices de 1990. Entre os projetos, cita-se a revisão do Sistema de Comércio de Emissões da União Europeia (EU ETS)⁷, incorporando os setores de edificação e transporte rodoviário. Ressalta-se que as grandes empresas petrolíferas também vêm seguindo esta tendência de transição, aumentando os investimentos em fontes de energia renovável e tecnologias de captura, armazenamento e uso de carbono. Nesse processo, à medida que combustíveis como o carvão e a energia nuclear foram sendo substituídos, o gás natural foi considerado como um recurso ponte para as energias verdes, já que emite menos GEE.

Em função da retomada da economia pós-pandemia, o crescimento da demanda total de energia vem contribuindo para o desequilíbrio entre a oferta e demanda dos combustíveis fósseis. Tendo em vista que a maior parte do suprimento de energia dos países ainda advém desses combustíveis, em geral, o preço final da energia elétrica tem como referência os preços do carvão ou do gás natural. Desta forma, o aumento do preço destes combustíveis implicou em preços mais elevados da eletricidade e países como a Alemanha, França, Itália e Reino Unido registraram aumentos das tarifas de energia elétrica que atingiram até quatro vezes mais àqueles verificados em 2020.

Além da questão da demanda, outros fatores externos e geopolíticos vêm consolidando um cenário de grande crise energética na Europa, tais como: a interrupção da oferta de gás natural da Rússia decorrente da guerra da Ucrânia, com preços mais baixos associados ao transporte por meio de gasodutos; o surgimento de eventos climáticos extremos; o esgotamento das reservas de gás natural regionais, o que implica em ampliar a importação de gás natural liquefeito (GNL)⁸, cujos preços são mais elevados em comparação ao gás transportado por gasodutos, em função dos altos custos unitários dos processos de liquefação e de armazenamento no país de origem e de regaseificação no país de destino⁹; e a redução da velocidade do vento em algumas regiões e, conseqüentemente, menor oferta de energia eólica.

Ressalta-se que, antes da guerra, a Rússia fornecia 40% do gás natural e 27% do petróleo importado para a União Europeia. Dessa forma, a Comissão Europeia propôs um plano com três tipos de atuação: importação de gás oriundo de outros fornecedores, implantação mais rápida de energia renovável e mais esforços para economizar energia.

Por outro lado, grandes exportadores de gás natural, como a Rússia e o Catar, passaram a priorizar o mercado do leste asiático, considerando que os preços de

⁶ Índice para medir o impacto das atividades do homem sobre a natureza, a partir da quantidade de dióxido de carbono que elas emitem.

⁷ O Sistema de Comércio de Emissões (EU-ETS) é um regime obrigatório, que exige relatórios anuais das emissões de gases do efeito estufa e outros dados para verificar o cumprimento das normativas implementadas.

⁸ No comércio internacional, o transporte do GNL ocorre por meio de navios metaneiros.

⁹ Em março de 2022, o chanceler alemão Olaf Scholz anunciou que o país pretende construir 2 terminais de GNL para diminuir a dependência energética da Rússia, pois a falta de infraestrutura impede o recebimento de importação de GNL.

comercialização são mais altos nessa região do que na Europa. O aumento da demanda desse energético no mercado asiático, em especial na China, ocorreu em virtude da diminuição da produção de carvão.

De fato, a crise energética na Europa se aprofundou desde o início da guerra da Ucrânia, na medida em que as exportações de gás natural da Rússia foram sendo reduzidas e os preços das *commodities* alcançaram patamares mais elevados. Em junho de 2022, a Gazprom cortou os fluxos ao longo do gasoduto Nord Stream 1 para apenas 20% de sua capacidade e, no início de setembro, a empresa russa interrompeu os fluxos por tempo indeterminado, alegando vazamento de óleo. Com essa medida, os preços de referência do gás natural na Europa subiram 28% na primeira semana de setembro¹⁰.

Em relação aos consumidores residenciais, comerciais e proprietários rurais, uma das soluções adotadas para minimizar o impacto da crise do gás natural foi acelerar o processo de instalação de sistemas solares. Na Alemanha, em particular, nos primeiros seis meses deste ano, verificou-se um incremento de 22% na instalação de painéis solares, em comparação com o mesmo período de 2021, segundo dados da Associação Solar Alemã¹¹.

No âmbito dos governos e das empresas de energia elétrica, as soluções para atenuar os expressivos aumentos dos preços das *commodities*, têm sido de buscar fornecimento envolvendo mais combustíveis fósseis, como por exemplo carvão. Houve, também, aumento dos contratos de GNL vindo dos EUA, do Oriente Médio e da África.

Particularmente, no caso da França, foi decidido retomar a produção de eletricidade de origem nuclear com a construção de 14 novos reatores, a fim de alcançar a meta de neutralidade de carbono em 2050. O plano passa por encomendar ao grupo francês de energia EDF a construção de seis reatores EPR2 para 2050 e analisar a possibilidade de oito adicionais, assim como prolongar a vida do maior número possível de reatores em funcionamento. Esta última decisão implica uma mudança de rumo em relação a 2018 quando, também sob a presidência de Macron, foi estabelecido o objetivo de fechar algumas usinas nucleares¹².

Na Alemanha, uma das soluções, dadas às restrições legais para operação de usinas nucleares, seria reativar usinas térmicas a carvão não obstante às pressões dos ambientalistas. No entanto, questões de infraestrutura, escassez de mão de obra e problemas logísticos estão se mostrando obstáculos para a operação efetiva dessas usinas¹³. Recentemente foi concedida permissão para reiniciar as operações da Usina Mehrum, de propriedade do grupo tcheco EPH. A usina a carvão tem capacidade de 690 MW e, em 2018, gerou eletricidade suficiente para abastecer mais de meio milhão de residências.

Além disso, a indústria como um todo está enfrentando problemas para concluir projetos de geração de energia renovável na Europa, em grande parte devido a problemas na cadeia de suprimentos e aos custos de transporte mais altos. Por exemplo, a gigante de

¹⁰ Informação disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/precos-do-gas-natural-sobem-a-medida-que-crise-energetica-da-europa-se-agrava/#:~:text=Os%20pre%C3%A7os%20de%20refer%C3%Aancia%20do,indefinidamente%2C%20alegando%20ter%20encontrado%20um>

¹¹ Informação disponível em <https://www.biomassabioenergia.com.br/imprensa/procura-por-paineis-solares-aumenta-na-alemanha-provocada-por-crise-de-gas/20220825-091315-p623>

¹² Informação disponível em <https://www.istoedinheiro.com.br/franca-anuncia-renascimento-da-energia-nuclear-com-14-novos-reatores/>

¹³ Informação disponível em [https://www.frontliner.com.br/aumento-de-geracao-de-eletricidade-a-carvao-na-alemanha-e-ficcao-politica/#:~:text=Em%20crise%20energ%C3%A9tica%2C%20governo%20alem%C3%A3o,de%20barca%C3%A7as%20\(08%2F2022\)](https://www.frontliner.com.br/aumento-de-geracao-de-eletricidade-a-carvao-na-alemanha-e-ficcao-politica/#:~:text=Em%20crise%20energ%C3%A9tica%2C%20governo%20alem%C3%A3o,de%20barca%C3%A7as%20(08%2F2022))

energia francesa Schneider Electric SE atrasou em até um ano a conclusão de diversos projetos de energia renovável em países como Espanha, Holanda e países nórdicos¹⁴.

Em setembro de 2022, a Comissão Europeia lançou um Plano de Emergência, ainda em fase de discussão, com o intuito de mitigar o impacto da crise de suprimento sobre o mercado de energia, tendo em vista os recentes aumentos dos preços e a proximidade do inverno europeu.

Entre as diversas medidas em análise, destacam-se:

- i) a proposta de reduzir obrigatoriamente o consumo de eletricidade em pelo menos 5% durante as horas de pico selecionadas em cada Estado-Membro e reduzir a demanda global de eletricidade em pelo menos 10 % até 31 de março de 2023. Cada país pode implementar medidas específicas para alcançar as metas de redução da demanda, as quais podem incluir compensação financeira aos agentes envolvidos.
- ii) a proposta de aplicar uma contribuição temporária sobre os lucros excedentes das empresas de energia a fim de arrecadar recursos para os consumidores de energia, em particular famílias vulneráveis, empresas duramente atingidas com preços elevados e indústrias com uso intensivo de energia. A taxa seria de 33% sobre os lucros excedentes dessas empresas, definidos como lucros acima de 20% dos lucros tributáveis médios auferidos nos últimos três exercícios fiscais. A estimativa é de que essa medida possa arrecadar mais de 140 bilhões de euros para os Estados-membros.
- iii) a criação de um banco público para financiar projetos de hidrogênio¹⁵, com investimentos de quase € 3 bilhões.

Considerações Finais

De forma geral, as estratégias de neutralidade de carbono da UE fizeram com que grande parte dos países reduzisse acordos de compra de energia de longo prazo, optando pela adoção de contratos de curto prazo. Com a disparada do preço do petróleo e do gás natural, concessionárias de energia elétricas e consumidores começaram a buscar combustíveis alternativos, como inclusive o carvão, rompendo com as diretrizes europeias de neutralidade de carbono. O Reino Unido, a França e a Espanha emitiram novos tetos de preços de energia e a França anunciou investimento de 1 bilhão de euros em energia nuclear até 2030. Diversos países também passaram a adotar medidas temporárias para auxiliar os consumidores no período de crise de preços de eletricidade, como o apoio direto à renda para famílias vulneráveis, a redução de impostos e benefícios para empresas com dificuldades financeiras.

A atual crise energética na Europa evidencia, portanto, a grande dependência dos combustíveis fósseis, colocando a transição energética como um processo não trivial e dependente de equacionamentos de uma série de problemas de dimensões financeiras, tecnológicas e geopolíticas. Além disso, a forte expansão em energias intermitentes

¹⁴ Informação disponível em <https://www.terra.com.br/economia/crise-energetica-da-europa-ameaca-desacelerar-a-transicao-verde,bf47befef21ebd874dad07b6feb8e8bcejs57ff2.html#:~:text=A%20gigante%20de%20energia%20francesa,custos%20de%20transporte%20mais%20altos.>

¹⁵ A previsão é que o hidrogênio seja o combustível do futuro e as Indústrias Petrolíferas já estudam a adoção desse elemento para gerar energia elétrica e como combustível veicular. As principais vantagens desse combustível são: fonte de energia renovável, inesgotável e não poluente.

mostrou os riscos da volatilidade de preços da energia e a instabilidade do atual mercado, principalmente tendo em vista a restrita oferta de gás para atender a Europa.

Não há dúvida que o Estado se torna o principal protagonista para equacionar as questões referentes à segurança energética e à mudança climática. Protagonismo este que coloca as decisões políticas como sendo um dos elementos-chave da dinâmica do setor de energia nas próximas décadas. Essas decisões irão configurar as estratégias a serem adotadas pelos Estados Nacionais para enfrentar, principalmente, os problemas relativos ao suprimento de energia a preços acessíveis e à ampliação da oferta de fontes renováveis de energia para atender os acordos climáticos firmados pela União Europeia.

Em recente entrevista ao *Le Monde*, o economista de energia Jacques Percebois¹⁶ mencionou que “a eletricidade não é um bem como qualquer outro, é um serviço público. Não levamos em consideração as restrições da rede e o fato de que, por sua natureza física, a eletricidade não pode ser armazenada. Há também uma contradição interna no liberalismo desenfreado da Europa. As políticas energéticas são uma prerrogativa nacional, enquanto a Comissão Europeia se preocupa principalmente com a organização da concorrência no mercado. As escolhas nacionais e, portanto, os custos de produção, sendo diferentes, é difícil fazer convergir os preços ao consumidor”.

Referências Bibliográficas

Bicalho, R. (2011) “Transição Energética: O Conflito entre Segurança Energética e Mudança Climática”. Disponível em: <https://infopetro.wordpress.com/2011/09/19/seguranca-energetica-e-mudanca-climatica-a-dificil-convergencia/>

Chaves, A. C. (2021) “Crise energética na Europa expõe complexidade da transição energética”, dezembro de 2021. Disponível em: <https://epbr.com.br/crise-no-setor-de-energia-na-europa-evidencia-complexidade-da-transicao-energetica-por-ana-carolina-chaves/>

Percebois, J. (2022). Entrevista ao *Le Monde* em setembro de 2022, '*Electricity is not a commodity like any other, it is a public service*'. Disponível em https://www.lemonde.fr/en/economy/article/2022/09/20/electricity-is-not-a-commodity-like-any-other-it-is-a-public-service_5997667_19.html

¹⁶ O economista de energia Jacques Percebois, professor emérito da Universidade de Montpellier e diretor do Centro de Pesquisa em Economia e Direito da Energia (Creden) concedeu entrevista ao *Le Monde* em setembro de 2022, '*Electricity is not a commodity like any other, it is a public service*'. Disponível em https://www.lemonde.fr/en/economy/article/2022/09/20/electricity-is-not-a-commodity-like-any-other-it-is-a-public-service_5997667_19.html

II- INDÚSTRIA

Nota Técnica

3. A RETOMADA INFORTUNA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO DO ABC E A ROTA PARA A SUA REINDUSTRIALIZAÇÃO¹⁷

Jefferson José da Conceição¹⁸

Resumo Executivo

A nota técnica recupera, sinteticamente, a evolução da indústria no Grande ABC Paulista, discute o agravamento da desindustrialização no período recente e apresenta uma rota alternativa visando a reindustrialização local. Destaca-se em especial a importância estratégica de uma maior aproximação entre indústria, universidade e gestão pública, com o objetivo de aprofundar a área de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, como elemento de competitividade regional.

Palavras-chave: Indústria. Desindustrialização. Reindustrialização. Grande ABC.

A desindustrialização do Grande ABC tem sido uma preocupação desde os anos de 1990 (CONCEIÇÃO, 2001 e 2008). Mas o processo não tem sido linear nestas últimas três décadas. Entre 2005 e 2013 a indústria regional mostrou certa recuperação em termos de produção, emprego e investimentos no parque fabril, ainda que os problemas estruturais continuassem presentes e até tenham se intensificado, como a queda da complexidade tecnológica das exportações da região (CONCEIÇÃO et al., 2019). Após este oásis de recuperação, a crise voltou a se acentuar nos últimos sete anos.

O período que vai de meados da década passada até o presente momento foi marcado pelo retorno e agravamento da crise econômica e política em todo o país, com reflexos acentuados na Região do ABC Paulista, em termos de perda de valor adicionado, encolhimento e desativação de plantas fabris, eliminação de postos de trabalho. A crise foi ainda agravada pelos efeitos da pandemia a partir de 2020.

Tabela 1: Valor adicionado na Indústria do Grande ABC

	2002	2010	2014	2018	2019
Grande ABC	R\$ 27,6 bi	R\$ 40,8 bi	R\$ 31,9 bi	R\$ 26,7 bi	R\$ 26,1 bi

Fonte: Conjucscs, a partir de dados do IBGE. Valores deflacionados a preços de 2016.

¹⁷ Nota técnica originalmente publicada no Boletim de Conjuntura Econômica do ABCDMRR. 5ª edição julho/agosto 2022.

¹⁸ **Jefferson José da Conceição.** Economista. Professor Dr. Coordenador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura da USCS e membro da Coordenação do HUB USCS-Biosphere (aceleradora de startups). Atual Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fundação de Apoio à Universidade Municipal de São Caetano do Sul (FAUSCS), membro do Conselho Universitário (Consun) e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe) da USCS. Autor do livro: "Entre a mão Invisível e o leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira". Editora Didakt/USCS, 2019; e coorganizador da publicação "A era digital e o trabalho bancário", editora Coopacesso, 2020. Em 12/9/2014, recebeu do Conselho Regional de Economia - 2ª Região SP, a Medalha Ministro Celso Furtado. Blog: <http://blogjeffdac.blogspot.com/>

Observa-se, pois, pela tabela 1, uma queda de 36,0% no valor adicionado da indústria do Grande ABC em 2019 comparado com 2010.

O impacto da perda de valor adicionado refletiu-se diretamente na queda do PIB regional como um todo, como mostra a tabela 2.

Tabela 2: PIB GRANDE ABC, em valores reais

	2002	2011	2014	2018	2019
PIB Grande ABC	R\$ 104,2 bi	R\$ 164,5 bi	R\$ 151,0 bi	R\$ 131,7 bi	R\$ 130,0 bi
% Grande ABC no ESP	7,6%	7,3%	6,5%	5,8%	5,5%

Fonte: Conjuscs, a partir de dados do IBGE. Valores deflacionados a preços de 2019.

Conforme a tabela 2 verifica-se uma queda de 20,5% no PIB de 2019 comparado com 2011. Neste cenário, acentuou-se a redução da participação da Região do ABC no PIB do Estado de São Paulo. Esta redução é bastante preocupante, já que, entre 2011 e 2019, a participação da Região do ABC Paulista caiu, ano após ano, de 7,3% em 2011 para 5,5% em 2019.

A crise da indústria do Grande ABC é aguda, mas não é exclusiva da região. A indústria brasileira tem mostrado crescente fragilidade. A falta de pujança deriva de uma série de fatores. Um deles, de grande peso para o fenômeno da desindustrialização, é a financeirização da economia (CONCEIÇÃO, 2019; CONCEIÇÃO & YAMAUCHI, 2020). Nesta nova etapa do capitalismo, as aplicações financeiras passam a garantir taxas de rentabilidade recorrentemente superiores às taxas dos investimentos produtivos. Como resultado, os empresários, de maneira gradativa, deixam de optar pelos investimentos em máquinas, equipamentos, imóveis, matéria prima e contratação de empregados, com vistas a colocar em funcionamento determinada atividade de produção industrial ou de serviço, e decidem pelas aplicações financeiras. Um dos indicadores desta nova fase repousa na comparação entre as margens de lucro na atividade industrial e a rentabilidade das aplicações financeiras, como mostra a tabela 3.

Tabela 3: Margem de lucro média de empresas industriais da Região do ABC Paulista, Margem de lucro das instituições financeiras e Rentabilidade com a Taxa Selic, 2012-2016

Ano	Média margem de lucro Indústria	Média margem de lucro Finanças	Taxa SELIC acumulada
2012	1,94%	51,08%	8,62%
2013	2,28%	39,60%	8,06%
2014	2,98%	13,93%	10,81%
2015	-4,62%	145,96%	13,24%
2016	-0,43%	43,15%	14,00%
2017	5,43%	-	10,11%

Fonte: Conceição & Yamauchi, 2018. Números elaborados pelos autores a partir do Ranking do Valor Econômico 1000 Maiores dos anos 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e taxa Selic acumulada em dezembro de cada ano; e software Economática. *Empresas com informações disponíveis de receita líquida e lucro líquido na publicação do Valor 1000, disponível em <http://www.valor.com.br/valor1000/2017/ranking1000maiores>.

Vale registrar que a queda de participação da indústria no PIB do País gera diferentes posicionamentos dos atores sociais e autoridades governamentais. Alguns acreditam

que este processo confirmaria o argumento de que a indústria “é coisa do passado”, isto é, de que os serviços representam o presente e o futuro de todas as economias avançadas. Entretanto, a questão é mais complexa. Nas economias desenvolvidas líderes, observa-se um esforço de “*reshore*” (visando trazer de volta atividades manufatureiras que haviam sido deslocadas para os países asiáticos) e de “reindustrialização”, especialmente orientada por projetos nacionais e estruturantes de largo alcance, que envolvem Estado Nacional, empresariado e universidades, entre outros atores e instituições. É o caso da “Manufatura Avançada”, nos EUA, e da “Indústria 4.0”, na Europa, com destaque para a experiência da Alemanha.

No Brasil, a crise industrial persiste. Em regiões industriais tradicionais, como o Grande ABC, a crise traduz-se em desindustrialização, com a redução e transferência de atividades, diminuição do emprego, fechamento de plantas fabris e galpões e áreas ociosas nas cidades (YAMAUCHI, 2020). Neste sentido, a decisão da Ford de encerrar suas atividades na Região do ABC, fechar sua fábrica e deixar de produzir no país é bastante expressiva do tamanho do problema a enfrentar pelas políticas públicas nacionais, regionais e municipais. A decisão da icônica multinacional do setor automobilístico “abriu a porta” para que outras empresas reavaliem suas estratégias, e passem a considerar a desmobilização de seus ativos fixos nos territórios de industrialização tradicional, como é o caso do Grande ABC. O recente anúncio do encerramento das operações industriais da Toyota em São Bernardo do Campo, com sua transferência para outras fábricas da empresa em Sorocaba, Indaiatuba e Porto Feliz, no interior do Estado de São Paulo, parece confirmar esta hipótese.

A diminuição do número de estabelecimentos fabris de grande porte na Região do ABC também é uma evidência importante do conjunto de transformações em curso. Como exposto na tabela 4, o total de estabelecimentos industriais chegou até a subir na região entre 1989 e 2016, passando de 4.166 para 6.164 estabelecimentos. Mas isto não quer dizer que se verificou a entrada de novas empresas nem o crescimento de postos de trabalho. O número põe antes em relevo a junção de processos como terceirização e racionalização. Nota-se que, se cresceu o total de estabelecimentos com até 50 empregados, o número de estabelecimentos diminuiu em todas as faixas de empresas com mais de 100 empregados.

Tabela 4: Estabelecimentos industriais na Região do ABC, por tamanho, no período 1989-2017

Tamanho do estabelecimento por nº de empregados	Total de estabelecimentos industriais na Região do ABC Paulista, por tamanho						
	1989	1999	2002	2008	2011	2014	2017
0 empregado	nd	nd	267	316	339	361	388
de 1 a 4 empregados	1351	1808	1535	1776	1943	2126	2148
de 5 a 9 empregados	661	802	914	1102	1155	1140	1089
de 10 a 19 empregados	584	786	919	1136	1121	1124	1053
de 20 a 49 empregados	592	597	717	916	999	908	745
de 50 a 99 empregados	385	262	306	424	415	366	287
de 100 a 249 empregados	329	177	180	243	247	235	194
de 250 a 499 empregados	144	76	74	99	94	86	61
de 500 a 999 empregados	70	30	33	45	43	35	31
1.000 ou mais empregados	50	14	17	28	28	25	17
Total	4166	4552	4962	6085	6384	6406	6013

Elaborado Conceição e Yamauchi (2018) para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Adaptado dos dados da RAIS do Ministério da Economia (Antigo Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]).

Como exposto nas tabelas 5 e 6, a indústria perdeu força na capacidade de geração de empregos na região, embora ainda seja ela que irradia, para frente e para trás, fluxos econômicos que sustentam os segmentos de serviços e comércio na região.

Tabela 5: Empregos formais, por setor de atividade, Grande ABC, 1989/2020

	Indústria	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Total
1989	363.333	62.913	120.613	26.596	588.728
2002	192.724	81.935	224.908	38.452	553.360
2011	264.827	140.539	309.572	49.286	809.970
2014	238.722	148.050	334.116	51.628	818.831
2017	182.168	143.281	319.657	49.265	728.957
2020*	170.515	-	-	-	-

Fonte: Conceição e Yamauchi (2018) para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Adaptado dos dados da RAIS do Ministério da Economia (Antigo Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]). * Extraído de Nota Técnica da equipe da Subseção do DIEESE no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, publicada na 14ª Carta de Conjuntura da USCS, em outubro de 2020.

Tabela 6: Participação dos setores de atividade nos empregos formais do Grande ABC, 1989/2017

	Indústria	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Total
1989	61,7%	10,7%	20,5%	4,5%	100%
2002	34,8%	14,8%	40,6%	6,9%	100%
2011	32,7%	17,4%	38,2%	6,1%	100%
2014	29,2%	18,1%	40,8%	6,3%	100%
2017	25,0%	19,7%	43,9%	6,8%	100%

Fonte: Conceição e Yamauchi (2018) para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS. Adaptado dos dados da RAIS do Ministério da Economia (Antigo Ministério do Trabalho e Emprego [MTE]).

Debilidado pela perda de força do setor industrial, o sindicalismo da região ainda teve que se deparar com uma política nacional de natureza antisindical e de retirada de direitos desde a ruptura institucional de 2016. Este contexto bastante negativo ao movimento sindical se expressou na aprovação da reforma trabalhista de 2017, que, sob o pretexto de geração de empregos, atuou para reduzir ou eliminar direitos, precarizar o trabalho e reduzir os custos da mão-de-obra. Mas o ataque aos sindicatos não é solução para o ABC. Ao contrário. No ABC, os sindicatos têm protagonismo também na capacidade de mobilização, proposição e ação em prol de políticas regionais de desenvolvimento.

No que se refere ao sistema regional de inovação, este continua bem aquém das suas potencialidades. Em relação à pesquisa, desenvolvimento e inovação, uma das características da trajetória regional do ABC desde os anos 1950 é a baixa integração

entre o setor produtivo e as instituições diretamente ligadas à área de P&D, como é o caso das universidades (KLINK, 2001; VILHA et.al., 2022). É preciso alterar este ambiente institucional nesta área estratégica para a competitividade regional.

Outro fator que agravou os problemas do Grande ABC no período recente foi o encolhimento das entidades regionais como o Consórcio Intermunicipal e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, em especial nos últimos sete anos (LEPORE, 2021). A crise econômica e o acirramento nacional e regional dos conflitos políticos entre os segmentos sociais, resultando no esfacelamento do capital social constituído nas últimas décadas, parecem explicar a perda de importância destas instituições, não obstante o trabalho empenhado das lideranças dessas instituições. No momento, cabe reconhecer o esforço para a “reconstituição” do protagonismo dessas entidades.

Colocados em relevo este conjunto complexo de dificuldades e obstáculos a enfrentar, cabe agora tecer algumas sugestões que possam contribuir para a retomada da indústria regional.

Entre os Desafios a enfrentar está a necessidade de maior aproximação entre empresas, universidades e Gestão Pública

Realizar um diagnóstico amplo e dar respostas aos desafios regionais é tarefa larga e complexa. Vamos aqui focar no que consideramos ser um dos “nós” centrais para a retomada do desenvolvimento do Grande ABC: a questão da aproximação entre empresas, universidades e gestão pública.

Neste contexto, ressalte-se o valor da “Inovação aberta”, na qual as universidades, as empresas, as startups, os governos e outros agentes ajudam a promover e compartilhar a inovação.

Um dos obstáculos a enfrentar e superar, no Grande ABC, é que a inovação e o desenvolvimento tecnológico se deram de forma verticalizada e muitas vezes de maneira fechada no interior da própria grande empresa multinacional. Dessa forma, desde a segunda metade do século XX, a aproximação entre as empresas, universidades e gestão pública não esteve à altura do porte da industrialização regional. Pode-se dizer que o sistema regional de inovação do ABC é frágil, quando se considera a importância deste sistema para a competitividade de qualquer região nos dias de hoje.

Assim, de maneira tópica e ao modo de contribuições preliminares, sugerimos a seguir alguns elementos para a construção de políticas pública e privadas visando a reindustrialização da região do ABC, por meio de aproximação entre a indústria, universidades e gestão pública, como indica o modelo de hélice tripla.

1. Reorganizar e fortalecer as instâncias regionais, como o Consórcio Intermunicipal Grande ABC e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, por meio de novas formas de organização, integrantes, alterações nos estatutos, entre outros.
2. Instituir um Fórum Regional de Desenvolvimento, com a participação de gestores públicos, empresários, sindicatos de trabalhadores, universidades, entre outros.
3. Retomar os Arranjos Produtivos Locais (APLs), de forma a promover os diagnósticos, levantar os desafios e planejar as ações por cadeias produtivas.
4. Estimular, em cada uma das cadeias produtivas, políticas de reconversão industrial, no sentido da diversificação de linhas de produção, de forma a conectar a empresa com

áreas estratégicas como indústria de defesa, cadeia produtiva da saúde, petróleo e gás, Tecnologia e Informação e comércio eletrônico.

5. Fortalecer o sistema regional de inovação, por meio de ações como:

5.1 Atualização do Inventário de Oferta e Demanda de Serviços Tecnológicos na Região.

5.2 Discussão e aprovação de legislação regional unificada de apoio à inovação.

5.3 Apoio aos espaços de inovação como Centros de Inovação, Hubs de Inovação e parques tecnológicos.

5.4 Realização de arenas abertas de inovação, no contexto da chamada inovação aberta, de forma que empresas, startups, universidades, gestores e mercado em geral apresentem seus desafios e soluções.

5.5 Política regional de atração de centros de pesquisa e laboratórios, especialmente em áreas como indústria automobilística, indústria de defesa, cadeia produtiva da saúde, petróleo e gás, Tecnologia e Informação e comércio eletrônico.

5.6 Divulgar e envolver pesquisadores, universidades e empresas a conhecerem e se cadastrarem no “Portal do Pesquisador”, que busca facilitar a aproximação entre os desafios das empresas e os projetos dos pesquisadores. A divulgação deste portal faz parte da parceria entre a Agência de Desenvolvimento, a Universitas (que detém a propriedade do portal), a USCS e outras universidades locais.

5.7 No âmbito do marco regulatório nacional das startups, estruturar um “sandbox” regional, que facilite que soluções promovidas pelas startups ajudem a resolver problemas de políticas das gestões públicas de apoio à industrial regional e local.

6. Elaborar e executar Programa Regional para a implementação e expansão da Indústria 4.0, especialmente, por meio da introdução do tema nas grades e nos programas educacionais; realização de parcerias com corporações como Google, IBM, Amazon, Facebook, visando promover o desenvolvimento de cursos, ementas e projetos de qualificação; execução de programas de qualificação de mão-de-obra em áreas como *big data*, segurança de informação, impressão 3D, desenvolvimento de *software*.

A crise da indústria do ABC é grave, mas seu destino não está dado. É possível mudar o curso e dar início a reindustrialização regional, propiciando à indústria local uma fase promissora em empreendedorismo, inovação, mercados, investimentos e empregos. Mas, para isto, é fundamental planejamento, cooperação e aproximação entre empresas, universidades e gestões públicas.

Referências Bibliográficas

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *Várias fábricas no ABC no olho do furacão: a indústria de autopeças e a reestruturação da cadeia de produção automotiva nos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2001.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *Quando o apito da fábrica silencia: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na Região do ABC Paulista*. São Bernardo do Campo: MP/ABCD Maior, 2008.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *O PIB do Grande ABC Paulista*. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 1, mar. 2018. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-1a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. *Entre a Mão Invisível e o Leviatã: contribuições heterodoxas à economia brasileira*. São Caetano do Sul: USCS/Didakt, 2019.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da; YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo Kaique de Araújo. A complexidade tecnológica das exportações do Grande ABC Paulista. In: CONCEIÇÃO, Jefferson José da; PREARO, Leandro; ROMEIRO, Maria do Carmo (orgs.). *O Grande ABC e desafios do século XXI: ensaios de conjuntura do Conjuscs 2018*. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Paulo: Amazon, 2019.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da.; KLINK, Jeroen Johannes; OLIVEIRA, Nilza Aparecida; ANAV, Roberto Vital. *A Cidade Desenvolvimentista: crescimento e diálogo social em São Bernardo do Campo, 2009-2015*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da.; YAMAUCHI, Gisele. A evolução dos empregos e dos estabelecimentos na indústria de transformação do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 1, mar. 2018. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-1a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da.; YAMAUCHI, Gisele. O valor adicionado da indústria do Grande ABC Paulista e a atual retração cíclica da economia. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 2, mai. 2018. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-2a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da.; YAMAUCHI, Gisele. A indústria diante da financeirização da economia: margem de lucro do setor produtivo versus rentabilidade nas aplicações financeiras – o caso do Grande ABC Paulista. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 3, ago. 2018. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da.; YAMAUCHI, Gisele. Financeirização e setor produtivo. In: CONCEIÇÃO, J. J.; NORONHA, C. (Org.). *A era digital e o trabalho bancário: o papel do sistema financeiro e subsídios à ação sindical e às políticas públicas*. Santo André: Coopacesso, 2020.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da.; YAMAUCHI, Gisele; MONEA, Gustavo Kaique de Araújo. A mudança no perfil do emprego formal do Grande ABC Paulista nos últimos trinta anos, 1989-2017: como os números devem ser lidos. *Carta de Conjuntura*, ed. 11, fev. 2020.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC Paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÉPORE, Wendell Cristiano. A desregionalização do Grande ABC. In: Universidade Municipal de São Caetano do Sul. *Carta de Conjuntura*, ed. 3, ago. 2018. Disponível em: <<http://noticias.uscs.edu.br/uscs-lanca-3a-carta-de-conjuntura/>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

VILHA, Anapátricia Morales; FONTOURA, Daniel de Andrade; FERREIRA, FÁBIO Danilo. Boletim de Conjuntura Econômica do ABCDMRR. 4ª ed., jun.2022. Corecon, Delegacia Regional do Grande ABC.

YAMAUCHI, Gisele. *A Indústria foi embora, e agora? As áreas industriais ociosas na Região do Grande ABC Paulista: Identificação e dimensionamento da problemática entre 1989 e 2019*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade São Judas Tadeu, São Paulo, 2020.

Nota Técnica

4. REINDUSTRIALIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL¹⁹

Adhemar S. Mineiro²⁰

Resumo Executivo

A nota técnica reflete sobre o papel da indústria e da reindustrialização nas novas estratégias de desenvolvimento nacional e no processo de integração regional.

Palavras-chave: Indústria. Reindustrialização. Desenvolvimento nacional. Integração regional.

O processo de industrialização brasileiro vem dando passos atrás desde meados dos anos 1980. Depois de um processo rápido de industrialização e da montagem de uma indústria razoavelmente complexa desde os anos 1930, o processo começa a estancar neste período. A partir dos anos 1990, começa a se falar em um processo de desindustrialização, que foi mais discutido e ficou evidente no novo século. Não é o objetivo deste artigo avançar sobre a questão, mas vale a pena ter em mente alguns referenciais históricos do processo.

O desmonte na área industrial desarticulou a integração entre os setores que poderia existir dentro do país. Assim, mesmo quando o país crescia (e começou a crescer de forma mais acelerada a partir de 2004, no segundo ano do governo Lula), parte desse crescimento era transferido através de demanda ao exterior, e de aumento das importações. Políticas de crescimento voltadas para as camadas de renda mais baixa, com aumento do salário mínimo, crédito popular e políticas de complementação de renda adotadas nesse período e que viabilizaram um crescimento mais acelerado transferiram boa parte do potencial de crescimento para o exterior, pela desconexão das cadeias de produção industrial no país.

O mesmo pode ser falado do crescimento dos setores exportadores de primários, também dependentes de importações para o seu bom funcionamento (na área agrícola e pecuária, por exemplo, a produção depende da importação de sementes, defensivos, fertilizantes e muitas máquinas). O crescimento efetivo, desta forma, é sempre menor do que o que poderia ser alavancado no caso de uma maior complexidade da cadeia produtiva interna, com a produção no mercado doméstico.

Em alguns momentos, se tentou implementar a internalização de setores, como no caso da produção de petróleo, no qual se buscou dinamizar, por exemplo, a indústria naval, com a construção de navios e plataformas de petróleo, sempre com forte oposição dos

¹⁹ Artigo originalmente publicado no site Terapia Política (terapiapolitica.com.br/), em 16/9/2022.

²⁰ **Adhemar S. Mineiro.** Economista, doutorando do PPGCTIA/UFRRJ, membro da Coordenação da Associação Brasileira de Economistas pela Democracia-RJ e assessor da Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

fornecedores estrangeiros. No período mais recente, as negociações de capítulos de compras de governo em acordos que estão sendo negociados (como o acordo entre a União Europeia e o Mercosul) e a própria adesão ao grupo de negociação de compras públicas na Organização Mundial de Comércio (OMC) devem limitar ainda mais essas possibilidades.

Há que tomar em consideração a importância do setor industrial como gerador e difusor do progresso técnico, e o papel deste no desenvolvimento. A indústria, por um lado, é o setor onde existe a maior possibilidade (e de fato há) de geração de progresso técnico, pela natureza da competição e a diversificação da produção. Por esse mesmo último aspecto, aí também se difunde mais rápido o progresso técnico. Pela diversificação (em analogia à concentração em poucos produtos da agricultura), ou seja, pela ampliação da divisão do trabalho, também são criadas mais possibilidades de geração de progresso técnico. Além disso, a pressão dos trabalhadores organizados (em comparação com o excedente de mão de obra no campo) faz com que também seja acelerada a introdução de progresso técnico. Ao reduzir o peso da indústria, por tabela também se perde o dinamismo da geração e difusão de progresso técnico no desenvolvimento econômico.

Assim, é muito importante, neste momento em que se está pensando novas estratégias de desenvolvimento, repensar o papel da indústria neste processo. E, pelo que se vê, cada vez mais há uma relação importante entre soberania e a capacidade de desenvolvimento autônomo.

No período recente, a própria pandemia da Covid-19 mostrou isso. Os países que desmontaram suas áreas de desenvolvimento tecnológico e seus parques industriais de produção na área de saúde e conexos, desde produtos mais sofisticados, como medicamentos e vacinas, até acessórios, como máscaras e produtos hospitalares, como leitos e ventiladores pulmonares, tiveram enorme dificuldade de lidar com a pandemia. A necessidade de importação de produtos enfrentava desde preços altos, dificuldades logísticas de acesso aos bens, até disputas internacionais nos locais por onde passavam os produtos, em um momento em que todos os países enfrentavam o problema ao mesmo tempo.

Só isso já seria suficiente para levantar um ponto importante: produtos que até aqui foram tratados como commodities nesse mundo da liberalização comercial, em realidade devem ser considerados bens estratégicos para os países, e ter, portanto, a sua produção doméstica assegurada. As interrupções de produção causadas pela pandemia, e dos próprios fluxos de comércio por conta de diferentes interrupções ocorridas (inclusive a chamada “crise dos containers”, com a escassez de containers travando o comércio internacional e jogando areia no funcionamento de cadeias globais de produção pela falta de alguns insumos) também passaram a causar preocupação em cadeias de produção longas.

A geopolítica dos anos que se seguiram à pandemia, com a guerra na Ucrânia e uma série de interrupções no fornecimento de produtos (alimentos, petróleo e gás, e outros) a nível mundial acabou colocando o problema das estratégias de integração produtiva e a importância em distintos graus da autossuficiência, fazendo emergir um debate sobre “desglobalização” – temas que pareceriam exóticos há cerca de cinco anos.

No caso do Brasil, um ponto importante a ser considerado é o dinamismo industrial que pode vir do processo de integração regional. Já tivemos no passado uma experiência de integração importante da cadeia automotiva com a Argentina e o México, mas cuja dinâmica foi estabelecida pelas transnacionais que controlam as montadoras neste setor nos dois países.

Mas no caso aqui, como potencial recente, estaríamos falando de uma política muito maior, primeiro por potencialmente envolver mais países (e não só México e Argentina), além de muitos setores. Isso implicaria planejar algum tipo de política industrial comum na região, o que não é trivial. Por outro lado, implicaria trabalhar com tamanhos de mercado bastante superiores aos existentes nos níveis nacionais, o que poderia potencializar a introdução de plantas produtivas com escalas de produção maiores e, portanto, com ganhos de produtividade em vários setores.

O Brasil, pelo tamanho de sua economia, tem condições de liderar esse processo, desde que não busque que todos os ganhos sejam para empresas brasileiras ou instaladas no Brasil. Coordenar cadeias de produção a nível regional implica assumir que partes importantes do processo e da produção de produtos finais, além de setores de pesquisa e desenvolvimento, também tenham que ficar em outros países que fazem parte da cadeia, ou o processo poderá não ser atrativo para alguns países. Operar reproduzindo no nível regional as relações de divisão internacional da produção que a região hoje tem com Europa, EUA e China, por exemplo, pode inviabilizar esse grande projeto de integração.

Se bem-sucedido, um processo como esse, combinando integração regional com inclusão social e tendo também a questão ambiental como central, poderia contribuir não só para oferecer perspectiva importante para o Brasil e para vários governos que podem atuar conjuntamente na região, como poderia ter importantes efeitos políticos e geopolíticos. Políticos, porque os governos que buscam a construção de alternativas na região, e que já tiveram uma oportunidade importante na primeira década deste século, precisam escapar da armadilha do modelo primário-exportador, extrativista, que acaba predominando, tendo como farol os EUA, e/ou a União Europeia e/ou a China. Geopolíticos, porque a América do Sul (e dentro dela o Brasil) ganha força na negociação nesse mundo que organiza sua configuração por potências e blocos.

III - TRABALHO

Nota Técnica

5. O GOVERNO BOLSONARO E O FIM A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Mahatma Ramos dos Santos²¹

Resumo Executivo

O primeiro mandato do governo de Jair Bolsonaro (Partido Liberal) se encerrará em dezembro de 2022, mas já é possível avaliar suas escolhas políticas em relação ao salário mínimo nacional (SM). O objetivo do presente artigo é avaliar a trajetória do poder de compra do SM ao longo dos últimos quatro anos e apontar os principais determinantes sociais, políticos e econômicos dessa trajetória. Entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, o piso mínimo nacional terá sido corrigido quatro vezes pelo atual presidente. Nesse período, o preço mínimo legal da força de trabalho passou de R\$ 954,00, em dezembro de 2018, para os atuais R\$ 1.2012,00. Essa correção nominal de 27,0% significou uma valorização real do SM de apenas 1,2% acima da variação da inflação medida pelo INPC-IBGE²², que registrou crescimento de 25,5% nesse mesmo período. Essa baixíssima valorização do piso nacional não será o único legado da gestão Bolsonaro para os cerca de 56,7 milhões de trabalhadores/as da ativa e pensionistas que em 2021, segundo DIEESE (2021), tinham no SM o principal parâmetro para sua remuneração. Na atual gestão do governo federal, verificou-se o fim da Política de Valorização do Salário Mínimo (PVSM), que entre 2007 e 2016, enquanto seus parâmetros legais foram respeitados, garantiu uma valorização real do SM superior a 40,0%. O silencioso processo do fim da PVSM é o objeto desse artigo.

Palavras-chave: Salário mínimo. Poder de compra. Política de Valorização do Salário Mínimo.

A Política de Valorização do Salário Mínimo (PVSM)

O salário mínimo (SM) é uma pauta reivindicatória histórica das forças sociais do trabalho no Brasil. Como tal, a demanda por uma política pública de recuperação e valorização do poder de compra do SM deve ser compreendida como resultado de um processo histórico de práticas de interação – conflituosas ou não – do heterogêneo sindicalismo nacional com outros atores institucionais, em especial, com o Estado.

A Política de Valorização do Salário Mínimo (PVSM), implementada em 2007, resultou em grande medida desse acúmulo histórico, mas também foi produto do reconhecimento por fração do movimento sindical, em especial das centrais sindicais (CS), de uma oportunidade política de transformar a agenda do salário mínimo (SM) em um vetor de ação coletiva.

O processo de formulação e demanda pública por essa política ocorreu entre 2003 e 2004, momento histórico singular, no qual ascendeu à Presidência da República o ex-

²¹ **Mahatma Ramos dos Santos.** Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ) e pesquisador do núcleo pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente (DTA-UFRJ) e do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP-FUP).

²² Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (INPC-IBGE), o qual mensura a variação dos preços de uma cesta de produtos apenas para famílias com rendimentos entre 1 e 5 salários mínimos.

sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores). Seu governo ficou marcado, entre outras, pela ampliação, no âmbito federal, da permeabilidade do Estado à alguns setores da sociedade civil, em especial ao sindicalismo²³. A proximidade entre pontos de seu programa político e pautas reivindicatórias históricas do sindicalismo nacional foi outro fator chave para decisão das centrais sindicais em transformar da pauta do salário mínimo em vetor de ação nos anos 2000.

O processo de formulação de uma proposta unitária e intersindical dessa política originou-se no interior da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ainda em 2003, durante seu 8º Congresso Nacional (CONCUT). Essa proposta foi apresentada ao conjunto do movimento sindical em maio de 2004, através do estudo intitulado “As propostas da CUT para uma política de recuperação do salário mínimo” (DIEESE, 2004). Mais tarde, entre março e novembro de 2004, sob a liderança de Luiz Marinho, à época presidente da CUT, representantes de seis centrais sindicais²⁴ acordaram entre si uma proposta unificada de política pública para o SM e decidiram em ação unitária tornar pública essa proposta através de uma “Carta Aberta ao Presidente da República”.

Nessa carta, enviada em dezembro de 2004, essas centrais sindicais (CS) reivindicavam o reajuste do SM e a criação de uma “Comissão Quadripartite do Salário mínimo” (CQSM), cujo objetivo deveria ser a implementação de uma política de valorização e recuperação do SM em 1º de maio de 2005. Essa manifestação pública foi o marco inicial da interlocução entre CS e Poder Executivo Federal.

O processo institucional de negociação e implementação da PVSM se desenvolveu no âmbito federal, entre dezembro de 2004 e janeiro de 2007, após a instituição por decreto presidencial, em abril de 2005, de uma Comissão Quadripartite de caráter consultivo para propor um programa de fortalecimento do salário mínimo e analisar seus impactos no mercado de trabalho, Previdência Social e nas políticas de assistência e desenvolvimento social (BRASIL, 2005).

Esse complexo arranjo institucional quadripartite aglutinou cerca de trinta e dois órgãos e entidades representativas do poder público, empregadores, empregados e aposentados e pensionistas. A representação dos trabalhadores foi composta por seis centrais sindicais (ver nota 4). A representação dos empregadores reuniu cinco confederações nacionais²⁵. O poder público foi representado por sete ministérios e secretarias²⁶, além do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) - órgão responsável por

²³ Tal ampliação é expressa pelas seguintes informações: “Segundo o site da Secretaria Geral da Presidência da República, de 1941 a 2010, foram realizadas 115 Conferências Nacionais, 74 delas entre 2003 e 2010, abrangendo 40 áreas setoriais em nível local, municipal, regional, estadual e nacional”. A Secretaria ainda informa que mais de 5 milhões de pessoas participaram desses arranjos institucionais. Em 2010, existiam 32 conselhos nacionais e duas Comissões nacionais com a participação da sociedade civil (DIEESE, 2012, p. 365).

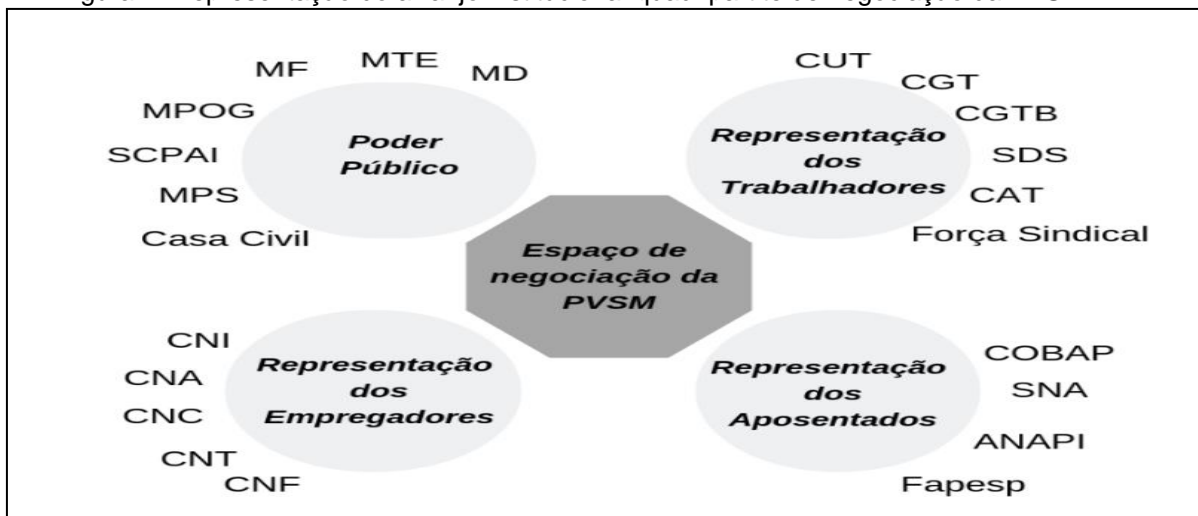
²⁴ A saber: Central Autônomas dos Trabalhadores (CAT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Força Sindical (FS) e Social-Democracia Sindical (SDS). Em 2006, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) foi incorporada a esse coletivo.

²⁵ A saber: a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional do Comércio (CNC), a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

²⁶ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MD); Casa Civil da Presidência da República; Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República (SCPAI) e; a Secretaria Geral da Presidência.

coordenar os trabalhos desta comissão. E, por fim, quatro entidades representaram os aposentados e pensionistas²⁷.

Figura I - Representação do arranjo institucional quadripartite de negociação da PVSM



Fonte: Decreto Presidencial s/n, de 20 de abril de 2005. Elaboração própria.

Em janeiro de 2007, após longo processo de interlocução institucional, a PVSM foi implementada. Em síntese, os processos de formulação, negociação e institucionalização da PVSM envolveram uma multiplicidade de atores e suas entidades representativas, assim como uma diversidade de espaços institucionais - formais e informais - de negociação. Ademais, as centrais sindicais mobilizaram um importante²⁸ “repertório” de ação coletiva (ALONSO, 2012; TILLY; TARROW, 2015), o qual envolveu: marchas sindicais unitárias em Brasília; a realização de reuniões e seminários intersindicais; interlocução das CS com os poderes executivo e legislativo federal; e participação institucional sindical em diferentes fóruns estatais (SANTOS, 2019a).

A PVSM não alterou a conceituação ou a abrangência legal do SM, no entanto, ela significou uma profunda mudança no mecanismo de correção do piso nacional. Os parâmetros instituídos para correção anual do preço do SM foram: a aplicação de percentual de correção correspondente a variação do INPC-IBGE nos doze meses anteriores, acrescido, a título de reajuste real, da variação anual do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Complementarmente, definiu-se que a data-base de reajuste do SM deveria ser antecipada, a cada ano, em um mês, até alcançar a data-base de 1º de janeiro em 2011.

Essa nova fórmula de correção instituída com a PVSM garantiu previsibilidade de longo prazo a trajetória do poder de compra do SM, o não rebaixamento do poder de compra do SM durante sua vigência e, dado o crescimento econômico registrado no período, acelerou o gradual processo de recuperação do poder de compra do SM iniciado em 1998, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

27 Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP); Sindicato Nacional de Aposentados (SNA); Federação dos Aposentados e Pensionistas de São Paulo (Fapesp); Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos (ANAPI) e; Sindicato dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas da CUT SINTAP.

28 No subsistema de políticas públicas do salário mínimo, as CS mobilizaram as quatro formas de interação socioestatais mais recorrentes identificadas pela literatura, a saber: “protestos de ação direta”, “participação institucionalizada”, “política de proximidade” e “ocupação de cargos na burocracia” estatal (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014, p. 332–334).

Com vigência inicial prevista até 2023 e condicionada a revalidações quadrienais, a PVSM foi regulamentada por projetos de lei de autoria do Poder Executivo Federal entre os anos de 2007 e 2010 e, a partir de 2011, foi regulamentada pela Lei 12.382 do Congresso Nacional (BRASIL, 2011). Seguindo a prescrição legal, a PVSM foi revisada e revalidada em 2015 (Lei 13.152), o que estendeu sua vigência até 2019, com nova revalidação prevista em 2019. No entanto, após o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, a PVSM foi, em um primeiro momento, descumprida (2017-2018), e, em um segundo momento, descontinuada (a partir de 2019).

Durante o governo do ex-presidente de Michel Temer (MDB)²⁹, entre agosto de 2016 e dezembro de 2018, a legislação da PVSM foi descumprida, com reajustes inferiores a variação da inflação medida pelo INPC-IBGE. E, a partir de 2019, primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro (PL), a PVSM foi descontinuada sem qualquer diálogo social ou espaço institucional para avaliação quanto a sua revalidação ou não.

Enquanto os parâmetros legais da PVSM foram respeitados, entre 2007 e 2016, a PVSM garantiu um aumento real (acima da inflação) superior a 40,0% do salário mínimo e funcionou como um potente vetor de combate a pobreza e miséria no Brasil (CARVALHO, 2018; LÚCIO; FIGUEIREDO; MELO, 2018; MELO, 2015). No período pós-2016, o salário mínimo acumulou um ganho real de apenas 0,64%, o que na prática significou o congelamento de seu poder de compra.

O desmonte da PVSM

Desde a regulação e normatização do salário mínimo, em 1940, amplamente impulsionada pela agenda internacional promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Estado – no âmbito federal - desempenhou um papel nuclear na formulação, regulação, implementação e fiscalização de seus parâmetros, assim como, no nível de participação da sociedade civil nos processos decisórios sobre critérios de correção e abrangência (SABOIA, 1985; SABOIA; HALLAK NETO, 2018; SANTOS, 2019b).

Enquanto instrumento de política salarial, o SM serviu como elemento estruturador das escalas de remuneração do mercado de trabalho formal e informal no país, independente do regime político vigente - democrático ou autoritário. O que reforça argumentos de parte da literatura quanto a preponderância de elementos político-conjunturais na determinação do preço do SM, ao invés de mecanismos técnico-burocráticos (POCHMANN, 2005; SCHLABITZ, 2014; SILVA, 2009).

Em sua trajetória recente, posterior a 1988, o Estado seguiu como elemento chave para determinação do preço mínimo formal da força de trabalho no Brasil. Nesse período, observou-se uma estabilidade do arcabouço regulatório do SM, sobretudo quanto a sua conceituação e abrangência. Em relação à fórmula de correção do piso nacional, a PVSM foi um ponto de inflexão nessa trajetória.

Até a implementação da PVSM e a, conseqüente, fixação de critérios de correção do SM no longo prazo, o preço do piso nacional era corrigido de forma discricionária. Entre 1988 e 2007, a definição do percentual de reajuste do mínimo esteve relacionada, principalmente, a elementos político-conjunturais e ao projeto político da coalizão governante. Antes da PVSM, o Poder Executivo Federal e sua capacidade de negociação com o Poder Legislativo eram os fatores chaves na determinação da

²⁹ Michel Temer do partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB), presidiu o país entre agosto de 2016 e dezembro de 2018, após golpe institucional na ex-presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT).

trajetória do poder de compra do SM. Não havia qualquer previsão legal, garantia de espaços de diálogo social ou instrumentos de participação social de qualquer segmento da sociedade civil na correção do piso nacional.

Dessa forma, a PVSM foi importante tanto por resultar de uma experiência de interlocução quadripartite que lhe garantiu forte legitimidade institucional, quanto por garantir uma previsibilidade de longo prazo nos critérios e trajetória de correção do poder de compra do SM. Contudo, a legitimidade institucional e social do processo de negociação e institucionalização da PVSM, assim como os seus resultados positivos não foram suficientes para garantir o cumprimento de sua legislação e a manutenção dessa política pública no pós-2016.

A mudança que o contexto político-institucional brasileiro experimentou a partir de 2015 e que culminou em um golpe institucional na ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2016, transformou a natureza do conflito e debate democrático no Brasil. A chegada de Michel Temer (MDB) e sua plataforma política intitulada “Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015) à Presidência da República, em agosto de 2016, foi um movimento decisivo para o aprofundamento de uma agenda política e econômica de caráter neoliberal e austera. Jair Bolsonaro, eleito em 2018, deu novo impulso a esse projeto durante seu mandato (2019-2022) e avançou de forma acelerada no desmonte de políticas públicas de proteção social e combate à desigualdade, tal como a PVSM. Além disso, a gestão Bolsonaro ampliou um processo de erosão da democracia brasileira, através de um contínuo movimento de “desfinanciamento de políticas públicas” em áreas essenciais a população, tais como, saúde, educação, saneamento e infraestrutura básica, urbanização, habitação e meio ambiente (INESC, 2022).

É neste contexto que ocorre o desmonte da PVSM. Momento em que a interlocução dos movimentos sociais, em especial do movimento sindical, com o governo federal e a permeabilidade desse último as demandas sindicais se restringiram drasticamente.

O descumprimento Lei 13.152/2015, que regulava a PVSM, durante o governo de Michel Temer (MDB) foi um primeiro sinal de que essa política estava sob ataque. Durante os seus 28 meses de governo o SM foi corrigido duas vezes, em janeiro de 2017 e janeiro de 2018. O valor do mínimo nacional passou de R\$ 880,00, em dezembro de 2016, para R\$ 954,00, em dezembro de 2018, último mês de Temer na presidência. Isso significou um rebaixamento de 0,35% no poder de compra do SM, dado que a correção do SM foi de 8,41% enquanto a variação do INPC-IBGE foi de 8,79% nesse período. Para cumprir os parâmetros da PVSM, Temer precisava apenas repor a variação da inflação, visto que o PIB havia registrado variações negativas em 2015 e 2016, fator que desobrigava o mandatário a aplicar qualquer reajuste real no piso nacional. No entanto, Temer e sua coalizão decidiram restringir o poder de compra do SM.

A descontinuidade da PVSM ocorreu, de fato, em 2019, durante o primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro (PL). Em 2019, havia a previsão legal de um processo de revisão e possível revalidação da PVSM no âmbito do legislativo federal, contudo, sem qualquer diálogo institucional Bolsonaro pôs fim a PVSM. Desde então, o processo de correção do salário mínimo no Brasil não possui um fórum institucionalizado e o debate público sobre o poder de compra ou processo de correção do SM tem sido diminuto.

O governo Bolsonaro realizou quatro correções no preço do SM ao longo de seu mandato (2019-2022). Nesse período, o preço mínimo legal da força de trabalho passou de R\$ 954,00, em dezembro de 2018, para os atuais R\$ 1.2012,00. Essa correção nominal de 27,0%, significou uma valorização real do SM de apenas 1,2% acima da variação da inflação medida pelo INPC-IBGE, que registrou crescimento de 25,5% nesse mesmo período.

A primeira dessas correções ocorreu em janeiro de 2019, dado que Temer não corrigiu o valor do SM em dezembro do ano anterior. Nessa oportunidade, Bolsonaro reajustou o SM em 4,61%. Este percentual não só corrigiu as perdas inflacionárias de 2018, como garantiu um aumento real de 1,14% no SM a partir de janeiro de 2019, quando comparado ao INPC-IBGE. No entanto, o que à primeira vista pareceu uma boa notícia para os trabalhadores/as na verdade foi uma derrota. Isto porque, a despeito desse aumento que repôs as perdas registradas no período Temer (equivalentes a 0,35%), ele foi inferior aos parâmetros legais garantidos pela PVSM (Lei 13.152/2015), ainda vigente e que previa um ganho real de 1,32% do SM à época, equivalente a variação do PIB nacional de dois anos antes (2017).

Em 2020, Bolsonaro aplicou duas correções no preço do SM. No mês de janeiro, ancorada em uma estimativa da variação do INPC-IBGE que se mostrou imprecisa, a correção ficou abaixo da variação da inflação e não recuperou o poder de compra do SM. Em fevereiro, o governo federal realizou uma correção complementar, que garantiu a recomposição integral da inflação do ano anterior e um reajuste real de 0,22%. Com isso, o SM passou de R\$ 1.039,00 para R\$ 1.045,00.

Em janeiro de 2021, com a atividade econômica retraída e a taxa de desocupação acima de 13,0%³⁰ em virtude dos efeitos negativos da pandemia global de covid-19, Bolsonaro elevou o SM de R\$ 1.045,00 para R\$ 1,100,00, o que significou um rebaixamento de 0,18% no poder de compra do piso nacional.

Por fim, em janeiro de 2022, o atual governo realizou sua quarta e última correção no valor do SM, a qual repôs a variação da inflação mensurada pelo INPC no ano anterior e garantiu uma variação real positiva de 0,02% ao poder de compra do SM. Com isso, o salário mínimo alcançou o valor nominal de R\$ 1.212,00.

Em resumo, o aumento real de 1,2% acumulado no preço do SM ao longo dos quatro anos de governo Bolsonaro, significou um crescimento real anual médio de apenas 0,30% no piso nacional. Se considerarmos as duas correções aplicadas por Temer no biênio 2017-2018, chegamos a uma variação positiva de apenas 0,64% no SM entre 2017 e 2022, o que representa uma variação real média anual de apenas 0,14%. É possível afirmar que a extinção da PVSM e o congelamento do poder de compra do SM são legados dos governos pós-impeachment.

Em um exercício hipotético, se a PVSM não tivesse sido descumprida e, posteriormente, descontinuada, o valor nominal do salário mínimo encerraria o ano de 2022 igual a R\$ 1.255,00. Isto é, teria um poder de compra 3,55% superior ao atual e um valor monetário mensal R\$ 43,00 superior ao SM vigente.

Considerações finais

O Salário Mínimo (SM) foi instituído em maio de 1940, durante a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas. Hoje, 82 anos depois, o seu poder de compra real é apenas 13% superior ao de quando foi criado³¹. Isso é resultado de uma trajetória histórica marcada por descumprimentos de sua legislação, que visaram rebaixar o preço mínimo da força de trabalho.

³⁰ Média anual da taxa de desocupação em 2021, mensurada pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua).

³¹ A preços de julho de 2022.

O salário mínimo nunca foi o patamar mínimo (o menor) efetivamente praticado no mercado de trabalho nacional, cujas as altas taxas de informalidade são condição essencial para acumulação capitalista. O SM tampouco operou, tal como prevê sua legislação³², como o mínimo necessário para garantia da subsistência do trabalhador/a e de sua família. Segundo o DIEESE, o Salário Mínimo Necessário³³, em agosto de 2022, deveria ser equivalente a R\$ 6.298,91, isto é, 5,20 vezes o SM vigente (R\$ 1.212,00). Ainda segundo o DIEESE, um salário mínimo em agosto de 2022 compra apenas 1,61 cestas básicas na capital paulista.

Ao assegurar previsibilidade no sistema de correção e uma valorização real que acompanhe a taxa real de variação da atividade econômica nacional (PIB), a PVSM foi uma inflexão nessa trajetória errática do poder de compra do SM. Essa política pública garantiu uma valorização real acima de 40,0% do piso nacional, entre 2007 e 2016.

A baixa valorização ou quase estagnação do poder de compra do salário mínimo (SM) ao longo do governo de Bolsonaro (PL) resulta, sobretudo, do fim da Política de Valorização do Salário Mínimo (PVSM) e do cerceamento ao diálogo social em diversos subsistemas de políticas públicas no âmbito federal. Essa medida aprofundou o processo de desmonte da PVSM iniciado ainda durante o governo de Michel Temer (MDB), que descumpriu seus parâmetros legais ao longo do biênio 2017-2018.

Ademais, ambos os governos, Temer (MDB) e Bolsonaro (PL), ao descumprirem e descontinuarem a PVSM foram na contramão das práticas e agenda global de regulação de patamares mínimos de remuneração. Como afirma o Relatório Global sobre Salários da OIT (2020), a definição e valorização dos patamares mínimos legais de salários são instrumentos essenciais para o desenvolvimento econômico, combate à miséria e pobreza, e redução das desigualdades salariais de gênero e raça tanto em países centrais como em países periféricos, sobretudo, num contexto pós-crise de 2008 e assolado por uma pandemia que, apenas no Brasil, ceifou mais de 670 mil vidas.

O avanço do projeto bolsonarista de desmonte dos pilares da frágil democracia brasileira, tal como evidencia o caso do SM, não se restringe às esferas político-institucional, ambiental e cultural. Esse ataque aprofunda o desmonte do arcabouço legal e institucional de proteção aos trabalhadores/as – ativos e inativos – e reforça um contínuo e histórico combate à livre organização coletiva dos trabalhadores no Brasil.

³² A constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988, define o salário mínimo como aquele fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas (do trabalhador) e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo. (Constituição Federativa do Brasil, art. 7º - IV).

³³ Para calcular o Salário Mínimo Necessário, o DIEESE considera o preceito constitucional de que o SM deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família e cujo valor é único para todo o país. Usa como base o Decreto lei nº 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica de Alimentos. A família considerada para o cálculo é composta por 2 adultos e 2 crianças, que por hipótese, consomem como 1 adulto. Utilizando-se o custo da maior cesta, dentre as 27 capitais em que pesquisa a Cesta Básica de Alimentos e multiplicando-se por 3, obtém-se o gasto alimentar de uma família. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acessado em: 07/09/2022.

Referências Bibliográficas

ALONSO, A. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um conceito. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21–41, jun. 2012.

BRASIL. s/n. Decreto. . 20 abr. 2005.

BRASIL. 12.382. Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. . 25 fev. 2011.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo: Editora Todavia SA, 2018.

DIEESE. **As propostas da CUT para uma política de recuperação do salário mínimo**. , 2004.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

DIEESE. **Nota Técnica nº 265 - Salário Mínimo mais uma vez sem aumento real**. , 28 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec265SalarioMinimo.html>>. Acesso em: 31 maio. 2022

INESC. **A conta do desmonte: balanço do orçamento geral da União 2021**. Brasília: INESC, 4 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/balanco-do-orcamento-2019-2021-revela-desmonte-generalizado-de-politicas-sociais-diz-inesc/>>. Acesso em: 6 set. 2022.

LÚCIO, C. G.; FIGUEIREDO, A.; MELO, F. A política de valorização do salário mínimo: uma revolução silenciosa. Em: **Política de Salário Mínimo para 2015-2018: Avaliações de Impactos Econômico e Social**. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 3–25.

MELO, F. (ED.). **Salário Mínimo no Brasil: a luta pela valorização do trabalho**. São Paulo: LTr, 2015.

OIT. **Global Wage Report 2020/21 - Wages and minimum wages in the time of COVID-19**. Genebra: OIT, 2020.

PMDB. **Uma ponte para o futuro**, 29 out. 2015. Disponível em: <<https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>>. Acesso em: 31 maio. 2022

POCHMANN, M. Ciclos do valor do salário mínimo e seus efeitos redistributivos no Brasil. Em: **Salário mínimo e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, IE., 2005. p. 137–146.

SABOIA, J. **Salário mínimo no Brasil: a experiência brasileira**. Rio Grande do Sul: L&PM Editores, 1985. v. 7

SABOIA, J.; HALLAK NETO, J. Salário mínimo e distribuição de renda no Brasil a partir dos anos 2000*. **Economia e Sociedade**, v. 27, p. 265–285, abr. 2018.

SANTOS, M. R. A interação Sociedade-Estado na produção e extinção da Política de valorização do salário mínimo. **Áskesis**, v. 8, n. 1, p. 23–39, 2019a.

SANTOS, M. R. **A Política de Valorização do Salário Mínimo - Centrais Sindicais e Dinâmicas Políticas e Sociais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) —Rio de Janeiro: UFRJ, 2019b.

SCHLABITZ, C. J. **A economia política do salário mínimo no Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) —Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

SILVA, E. F. DA. **Salário Mínimo: a desindexação entre a norma, fato e o valor**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) —Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro, 2009.

TILLY, C.; TARROW, S. G. **Contentious politics**. 2. ed. New York: Oxford Univ. Press, 2015.

Nota Técnica

6. DIFICULDADES NA NEGOCIAÇÃO DOS 30 ANOS DE CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DOS BANCÁRIOS

Vívian Machado³⁴

Resumo Executivo

No ano de 2022, comemoram-se os 30 anos da Convenção Coletiva dos Bancários³⁵. No entanto, no lugar de comemorações, durante a Campanha Nacional desse ano, os bancos impuseram muitas dificuldades aos representantes da categoria no decorrer das negociações. Esse artigo descreve como foi a negociação dos bancários, seus resultados e impactos em um ano com cenário econômico muito complicado no país, com o retorno de elevada inflação e em uma conjuntura de profundas transformações no Sistema Financeiro Nacional.

Palavras-chave: *Convenção Coletiva de Trabalho. Negociação Coletiva. Categoria Bancária.*

1. Percurso da Campanha Nacional dos Bancários em 2022

A Campanha dos Bancários, em 2022, iniciou-se com a aplicação da Consulta Nacional aos Bancários, entre 26 de abril e 3 de junho. Um questionário que a categoria responde, pelo qual são definidas as prioridades para a campanha daquele ano. Em média, por ano, entre 30 mil e 42 mil bancários respondem a essa consulta. Em 2022, a consulta contou com pouco mais de 35 mil respondentes. Aumento real, manutenção do emprego e direitos, combate ao assédio moral, saúde e condições de trabalho, igualdade de oportunidades e negociação do teletrabalho foram as principais reivindicações identificadas como prioridades pela categoria bancária nas mesas de negociação.

Graças a experiência adquirida com a Campanha 2020, em função da pandemia da Covid-19, quando todas as reuniões passaram a ocorrer de forma digital (online), a maior parte dos encontros de empregados dos bancos privados, assim como os congressos dos funcionários dos bancos públicos e as conferências (estaduais, regionais e a nacional) ocorreram de maneira híbrida (presencial e online). Algumas poucas conferências foram totalmente presenciais. No entanto, os formatos online e híbrido permitem que os eventos da Campanha ocorram de maneira consideravelmente

³⁴ **Vívian Machado.** Economista, graduada pelo Centro Universitário Fundação Santo André (FSA) e Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente, técnica do DIEESE, assessorando a Subseção da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF-CUT) e é pesquisadora colaboradora do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (CONJUSCS). Foi Coordenadora do Curso de Tecnologia em Recursos Humanos na Faculdade de Desenho Industrial de Mauá. Áreas de estudo: Tecnologia Bancária, Análise de Balanço e Desempenho dos Grandes Bancos do País, Economia do Trabalho e Economia Regional e Urbana; e, Negociações Trabalhistas. Currículo Lattes <http://lattes.cnpq.br/9424636099657642>.

³⁵ Para conhecer um pouco da história da categoria bancária e da Convenção Coletiva da Categoria, vide a 14ª Carta de Conjuntura do Conjuscs, disponível em <https://www.uscs.edu.br/boletim/369>. Nota: “A Histórica Campanha Nacional dos Bancários em ano de Pandemia”. Vide também a 17ª Carta de Conjuntura, disponível em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/522>. Nota: “A primeira negociação dos bancários pós-reforma Trabalhista”.

mais rápida. A pauta de reivindicações (a minuta) foi entregue aos representantes dos bancos em 15 de junho de 2022.

Dentre as reivindicações dos bancários nesse ano, a novidade foi a jornada semanal de 4 dias sem redução de salários, baseada em experiências de sucesso nos EUA e Europa e visando, entre outros motivos, diminuir a sobrecarga sobre a categoria e o consequente adoecimento que os acomete. Estudos demonstram o aumento de produtividade dos funcionários, decorrente desse modelo. O representante da Fenaban ficou de levar o tema para os bancos avaliarem, porém, no decorrer das reuniões seguintes não trouxe resposta.

Com o fim da ultratividade³⁶ definida pela Reforma Trabalhista, após 31 de agosto a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) perde sua validade e, com isso, os direitos conquistados em quase 30 anos de negociação coletiva não estariam garantidos. Por essa razão, nos anos em que se faz necessário renovar a CCT (a cada dois anos, desde o fechamento do acordo de 2016), todo calendário da Campanha é adiantado, de maneira a se dar início às rodadas de negociação o quanto antes.

A construção da CCT 2022/2024 se deu ao longo de 19 longas e difíceis rodadas de negociação, com a assinatura do novo acordo em 02 de setembro de 2022, após ser aprovado em assembleias de bancários de todo o país.

Em todas as rodadas de negociação, a Fenaban demonstrou grande preocupação em alterar ou excluir diversas cláusulas da CCT, garantidas em anos anteriores, tais como: proposta de criação de uma nova cláusula relacionada à segurança bancária; exclusão do salário do substituto; alterações na cláusula de gratificações; das estabilidades provisórias do emprego e do intervalo pra digitadores e caixas.

A Federação dos Bancos trouxe também proposta de acréscimo de uma cláusula sobre teletrabalho, dentro das “medidas de trabalho alternativas”, assim como a possibilidade, em caso de eventuais situações emergenciais, de antecipação de férias individuais e/ou coletivas; antecipação de feriados e banco de horas. Foi trazida, também, uma proposta de cláusula de criação de uma Comissão de Conciliação Prévia.

As rodadas de negociação tiveram início por mesas temáticas, conforme calendário previamente encaminhado pela Fenaban e o Comando Nacional dos Bancários logo na primeira rodada, em 22 de junho, pela ordem: emprego e terceirização, em 27 de junho; igualdade de oportunidades (mulher, raça e PCD – pessoa com deficiência), em 6 de julho; mais para o final do mês de julho, cláusulas sociais e teletrabalho, no dia 26, e cláusulas sociais e segurança bancária, no dia 28 de julho.

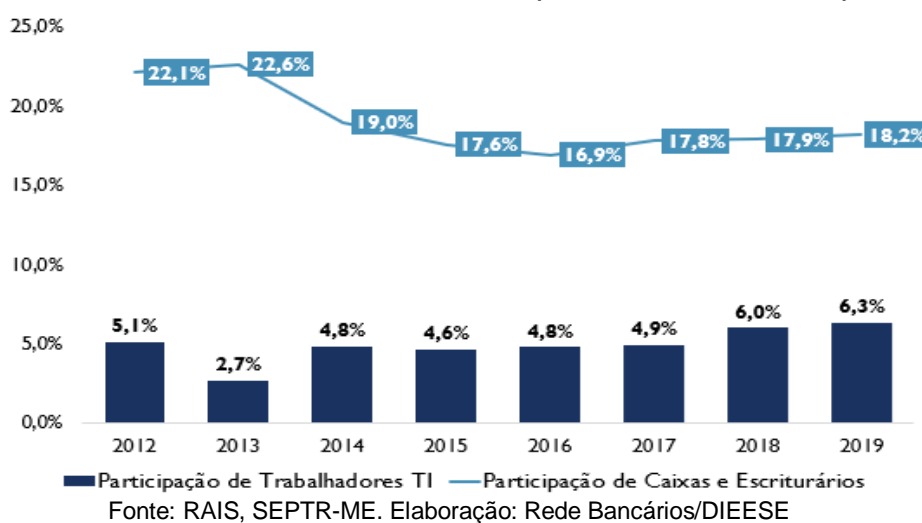
Para agosto, ficaram as mesas de saúde e condições de trabalho e a duas rodadas para discutirem as cláusulas econômicas, logo na primeira semana do mês. Depois disso, outras 9 (nove) reuniões (entre 11 e 26 de agosto) já estavam, previamente, marcadas com o intuito de esgotar os temas discutidos nas primeiras mesas, até se chegar na proposta final dos bancos para a categoria. Como não se chegou a um consenso entre as partes, novas e exaustivas rodadas ocorreram em 29 e 30 de agosto. Rodadas, essas, que atravessam dias e noites, terminando, após muito desgaste e discussões, no dia 31 de agosto.

³⁶ Ultratividade é a vigência ou a aplicação de uma lei ou dos termos de um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) ou Convenção (CCT) para além de sua data de validade. A Lei 13.467/17 limitou a vigência dos acordos e convenções coletivas à sua validade contratual, mesmo que as negociações para um futuro acordo estejam em andamento e não se encerram até o prazo de vencimento.

2. A Conjuntura Bancária e do Sistema Financeiro na Campanha de 2022

As negociações da categoria bancária se deram em um contexto de grandes transformações no Sistema Financeiro Nacional (SFN), com redução absoluta do número de trabalhadores; mudança na pirâmide ocupacional da categoria bancária, impulsionada pela crescente digitalização das transações, gerando uma espécie de “gerencialização” nos bancos e a redução dos cargos básicos e tradicionais do atendimento bancário, como os caixas e os escriturários e, por sua vez, o aumento da contratação de trabalhadores de Tecnologia da Informação (TI) pelas instituições bancárias, conforme gráfico 1.

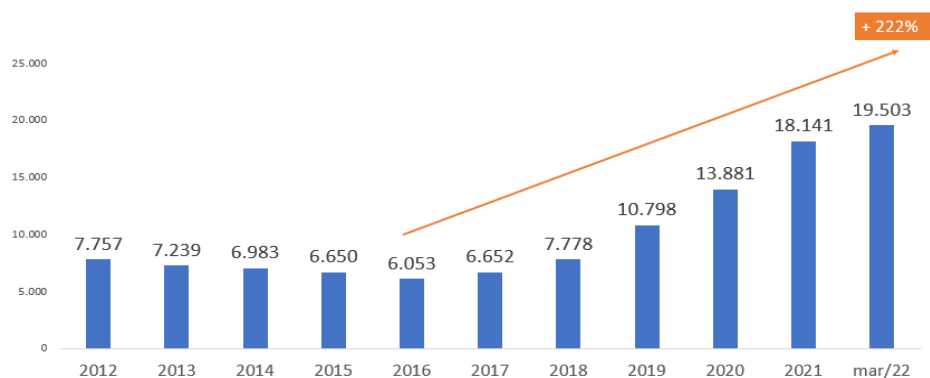
Gráfico 1
Evolução da participação dos trabalhadores em TI e dos caixas e escriturários no total de trabalhadores dos bancos (Brasil, 2012-2019, em %)



O crescimento do teletrabalho é outra transformação que se observa nos bancos, intensificada pela pandemia da Covid-19, mas que deve permanecer para parte significativa dos bancários, razão pela qual, tornou-se pauta da categoria bancária a regulamentação desse novo formato de trabalho nos bancos, especialmente com controle de jornada; direito a desconexão e ajuda de custos para esses trabalhadores; entre outras reivindicações.

Surgem novos modelos de terceirização nos bancos, para além dos correspondentes bancários. Nesse sentido, observa-se o crescente o número de agentes autônomos de investimentos prestando serviços para os bancos nos últimos anos (como demonstrado no gráfico 2). Tais agentes compõem um formato atípico de contrato de trabalho que passou a ser permitido a partir da aprovação da reforma trabalhista: o autônomo exclusivo. Ademais, de acordo com dados da Pesquisa de Amostra de Domicílios (PNAD, IBGE), os trabalhadores por conta própria no setor já passam de 10% do total.

Gráfico 2
Evolução do número de agentes autônomos de investimentos no SFN:



Fonte: Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Elaboração: Rede Bancários/DIEESE.

Enquanto cresce a terceirização no setor bancário, as fintechs³⁷ avançam no país e os bancos digitais ganham cada vez mais espaço no SFN. Mas, apesar de os grandes bancos apontarem que essas novas estruturas representam uma ameaça ou mesmo uma concorrência que seria desigual, o que se observa nas demonstrações financeiras dos grandes bancos é que algumas delas estão compondo seus conglomerados e contribuindo para com os vultuosos lucros dessas instituições. Plataformas de seguros, de investimentos, de renegociação e outros serviços são responsáveis por grande parte da entrada de chamados clientes digitais nas carteiras dos grandes bancos.

Mais recentemente, constatou-se o que se pode chamar de uberização da categoria bancária. Plataformas³⁸ que conectam ex-bancários com diversos tipos de produtos de instituições parceiras, entre eles os grandes bancos, inclusive. Produtos como seguros, investimentos, cartões, entre outros. Esses ex-bancários precisam ter ao menos 5 anos de experiência e se associar à plataforma, pagando-lhe uma mensalidade. Sobre os ganhos ou as formas de pagamentos e condições de trabalho desses trabalhadores de plataforma ou mesmo dos agentes autônomos ainda não se tem muitas informações. Se faz extremamente necessário que estudiosos se debrucem sobre esse novo “setor” dentro do ramo financeiro.

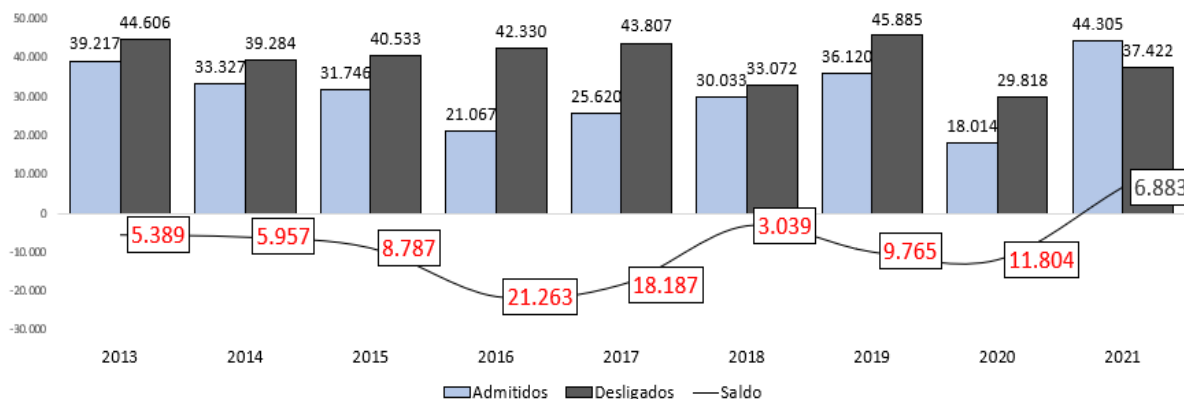
O que se pode afirmar, diante desse cenário, é que o acordo dos bancários (a CCT) engloba e protege cada vez menos trabalhadores (bancários tradicionais e formalizados) e, ainda assim, a cada nova negociação os bancos, inflexíveis, impõem mais dificuldades. Conforme aponta o gráfico 3, o saldo do emprego bancário vem sendo negativo desde 2013, voltando a ser positivo somente em 2021, por conta, especialmente, das contratações de profissionais de TI e da Caixa que foi obrigada por decisão judicial a chamar os candidatos aprovados no concurso de 2014³⁹. Enquanto, entre 2013 e 2020, foram fechados mais de 84 mil postos de trabalho bancário, em 2021, o saldo foi de, apenas, 6.883 postos abertos.

³⁷ Fintechs são startups focadas em tecnologia financeira.

³⁸ Para saber mais dessas plataformas, vide: <https://www.franq.com.br/>. Acesso em: 16.09.2022. Ou ainda, no endereço: <https://teddydigital.io/teddy-360/>. Acesso em: 16.09.2022.

³⁹ Sobre a decisão judicial, vide em Bastos (2018). Disponível em: <https://concursos.adv.br/aprovado-em-concurso-consegue-contratacao-na-cef-em-decorrencia-da-terceirizacao/>. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

Gráfico 3
Evolução dos admitidos e desligados nos bancos e saldo do emprego bancário no período (Brasil, 2013 a 2021, em números absolutos)



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – MTPS).Elaboração: DIEESE – Rede Bancários.

3. As prioridades da Campanha

Dentre as principais reivindicações da categoria bancária para a Campanha de 2022, para além da questão econômica, estavam: o fim das demissões e da terceirização nos bancos que, conforme os dados anteriores já demonstraram, vem crescendo nos bancos enquanto o emprego bancário foi sendo reduzido drasticamente; o combate ao assédio sexual nos bancos (que será tratado na próxima sessão); a regulamentação do teletrabalho; os sistemas de segurança nas agências e postos de atendimento; e questões de saúde e condições de trabalho, especialmente com combate ao assédio moral e a pressão pelo cumprimento de metas cada vez maiores e, muitas vezes inatingíveis.

A novidade dessa negociação foi a reivindicação pela jornada de quatro dias, sem redução de salários. Proposta essa que traria vantagens em termos de geração de novos empregos, maior produtividade, advinda da melhor qualidade de vida dos trabalhadores, do bem-estar e do combate ao adoecimento, tenho em vista que a rotina dos bancários tem uma rotina extremamente estressante devido as excessivas cobranças pelo cumprimento de metas. A semana de quatro dias já é uma realidade com resultados positivos na Islândia, na unidade do Japão da Microsoft onde observou-se um ganho de produtividade de 40%.⁴⁰

3.1 O Combate ao Assédio Sexual nos bancos

Em função de uma série de denúncias na mídia a respeito de casos de assédio sexual envolvendo a alta cúpula da Caixa Econômica, que culminaram no afastamento de seu, então, presidente, Pedro Guimarães, que apontaram a fragilidade dos canais de denúncias das instituições, que eram supervisionados pelos próprios assediadores, o Comando Nacional dos Bancários avaliou ser necessário e urgente antecipar a mesa de igualdade de oportunidades, de modo a discutir formas de combater o crescente assédio nas agências e departamentos.

Dentre as reivindicações do coletivo de Igualdade (que a Fenaban chama de “Diversidade”), cobrava-se maior efetividade dos canais de denúncia dos bancos e mais

⁴⁰ Para mais informações sobre a jornada de quatro dias, vide: <https://materiais.spbancarios.com.br/trabalhe-quatro-dias>. Acesso em: 23 de setembro de 2022.

rigor na apuração de casos de assédio sexual, apoio às vítimas e punição aos assediadores, além de reivindicarem maior participação de negras e negros, assim como de PCD's nos bancos (pessoas com deficiência), com mais oportunidades de ascensão na carreira.

4. O desgaste de uma negociação dura e arrastada até o acordo final

Apenas na 12ª rodada de negociação, já em 19 de agosto, a Fenaban apresentou a primeira proposta de índice e uma proposta bem rebaixada que foi rejeitada na mesa mesmo: 65% do INPC, que naquele momento estava previsto para fechar em 8,95%. Ou seja, os bancos propuseram uma correção nos salários e demais verbais de 5,82% (no Auxílio Refeição, Cesta Alimentação e 13ª Cesta Alimentação, Auxílio Creche / Babá, tetos e partes fixas da PLR, entre outras verbas)⁴¹.

Em 22 de agosto, na 13ª rodada, a proposta rebaixada foi para os auxílios (alimentação e refeição). Os bancos propuseram 7,19% de reajuste nos dois itens, ou seja, 81% do INPC previsto, cuja estimativa agora estava em 8,88%⁴². Além disso, a proposta cobria apenas 43% da inflação dos alimentos acumulada para doze meses, que esse ano está muito elevada, quase o dobro da inflação geral (prevista para fechar em 15,37% na data base da categoria).

A proposta foi rejeitada na mesa pelo Comando Nacional, sendo que logo no início da reunião os bancos vieram com uma primeira proposta de reajuste de 75% do INPC, também rejeitada e somente depois subiram para os 81% do INPC, ambas as propostas foram rejeitadas. No dia seguinte (na 14ª rodada, em 23 de agosto), os bancos chegaram a 100% do INPC geral, depois de oferecerem 90% do índice, logo de início, com 0,82% de perda em relação ao INPC geral e 6,69% em relação à inflação dos alimentos no domicílio prevista.

Diante dessas propostas as entidades sindicais por todo o país se mobilizaram e foram para as ruas, indignadas com o descaso, pois, enquanto os bancos negavam um reajuste decente para seus trabalhadores, suas diretorias executivas embolsariam em 2022 um montante em torno de R\$ 8 milhões, cada diretor em média, de acordo com os dados da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com uma alta de 11% em relação ao que receberam em 2021 e correspondendo a 132 vezes a remuneração anual de um escriturário, incluindo salário, 13º, férias, tickets e PLR.

Na 15ª rodada os bancos trataram da PLR, seguindo com a estratégia de retirada de direitos e uma proposta rebaixada de 6,73% nos tetos e valores fixos da PLR, o que correspondia a 75,7% do INPC previsto, com perda estimada de 1,97% para os trabalhadores (a primeira proposta do dia foi de 6,22%, equivalente a 70% do INPC, com 2,44% de perda salarial para os bancários). Além disso, os bancos propuseram, também, retirar a cláusula de não compensação dos programas próprios na parcela adicional da PLR. Ou seja, o pagamento resultante desses programas poderia ser abatido do valor da parcela adicional da PLR⁴³. Na rodada seguinte, em 25 de agosto,

⁴¹Para mais informações sobre a rodada, vide em SEEB-SP (2022e). Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/fenaban-apresenta-proposta-indecente-reajuste-de-apenas-65-da-inflacao>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

⁴²Sobre a rodada, mais informações em SEEB-SP (2002a): <https://spbancarios.com.br/08/2022/bancos-apresentam-mais-uma-proposta-absurda-reajuste-com-perdas-no-va-e-vr>, Acesso em: 21 de setembro de 2022.

a Fenaban propôs 100% do INPC geral, porém, ainda com a compensação dos programas próprios o que não foi aceito pelo Comando⁴⁴. Fenaban só recuou sobre esse item na 17ª rodada em 26 de agosto.

Vale destacar que, nos maiores bancos do país, a cada ano, a distribuição da PLR corresponde a um percentual menor dos seus lucros, de tanto que estes cresceram nos últimos anos. Quando, em 1995, a PLR foi clausulada na CCT, os três grandes bancos privados (Itaú Unibanco, Bradesco e Santander) distribuíam cerca de 14% dos seus lucros. Todavia, em 2021, essa distribuição correspondeu a, apenas, 6,6% de seus lucros. Já, no caso da parcela adicional da PLR, que prevê distribuição de 2,2% do lucro, os três bancos distribuíram em torno de 1,6% nos últimos anos. Todavia, isso se deve, também, a problemas com as travas nas regras do Programa, o qual precisa ser revisto⁴⁵.

Todas as rodadas foram muito demoradas. A cada proposta recusada, os bancos pediam 10 minutos e levavam horas para retornarem à mesa de negociação, gerando muito estresse e ansiedade entre os participantes das mesas. Na rodada de 26 de agosto os bancos apresentaram nova proposta rebaixada de reajuste (75,8% do INPC, contando, portanto, com 2% de perda salarial) essa proposta foi rejeitada por 97% dos bancários participantes das assembleias online ocorridas em todo o país⁴⁶.

As duas últimas rodadas foram ainda mais longas e estressantes, varando duas noites e dois dias. A proposta final para um acordo de dois anos foi: em 2022: aumento de 10% nos vales alimentação e refeição (VA e VR) e abono de R\$ 1.000,00 na forma de uma 14ª cesta alimentação, a ser pago até outubro; reajuste de 13% na parcela adicional da PLR, com correção pelo INPC da data-base (8,83%) nos demais valores fixos e tetos da PLR, além do reajuste de 8% nos salários e nas demais verbas como, por exemplo, o auxílio-creche/babá. Reajuste que corresponde a 91% da inflação da data-base dos bancários. Para 2023, a proposta prevê aumento real de 0,5% (INPC + 0,5%) para salários e demais cláusulas econômicas presentes na CCT da categoria⁴⁷.

Considerações finais

Em uma conjuntura tão adversa como a de 2022, os bancários mais uma vez, mostraram resistência e força e preparo. A proposta aprovada manteve conquistas dos

⁴³ Sobre essa rodada vide SEEB-SP (2022f). Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/r-9-mi-garantido-para-cada-executivo-em-2022-e-para-os-bancarios-nada>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

⁴⁴ Mais informações em SEEB-SP (2022d): <https://spbancarios.com.br/08/2022/desrespeito-fenaban-volta-mesa-sem-indice-e-propoe-retirar-direitos-na-plr>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

⁴⁵ Em 2021, o lucro dos cinco maiores bancos atingiu R\$ 107,7 bilhões, a despeito do cenário econômico delicado e dos problemas relacionados a pandemia que atingiu fortemente o país.

⁴⁶ Sobre a 17ª rodada vide: SEEB-SP (2022c). Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/com-lucros-bilionarios-bancos-propoem-reajuste-abaixo-da-inflacao-para-salarios>. Acesso em: 24 de setembro de 2022.

⁴⁷ Sobre a rodada final: SEEB-SP (2022g). Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/sindicato-indica-aprovacao-de-proposta-fenaban-com-conquistas-para-os-trabalhadores>. Acesso em: 24 de setembro de 2022.

anos anteriores com reajuste para 2022 e 2023, todavia foi uma negociação muito difícil e, pode-se dizer que os bancos saíram ganhando, também, no sentido de terem, mais uma vez, oferecido reajuste salarial menor que a inflação no primeiro ano do acordo, como aconteceu em 2016 e 2020. Esse resultado demonstra, entre outros fatores o peso do Governo pressionando contra essas negociações, tendo em vista que dos 5 grandes bancos presentes na mesa, dois são públicos (Banco do Brasil e Caixa) com grande peso em termos de número de trabalhadores. As duas instituições, de acordo com seus balanços do 1º semestre, tinham mais de 86 mil trabalhadores em suas holdings ao final de junho de 2022, cada uma.

Ainda que tenha sido muito difícil e não se tenha atingido os objetivos esperados com a campanha desse ano, quando se avaliam os impactos de uma negociação como a dos bancários, que somente em 2022 injetará R\$ 12 bilhões em recursos na economia nacional, é inegável o quanto é importante se ter instituições de trabalhadores, organizadas, fortes e preparadas, contribuindo para o crescimento do país. Todavia é importante também que se tenha um Estado que valorize e proteja esses trabalhadores, que resgate os direitos perdidos pela reforma trabalhista que tanto prejudicou a sociedade e a economia como um todo, gerando mais informalidade, empregos precários, derrubando a renda, num momento em que a economia está cada dia mais prejudicada pelos altos índices inflacionários.

Referências Bibliográficas

BASTOS, Agnaldo. **Aprovado em concurso consegue contratação na CEF em decorrência da terceirização.** Artigo publicado em 31 de agosto de 2018. Disponível em: <https://concursos.adv.br/aprovado-em-concurso-consegue-contratacao-na-cef-em-decorrenncia-da-terceirizacao/>. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

CONTRAF/CUT-SP – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO. **Bancários aprovam minuta de reivindicações da Campanha Nacional 2022.** Artigo publicado em: 15 de junho de 2022. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/bancarios-aprovam-minuta-de-reivindicacoes-da-campanha-nacional-2022/>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

CONTRAF/CUT-SP – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO. **Conferência Nacional dos Bancários começa nessa sexta (10).** Artigo publicado em: 10 de junho de 2022. Disponível em: <https://contrafcut.com.br/noticias/conferencia-nacional-dos-bancarios-comeca-nesta-sexta-feira-10/>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

CONTRAF/CUT-SP – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO. **Convenções Coletivas.** Disponível em: <https://contrafcut.com.br/convencoes-coletivas>. Acesso em: fevereiro de 2019.

CONTRAF/CUT-SP – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO. **Linha do tempo - Do DNB à Contraf - CUT 30 anos de construção da Unidade Nacional. Uma história de lutas e conquistas dos bancários.** Disponível em: <http://www.contrafcut.org.br/linha-do-tempo>. Acesso em: fevereiro de 2019.

FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. **Fenaban.** Disponível em: <https://portal.febraban.org.br/pagina/3086/14/pt-br/febraban>. Acesso: fevereiro de 2019.

MACHADO, Vívian. **A Histórica Negociação dos Bancários em Ano de Pandemia.** 14ª Carta de Conjuntura do Observatório de Empreendedorismos e Políticas Públicas da Universidade de São Caetano do Sul (Conjuscs). Pág. 60 - 73. São Caetano do Sul - SP: outubro de 2020. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/369>.

MACHADO, Vívian. **A Primeira Negociação dos Bancários Pós Reforma Trabalhista**. 17ª Carta de Conjuntura do Observatório de Empreendedorismos e Políticas Públicas da Universidade de São Caetano do Sul (Conjuscs). Página 188 - 202. São Caetano do Sul - SP: maio de 2021. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/522>.

SEEB-SP (2022a) - SINDICATO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **Bancos apresentam mais uma proposta absurda: reajuste com perdas no VA e VR**. Artigo publicado em 22 de agosto de 2022. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/bancos-apresentam-mais-uma-proposta-absurda-reajuste-com-perdas-no-va-e-vr>, Acesso em: 21 de setembro de 2022.

SEEB-SP (2022b) - SINDICATO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **Bancos enrolam mais uma vez e não apresentam proposta de índice**. Artigo publicado em 23 de agosto de 2022. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/bancos-enrolam-mais-uma-vez-e-nao-apresentam-proposta-de-indice>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

SEEB-SP (2022c) - SINDICATO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **Com Lucros Bilionários, bancos propõem reajuste abaixo da inflação para salários**. Artigo publicado em 26 de agosto de 2022. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/com-lucros-bilionarios-bancos-propoe-reajuste-abaixo-da-inflacao-para-salarios>. Acesso em: 24 de setembro de 2022.

SEEB-SP (2022d) - SINDICATO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **Desrespeito! Fenaban volta à mesa sem índice e propõe retirar direitos na PLR**. Artigo publicado em 25 de agosto de 2022. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/desrespeito-fenaban-volta-mesa-sem-indice-e-propoe-retirar-direitos-na-plr>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

SEEB-SP (2022e) - SINDICATO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **Fenaban apresenta proposta indecente: reajuste de apenas 65% da inflação**. Artigo publicado em 19 de agosto de 2022. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/fenaban-apresenta-proposta-indeciente-reajuste-de-apenas-65-da-inflacao>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

SEEB-SP (2022f) - SINDICATO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. **R\$ 9 mi garantido para cada executivo em 2022. E para os bancários nada?** Artigo publicado em 24 de agosto de 2022. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/r-9-mi-garantido-para-cada-executivo-em-2022-e-para-os-bancarios-nada>. Acesso em: 21 de setembro de 2022.

SEEB-SP (2022g) - SINDICATO DE SÃO PAULO, OSASCO E REGIÃO. Artigo publicado em 31 de agosto de 2022. **Sindicato indica aprovação de proposta Fenaban, com conquistas para os trabalhadores**. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/08/2022/sindicato-indica-aprovacao-de-proposta-fenaban-com-conquistas-para-os-trabalhadores>. Acesso em: 24 de agosto de 2022.

VALERY, Gabriel. **Bancárias terão canal de atendimento a mulheres vítimas de violência**. Artigo publicado em 11 de março de 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/03/bancarias-atendimento-violencia-contra-mulher/>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

IV- EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Nota Técnica

7. POR UMA LEI DA INOVAÇÃO REGIONAL

Henrique Paduan Alvares⁴⁸

Resumo Executivo

A nota técnica trata, de forma geral, da Lei de Inovação do Município de São Caetano do Sul, até agora a única estruturada e relevante no Grande ABC, e defende a necessidade de um programa ou arcabouço normativo para toda a região.

Palavras-chave: Inovação. ABC Valley. Empreendedorismo. Startups. Conexão.

Temos ouvido muito sobre incentivo público à inovação e a necessidade da mudança da matriz econômica para a Região do Grande ABC.

A região que outrora fora o berço da industrialização e das montadoras automobilísticas assiste, quase que inerte, a saída de grandes empresas e a desmobilização de toda a cadeia produtiva industrial.

As pesquisas indicam que o desempenho setorial do PIB entre 2009 e 2019, na indústria, foi de -41,2% na região do Grande ABC. Este dado mostra como a participação industrial vem diminuindo drasticamente na economia da região.

Ao olharmos para este cenário, resta evidente que a região necessita com urgência se posicionar frente às mudanças econômicas e sociais, bem como desenvolver ações concretas para a transição.

Tendo em vista tal tendência, muito se tem falado do surgimento e fortalecimento do setor de Tecnologia e Inovação, com o incentivo de criação de startups e o amadurecimento de empresas de médio porte no setor de TIC.

Para tanto, já conseguimos identificar algumas ações tanto privadas, quanto públicas com o objetivo de fortalecer e desenvolver o setor.

A intenção do presente texto é tratar de maneira geral sobre a Lei de Inovação de São Caetano do Sul, até agora a única estruturada e relevante no Grande ABC, bem como defender a necessidade de um programa ou arcabouço normativo para toda a região.

A Lei de Inovação de São Caetano do Sul

Em 20 de dezembro de 2019 foi publicada a Lei n. 5.822, cujo objetivo é o estabelecimento de medidas de incentivo às atividades tecnológicas e de inovação, bem como a criação do Sistema Municipal de Inovação - SMI, de modo a promover a articulação estratégica para o desenvolvimento de Inovação no Município de São Caetano do Sul.

⁴⁸ **Henrique Paduan Alvares.** Advogado. Co-fundador do Jurídico por Assinatura. Membro ativo no ABC Valley. Presidente da Associação de Startups e Inovação da Região do Grande ABC.

A Lei detalha o que seria o SMI, o Conselho Municipal de Inovação e os Arranjos Promotores de Inovação. Entretanto, não iremos tratar sobre as questões e definições legais neste texto. Abordaremos dois pontos relevantes da Lei: (i) Fundo Municipal de Inovação (FMI) e (ii) Incentivo Fiscal.

O FMI tem por objetivo a promoção de atividades inovadoras no Município. O Fundo possui autonomia administrativa e financeira e terá como principais receitas:

- a) transferência de recursos a serem realizadas pelo Governo Federal e Governo do Estado de São Paulo;
- b) Até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida da Administração Direta do Município;
- c) recursos resultantes de consórcios, convênios e contratos com pessoas física e jurídicas, de direito público ou privado, nacional ou estrangeiro;

Existem outras receitas previstas na Lei, como rendimentos de aplicações financeiras ou decorrentes de eventos e outras atividades. Os recursos do fundo poderão ser aplicados por meio de instrumentos legais com órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta; ICTI's; redes de entidades e empresas participantes dos APIs; pesquisadores vinculados a uma ICTI ou empresa e autônomos.

O uso do Fundo está relacionado à função fomentadora do Estado. Trata-se de um dos instrumentos por meio do qual o Poder Público participa no domínio econômico.

A lógica é simples, o Estado transfere recursos do Orçamento Público para agentes privados, no caso, instituições fomentadoras do ecossistema de inovação.

Vale ressaltar que a Lei não prevê o uso do FMI para a transferência direta de recursos para as startups.

O mecanismo de fomento direto para as startups previsto na Lei é o Incentivo Fiscal, que passaremos a descrever na sequência.

A Lei de Inovação prevê a possibilidade de empresas inovadoras receberem cartas de autorização de abatimento de ISS para contribuintes do Município.

A princípio, tal mecanismo pode parecer complexo, todavia, iremos destrinchá-lo.

A ideia é simples, a empresa inovadora apresentará o seu projeto ao Comitê Gestor, este órgão fará uma análise do projeto, havendo concordância com as determinações legais, o Comitê irá conceder uma Carta de Autorização, que permitirá a algum contribuinte o abatimento de até 10% do ISS recolhido por este.

Ou seja, a Carta de Autorização nada mais é do que um crédito que a empresa de inovação conferirá a alguma outra empresa contribuinte para reduzir o montante a ser pago em razão do Imposto sobre Serviços (ISS).

Assim, temos o seguinte fluxo:



Por um arcabouço legal regional e planejado de Inovação

A região do ABC comumente é tratada como um bloco coeso de Municípios. Dificilmente vemos em matérias exteriores notícias apenas sobre uma das 7 cidades, os estudos e citações normalmente se dão em relação à região do Grande ABC.

Tal regionalização se dá por conta de características históricas, sociais e econômicas próximas identificadas nas 7 cidades.

Obviamente que ao colocarmos uma lupa, os municípios são muito diferentes entre si e podemos até mesmo identificar um certo sentimento “bairrista”.

Entretanto, a força da região acontece no conjunto, quando referenciada como Grande ABC, o que permite a atração de investimentos e a criação de um selo representativo das iniciativas e cidadãos da região.

A ideia de termos uma ação conjunta e planejada entre as cidades foi concretizada pela constituição do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.

Em seu estatuto, temos diversos objetivos do Consórcio no sentido de planejar e coordenar as ações públicas. Vejamos alguns exemplos:

Art. 3º São finalidades gerais do CONSÓRCIO:

II - implementar iniciativas de cooperação entre o conjunto dos entes para atender às suas demandas e prioridades, no plano da integração regional, para promoção do desenvolvimento regional da Região do Grande ABC;

III - promover formas articuladas de planejamento ou desenvolvimento regional, criando mecanismos conjuntos para consultas, estudos, execução, fiscalização e controle de atividades que interfiram, na área compreendida no território dos Municípios consorciados, entre outras;

IV - planejar, adotar e executar, sempre que cabível, em cooperação técnica e financeira com os Governos da União e do Estado, projetos, obras e outras ações destinadas a promover, melhorar e controlar, prioritariamente, as ações relativas às suas finalidades específicas;

De maneira mais específica, o Consórcio tem competência para atuar em relação ao desenvolvimento regional:

Art. 4º São finalidades específicas do CONSÓRCIO atuar, através de ações regionais, como gestor, articulador, planejador ou executor, nas seguintes áreas:

II - Desenvolvimento Econômico Regional:

a) atuar pelo **fortalecimento e modernização de complexos e setores estratégicos** para a atividade econômica regional, destacando-se o ramo da cadeia produtiva automotiva, do complexo petroquímico, cosmética, moveleira, gráfica, construção civil, metal-mecânica, turismo, comércio e serviços;

b) fortalecer o parque tecnológico regional;

- c) desenvolver políticas de incentivo às micro e pequenas empresas;
- d) desenvolver atividades de apoio à modernização da economia regional, como a logística, tecnologia da informação, telecomunicações, design, engenharia e gestão da qualidade;
- e) promover ações visando a geração de trabalho e renda.

Assim, fica claro que o Consórcio foi o *locus* escolhido para discutir e planejar as ações dos Municípios em relação à modernização da matriz econômica da Região.

Desde o momento da constituição do Consórcio há uma preocupação com a mudança dos setores produtivos da Região e a necessidade de fortalecer setores como o da Tecnologia da Informação.

Entretanto, sabe-se que as orientações e normas do Estatuto são amplas e que tratam sobre intenções e normas programáticas para os Municípios. Além disso, ao longo da existência do Consórcio, em poucos momentos identificamos ações concretas e planos regionais para ações coordenadas na Região.

Apesar desse histórico, foi possível contemplar um direcionamento diferente do consórcio durante o período da Pandemia de COVID-19.

Em diversos atos, o Consórcio determinou ações conjuntas e medidas sanitárias para todos os municípios. O que foi prontamente atendido e aplicado pelas administrações municipais.

Desse modo, foi mostrada a capacidade institucional do Consórcio para planejar e coordenar os esforços da região frente a um desafio comum.

A questão que se coloca é: Qual seria a necessidade de termos um arcabouço normativo regional? Não bastaria cada município criar a sua Lei?

Como já indicado, a força da região está no “conjunto”. Quando tratamos do Grande ABC, os atrativos são muito maiores do que ao tratarmos de apenas um dos municípios.

Trata-se de uma região com aproximadamente 2,8 milhões de habitantes, com diversas universidades, um poder aquisitivo maior do que a média nacional e com bons índices de IDH.

Além disso, a corrida por atrair negócios inovadores, com a concessão de incentivos fiscais e outros atrativos, pode gerar uma concorrência entre os municípios, o que seria deletério, com a possível concentração em um município ou a dispersão da força entre os atores, gerando um afastamento e o não aproveitamento ótimo das oportunidades.

Assim, a saída de pensarmos em um arcabouço normativo para a inovação se mostra adequada e necessária para a região.

Como proposta para tal arcabouço, sugere-se que sejam mapeadas as verticais de inovação e vocações de cada um dos municípios, com a previsão de benefícios e incentivos idênticos nos municípios, observada as peculiaridades de cada vertical, bem como o desenho e planejamento das políticas públicas de transição da matriz econômica da região.

Conclusão

A região do Grande ABC passa por um processo (quase que silencioso, mas muito barulhento quando concretizado) de desindustrialização e mudança da matriz econômica da região.

Aos poucos, as montadoras de veículos começam a deixar os municípios, com elas toda uma cadeia produtiva e o entorno comercial dependente são afetados e muitas vezes extintos.

Assim, de maneira lenta, tem-se pensado em alternativas para o desenvolvimento econômico da região.

A questão da inovação vem se destacando e direcionando a atenção tanto do Poder Público quanto do Privado.

Até o momento, temos como o principal avanço normativo a Lei de Inovação de São Caetano do Sul, que busca trazer benefícios e atrativos para quem pretende desenvolver inovação no Município.

Entretanto, a corrida individual de cada município tentar atrair e criar condições para empresas inovadoras pode gerar uma concorrência desnecessária e improdutiva para a região.

Ao pensarmos no atrativo para o setor privado em relação ao Grande ABC, devemos ter em vista que tal atratividade está no conjunto da região e não apenas em um dos municípios.

Uma região com quase 3 milhões de habitantes e com alto poder aquisitivo mostra-se um grande atrativo para os empreendedores e investidores.

Todavia, é necessário planejamento regional e coordenação estratégica para que um município não acabe concorrendo com o outro.

Desse modo, temos que o Consórcio Intermunicipal pode ser o órgão elementar na construção de políticas públicas coordenadas e a identificação e fortalecimento das verticais de inovação de cada um dos municípios.

Ao longo da pandemia, o Consórcio mostrou capacidade institucional para pensar os problemas da região e trazer decisões estratégicas para o Grande ABC.

Por fim, é necessário que pautemos tal discussão e que os decisores públicos se atentem para a necessidade de um planejamento regional de fortalecimento do setor de inovação na região.

Nota Técnica

8. PROJETO FÁBRICA DE FUTURO

Leo Gmeiner⁴⁹
Luciano Calchi⁵⁰
Walter Siqueira Júnior⁵¹

Resumo Executivo

Esta nota técnica visa trazer informações sobre o projeto Fábrica de Futuro, desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul - ITESCS, suas características e impactos onde foi aplicado no primeiro semestre de 2022, na comunidade de Morgado, município de Acaraú - CE, além de suas perspectivas de expansão a outras regiões. Durante o projeto inicial, foram constatadas novas demandas, gerando mais ações no sentido de contribuir para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Tecnologia. Curso de Tecnologia. Projeto Social.

O que é o ITESCS

O Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS) é uma entidade, sem fins lucrativos, fundada em 2007 para assumir a governança do movimento de criação de um polo de tecnologia na região, por um grupo de empresários de São Caetano do Sul que buscava novos caminhos para a economia da cidade. Hoje a atuação e o impacto das ações do ITESCS se estendem não só à região do Grande ABC, mas a outras cidades e estados brasileiros.

A missão do ITESCS é orientar os empresários da região, oferecer ferramentas e recursos para aumentar suas receitas e, com isso, colaborar para o crescimento dos municípios. Além de empresas, visa também desenvolver projetos a estudantes e comunidade. Hoje, o instituto conta com 27 parceiros e 28 associados.

O projeto Fábrica de Futuro foi desenvolvido, inicialmente, com o intuito de levar qualificação na área de tecnologia a jovens de 16 a 19 anos, de baixa renda, dando melhores condições para que encontrem empregos na área com melhores salários do que aqueles que não exigem qualificação, além de dar a eles uma nova perspectiva sobre a profissão e o mercado de trabalho. O projeto foi criado durante a gestão de Luiz Schimidt e Thiago Matsumoto (2018-2021).

⁴⁹ **Leo Gmeiner.** Empreendedor da startup School Guardian, Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS) e Pesquisador convidado do Observatório Conjuscs.

⁵⁰ **Luciano Calchi.** Sócio da empresa Softclass, Vice-Presidente do Instituto de Tecnologia de São Caetano do Sul (ITESCS) e Pesquisador convidado do Observatório Conjuscs.

⁵¹ **Walter Siqueira Júnior,** conhecido pelos alunos por Yoda. É coordenador do projeto Fábrica de Futuro do ITESCS, pesquisador e entusiasta da Educomunicação. Empreendedor há mais de 25 anos, fundou a Criovideo, Noção Zero, Estação Brasil – Casa de Arte e Cultura, CEVALT, GECA Produz, Quiosque Vegetariano Cheiro Di Mato, Holoclinica Terapias Integrativas e a Agência 13 Vinte. Atua como Consultor Criativo, Diretor Artístico e Professor de Gestão Pessoal. Atualmente, está fazendo formação em Ciências da Natureza e Qualidade de Vida na Contemporaneidade.

No mercado de tecnologia, muito se fala em um “apagão” de mão de obra de tecnologia, do qual muitas empresas já vivenciam. Há necessidade de gerar empregos e, ao mesmo tempo, uma grande demanda de capacitação. E esse é justamente o objetivo principal do Fábrica de Futuro.

Suas primeiras ações ocorreram em 2020, quando foi realizada a captação de interessados, via divulgação nas redes e canais oficiais do Instituto. O projeto piloto ocorreria em uma escola estadual em Santo André - SP. Porém, por conta da interrupção das aulas e atividades presenciais em decorrência da pandemia do COVID-19, o programa não pôde ser concluído na época. O projeto teve andamento em novembro de 2021, quando permitido o retorno das aulas pelo Governo do Estado. O ITESCS promoveu então um intensivo de atividades com alunos, sendo possível viabilizar o projeto e entender melhor a didática que deveria ser usada nos próximos.

Após essa primeira experiência, o Instituto recebeu um convite do Byte Girl, grupo de inclusão digital para mulheres, localizado no estado do Ceará, que atua com organização de eventos da área de tecnologia. O grupo convidou o Instituto para montar um programa especificamente para uma vila do interior do estado, uma comunidade chamada Morgado, na cidade de Acaraú-CE.

Sobre a comunidade de Morgado

Foi realizado um mapeamento do número de habitantes da comunidade. No total, são 116 famílias, cerca de 350 pessoas, 40% vivem de recursos do governo, auxílios emergenciais, o antigo bolsa família. Os que mostram maior estabilidade e renda garantida são os que já estão aposentados. Os jovens trabalham nos hotéis de Jericoacoara e região. No vilarejo, há um minimercado e uma escola municipal de ensino fundamental, que se encontra fechada. Na localidade, a vocação para o trabalho é no roçado, na produção de ovos e na pesca. Fora isso, há moradores que buscam, ainda, empregos públicos.

Estrutura

O projeto para aplicação na comunidade de Morgado foi realizado, inicialmente, por cinco pessoas: dois professores (sendo um deles o coordenador do projeto, Walter Ramos de Siqueira Júnior), uma gestora financeira e dois monitores locais, a serem treinados, com intenção de continuarem em uma próxima edição.

Para que o projeto fosse viabilizado, houve o patrocínio da Energimp S.A. (Energimp - Geração de Energia Sustentável), empresa de energia eólica do Ceará, com um parque em Morgado e outro em Santa Catarina. A empresa investiu na infraestrutura (sala com nove máquinas, ar-condicionado e internet), no salário dos monitores e da gestora financeira do projeto, os professores atuaram de forma voluntária. Com essa estrutura, foi possível trabalhar com três turmas, atuando em revezamento, tendo duas aulas por semana cada.

Sobre as atividades

As aulas começaram em 14 de fevereiro deste ano (2022) e terminaram no dia 28 de junho. O projeto teve início com 27 participantes, tendo, 20 deles (entre 17 e 34 anos), concluído o curso. Ao todo, foram 12 alunas e 8 alunos, todos convidados a participar gratuitamente.

Semanalmente, os alunos tiveram uma aula técnica e uma aula de gestão pessoal, isto é, de autoconhecimento e inteligência emocional, o que contribuiu para abrir

perspectivas a eles (muitos deles mostravam interesse em aprender, porém não acreditavam ainda que pudessem trabalhar na área, devido à diferente realidade na qual estavam inseridos). O uso da tecnologia, a prática de pesquisas nos computadores com internet, o acesso às notícias sobre o mercado de tecnologia no mundo e ao que os especialistas falam sobre o futuro da área de TI foram ações que contribuíram no entendimento e familiaridade com o assunto. A aula técnica foi baseada em ensinar a esses alunos programação básica, lógica básica, a linguagem das máquinas.

A avaliação final foi uma prova surpresa, na qual os alunos tiveram que fazer um site, para outro aluno da turma, em sala e com contagem de tempo para o trabalho. Foi muito interessante ver eles entrevistarem o colega para gerar o conteúdo para esse site, definindo cores, montando o menu, distribuindo tudo que eles aprenderam. Essa avaliação final foi bastante gratificante. O sentimento deles de conquista, de crescimento de autoestima, de serem capazes, foi um grande diferencial no nosso projeto.

Dos alunos que concluíram a 1ª fase do projeto, quatro já estão se destacando como programadores, os outros estão se aprofundando na área.

O que pudemos aprender com essa 1ª experiência é que não basta somente oferecermos o curso, viabilizar as condições para que ele ocorra, mas é necessário um trabalho com os jovens, sobretudo os mais carentes, para que entenda que é possível que eles ocupem esse tipo de vaga. Nós, como educadores, percebemos, a partir dessa experiência, que é possível trabalhar esse desenvolvimento humano, mesmo que a distância.

Além disso, o projeto está sendo formatado para se tornar autossustentável. Ou seja, a ideia não é que o projeto termine quando acabar o curso, a ideia é terminar o projeto com um banco de talentos, a ser divulgado para inserção desses profissionais no mercado de trabalho. À medida em que esses alunos vão entrando no mercado de trabalho, se comprometem a “puxar” o outro, ou seja, contribuir para a continuidade do projeto e ajudar mais alunos a se capacitarem. Para isso, tomamos por base uma adaptação do modelo uma escola chamada Trybe, lá, os cursos são oferecidos gratuitamente aos alunos e, quando os alunos conseguem um emprego acima de R\$ 2.500,00 /mês, começam a pagar a escola, com um percentual ao salário deles, para que possa financiar o projeto para outros alunos. Então estamos em contato com eles, desenvolvendo isso, para criar algo para que o projeto não dependa tanto das empresas, mas possa ser autossustentável, podendo ser ampliado a outras regiões.

Continuidade

Concluída essa 1ª fase do projeto, daremos continuidade a ele com um curso de programação básica, com duração de 210 horas. Nele, os alunos irão aprender as principais linguagens com exercícios práticos para que possam conhecer e aplicar essas linguagens. Estão inscritos alguns dos alunos que já concluíram o curso do 1º semestre conosco e outros que já possuem conhecimentos em informática, até mesmo de outras comunidades, inclusive do centro de Acaraú.

Os monitores locais que passaram por treinamento conosco para atuar na primeira fase, já participam dessa segunda como professores no projeto. Esperamos que esse curso que desenvolvemos possa ser oferecido sempre, a todos que tiverem interesse em aprender programação na comunidade e na região.

Além disso, estamos fazendo contato com empresas, que estão abrindo vagas ainda este ano, buscando fazer essa ponte para a contratação de alunos que fizeram o curso conosco, pra que possam trabalhar diretamente da comunidade deles, em uma empresa

de São Paulo, o que vai contribuir para a consolidação do projeto, para que seja uma realidade, passando a ser um exemplo para todos acreditarem que isso é possível, que estão incluídos na tecnologia e aptos ao mercado de trabalho.

Com relação ao patrocínio, foi renovado o contrato com a empresa Energimp com mais um projeto: de inclusão digital (com duração de dois meses), pelo qual 100% da comunidade terá acesso a computadores e poderá aprender informática básica. Assim, 100% da comunidade se sentirá incluída digitalmente. Será mais um serviço na mesma infraestrutura, o que otimiza a sala em tempo integral. Nesse projeto, hoje temos 61 inscritos de diferentes faixas etárias, desde um aluno de 12 anos até uma senhora de 72 anos.

Em relação à escola do município, que se encontrava fechada, já estamos fazendo os contatos com a administração municipal, que mostrou interesse em reativar essa escola, também com o apoio da empresa Energimp, patrocinadora local do projeto.

Hoje, na comunidade, estão sendo promovidos também jogos de xadrez, pois percebemos que o jogo de xadrez ajuda a trabalhar a questão da lógica, pensar nas possibilidades e nas ações futuras, isso ajuda muito depois, na lógica, na hora de fazer a programação. Além do xadrez, foi implementado na comunidade o clube da leitura, com um grupo que está lendo um livro por semana, fazendo resenha desses livros em linguagem jornalística e gravando podcasts. Esses tipos de ações geram uma série de benefícios aos alunos, como a segurança ao se expressar, o aprimoramento da sua comunicação interpessoal.

Em outubro, o Coordenador do projeto, juntamente com dois profissionais retornam à Morgado. Os dois profissionais, vindos de projetos anteriores, hoje estão empregados e estão indo para capacitar esses alunos para concorrerem a vagas de emprego, um deles, fluente em inglês, irá atuar também na conversação em inglês, pois a tecnologia usa muitos termos no idioma e, entendendo a língua, as chances são maiores de eles conseguirem uma vaga.

Mudança de perspectiva

Pudemos perceber que participar do projeto proporcionou uma ampliação nas perspectivas de trabalho desses jovens, pois eles começaram a se entender e ver as suas possibilidades, esse foi um grande diferencial do nosso trabalho. Por exemplo, alguns dos que já terminaram o curso estão estudando para prestar a prova do Enem, que era algo bem distante para eles e que, a partir dessa mudança de perspectiva, eles puderam perceber que existe essa possibilidade. Já os que querem atuar com tecnologia seguem conosco, nesse novo semestre, nesse segundo projeto. Outros já arrumaram emprego, em diversas áreas. Isso foi muito gratificante e fez com que a Energimp olhasse para esse projeto vendo nele ainda mais potencial. A empresa continuará com a gente também para as atividades em 2023.

Escolhemos uma forma de trabalhar no qual os alunos são capacitados para, após isso, ensinarem outros que também têm interesse. Isso contribui para que o projeto seja autossustentável também nessa transmissão das informações. Dessa forma, nós passamos, então, a só coordená-los, há uma metodologia que vai sendo transmitida. Assim, o projeto pode ser implementado em qualquer comunidade, fica mais viável, além de mais atrativo e didático, pois eles têm a sua própria linguagem e forma de ensinar, é jovem ensinando jovem, isso é muito bom para eles.

Expansão

Além da expansão do projeto na comunidade de Morgado, o Fábrica de Futuro já está confirmado para ser aplicado em Santa Catarina (onde a empresa patrocinadora Energimp também possui um parque eólico). A localidade tem uma comunidade de quatro mil pessoas, também carente. Para isso, já está sendo viabilizada uma sala com nove máquinas, ar-condicionado e internet de banda larga. A previsão é que o projeto possa ter início no 1º semestre de 2023. Lá, o desenvolvimento local se dá por meio do agronegócio, então a tecnologia já é um pouco diferente da realidade de Morgado (CE). Os moradores já tem mais conhecimento e familiaridade com computadores, um conhecimento básico, além de a programação já ser uma programação específica, para as máquinas, funcionando por meio da robótica, da tecnologia do agro.

Na região do Grande ABC, o projeto já conta com algumas ações buscando viabilizá-lo. A previsão é que a primeira cidade da região seja Mauá. Para essa primeira cidade, já existe uma empresa, que atua em cursos na área de TI, interessada em patrociná-lo, podendo, futuramente, oferecer esses cursos para outros estados brasileiros também.

A intenção é que haja uma unidade do Fábrica de Futuro em cada uma das sete cidades. Hoje, estamos buscando mais patrocinadores para desenvolver essa ampliação do projeto na região.

O apoio das empresas deve ocorrer para que ele possa ser iniciado, e, com o seu desenvolvimento, ele vá se tornando autossustentável. Há essa intenção também para reduzir os riscos de ter interrupção do curso devido a questões internas de cada empresa apoiadora.

Buscamos fazer com que o Fábrica de Futuro esteja diretamente ligado ao futuro mesmo, como o próprio nome diz, ele tem início e segue se sustentando, garantindo sua própria continuidade.

Em um primeiro momento, essas empresas viabilizam o equipamento, as condições físicas e os professores. A partir de uma sala com internet, já é possível começar o trabalho. Para essa captação de patrocínio, estamos desenvolvendo um site, contendo as informações sobre o projeto, seu andamento e “cases” dos alunos que já passaram por ele, mostrando seu desempenho e crescimento.

Além de empresas, buscamos formas de pessoas físicas poderem participar, “adotando” um aluno. Por exemplo, enquanto grandes empresas podem nos fornecer a sala com máquinas e banda larga, pessoas físicas podem ajudar doando um computador usado para um aluno que não tem. Pela nossa experiência, vimos que a maioria desses alunos não tem computador em casa, só conseguem trabalhar usando-o em sala de aula no nosso laboratório. Quando ele tem um computador em casa, se familiariza muito mais rápido a usá-lo. Assim, buscamos criar essa possibilidade de as pessoas também poderem ajudar.

Notamos que esse projeto ficou bem mais participativo, inclusive com a possibilidade de profissionais que possam ser voluntários, por exemplo, a darem aulas/workshops de como melhorar o currículo, como se comportar em uma entrevista, estamos abrindo espaço pra isso, todo profissional que quer contribuir com o Fábrica dessa forma, é bem-vindo.

Conclusão

O Fábrica de Futuro deixou de ser um curso de tecnologia para ser um projeto social, percebemos que ele é bem mais abrangente. Assim que chegamos em uma comunidade e estudamos a vocação desses moradores, o potencial e as necessidades deles, fazemos essa ponte, e, dessa forma, as grandes empresas, que já tem por obrigação dar uma contrapartida social, contribuem dando apoio para o projeto, nós fazemos essa interface.

A ideia é que o Fábrica de Futuro atue nesse conceito de entender a identidade das pessoas. A identidade é a matéria prima, que, ao inserirmos no projeto, vai processar essa identidade, capacitando e desenvolvendo para que ela tenha um futuro. É com esse pensamento que estamos trabalhando, e assim podemos desenvolver qualquer tipo de curso que eles tenham interesse, que a comunidade tenha interesse, é mais do que “mexer com computador”.

Por exemplo, em Morgado, o salário médio é de 1 salário-mínimo, os aposentados são considerados os mais ricos da região, pois tem uma certa estabilidade, essa é a realidade deles. Então levar esse tipo de curso e começar a mexer com os sonhos deles é muito disruptivo, é uma mudança de mentalidade bem grande.

A conclusão dessa primeira turma, a confirmação da continuidade do projeto, inclusive já em outro estado, a ampliação das atividades (e impactos positivos) que compõe o projeto, tudo isso demonstra que estamos no caminho certo com ele, nos traz um sentimento de dever cumprido, para que, a partir de agora, o Instituto possa seguir capacitando novos jovens e contribuindo para o desenvolvimento profissional dos participantes, da região e de todo o ecossistema local.

Nota Técnica

9. OS REFLEXOS DO SURTO DA SÍNDROME DE HAFF NA PESCA ARTESANAL E NO COMÉRCIO DE PESCADOS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM, NO ESTADO DO PARÁ

Edair Canuto da Rocha⁵²
Euseli dos Santos⁵³
François Silva Ramos⁵⁴
Claudéte Inês Kronbauer⁵⁵

Resumo Executivo

Apesar de ter ganhado espaço nos noticiários nacionais somente em 2021, a síndrome de Haff, também conhecida como doença da urina preta, registrou seu primeiro surto no Brasil em 2008, no estado do Amazonas, quando foi associado à ingestão de peixes da espécie pacu. Em 2021, a doença de Haff mais uma vez provocou prejuízos e dor à população das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Neste sentido, esta nota técnica se propõe em apresentar uma perspectiva multidimensional os reflexos do surto da doença da urina preta na pesca artesanal e no comércio de pescados no município de Santarém, no estado do Pará. As medidas adotadas pelo governo municipal, visando a prevenir a doença bem como os impactos na vida daqueles que dependem da pesca artesanal para sobreviver e a ausência de políticas públicas são reflexões deste estudo.

Palavras-chaves: Síndrome de Haff. Pesca Artesanal. Políticas Públicas.

⁵² **Edair Canuto da Rocha.** Possui mestrado em *Administración em Neggócios Internacionais* pela *Universidad de Alcalá de Henares*, Madri -Espanha - 2010 revalidado pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM - 2014. Especialista em Negócios Internacionais pelo Centro Internacional de Formação Financeira - ClIFF, Madri - Espanha 2009 e Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Cândido Mendes - 2005. MBA Executivo em Gestão Empresarial - 2010 pela Universidade Gama Filho. Graduado em Administração de Empresas pelas Faculdades Integradas do Tapajós - FIT - 2000.

⁵³ **Euseli dos Santos.** Possui graduação em Direito pela Universidade de Uberaba (1995), especialização em Especialização em Direito Privado pela Universidade de Uberaba (1998), em Direito do Trabalho também pela Universidade de Uberaba (2001) e em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Dom Alberto (2021). Atualmente é Professor da Vitória Formação Profissional.

⁵⁴ **François Silva Ramos.** Doutor em Ciências da Educação pela *Universidad Internacional Tres Fronteras* (2016) revalidado pela Universidade Anhanguera de São Paulo - UNIAN (2020), com Pós-doutorado em Psicologia desenvolvido na *Universidad Kennedy* (2019). Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba (2012). Recebeu os títulos de Doutor Honoris Causa em Ciências Jurídicas da *Emill Brunner World University* (EBWU -2020) e Doutor Honoris Causa em Direitos Sociais e Humanitários pelo Centro Sarmathiano de Altos Estudos Filosóficos e Históricos (2020).).

⁵⁵ **Claudéte Inês Kronbauer.** Doutora em Ciências da Educação pela *Universidad Internacional Tres Fronteras* (UNINTER – Paraguai, 2017). Mestre em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP, 1996). Possui graduação em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI (1985). Especialização em Filosofia Política, também pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI (1990) e em Ensino a distância e em Educação a Distância pela Faculdade de Tecnologia (Fatec) do SENAC-RJ (2010).

Introdução

A pesca artesanal brasileira é caracterizada pela produção em baixa escala. Outro ponto aspecto predominante é o baixo rendimento do trabalhador que sobrevive da atividade. Contudo, ela presta significativa contribuição econômica e social para comunidades em situação de vulnerabilidade.

Graças à riqueza de recursos hídricos, diversidade de espécies e climas favoráveis, o Brasil apresenta-se como território favorável para o desenvolvimento de atividades pesqueiras.

Com pequeno investimento em capital, muitas famílias brasileiras sobrevivem da pesca artesanal, que se desenvolve focada na venda do pescado em mercados locais e também é realizada para fins de subsistência.

No estado do Pará, demonstra Santos (2005, p. 61) que “[...] a pesca artesanal assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão-de-obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural”.

Apesar de sua relevância no enfrentamento dos efeitos da exclusão social no Brasil, infelizmente a atividade se encontra em evidente atraso tecnológico, algo que também se verifica em relação a políticas mais adequadas à satisfação das necessidades dos atores envolvidos, o que decorre entre outros fatores de serem pouco considerados nos processos de tomada de decisão governamentais (SILVA, 2014).

Essa ausência de políticas públicas de apoio à pesca artesanal ficou ainda mais evidente com o aumento agudo dos casos da síndrome de Haff nas regiões norte e nordeste do Brasil. Em diversos estados, entre 2020 e 2021, centenas casos foram relatados, inclusive com ocorrência de óbitos.

Em 2021 verificou-se um agravamento da situação em alguns estados brasileiros, entre eles Amazonas, Bahia, Ceará e Pará, o que complicou ainda mais a situação de vulnerabilidade econômica de muitas famílias que sobrevivem da pesca artesanal.

Uma vez que a doença de Haff é associada a uma toxina presente em peixes como o tambaqui, o badejo, a arabaiana ou em crustáceos, como a lagosta, o lagostim e o camarão, as restrições impostas na comercialização pelas autoridades somaram-se ao medo do consumidor para determinar um quadro de profunda crise em muitas comunidades.

Neste trabalho o estudo se concentrou na análise dos impactos do surto da doença de urina preta, como também é conhecida a síndrome de Haff, no município de Santarém, no estado do Pará, em especial no Distrito administrativo de Alter do Chão, onde a pesca “[...] sobrevive desde períodos anteriores ao Neolítico” (CARDOSO; SERRÃO, s.d., *online*).

A síndrome de Haff e seus reflexos na pesca artesanal e no comércio de pescados santareno

A doença de Haff é considerada uma doença emergente e sua incidência no Brasil pode aumentar devido ao crescimento populacional, o que provoca incremento no consumo de peixes de água doce, em especial da região amazônica (TOLESANI JÚNIOR, 2013).

Os primeiros casos da doença de Haff remetem ao início do século XX. A síndrome foi identificada pela primeira vez em 1924 na União Soviética (dissolvida em 26 de dezembro de 1991) “[...] e desde então casos esporádicos ou surtos em clusters são observados com periodicidade sazonal em países como Suécia, Rússia, Estados Unidos, China e Brasil” (MORAES, *et al.*, 2016, *on-line*).

A doença da urina preta, como é mais conhecida entre os pescadores em razão da cor de café presente na urina do enfermo, se caracteriza principalmente pela ocorrência súbita de extrema rigidez muscular. Verifica-se também mialgia difusa, dor torácica, dispnéia, dormência e perda de força em todo o corpo. Registram-se ainda “a elevação sérica de creatinofosfoquinase, mioglobina, transaminases e desidrogenase láctica” (FENG *et al.*, 2014, p. 407).

Explicam Feng *et al.* (2014, p. 407) que “a doença de Haff é uma síndrome que consiste de rbdomiólise não explicada”. Relatos de pacientes diagnosticados com a enfermidade apontam ingestão de pescado em um período aproximado de até 24 horas antes do aparecimento dos sintomas.

A hipótese predominante no meio científico é que a síndrome de Haff seja causada por uma toxina presente em algumas espécies de pescado, porém, “[...] ainda não foram identificadas a toxina, nem todas as espécies de peixes associadas com o desenvolvimento da doença [...]” (TOLESANI JÚNIOR, 2013, p. 351).

Mesmo diante a inexistência de uma comprovação científica em relação à hipótese da correlação entre o consumo de peixes e os sintomas da síndrome de Haff, autoridades estaduais e municipais dos estados do Pará e do Amazonas emitiram alertas à população durante o recente surto (2021), o que foi propagado fortemente pela imprensa nacional e impactou de forma severa a pesca artesanal nestas unidades da federação.

Em Santarém, cidade com população estimada pelo IBGE em 308.339 habitantes (IBGE, 2021), não foi diferente. Integrados a um contexto econômico que em 2018 indicava um PIB per capita anual de R\$ 16.053,85 (IBGE, 2021) e submetidos à uma crescente precarização imposta à pesca artesanal pela política e pelo mercado, as perdas decorrentes do surto da síndrome de Haff representaram ainda mais vulnerabilidade econômica para os que dependem da atividade pesqueira.

Segundo o coordenador do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Oeste do Pará e do Baixo Amazonas, Manoel dos Santos (2021, *on-line*) a preocupação com os riscos do consumo de peixes afugentou consumidores e reduziu drasticamente a comercialização de pescado na região.

Vale destacar que em toda a região amazônica o pescado constitui a base fundamental de proteína presente no cardápio da população, em especial ribeirinhos do Médio Amazonas, que chegam a consumir mais de 360 (trezentas e sessenta gramas) por dia (CERDEIRA; ISAAC; RUFFINO, 1997).

Além de importante para a subsistência para aqueles que sobrevivem da pesca artesanal, a atividade é de grande relevância para a economia e a cultura das regiões em que ela se desenvolve (RUFFINO, 2000).

Somente para se ter uma noção da variedade de pescado comercializada em Santarém, o Relatório Anual da Produção Pesqueira Desembarcada na Feira do Pescado de 2014, produzido em uma parceria da Universidade Federal do Oeste do Pará com a Colônia de Pescadores Z-20 apresentou 39 (trinta e nove) espécies. Entre elas figuram o Surubim, Pacu, Pescada, Tambaqui, Pirarucu e Jaú (UFOPA; Z-20, 2015).

De acordo com a Secretaria estadual de Pesca e Aquicultura do Pará (*apud* UFOPA; Z-20, 2015, p. 4) relatórios oficiais indicaram “[...] para a cidade de Santarém uma produção pesqueira de 5.746 toneladas desembarcada no período de março a agosto de 2008”.

São números que demonstram a importância da pesca para a economia local. Apesar da distribuição de peixes em Santarém ocorrer por intermédio da Feira do Pescado administrada pela Colônia de Pescadores Z-20, que também comercializa direto para o consumidor final, atravessadores compram e distribuem o produto por outros estabelecimentos da cidade paraense (UFOPA; Z-20, 2015).

Logo, as consequências do recente surto da doença de Haff alcançaram diretamente os pescadores, comerciantes e consumidores, o que de forma indireta, com os impactos na renda e dieta da população santarena afetou toda a dinâmica econômica a ela associada, gerando preocupação das autoridades locais.

A preocupação com a saúde da população santarena e também com o comprometimento da renda de pescadores e vendedores de pescado de Santarém, motivou uma visita de representantes da câmara municipal à feira, acompanhado pelo Diretor de Relações Públicas da Colônia de Pescadores do Município (Z-20) Denílson Cardoso Rodrigues, e ouviu alguns comerciantes e pescadores sobre o impacto negativo nas vendas, após o surgimento da síndrome de Haff (CAMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, 2021).

A sensibilização de autoridades políticas com a crise provocada pelo surto da doença de Haff é algo mais que justificado, afinal a região de Santarém “[...] é considerada um polo de desenvolvimento no oeste do Pará e um dos principais polos de produção pesqueira paraense” (SOUZA, 2020 *apud* ARAÚJO; FARIA JÚNIOR, 2021, p. 219).

O primeiro caso suspeito da doença de Haff no surto que se instalou na região do Baixo Amazonas aconteceu em Santarém e foi registrado no dia 7 de setembro de 2021. As autoridades municipais e no dia 9 de setembro foi publicada a Nota Técnica n. 001/2021 – NTVS/SEMSA, com orientações dirigidas aos profissionais da saúde e um alerta à população quanto a ocorrência de possíveis casos de Doença de Haff em Santarém.

A Nota Técnica n. 001/2021 – NTVS/SEMSA impôs aos profissionais de saúde a obrigação de imediata notificação de casos suspeitos, assim dispendo:

Os casos suspeitos devem ser confirmados de forma imediata. Compreende-se por caso suspeito, o paciente que apresente os seguintes sintomas: mialgia intensa de início súbito, com maior ênfase na região cervical e trapézio, dor nos membros superiores e/ou dorso, membros inferiores sem causa aparente e com alterações de CPK. (NTVS/SEMSA, 2021, *on-line*)

A Nota Técnica do Núcleo Técnico de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Santarém destacou que uma vez fundada a suspeita de que “o surto ocorreu após o consumo de pescado, porém ainda não foi confirmada a espécie que ocasionou a doença, as autoridades de saúde estão investigando os casos para que seja elucidado[...]” (NTVS/SEMSA, 2021, *on-line*).

No dia 10 de setembro, o prefeito Francisco Nélio Aguiar da Silva editou o Decreto n. 995/2021 – GAP/PMS com fundamento na competência municipal para “fiscalizar em

âmbito local a comercialização e o consumo de produtos pesqueiros com vistas a segurança alimentar e para o controle de disseminação de doenças” (SANTARÉM, 2021, *on-line*).

O veto à comercialização de algumas espécies de pescado consta do artigo 1º do Decreto n. 995/2021 – GAP/PMS, que registra *in verbis*:

Art. 1º - Fica proibida, temporariamente, enquanto for recomendado pelas autoridades de saúde pública, a comercialização e o consumo de pescados da espécie tambaqui (*colossoma macropomum*), pacu (*piaractus mesopotamicus*) e pirapitinga (*piaractus brachypomus*), que tenham como origem o Estado do Amazonas, como medida preventiva para conter a ocorrência da Doença de Haff no município. (SANTARÉM, 2021, *on-line*)

O Decreto n. 995/2021 também trouxe diretrizes relativas a necessidade de orientar os pescadores em relação aos cuidados a serem tomados no processo de produção do pescado. Assim dispõe seu artigo 2º:

Art. 2º - O Núcleo Técnico de Vigilância em Saúde – NTVS, através da Divisão Especializada em Vigilância Sanitária promoverá, juntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca – SEMAP, a Colônia de Pescadores Z-20 e as associações de pescadores, a orientação aos pescadores acerca do correto acondicionamento e preservação dos pescados. (SANTARÉM, 2021, *on-line*)

A situação do manuseio de pescado em feiras de Santarém é motivo de uma preocupação justificada. Não é difícil flagras comerciantes manuseando o pescado sem nenhum tipo de equipamento de higiene. A disposição de peixes em balcões expostos e sem refrigeração também é uma constante. De acordo com o G1 – Santarém: “Em alguns casos, o alimento é guardado em recipientes 'vazados' que ficam no chão” (G1, 2014, *apud* COMUNICAÇÃO UFOPA, 2020, *on-line*), ou seja, são evidentes os riscos relacionados à disseminação de Doenças Transmissíveis por alimentos.

Assim sendo, mostra-se acertada a disposição consignada no Decreto n. 995/2021 de promover a orientação dos pescadores em relação a boas práticas no manuseio e acondicionamento do pescado. Afinal, como preleciona Pereira *et al.* (2009, p. 2) se não forem tomados alguns cuidados, os micróbios que contaminam o alimento podem se multiplicar rapidamente e causar doenças. Parasitas, substâncias tóxicas e micróbios prejudiciais à saúde podem entrar em contato com o alimento durante a manipulação e preparo inadequado ou malfeito ou sem higiene ou incorreto. Esse processo é conhecido como contaminação.

A importância de manter o pescado sob refrigeração logo após capturá-lo também é objeto da abordagem de Pereira *et al.* (2009, p. 11) na cartilha da ESALQ ao destacarem que após captura ou despesca o pescado deve ser lavado com água limpa, separado de animais deteriorados, classificado por espécie e tamanho, se houver água limpa o suficiente, deve ser eviscerado, lavado e armazenado sob gelo ou em câmaras frias

Impactos na pesca artesanal e no comércio de pescados santareno

O surto da síndrome de Haff impactou de forma severa a comercialização do pescado em Santarém pois criou cenário extremamente desfavorável para os empresários e

trabalhadores da pesca a média de venda semanal de pescado, que antes variava de 1500 a 2000 quilos de peixes, caiu para bem menos da metade, fazendo com que o volume não comercializado gerasse um estoque. (ALMEIDA, 2021, *on-line*)

Uma situação de extrema gravidade econômica para pescadores e comerciantes da Feira do Pescado, pois como disse o diretor de patrimônio da Colônia Z-20, João Mario dos Santos “[...] não temos como armazenar, pois não dispomos de câmara frigorífica, e como as vendas caíram muito fica até complicado investir em gelo” (SANTOS, 2021, *on-line*).

Com o objetivo de levantar dados que permitissem melhor compreender o impacto da síndrome de Haff junto aos pescadores das comunidades ribeirinhas do baixo Amazonas no município de Santarém-Pará, realizou-se uma pesquisa qualitativa e exploratória com os empreendedores locais.

Entre os empresários das três maiores peixarias, os dados foram coletados através de entrevistas no formato *podcast* com a duração de 5 minutos de gravação e 15 a 30 de conversa preliminares.

O impacto da síndrome de Haff nos negócios bem como as estratégias de enfrentamento foram os principais pontos da investigação.

Uma das empresas que colaboraram com o presente estudo foi a peixaria Piracema, que é destino certo de turistas e da população santarena. Local perfeito para aqueles que apreciam a culinária local feita de pescados.

Dona Vera Lúcia, sócia da empresa, relatou o momento de turbulência que vem enfrentado desde que foi noticiada a ocorrência de possíveis casos da síndrome de Haff na região. Segundo a empresária houve um impacto direto nas vendas de 30% (trinta por cento), o que afetou o fluxo de caixa do empreendimento.

Para manter o negócio funcionando a empresária suspendeu de forma imediata a oferta de seus pratos feitos com tambaqui, espécie em restrição de consumo, e ampliou a oferta de pratos feitos com filé de carne em seu cardápio.

Apesar dos desafios impostos pela síndrome de Haff na região, Dona Vera se manteve otimista em relação ao enfrentamento de mais esse momento conturbado e segue atuando normalmente e mantendo inclusive seu quadro de funcionários.

Os efeitos do surto da síndrome de Haff na economia também foram percebidos na Peixaria Piracatu, de Santiago Lemos e Soaria Lemos.

A peixaria Piracatu é uma empresa tradicional no mercado santareno. De acordo com os proprietários o impacto de 89% (oitenta e nove por cento) nas vendas provocado pela síndrome de Haff tem preocupado bastante a continuidade do negócio.

A estratégia adotada para não fechar as portas devido ao baixo fluxo de clientes tem sido a inclusão no cardápio da venda de Pratos Feitos (PFs) com o fim de melhorar o fluxo de caixa.

Além dos PFs, pratos feitos de outras espécies como Pescada, Surubim e Pirarucu ainda são consumidos no estabelecimento, mas percebe-se um certo receio por parte dos clientes.

Tão logo sejam comprovadas cientificamente as causas da doença, os empresários apostam em estratégias de marketing de relacionamento para retomar a confiança dos clientes e dinamizar o fluxo de clientes.

Na Peixaria Rayana, uma das maiores de Santarém e responsável por gerar emprego e renda para 40 famílias, Ana Caroline, uma das proprietárias, confirmou que também estavam sofrendo com o baixo fluxo de clientes. Devido ao receio da provável contaminação de algumas espécies de peixes da região, deixaram de consumir e frequentar o restaurante.

O cenário, segundo ela não estava favorável para o negócio: “Houve uma queda nas vendas de aproximadamente 80% em nosso estabelecimento”.

Durante a pandemia (Covid-19) a empresa percebeu a importância de manter a segurança de seus clientes evitando aglomerações e respeitando as medidas restritivas de biossegurança. Investimentos foram feitos e houve um incremento na venda por delivery. Os serviços de entrega foram aperfeiçoados e assim foi possível superar a crise imposta pela pandemia.

“Agora com a Síndrome de Haff, o impacto foi muito maior”, Relatou Ana Caroline. “Com a baixa no consumo dos pescados, estamos ampliando nossos pratos de carne e estudando a possibilidade de incluir a galinha caipira em nosso cardápio”. A preocupação da empresa em relação ao compromisso com seus fornecedores de peixe levou ao estabelecimento de parcerias nas aquisições, com o pagamento sendo feito de acordo com as vendas.

As entrevistas permitiram verificar a disposição dos empreendedores em desenvolver estratégias para a superação da crise, mas a queda no consumo de pescado mostrou-se uma realidade evidente que de forma consequente repercute na vida dos pescadores artesanais.

Para levantar dados sobre o impacto da síndrome de Haff junto aos pescadores das comunidades ribeirinhas do baixo Amazonas no município de Santarém-Pará, o grupo de trabalho também realizou uma pesquisa qualitativa e exploratória com pescadores e pescadoras locais.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas que tiveram duração de 15 a 30 minutos.

Em relação aos pescadores das 12 comunidades que fizeram parte da entrevista, o registro compreendeu questões como o grau de instrução, a representatividade da atividade pesqueira na composição da renda familiar, a frequência do consumo de pescado nas refeições durante a semana, o grau de conhecimento sobre a síndrome de Haff, o impacto da síndrome no cotidiano das famílias e as expectativas dos pescadores em relação ao governo e outras instituições com medidas de enfrentamento.

Quanto ao perfil dos respondentes verificou-se que 60% são do sexo Masculino e 40% do sexo Feminino, com idade entre 18 e 60 anos e possuem grau de instrução no ensino fundamental e médio, na proporção de 75% e 25%, respectivamente.

A atividade de pesca tem a maior representatividade na composição da renda familiar dos pescadores. Cerca de 60% dos entrevistados vivem exclusivamente da pesca para suprir suas necessidades básicas de alimentação, vestuário, higiene e limpeza, saúde e educação. Os outros 40% tem suas rendas compostas por atividades pesqueiras, agricultura familiar e benefícios como bolsa família e aposentadorias.

Vale ressaltar que as atividades de agricultura familiar são possíveis somente no período da vazante dos rios.

Com a divulgação pelos meios de comunicação de massa dos casos relacionados a Síndrome de Haff e as espécies como Pacu, Pirapitinga e o Tambaqui sendo associados possível causadores da doença, o medo se instalou na população santarena, que deixou de consumir o pescado, causando um colapso na atividade pesqueira.

Apesar da mídia e das autoridades municipais deixarem claro quais eram as espécies com restrição de consumo, grande parte da população deixou de consumir peixe nas refeições, o que provocou na queda de 90% no fluxo de clientes aos mercados.

Para os pescadores entrevistados, que vivem exclusivamente da pesca a situação ficou bem difícil. Quando questionados sobre a síndrome de Haff, 60% dos respondentes afirmaram ter conhecimento da doença, mas que não acreditam que os rios da região estejam contaminados e seguiram consumindo os peixes normalmente incluindo as espécies em restrição.

Para a maioria dos entrevistados a contaminação aconteceria somente nas espécies criadas em viveiros e atribuem a causa na procedência do armazenamento inadequado da ração consumidas pelos peixes nessa prática.

Apesar dos riscos de uma provável contaminação, essas famílias dos pescadores artesanais mantiveram o hábito de consumir peixe em suas principais refeições sete vezes por semana. Contudo, neste sentido, assumir os riscos de uma eventual contaminação tornou-se uma questão de sobrevivência.

Entre os 40% dos entrevistados que acreditam na existência da doença, mas seguem consumindo peixes evitando as espécies em restrição, estão entre aqueles que não possuem a atividade de pesca como a única fonte de renda familiar, possuem alguma atividade ligada a agricultura familiar como o plantio de feijão, e contam com algum benefício como bolsa família e aposentadorias.

O hábito de consumo de peixe nas principais refeições varia entre três e quatro vezes por semana.

Considerando a real situação causada pela Síndrome de Haff no cotidiano das comunidades ribeirinhas foi possível observar além do impacto financeiro, o fator psicológico é presente na maioria dos entrevistados.

Relatos de pescadores que não vem dormindo de forma tranquila, preocupados em como prover o sustento da família até que os estudos comprobatórios das reais causas da contaminação dos peixes sejam concluídos, foram uma constante durante as entrevistas.

A relação com a impossibilidade de trabalhar e a falta de demanda para a comercialização das espécies não restritivas tem potencializado o agravamento do fator psicológico dos pescadores.

O apoio da Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20 de Santarém, doações por meio das ONG's e o Auxílio por parte do Governo estão dentro das principais perspectivas para o enfrentamento da crise.

Para isso, o envolvimento dos pescadores e pescadoras nas reuniões, debates e regularização junto a Z-20 constituiu fator importante para os possíveis encaminhamento junto ao governo.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO; Nayara Santos; FARIA JÚNIOR, Charles Hanry. Pescadores e botos: percepção e comportamento na pesca realizada na orla, Porto dos Milagres, Lago do Mapiiri e Região do Arapixuna, Santarém-PA. In: ALCÂNTARA, Aline Marculino de [et al.]. **Pesca e Aquicultura: Desafios na Amazônia Paraense**. Ananindeua: Ed. Itacaiúnas, 2021.

CARDOSO, Arthur Cássio de Sousa; SERRÃO, Lilian Carla Neves. Caracterização da pesca artesanal da Vila Alter do Chão, Santarém-Pará. In: **Jornada Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará**. Disponível em: <<http://ufopa.edu.br/anaisdajornada/3/resumo/227/caracterizacao-da-pesca-artesanal-da-vila-alter-do-chao-santarem-para>>. Acesso em: 17 de nov., 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM. **Preocupado com a saúde da população e a renda dos pescadores e vendedores, o Vereador Biga Kalahare visita Feira do Pescado de Santarém**. 10 de set., 2021. Disponível em: <<https://santarem.pa.leg.br/preocupado-com-a-saude-da-populacao-e-a-renda-dos-pescadores-e-vendedores-o-vereador-biga-kalahare-visita-feira-do-pescado-de-santarem/>>. Acesso em: 22 de nov., 2021

CERDEIRA, R.G.P.; ISAAC, V.J.; RUFFINO, M.L. Captura de pescado nas comunidades ribeirinhas do Lago Grande de Monte Alegre-PA, Brasil. In: **Recursos pesqueiros do médio Amazonas: Biologia e estatística pesqueira**. Brasília: IBAMA, 1997. p. 281-316.

IBGE. **Santarém: panorama**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/santarem/panorama>>. Acesso em: 22 de nov., 2021.

MORAES, Raquel M. de [et al.]. **Doença de Haff associada à ingestão de tambaqui (Colossoma macropomum) na Amazônia brasileira**. 2016. Disponível em: <<http://www.sbmt.org.br/medtrop2016/wp-content/uploads/2016/11/10211-Doenc%CC%A7a-de-Haff-associada-a-%CC%80-ingesta%CC%83o-de-tambaqui.pdf>>. Acesso em: 22 de nov., 2021.

NTVS/SEMSA. **Nota Técnica n. 001/2021 – NTVS/SEMSA**, de 09 de setembro de 2021. Dispõe sobre alerta aos profissionais da saúde e informe à população em geral quanto a ocorrência de possíveis casos de Doença de Haff em Santarém. Disponível em: <<https://transparencia.santarem.pa.gov.br/portal/documentos/decreto-no-9952021-gappms-de-10-de-setembro-de-2021-613be23a61944>>. Acesso em: 23 de nov., 2021.

PEREIRA, Douglas Souza [et al.]. **Boas Práticas para Manipuladores de Pescado: O Pescado e o Uso do Frio**. Piracicaba: Universidade de São Paulo – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), 2009.

RUFFINO, M. L. Manejo dos Recursos Pesqueiros no Médio Amazonas. In: IBAMA (org.). **Recursos pesqueiros do médio Amazonas: Biologia e estatística pesqueira**. Brasília: IBAMA, 2000. p. 115-140.

SANTARÉM. **Decreto n. 995 – GAP/PMS**, de 10 de setembro de 2021. Dispõe sobre a proibição de comercialização de pescados da espécie Tambaqui, Pacu e Pirapitinga, oriundos do estado do Amazonas no Município de Santarém como medida de barreira sanitária contra vetores da doença de Haff e dá outras providências. Disponível em: <<https://transparencia.santarem.pa.gov.br/portal/documentos/decreto-no-9952021-gappms-de-10-de-setembro-de-2021-613be23a61944>>. Acesso em: 23 de nov., 2021.

COMUNICAÇÃO UFOPA. **Pesquisa analisa manuseio de pescado em feiras de Santarém, PA**. 22 de jun., 2020. Disponível em: <<http://www.ufopa.edu.br/comunicacao/comunica/jornalismo/ufopa-na-midia-2/2014/novembro/pesquisa-analisa-manuseio-de-pescado-em-feiras-de-santarem-pa/>>. Acesso em: 23 de nov., 2021.

SANTOS, G. M.; SANTOS, A. C. M. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (54), 2005.
Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200010>. Acesso em: 19 de nov., 2021.

SILVA, Adriano Prysthon da. **Pesca artesanal brasileira**: aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos. 2014. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/995345/pesca-artesanal-brasileira-aspectos-conceituais-historicos-institucionais-e-prospectivos>>. Acesso em: 17 de nov., 2021.

TOLESANI JÚNIOR, Oswaldo [*et al.*]. Doença de Haff associada ao consumo de carne de *Mylossoma duriventre* (pacu-manteiga). **Rev. Bras. Ter. Intensiva**. 25(4), 2013, p. 348-351. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbti/a/Qh4fVd7m9bq4SfVjYzDQ5FR/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20doen%C3%A7a%20de%20Haff%20%C3%A9%20uma%20doen%C3%A7a%20emergente%20que%20foi,nenhuma%20toxina%20tenha%20sido%20identificada>>. Acesso em: 19 de nov., 2021.

UFOPA; Z-20. **Relatório Anual da Produção Pesqueira Desembarcada na Feira do Pescado, Santarém-PA**. Santarém: UFOPA, 2015.

Nota Técnica

10. A EXPANSÃO DAS FINTECHS NO BRASIL

Ana Carolina Tosetti Davanço⁵⁶

Resumo Executivo

A nota técnica apresenta um mapeamento das fintechs no mercado brasileiro, a partir da Dissertação de Mestrado defendida pela autora sobre estas organizações inovadoras do sistema financeiro.

Palavras-chave: Fintechs. Inovação financeira. Mercado financeiro.

O que são fintechs

Em praticamente todo o mundo, inclusive no Brasil, sobressai, nos últimos anos, a expansão das empresas que apresentam novas soluções financeiras para os desafios e nichos do mercado. Em geral, essas novas empresas expõem, tanto no mercado de pessoas físicas quanto no de pessoas jurídicas, soluções mais ágeis do que as ofertadas pelos grandes bancos (CHISHTI; BARBERIS, 2017; SIQUEIRA, ALBINO; DINIZ, 2018).

A essas empresas que geram serviços financeiros disruptivos, que se caracterizam por seu formato digital, modelo de negócio do tipo startup e que atuam em vários segmentos de mercado das pessoas físicas e jurídicas (crédito, investimentos, *crowdfunding*, meios de pagamento, seguro e outros) deu-se o nome de fintechs - termo derivado da contração em inglês de *Financial Technology*.

As fintechs apresentam soluções financeiras novas em vários segmentos do mercado. Veja-se o caso do mercado de crédito. Em vários aspectos, este segmento demandava e demanda ainda soluções novas por parte das empresas que aí atuam. Assim, esta demanda de inovações fica evidente no que diz, por exemplo, Margot Greenman, que é executiva, CEO e cofundadora da Captalys, plataforma de infraestrutura de crédito, em entrevista ao Valor Econômico⁵⁷, sobre a dificuldade dos grandes bancos em atenderem as necessidades dos clientes e a importância das fintechs hoje no mercado de crédito:

o mercado de crédito deve ser visto do ponto de vista holístico. Isto é, entender que não se trata apenas de dar dinheiro e tentar recebê-lo de volta. Você precisa saber para que, qual será a finalidade desse dinheiro. Somente assim é possível desenhar um produto para esse fim. E é isso que não acontece com as grandes instituições. Esse caminho holístico será o futuro do crédito, no qual produtos específicos serão desenhados. Se você empresta dinheiro [por exemplo] para os caminhoneiros que transportam produtos agrícolas, é preciso considerar que o agronegócio tem entressafra e, nesse período, eles não têm fretes, nem fluxo de caixa. Eles não vão me pagar [...]. Mas se eu tiver um produto que se adapte à realidade dele, vamos lhe facilitar a vida e vamos receber.

⁵⁶ **Ana Carolina Tosetti Davanço.** Mestra em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Especialista em Gestão Pública pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Graduação em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁵⁷ Edição de 11/3/2022, <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2022/03/11/toda-empresa-sera-uma-fintech-num-futuro-proximo-diz-fundadora-da-captalys.ghtml>.

O impacto das fintechs no mercado financeiro

Autores como Alcarva (2018) e Figo e Lewgoy (2019) destacam os impactos das fintechs no sistema financeiro, especialmente em relação aos consumidores. Figo e Lewgoy (2019, p. 6) afirmam que:

As fintechs concorrem com os bancos e lançam produtos financeiros mais simples e baratos, pela internet. Hoje, pode-se ter uma conta e um cartão gratuito, tomar um empréstimo com juros menores ou investir com retornos maiores.

De Paula e Macahyba (2022, *on-line*), em artigo no Valor Econômico em 18 de abril de 2022, apontam, na definição de fintechs, para os aspectos tecnológicos, e, a partir daí, suas consequências no sistema financeiro:

As fintechs são empresas que redesenham a área de serviços financeiros com processos baseados em novas tecnologias, como Inteligência Artificial, Computação em Nuvem e Big Data, para criar um ambiente totalmente digital e automatizado. Isto permite que tais empresas funcionem de maneira remota, sem a necessidade de agências físicas ou mesmo de operadores humanos. Uma das vantagens desta iniciativa é a maior acessibilidade por parte dos clientes promovidas pela difusão dos serviços financeiros através de smartphones, permitindo em tese maior agilidade, melhores condições e taxas vinculadas ao serviço. Ao possuírem um custo operacional consideravelmente menor face às instituições tradicionais, elas podem cobrar um valor inferior aos seus clientes pelo serviço financeiro.

Simões e Palermo (2022, *on-line*), também em artigo no Valor Econômico, em 3 de junho de 2022, enfatizam o dinamismo e a característica digital das fintechs:

Com apenas o toque da tela de seu celular, [o cliente] poderá realizar [...] contratações, com a liberdade e rapidez que antes era limitada, necessitando passar por portas giratórias, por filas e senhas. No universo das fintechs o dinamismo está presente desde o momento do download do aplicativo até a finalização da aquisição do produto desejado. [...] Todo e qualquer relacionamento dentro desse cenário é realizado por meios móveis, conexão via internet e zero contato humano, perfazendo a declaração do cliente, de onde ele vive, renda e motivos pelo qual deseja adquirir determinado produto.

Portanto, é crescente a importância e, por consequência, a expansão das fintechs no mercado financeiro brasileiro.

Registre-se que o contexto brasileiro foi um fator adicional de fomento às fintechs. No Brasil, a elevada e histórica concentração bancária, impulsionada sobretudo a partir do período hiperinflacionário e do Plano Real, em 1994, levou a que os grandes bancos viessem a se caracterizar hoje por taxas de juros, tarifas e lucros excessivamente elevados, bem como por grande insatisfação de clientes. Neste contexto, uma das diretrizes do Banco Central brasileiro, nos últimos anos, buscando alterar este quadro, tem sido uma maior flexibilização das regras visando o fomento às fintechs e o conseqüente incremento de produtos e serviços financeiros inovadores. Entretanto, isto tem gerado intenso debate - ainda em aberto - sobre as assimetrias regulatórias entre os grandes bancos e as fintechs.

Desta forma, esta nota técnica objetiva apresentar um breve perfil da evolução das fintechs no Brasil, a partir de dois dos principais levantamentos sobre o tema no Brasil: pesquisas nacionais realizadas pela Distrito e pesquisas da ABFintechs.

Um mapeamento das fintechs no Brasil

O Distrito assume-se como um “hub de inovação”, que busca conectar startups, empresas e investidores. O hub divulgou em 2020, com os dados de 2019, a segunda edição anual do Distrito Fintech Report. O relatório disponibiliza, de maneira sistematizada, os principais levantamentos do banco de dados do hub, bem como de informações públicas e abertas oriundas de pesquisas de outras instituições.

Os critérios para a seleção das startups que compõem o relatório são:

Ter a inovação no centro do negócio, seja na base tecnológica, no modelo de negócios ou na proposta de valor; [...]; estar em atividade no momento da realização do estudo, medido pelo status do site e atividade em redes sociais; [...]; desempenhar atividade diretamente relacionada ao setor estudado; ter nacionalidade brasileira e operar atualmente no Brasil (DISTRITO FINTECH REPORT, 2020, p.4).

Ainda em relação à metodologia, o Distrito Fintech Report (2020, p. 4), afirma:

temos uma preocupação explícita em trazer apenas aquilo que conferimos individualmente como se enquadrando nos critérios de seleção do estudo. Isso significa remover startups que não são do Brasil, não têm sinais de atividade, não têm site, ou não passaram do estágio mais inicial de ideação. Startups que se enquadram nessas descrições muitas vezes representam a maior parte das verificadas em outros bancos de dados. [...]. Evitamos igualmente trazer aquelas que, apesar de possuírem uma base tecnológica ou foco na inovação em alguma capacidade, têm um longo histórico como empresa tradicional e forte apelo à tradição. Reconhecemos que existe subjetividade nesse critério, mas entendemos que a forma como filtramos as informações nos permite trazer o maior valor possível a quem as consome.

O relatório da Distrito mostra, conforme a Tabela 1, que as fintechs representaram, em 2019, 35,6% do total das startups no Brasil.

Tabela 1 - Participação das fintechs e outras modalidades no total de startups no Brasil, 2019

	Startups	%
FinTechs	742	35,6%
Mobilidade	300*	14,4%
Outros	269*	12,9%
HrTech	242*	11,6%
Proptech	238*	11,4%
RetailTech	148*	7,1%
AdTech	146*	7,0%
Total	2084*	100%

Fonte: Distrito Fintech Report, (2020, p.55). * Números estimados. Extraído de DAVANÇO (2022).

A Distrito classifica as fintechs em categorias de atuação no mercado, conforme exposto no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Fintechs e suas atuações

Nome	Atuação
Backoffice	Software e serviços para gerenciar diferentes áreas da vida financeira de empresas.
Câmbio	Tecnologia e serviços para facilitar o fluxo de valores entre diferentes países e moedas.
Cartões	Startups que oferecem cartões de diferentes tipos.
Crédito	Sistemas de oferta e concessão de crédito com base tecnológica.
Criptomoedas	Tecnologia <i>blockchain</i> e sua aplicação em moedas virtuais.
<i>Crowdfunding</i>	Plataformas e serviços que unem grupos heterogêneos de contribuintes financeiros para um propósito específico.
Dívidas	<i>Startups</i> que lidam com dívidas do ponto de vista do credor e do devedor.
Fidelização	Plataformas e sistemas que visam gerar fidelização e retenção de funcionários e clientes.
Finanças pessoais	Produtos e serviços que oferecem gestão, <i>tracking</i> e educação relativos à vida financeira da pessoa física.
Investimentos	Plataformas e serviços que permitem que usuários invistam dinheiro e obtenham retornos em diferentes classes de ativos.
Meios de pagamento	Serviços, produtos e tecnologias de facilitação e processamento de pagamentos.
Risco e <i>compliance</i>	Análise e comprovação de informações e dados de empresas, clientes e mais.
Serviços digitais	Empresas que oferecem serviços financeiros e bancários administrados de forma digital.
Tecnologia	Provedores de tecnologia de base para outras empresas e instituições financeiras.

Fonte: Distrito Fintech Report (2020, p. 11). Extraído de DAVANÇO (2022).

É nítida a evolução do número de fintechs no Brasil. O acumulado de fintechs no país passou de 125 em 2010 para 742 em 2019, conforme exposto na Tabela 2 a seguir.

Tabela 2 - Evolução das fintechs, por ano de abertura, no Brasil

Ano	Nº de fintechs (acumulado)	Nº de fintechs por ano
1987	1	1
1989	2	1
1991	3	1
1993	5	2
1995	7	2
1996	10	3
1997	14	4
1999	16	2
2000	25	9
2001	31	6
2002	37	6
2003	44	7
2004	54	10
2005	60	6
2006	65	5
2007	76	11
2008	87	11
2009	105	18
2010	125	20
2011	153	28
2012	195	42
2013	231	36
2014	295	64
2015	374	79
2016	471	97
2017	590	119
2018	692	102
2019	742	50

Fonte: Distrito Fintech Report (2020, p. 23). Extraído de DAVANÇO (2022).

O volume e o crescimento dos investimentos envolvidos nas fintechs brasileiras são também expressivamente relevantes. Conforme o Distrito Fintech Report (2020, p. 53), nos últimos anos, no Brasil, o volume de investimentos passou de US\$ 59 milhões em 2015 para US\$ 910 milhões em 2019 (aumento de mais de 15 vezes)⁵⁸, consoante a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Capital de investimentos em Fintechs, Brasil, 2015-2019

	Volume de investimentos (em milhões de US\$)	Número de novos negócios
2015	59	22
2016	175	32
2107	222	49
2018	321	44
2019	910	64

Fonte: Distrito Fintech Report (2020, p. 53). Extraído de DAVANÇO (2022).

Quanto aos de modelos de negócios, a distribuição das fintechs no Brasil, em 2019, mostrava amplo predomínio do modelo *business to business* (empresa para empresa) ou B2B (55,8%). Em outras palavras, a maior parte das fintechs atende a outras empresas, especialmente as pequenas e médias⁵⁹. O segundo modelo de negócios em participação é o *business to consumer* (de empresa para consumidor) ou B2C (28,4%), conforme exposto na Tabela 4.

Tabela 4 - Modelos de negócios das fintechs, Brasil, 2019

Negócio	Total de fintechs	Participação (%)
B2B	414*	55,8
B2C	211*	28,4
B2B E B2C	80*	10,8
BEB2C	37*	5,0

Fonte: Distrito Fintech Report (2020, p. 25). * Números estimados. Extraído de DAVANÇO (2022).

A partir da classificação das fintechs feita pela Distrito Fintech Report (2020, p. 33), a pesquisa apontou a seguinte distribuição do total de fintechs por tipo em 2019: verifica-se pela Tabela 5 que as maiores concentrações de fintechs residem nas categorias de

⁵⁸ Pesquisa da Innovate Finance 2022, com base no ranking global, mostrou que o Brasil ocupava a quinta posição nos investimentos mundiais em fintechs, que, em 2021, totalizaram US\$ 102 bilhões no mundo. A ordem das cinco primeiras posições foi: EUA, US\$ 46 bilhões; Reino Unido, US\$ 11,6 bilhões; Irlanda, US\$ 6,3 bilhões; Alemanha, US\$ 4,4 bilhões; Brasil, 3,8 bilhões.

⁵⁹ Entre os vários serviços oferecidos pelas fintechs às pessoas jurídicas estão o crédito, as cobranças de dívidas, os pagamentos, a gestão financeira e contábil, os bancos digitais e o *equity crowdfunding* (inversões online em startups e em companhias em crescimento), entre outros.

meios de pagamento (16,4%), crédito (15,8%), *backoffice* (15,1%), risco e *compliance* (9,2%), criptomoedas (6,6%) e serviços digitais (6,1%).

Tabela 5 - Distribuição das fintechs, por categoria, Brasil, 2019

Categoria	Total	%
<i>Backoffice</i>	112	15,1
Câmbio	15	2,0
Cartões	12	1,6
Crédito	117	15,8
Criptomoedas	49	6,6
<i>Crowdfunding</i>	37	5,0
Dívidas	17	2,3
Fidelização	37	5,0
Finanças pessoais	33	4,4
Investimentos	43	5,8
Meios de pagamento	122	16,4
Risco e <i>compliance</i>	68	9,2
Serviços digitais	45	6,1
Tecnologia	35	4,7
TOTAL	742	100,0

Fonte: Distrito Fintech Report (2020, p. 33). Extraído de DAVANÇO (2022).

A distribuição das fintechs por Estado da Federação, exposta na Tabela 6, mostra uma clara concentração em SP (53,6%), seguido do RJ (7,8%) e MG (7,6%) - na Região Sudeste -, e RS (5,9%), na Região Sul.

Tabela 6 - Concentração das fintechs, por Estado, Brasil, 2019

Estado	Fintechs*	Participação por Estado (%)
Acre	-	-
Alagoas	2	0,3
Amapá	-	-
Amazonas	2	0,3
Bahia	8	1,1
Ceará	5	0,7
Distrito Federal	15	2,0
Espírito Santo	10	1,3
Goiás	10	1,3
Maranhão	-	-
Mato Grosso	1	0,1
Mato Grosso do Sul	1	0,1
Minas Gerais	56	7,6
Pará	4	0,5
Paraíba	2	0,3
Paraná	54	7,3
Pernambuco	9	1,2
Piauí	3	0,4
Rio de Janeiro	58	7,8
Rio Grande do Norte	4	0,5
Rio Grande do Sul	44	5,9
Rondônia	2	0,3
Roraima	-	-
Santa Catarina	50	6,7
São Paulo	398	53,6
Sergipe	3	0,4
Tocantins	1	0,1

Fonte: Distrito Fintech Report (2020, p. 22). * Números estimados. Extraído de DAVANÇO (2022).

As fintechs mais acessadas no Brasil, em 2019, são expostas na Tabela 7 a seguir.

Tabela 7 - Fintechs mais acessadas, Brasil, 2019

Fintechs	Acessos
Nubank	5,7 M
Creditas	2,2 M
Vakinha	2,2 M
Ebanx	1,8 M
Meliuz	1,6 M
Konkero	1,4 M
Melhor Câmbio	1,4 M
Toro Investimentos	1,4 M
Guia Bolso	1,3 M
Acordo Certo	1,2 M
BomPraCrédito	1,2 M
ContaAzul	1,1 M
PicPay	1,1 M

Fonte: Distrito Fintech Report (2020, p. 29). Obs.: excluído o PagSeguro, uma vez que ele compartilha seu domínio com todos os outros canais do UOL. Extraído de DAVANÇO (2022).

Em termos de emprego, a Pesquisa Distrito Fintech Report (2020) mostrou, conforme a Tabela 8, que 88% dos postos de trabalho nas fintechs se distribuem em seis segmentos de fintechs: meios de pagamento (33%), serviços digitais (22,2%), crédito (10,7%), risco e compliance (7,7%), tecnologia (7,5%) e backoffice (6,9%).

Tabela 8 - Emprego nas fintechs por segmento, Brasil, 2019

Segmento de fintech Segundo a Distrito	Número de pessoas trabalhando no segmento de fintechs	% do segmento de Fintech no total do emprego em fintechs
Backoffice	6.059	6,9%
Câmbio	733	0,8%
Cartões	1.173	1,3%
Crédito	9.336	10,7%
Criptomoedas	1.333	1,5%
Crowdfunding	462	0,5%
Dívidas	671	0,8%
Fidelização	1.605	1,8%
Finanças pessoais	1.447	1,7%
Investimentos	3.082	3,5%
Meios de pagamento	28.902	33,0%
Risco e compliance	6.699	7,7%
Serviços digitais	19.444	22,2%
Tecnologia	6.584	7,5%
Total	87.530	100%

Fonte: Distrito Fintech Report (2020, p. 28). Extraído de DAVANÇO (2022).

Um ponto a destacar é que as fintechs que atuam no Brasil começam a enfrentar a

concorrência internacional de outras fintechs. É o caso, por exemplo, dos anúncios de atuação em breve no país por parte das fintechs europeias Revolut (Reino Unido) e N26 (Alemanha), conforme noticiou o jornalista Lucas Agrela, em matéria no Estadão, em 5/6/2022:

Tanto a Revolut quanto a N26 vão atuar no Brasil, inicialmente, como fintechs de crédito. Sendo assim, podem oferecer conta de pagamentos, cartão de crédito e financiamentos com recursos próprios. Com o tempo, ambas planejam ampliar o escopo de serviços – e não descartam aquisições. [...] Além do Nubank, Revolut e N26 terão muita competição no mercado brasileiro, como o Banco Inter, C6 Bank, Neon e Original. A competição também vem dos grandes bancos, com o Itaú, do Itaú, e o Next, do Bradesco, além da conta digital do BTG Pactual. [...]. As empresas dizem olhar para o Brasil com visão de longo prazo e se propõem a oferecer aplicativos para celular que ajudam a organizar os gastos e a melhorar a relação com o dinheiro. [...]. Enquanto a Revolut tem a ambição de conquistar o consumidor que deseja ter uma conta global que permita a gestão de ativos como dólar, euro, criptomoedas, entre outros, o N26 é mais focado na gestão dos gastos do dia a dia. [...] No contexto mundial, a Revolut quer ser um superapp financeiro. A América Latina ainda estava fora da operação principal, e agora Brasil e México entraram no radar da empresa. 'Nossa proposta é levar facilidade e acesso a soluções financeiras, independentemente do cenário econômico do País. No Brasil, temos um mercado muito disputado por fintechs, mas não ainda com as melhores soluções¹, diz o presidente da Revolut no Brasil. [...] [Por sua vez, o presidente da N26 afirma:] 'A primeira geração de fintechs melhorou a relação do consumidor com os bancos. Mas ainda falta melhorar a relação do brasileiro com o dinheiro. Muitos ainda gastam mais do que ganham e nem gostam de pensar em dinheiro. Queremos resolver isso'. [...]. O N26 também prepara uma solução para orientar decisões financeiras, como a alocação de investimentos, retomando de forma digital a figura do gerente bancário – mas sem estimular a contratação de produtos e serviços que não façam sentido apenas para cumprir metas (AGRELA, 2022, *on-line*).

Vale mencionar também que o segmento das fintechs, assim como acontece com praticamente todo o mercado financeiro no Brasil, ainda tem muito a avançar visando ampliar a diversidade dos seus quadros. A Pesquisa Fintechs Deep Dive (2018) mostrou que 90% dos quadros das fintechs no Brasil eram do sexo masculino; 7% apenas, feminino, sendo que 3% não informaram o sexo. Já a pesquisa de 2020 evidenciou um cenário de pouco progresso na questão da diversidade: 63% das fintechs pesquisadas eram formadas apenas por homens; somente 21% das fintechs tinham ao menos uma mulher; e em 16% delas o gênero não foi informado. As pesquisas mais conhecidas sobre as fintechs não trazem informações sobre a participação de pessoas LGBTQIA+, negras, moradores de periferias, portadores de deficiência entre outras. Essa lacuna de informações já indica que a questão da diversidade é de fato um dos pontos críticos em termos de gestão de pessoas nas fintechs.

Por fim, cumpre dizer que o tema das fintechs ainda requer a realização de uma série de novas pesquisas científicas em diferentes áreas, desde a própria questão da tipologia, passando pelo perfil detalhado dos empreendedores e trabalhadores em fintechs, até temas como a regulação, relacionamento entre as próprias fintechs e a relação entre os grandes bancos e as fintechs, a inovação aberta e o ecossistema de inovações, entre outros.

Referências Bibliográficas

ALCARVA, P. Banca 4-Revolução Digital. Fintechs, blockchain, criptomoedas, robotadvisers e crowdfunding. Coimbra: Actual, 2018.

CHISHTI, S.; BARBERIS, J. A revolução fintech: o manual das startups financeiras. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

DAVANÇO, Ana Carolina Tosetti. Fintechs: Tipificação no mercado brasileiro. 2022. 202f. Dissertação (em Administração). Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, SP.

DE PAULA, L.F.; MACAHYBA, L. Fintechs e as inovações financeiras recentes. Valor, 15,16, 17 e 18 abril 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/fintechs-e-as-inovacoes-financeiras-recentes.ghtm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

FIGO, A.; LEWGOY, J. O guia essencial das Fintechs. São Paulo: Abril Comunicações SA, 2019.

PESQUISA FINTECH DEEP DIVE 2020. Disponível em: https://www.abfintechs.com.br/_files/ugd/27398d_14791550cc8740b5b5deaf72d8a703ed.pdf . Acesso em: 13 de novembro de 2021

SIMÕES, P.; PALERMO, A. D. Uma nova era para as fintechs. Valor, 3 junho 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/uma-nova-era-para-as-fintechs.ghtml>. Acesso em: 15 de junho de 2022

SIQUEIRA, E.S.; ALBINO, R. DINIZ, E.H. Fintech Social: Definição, Categorização e Ilustrações Empíricas. Twenty-fourth Americas Conference on Information Systems, New Orleans, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Viviam/Downloads/PAPER-608-FINAL.pdf>. Acesso em 25 março de 2022

V- GESTÃO, GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

Nota Técnica

11. PROGRAMAS DE COMPLIANCE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EVOLUÇÃO DA REGULAMENTAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO AOS PEQUENOS EMPREENDEDORES

Guilherme Henrique
Miguel Angelo de Melo

Resumo Executivo

A presente nota técnica tem como objetivo mostrar as diferenças advindas com a nova regulamentação da Lei 12.846/13 feitas pelo decreto 11.129/22 no tratamento das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se relacionam com o poder público federal no que diz respeito aos critérios para a identificação e avaliação de programas de integridade.

Palavras-chave: Integridade. Programa. Parâmetros.

Quadro Comparativo

Decreto 8.420/15	Decreto 11.129/22
<p>O Art. 41 trazia como conceito de programa de integridade como sendo “um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira”.</p> <p>Em seu parágrafo único aponta que tal programa deva obedecer a uma proporcionalidade com a pessoa jurídica, ou seja, ser aplicado e atualizado de acordo com suas características e riscos, visando garantir a sua efetividade.</p>	<p>O Art. 56 do novo decreto manteve parcialmente a redação contida no Art. 41 do decreto anterior, atribuindo ao inciso I parcialmente a parte dispositiva do caput anterior que os objetivos do programa de integridade são: detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.</p> <p>Agora o inciso I ao invés de “detectar e sanar desvios” também cabe ao programa de integridade a prevenção. E em seu inciso II estipula que o referido programa de integridade tem o objetivo também de fomentar e manter uma cultura de integridade no ambiente organizacional, redação que não constava no caput do revogado decreto.</p>

Estabelece a lei que, para fins do disposto no inciso VIII do caput do art. 7º da Lei nº 12.846, de 2013, o programa de integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com parâmetros estabelecidos no Art. 57, no entanto, há algumas diferenças dos parâmetros estabelecidos pelo Art. 42 do antigo decreto onde era disciplinado o mesmo tema.

<p>Decreto 8.420/15 - Art. 42</p> <p>I - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;</p> <p>IV - treinamentos periódicos sobre o programa de integridade;</p> <p>V - análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;</p> <p>VIII - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;</p> <p>X - canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;</p> <p>XIII - diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;</p> <p>XVI - transparência da pessoa jurídica quanto a doações para candidatos e partidos políticos.</p>	<p>Decreto 11.129/22 - Art. 57 - comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa, bem como pela destinação de recursos adequados;</p> <p>IV - treinamentos e ações de comunicação periódicos sobre o programa de integridade;</p> <p>V - gestão adequada de riscos, incluindo sua análise e reavaliação periódica, para a realização de adaptações necessárias ao programa de integridade e a alocação eficiente de recursos;</p> <p>VIII - procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, como pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;</p> <p>X - canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e mecanismos destinados ao tratamento das denúncias e à proteção de denunciante de boa-fé;</p> <p>XIII - diligências apropriadas, baseadas em risco, para:</p> <p>a) contratação e, conforme o caso, supervisão de terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, despachantes, consultores, representantes comerciais e associados;</p> <p>b) contratação e, conforme o caso, supervisão de pessoas expostas politicamente, bem como de seus familiares, estreitos colaboradores e pessoas jurídicas de que participem; e</p>
---	--

	c) realização e supervisão de patrocínios e doações;
--	--

Diferenças nos parâmetros de avaliação dos programas de integridade

No mesmo artigo, em seu § 1º diz que na avaliação dos parâmetros de que trata o caput, serão considerados o porte e as especificidades da pessoa jurídica, por meio de aspectos como:

Diferenças na avaliação dos parâmetros do programa de integridade

Decreto 8.420/15 – Art. 42 § 1º	Decreto 11.129/22 – Art. 57 § 1º
<p>II - a complexidade da hierarquia interna e a quantidade de departamentos, diretorias ou setores;</p> <p>III - a utilização de agentes intermediários como consultores ou representantes comerciais;</p> <p>VI - o grau de interação com o setor público e a importância de autorizações, licenças e permissões governamentais em suas operações;</p> <p>VIII - o fato de ser qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.</p>	<p>II - o faturamento, levando ainda em consideração o fato de ser qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;</p> <p>III - a estrutura de governança corporativa e a complexidade de unidades internas, tais como departamentos, diretorias ou setores, ou da estruturação de grupo econômico;</p> <p>IV - a utilização de agentes intermediários, como consultores ou representantes comerciais;</p> <p>VII - o grau de interação com o setor público e a importância de contratações, investimentos e subsídios públicos, autorizações, licenças e permissões governamentais em suas operações;</p>

Acrescente-se ainda que no revogado decreto (8.420/15) havia em seu Art. 42 § 3º que as microempresas e as empresas de pequeno porte teriam reduzido as formalidades dos parâmetros previstos no referente artigo não se exigindo, especificamente, os incisos III, V, IX, X, XIII, XIV e XV do caput. Assim estariam dispensadas as mencionadas pessoas jurídicas de:

(III) Estabelecer padrões de conduta, código de ética e políticas de integridade estendidas, quando necessário, a terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

(V) Realizar análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao programa de integridade;

(IX) Possuir independência, estrutura e autoridade da instância interna responsável pela aplicação do programa de integridade e fiscalização de seu cumprimento;

(X) Conter canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciante de boa-fé;

(XIII) Haver diligências apropriadas para contratação e, conforme o caso, supervisão, de terceiros, tais como, fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;

(XIV) Fazer a verificação, durante os processos de fusões, aquisições e reestruturações societárias, do cometimento de irregularidades ou ilícitos ou da existência de vulnerabilidades nas pessoas jurídicas envolvidas;

(XV) E por último manter um monitoramento contínuo do programa de integridade visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência dos atos lesivos previstos no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

Considerações finais

A previsão de facilitação na avaliação de seus programas de integridade não se encontra mais no novo decreto 11.129/22, fazendo com que as microempresas e empresas de pequeno porte tenham que ter estruturado em seu estatuto e modo de operação o programa completo de integridade, o que não faz com que haja uma desproporção da nova legislação com tais empresas, visto que, ainda sim, para a aferição de seu programa serão considerados o porte e as especificidades da pessoa jurídica, por meio de aspectos como os previstos no § 1º do Art. 57.

Referências Bibliográficas

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11129.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8420impresao.htm

Nota Técnica

12. RANKING DE COMPETITIVIDADE E SUSTENTABILIDADE DOS MUNICÍPIOS: GRANDE ABC

Alessandra Santos Rosa⁶⁰

Resumo Executivo

Esta nota técnica pretende apresentar o índice de Competitividade criado pelo órgão CLP que associa indicadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e as propostas apresentadas pelo conceito ESG. Um recorte dos municípios do Grande ABC foi realizado para corroborar com políticas públicas para a região.

Palavras-Chave: Ranking de competitividade. ODS. ESG. Grande ABC.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o conceito ESG

Desde a criação do primeiro selo ecológico em 1978 Blaue-Engel (Anjo Azul), que até hoje é o único selo que traz o logotipo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), são realizados inúmeros esforços para garantir um mundo que promova um “desenvolvimento sustentável (...) sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”.

Neste sentido, foram criados indicadores e metas para nortear estes esforços e garantir o comprometimento das nações, sociedade e empresas, por meio dos chamados *stakeholders*. Os indicadores mais conhecidos e lastreados pela Organização das Nações Unidas são os que regem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (este tema foi abordado pela autora na Nota Técnica Nº 15, conforme referências). A então denominada agenda 2030 propõe 17 objetivos, com 169 metas e traz como lema “não deixar ninguém para trás”. A agenda visa garantir o cumprimento dos indicadores até o ano de 2030, e suas metas propõem questões desafiadoras que garantam a erradicação da pobreza, protejam o meio ambiente e o clima, além de ações que promovam a todas as pessoas paz e prosperidade.

Assim, a proposta dos ODS, que foi compactuada no documento: “O futuro que queremos”, assinado na Conferência Rio+20, apresenta as especificidades de cada indicador e alerta inclusive para as adaptações necessárias de acordo com a realidade de cada país e de cada município.

Já o conceito ESG - *Environmental, Social and Governance* (sigla em inglês que significa Ambiental, Social e Governança) parece ser algo recente devido sua atual divulgação e utilização inclusive no índice B3 (índice da IBOVESPA), porém também foi discutido pelo Banco Mundial em 2004, juntamente com o Pacto Global, sendo que neste caso a proposta é voltada para empresas, investidores, especialmente as instituições financeiras e de mercado de capitais.

⁶⁰ **Alessandra Santos Rosa:** Doutoranda em Administração pela USCS. Mestra em Administração e graduada em Economia pela USCS. Atuou como Professora auxiliar na USCS e Professora na Universidade Anhanguera. Foi assessora econômica na Secretaria de Desenvolvimento Econômico de São Bernardo do Campo; Coordenadora de Desenvolvimento Econômico da Cidade de São Paulo, e Assessora Econômica e de Inovação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo e Inovação de Hortolândia. Atualmente está como Assessora na Reitoria da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4077500398552186>.

De acordo com o levantamento *Business Report* (IBR), feito pela Grant Thornton, divulgado pelo E-Investidor do Estadão em 2021, o ESG é considerado importante para os negócios para 89% dos entrevistados e para 90%, melhoram a imagem da companhia.

Corroborando com esta pesquisa, a INVESTE SP (2022), aborda o tema na perspectiva do Fórum Econômico Mundial de Davos de 2022, e afirma que os atuais investidores passam a se preocupar com todos os envolvidos em seus negócios e que a riqueza gerada deve atingir seus colaboradores, e de certa forma a sociedade em torno, é o que está sendo chamado de capitalismo de *stakeholders*.

Ainda para a Investe SP o tema ESG não é um assunto de exclusividade do setor privado, mas também do setor público e, por isso, de acordo com o órgão, cabe aos estados e municípios desenvolverem políticas públicas de incentivo, que criem “condições e regulações necessárias para incentivar investimentos e a adoção de boas práticas pelas empresas”.

Nesta perspectiva surge o índice de competitividade do Centro de Liderança Pública-CLP que tem como principal objetivo, descrito em seu próprio site criar ferramentas efetivas, por meio de indicadores e rankings que subsidiam gestores públicos de estados e municípios brasileiros.

A então CLP denomina-se como “uma organização suprapartidária que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil”. A organização traz em sua agenda de competitividade os seguintes princípios:

- 1- Mensurar indicadores de competitividade, através da publicação de rankings;
- 2- Criar capacidade institucional nos governos, auxiliando-os a priorizar projetos, acompanhar dados e ações, e executar políticas públicas com base em evidências e boas práticas;
- 3- Mobilizar e articular com governos, iniciativa privada e sociedade civil, gerando mais notoriedade e legitimidade para a causa (CLP,2022).

O Ranking de competitividade e seus indicadores

Para elaborar então o ranking de competitividade dos municípios, a CLP utilizou da inteligência de dados da empresa SEALL INTELLIGENCE, uma startup que tem como propósito mensurar impactos de indicadores para empresas e lideranças tomarem decisões baseadas em informações e como eles mesmos destacam: em “dados que importam”.

Nesta perspectiva, a metodologia criada pela CLP com a inteligência de dados da SEALL possibilitou uma integração entre os indicadores dos ODS e as diretrizes do ESG. De acordo com a CLP (2022) a abordagem principal se materializa a partir de três estratégias principais:

- 1) Materialidade estratégica aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU: Agenda 2030 como matriz norteadora para o alinhamento estratégico e potencialização do impacto econômico e socioambiental.

2) Ampliação da atratividade e financiabilidade: Integração de diretrizes e parâmetros nas modelagens para o atendimento dos múltiplos requisitos de protocolos nacionais e internacionais para sustentabilidade e investimentos responsáveis.

3) Gestão estratégica do impacto econômico e socioambiental: implementação integrada dos processos de monitoramento, avaliação e gestão do impacto. Tradução dos resultados em uma linguagem global com o desenvolvimento de uma cadeia de indicadores selecionados de matrizes referenciais e própria, alinhada à materialidade estratégica aos ODS e visão ESG. (CLP,2022).

Vale ressaltar que após este trabalho de matricialidade e junção dos indicadores, os dados foram tratados e então gerou-se o que a CLP denominou matriz de classificação dos indicadores. Esta matriz é composta por 03 dimensões: instituições, sociedade e economia; 13 pilares: sustentabilidade fiscal, funcionamento da máquina pública, acesso à saúde, qualidade da saúde, acesso à educação, qualidade da educação, segurança, saneamento, meio ambiente, inserção econômica, inovação e dinamismo econômico, capital humano, telecomunicações. Estas dimensões e pilares norteiam e classificam os indicadores dos ODS e ESG por meio de seus objetivos e metas. A Figura 01 traz um recorte/modelo desta metodologia:

Figura 01: Recorte / Modelo da matriz de classificação dos indicadores

Dimensão	Pilar	Indicador	Classificação		
			ESG	ODS	Metas ODS
Instituições	Sustentabilidade Fiscal	Dependência fiscal	G	16, 17	16.6 17.1
Instituições	Sustentabilidade Fiscal	Taxa de investimento	G	10, 17	10.b 17.1 17.3
Sociedade	Acesso à saúde	Cobertura da atenção básica	SG	3	3.7 3.8
Sociedade	Acesso à saúde	Cobertura de saúde suplementar	S	3	3.8
Economia	Inserção econômica	População vulnerável	SG	1, 11, 17	1.1 1.2 1.a 11.2 11.5 17.15
Economia	Inserção econômica	Formalidade no mercado de trabalho	S	8	8.5 8.8
Economia	Inserção econômica	Crescimento dos empregos formais	S	8, 9	8.5 8.8 9.2

Fonte: Recorte feito pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir do Relatório do Ranking de Competitividade e sustentabilidade dos municípios de 2021 da CLP.

Os municípios do Grande ABC no Ranking de Competitividade

Dos sete municípios do Grande ABC, o destaque no Ranking é para São Caetano do Sul, que aparece em 1º lugar no Ranking dos ODS e de ESG e em 2º lugar no ranking geral, perdendo apenas para Barueri. Assim, na Tabela 01 é apresentada uma síntese dos indicadores, enfatizando as colocações e notas nas dimensões e rankings principais. No ranking geral, São Bernardo do Campo é o que apresenta melhor

colocação após São Caetano do Sul, na sequência aparece Santo André em 57° no ranking geral.

Na sequência do Grande ABC aparece Ribeirão Pires, Diadema e Mauá, respectivamente, entretanto o abismo no ranking entre os três primeiros municípios citados e os três últimos é gritante, o que pode sinalizar duas questões importantes: as diferenças de questões socioeconômicas entre os municípios e a necessidade de políticas públicas neste sentido. Importante ressaltar que Rio Grande da Serra não aparece na pesquisa devido não possuir as características de recorte do estudo.

Tabela 01: Ranking dos municípios do Grande ABC / 2021

Município	Ranking ODS	Ranking ESG	Ranking Geral	Dimensão Instituição		Dimensão Sociedade		Dimensão Econômica	
				Nota	Colocação	Nota	Colocação	Nota	Colocação
São Caetano do Sul	1°	1°	2°	61.05	98	81.84	1	52.15	6
Santo André	83°	95°	57°	63.58	51	71.05	56	38.31	106
São Bernardo do Campo	52°	29°	14°	69.55	6	72.53	27	42.84	32
Diadema	164°	128°	185°	46.88	330	70.48	66	32.26	231
Mauá	188°	179°	233°	47.31	321	66.21	155	29.63	282
Ribeirão Pires	98°	121°	137°	55.13	198	69.36	94	34.57	180

Fonte: Elaborado pela autora para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS a partir dos dados do Relatório do Ranking de Competitividade e sustentabilidade dos municípios de 2021 da CLP.

Conclusão

Os rankings e índices propostos pela CLP e demais órgãos de inteligência de dados, podem ser considerados norteadores para gestores públicos que desejam inovar a gestão pública com um olhar de comprometimento e responsabilidade com a sociedade e com a sustentabilidade em seu tripé tão conhecido: econômico, social e ambiental.

Uma proposta já utilizada por alguns municípios, inclusive São Caetano do Sul, que está em primeiro lugar no índice, é incluir em suas propostas e em seus documentos norteadores como o Plano Plurianual, os ODS e ESG. Apesar de desafiador estas ações corroboram para uma gestão sustentável e com visão de futuro.

Ainda em tempo propomos aos leitores que aprofundem a leitura dos indicadores do estudo que demonstra a colocação de cada município de acordo com cada indicador dos ODS e do ESG, para além das dimensões propostas neste estudo.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE – IVEST SP. ESG no Governo e na gestão pública. Disponível em: <https://www.investe.sp.gov.br/noticia/esg-no-governo-e-na-gestao-publica/>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

Centro de Liderança Pública – CLP. Ranking de Competitividade dos municípios. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://municipios.rankingdecompetitividade.org.br/metodologia>. Acesso em: 03 de setembro de 2022.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. Como as Nações Unidas apoiam o Desenvolvimento Sustentável no Brasil? Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 30 de setembro de 2022.

NAIME, Roberto. O selo Verde da Alemanha ou Programa “Blue Angel”. ECODEBATE. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2013/09/17/o-selo-verde-da-alemanha-ou-programa-blue-angel-artigo-de-roberto-naime/>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

RELATÓRIO DE COMPETITIVIDADE CLP. Inovação e Gestão Estratégica do Impacto: Inteligência de dados e Competitividade em prol do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://conteudo.clp.org.br/ranking-de-competitividade-dos-estados-2021>. Acesso em: 01 de setembro de 2022

ROSA, S. Alessandra. Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável e seus reflexos no grande ABC Paulista. Nota técnica apresentada na 15ª Carta de conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.uscs.edu.br/boletim/424>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

SEALLINTELLIGENCE. Uma plataforma para a gestão inteligente da sua jornada de impacto. Disponível em: <https://www.seallintelligence.com/#vi-section-sixth>. Acesso em: 30 de setembro de 2022.

Nota Técnica

13. DIRECIONALIDADE ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL - ORIENTAÇÃO PARA NOVOS GOVERNOS

Aristogiton Moura⁶¹

Resumo Executivo

O momento político e o embate decorrente da polarização por ele suscitado têm ocupado a agenda social, política e econômica brasileira nos últimos tempos. A questão-chave tem sido a busca, a manutenção e a tomada do poder político. Todos os demais recursos (econômico, cognitivo, organizativo) ou são usados como ferramentas desse conflito ou são moedas para adquiri-lo e/ou mantê-lo. O projeto político planejado desapareceu da agenda e a análise da governabilidade perdeu seu papel relevante no equilíbrio do jogo social brasileiro. O processo eleitoral parece ser o momento propício de colocar as coisas no lugar e de se ter um projeto político que seja equilibrado pela governabilidade e sustentado pela capacidade de governo das forças que dele emergirão. A direcionalidade estratégica e o planejamento estratégico governamental são os instrumentos para esse novo momento.

Palavras-chave: Planejamento Estratégico Prospectivo. Planejamento Estratégico Situacional. Triângulo de Governo. Ciências e Técnicas de Governo. Modernização e transformação do aparato público. Carlos Matus. Mundo Sólido. Mundo Líquido.

Contexto problemático

Quando vivíamos no modo de vida “sólido”, como estabelecido por Zigmund Bauman, onde a sociedade, mercados e governos viviam num mundo em que a velocidade da transformação social, induzida pela ciência e pela tecnologia, era absorvida incorporada e traduzida para a vida cotidiana, havia uma certa estabilidade e previsibilidade e um curso normal e conhecido para gestionar esse mundo⁶².

⁶¹ **Aristogiton Moura.** Membro da coordenação e orientador metodológico do Plano Estratégico de Desenvolvimento USCS - 2030; convidado do CONJUSCS - Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS; Professor e Consultor da FIA – Fundação Instituto de Administração da USP; Consultor e Assessor Internacional em Ciências e Técnicas de Governo. Formado em Ciências e Técnicas de Governo por Carlos Matus na Fundação Altadir, com quem trabalhou entre 1992 e 1998. Professor. Consultor e palestrante internacional na América Latina e Espanha. Atualmente é representante exclusivo da Fundação Altadir no Brasil; Presidente do Instituto Carlos Matus de Ciências e Técnicas de Governo; Diretor-presidente da Strategia Consultores; Consultor Sênior da Autoritas Consulting Brasil – Consultoria em Inteligência Estratégica e membro do board da Autoritas Internacional.

⁶² Houve um tempo em que conceitos eram sólidos. Ideias, ideologias, relações, blocos de pensamento moldavam a realidade e a interação entre as pessoas. O século 20, com suas conquistas tecnológicas, embates políticos e guerras viu o apogeu e o declínio desse mundo sólido. A pós-modernidade trouxe com ela a fluidez do líquido, ignorando divisões e barreiras, assumindo formas, ocupando espaços diluindo certezas, crenças e práticas. A oposição entre o mundo sólido e o mundo líquido é a base do pensamento de Zygmunt Bauman, sociólogo, professor da London School of Economics e um dos mais respeitados intelectuais da atualidade. <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/a-fluidez-do-mundo-liquido-de-zygmunt-bauman>

Com os impactos trazidos pelas inovações tecnológicas, a internet e as redes sociais transformaram o modo de vida de sólido para o líquido, no qual a velocidade das mudanças é maior que a capacidade de compreendê-las e incorporá-las, e com isso estabelece-se o caos nas relações humanas. Assim, nem governos, nem mercado e tampouco a sociedade sabem como enfrentar os problemas advindos dessa nova realidade. Os resultados visíveis são o empobrecimento da maioria da população, a fragilização, o desequilíbrio, a concentração de renda e o esgarçamento do tecido social, elevando a tensão e a violência a níveis cada vez mais preocupantes.

A incapacidade dos governos, do mercado e da sociedade em atender as demandas sociais e ambientais e equilibrar o jogo social aumenta na proporção em que as teorias e métodos para atuar no novo contexto extremamente complexo são parciais, falhas e determinísticas. Tenta-se enfrentar essa nova realidade com conhecimentos e ferramentas concebidas por e para aquela realidade que está mutando e desaparecendo.

Planejar com olhos no futuro e com pés no presente

Diante disso, quais teorias e métodos de planejamento seriam capazes de enfrentar e de dar respostas a esse contexto complexo, num jogo social concreto, jogado por atores reais?

Burbano e Ramirez, em seu livro **La Planeación Estratégica: Una Herramienta de Gobierno en el Diseño Y Gestión de Políticas Públicas** enfrentaram essa grande questão que é colocada para qualquer ator com poder e que tem de governar e dirigir em contextos complexos e repletos de incerteza

A obra, fundamentada em grandes pensadores da arte e da ciência de governar, como John Friedman, Yehezkel Dror e Carlos Matus, aborda de maneira didática e criativa a relação entre o planejamento do futuro e o planejamento do presente, para um ator que tem de realizar sua prática na ação diária, com os olhos no futuro e os pés no presente.

Segundo eles, a partir das contribuições de Friedman, Matus e Dror sobre o planejamento público podemos concluir que o planejamento é uma ferramenta central dos governos, pois engloba cinco tópicos necessários à adequada tomada de decisões, a um efetivo desempenho da gestão pública diante dos problemas sociais e ao alcance dos resultados exigidos pela sociedade:

i) É uma ferramenta governamental que contribui para a **mediação entre o futuro e o presente**. O planejamento nos permite explorar e criar o futuro, ver aonde ainda não existem caminhos, caminhar na direção de lugares inexplorados e ainda não conquistados pelo homem (Burbano, 2011). Como a ação é feita no presente, o planejamento com seu olhar prospectivo dá suporte para que as decisões do dia a dia não sejam totalmente dominadas pelo imediatismo e pela força das circunstâncias (Burbano, 2011). Como diz Matus (Huertas, 2000): Planejamento não é nada mais do que a tentativa do homem de governar seu futuro, de impor a razão humana às circunstâncias. Nenhum mecanismo automático e determinista resolve o destino do homem. Se o que eu digo for correto, o planejamento é válido em qualquer sistema social democrático).

ii) É uma ferramenta de governo que contribui para a **mediação do passado com o futuro** (Matus, 2000, p. 47). A análise do passado tem duas utilidades no planejamento. Primeiro, serve como base de conhecimento, pois seu estudo mostra a reconstrução da cadeia de

eventos que geraram a atual situação problemática; e segundo, como aprendizado, pois mostra as consequências das decisões tomadas antes com seus acertos e erros. É sobre aprender com o erro.

iii) É uma ferramenta de governo que contribui para antecipar o futuro em contextos de alta incerteza e baixa governabilidade, cujas capacidades de previsão são mínimas.

iv) É uma ferramenta de governo que contribui para a articulação entre a reflexão sistemática e a ação (Friedmann, 1987; Matus, 1993). Trata-se de um encontro que exige uma interação constante entre o conhecimento que leva à reflexão e à ação sustentadas na medida em que este último com suas limitações e resultados condiciona o próximo cálculo que, por sua vez, precede e preside uma nova reflexão para uma ação subsequente. Dessa forma, a ação prática é o momento decisivo, tanto do processo de gestão quanto daquele que surge do planejamento. No momento atual de ação, esses dois processos (planejamento e gestão) estão confusos e se unem. Assim, o planejamento pode ser entendido como uma atividade que existe para o presente, para basear as decisões do dia a dia. No entanto, a eficácia das ações atuais só será verificada em um futuro imediato ou distante, o que nos obriga a simular e antecipar os resultados, desejados e indesejados. O processo de gestão organizacional nada mais é do que reflexão e cálculo transformados em decisões, com a capacidade de desencadear os resultados desejados no futuro.

É justamente nesse encontro entre conhecimento e ação que é testada a qualidade e a relevância de um sistema de planejamento. Se o planejamento baseia as decisões críticas que dão direcionamento à organização na direção dos grandes objetivos ou objetivos previamente definidos, fazendo com que a concentração estratégica tenha maior peso do que distração tática no dia a dia de líderes e gestores (Burbano, 2011), pode-se então dizer que o planejamento é efetivamente constituído em uma prática de trabalho enraizada na cultura organizacional. Aqui, o planejamento terá um espaço operacional efetivo dentro da organização e sua prática será realizada com um grau aceitável de qualidade e eficácia. Se por outro lado, as metas, objetivos e propostas de decisão derivadas do processo de planejamento não entram na agenda diária dos tomadores de decisão, que é dominada por urgências e rotinas, a improvisação levará em conta a gestão. Neste caso, o cálculo do planejamento funciona como uma "prática ritual simples" (Matus, 1993) sem efetivo espaço operacional na definição e manutenção do curso da organização. O planejamento funcionará em um grau baixo ou nenhum de qualidade e eficácia dentro de uma organização onde culturalmente a tensão conjuntural da vida cotidiana produz a distração de tomadores de decisão em questões urgentes e menores.

A reflexão e o cálculo planejado da ação devem impedir que as circunstâncias da conjuntura desistam da direcionalidade da organização a partir das restrições e demandas do presente. Ou seja, que as decisões diárias sejam dissociadas do plano e que terminem em meras divagações sem qualquer relação com a ação prática. Portanto, surge a necessidade de manter a correspondência temporal entre a velocidade com que a realidade muda e a velocidade com que o sistema de planejamento pode atualizar o plano, para que o líder possa agir com efetividade sobre essa nova realidade. Este é um dos principais problemas da gestão planejada. Um ambiente não planejado faz com que a improvisação, com sua

vantagem de velocidade e oportunidade, acabe dominando o processo de tomada de decisão, afastando a necessidade de métodos de planejamento. Esse é o caso abordado por Matus (1987) sobre o método tradicional do "plano-livro" (p. 749), método tradicional que não tem possibilidade de competir em um contexto de transformações rápidas, tornando o plano-livro ultrapassado pela velocidade dos fatos. Este método funciona regularmente como um mero rito sem espaço operacional efetivo dentro das organizações.

A integração ou o encontro entre a reflexão e a ação no processo de planejamento é um problema complexo que requer, do lado da oferta, teorias e métodos poderosos e adequados às características da realidade que se deseja intervir; e, do lado da demanda, uma cultura institucional de responsabilidade que gere condições para que o planejamento seja uma exigência real que determina sua prática sistemática em todos os níveis da organização (Burbano, 2011). Em suma, o planejamento é, portanto, um problema de oferta e demanda.

v) **É uma ferramenta de governabilidade que contribui para o uso da reflexão sistemática como base para a tomada de decisões para qualquer objetivo e em qualquer contexto situacional.** Segundo esse conceito, o planejamento não pode ser exclusivo de um sistema em detrimento de outro, seja econômico ou social. Quando ele é entendido em sua complexidade e cobertura, é possível falar de um plano de governo, de um plano de oposição ao governo, de um plano para conquistar o poder, de um plano de defesa nacional, de um plano de negócios, de um plano de ajuste macroeconômico ou mesmo de um plano de nacionalização ou privatização. O conceito de plano como **"um cálculo que precede e preside a ação"** (Matus, 1987, p. 25) não está, portanto, estritamente relacionado ao conteúdo ou à finalidade ou ao escopo específico da ação em que o ator que dirige está localizado. Qualquer propósito em qualquer aspecto da realidade pode ser objeto de um processo de planejamento.

Ao examinar esses tópicos, vem a questão de como eles se tornam viáveis em um governo concreto. O momento eleitoral que está acontecendo no Brasil e no mundo trazem uma ambiguidade dramática para a sociedade. De um lado o rumor, quase um grito, da cidadania que vê as conquistas democráticas das últimas décadas serem ameaçadas por projetos políticos antidemocráticos e autoritários, nascidos da incapacidade dos governos de entender e dar respostas aos problemas básicos da sociedade e por outro, o fortalecimento das forças antidemocráticas, com a mesma incapacidade de orientar e conduzir um governo democrático, participativo e aberto.

Esse esfacelamento da capacidade de governar na democracia está diretamente ligado à baixa capacidade de governo e pode ser explicado, por uma definição genial de Matus, sobre o principal problema dos que governam nesse contexto. **Não sabem que não sabem** (ignorância ao quadrado). Essa condição leva aos diferentes níveis de governo pessoas totalmente despreparadas que enfrentam máquinas públicas cada vez mais burocratizadas, que se fecham em seus processos e micropoderes, tornando cada vez mais ineficaz e ineficiente a ação de governo.

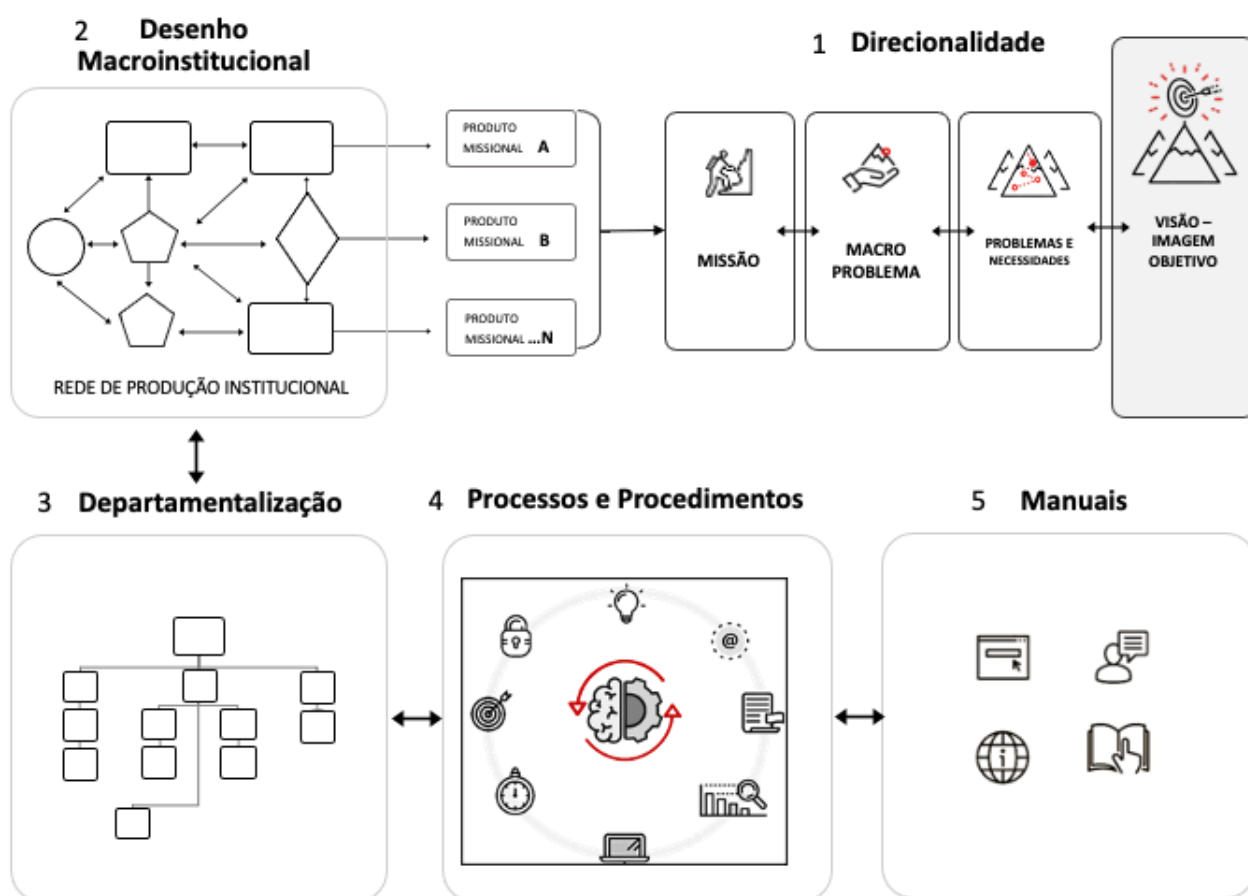
O Planejamento em suas duas dimensões: Grande Estratégia e Governo em ambiente de complexidade e conflitos.

A modernização da máquina pública, para que ela seja capaz de atuar e enfrentar os problemas da realidade da cidadania, passa por dois momentos críticos e estratégicos: **o planejamento prospectivo e o planejamento estratégico situacional.** O primeiro é fundamental para que as organizações, enquanto construções políticas e sociais

passem a olhar para o futuro e não para os seus próprios umbigos. O segundo, é o despertar da consciência de que não governam sozinhas, pois estão inseridas em um jogo social com outros atores que também jogam, e que também têm poder e recursos para afetar os planos de quem governa.

O gráfico abaixo representa o mecanismo pensado para unir o planejamento prospectivo com o planejamento estratégico situacional, num trabalho coletivo, para se construir um plano para uma organização pública. Nesse roteiro, é preciso observar algumas diferenças básicas com o modelo de planejamento utilizado por consultorias do âmbito privado, que começam o processo a partir do passo 2. Nesse momento se discute basicamente o modelo de organograma e se ele segue o ditado pelas tendências atuais e o que mudar em termos

Direcionalidade Estratégica no PES



de relações hierárquicas dentro da organização. Embora aborde missão e visão, esse exercício em geral é um *brainstorm* ou um *brainstorming*, não sendo, portanto, fundamentado em uma boa teoria de governo e nem em um planejamento de grande estratégia. Com isso, se perde a oportunidade de inserir a modernização dentro de uma lógica integral, utilizando a técnica de planejamento prospectivo, para situar o processo dentro de cenários para aonde o mundo vai, não onde está.

Para entender o que se propõe nesse artigo, mencionamos um fato curioso atribuído ao Pelé, o maior jogador de todos os tempos. Perguntaram por que ele achava que era tão bom jogador, melhor que os demais em campo. Respondeu que tinha aquele desempenho, pois não corria atrás da bola como os outros. Ele olhava o jogo e sabia onde a bola iria estar, se posicionava estrategicamente e finalizava as jogadas com sucesso.

Assim como os adversários de Pelé em campo, as ferramentas metodológicas tradicionais ajudam as organizações no espaço atual do jogo (a correr atrás da bola); no entanto, o que se está propondo aqui, a partir da junção do planejamento prospectivo com o planejamento estratégico situacional, é ajudar as empresas a se situarem onde as organizações bem-sucedidas estarão no futuro (onde a bola vai cair).

Para tanto, o passo 1, que é lido da direita para a esquerda, demonstra a importância de se ter um foco preciso no futuro. Como disse Sêneca, filósofo e escritor romano. “**não existe vento favorável para o marinheiro que não sabe onde ir**”. A visão, nesse processo, é construída com metodologia específica, a do planejamento prospectivo. Isso porque, segundo São Agostinho: “*o passado não existe mais, o futuro ainda não chegou e o presente torna-se pretérito a cada instante. O que seria próprio do tempo é o não ser. O passado existe, por força de minha memória, no presente. Da mesma forma, o futuro existe, por força da expectativa de que as coisas ocorrerão, no presente. E o presente seria a percepção imediata do que ocorre*”. Traduzindo para o entendimento nesse artigo, nas palavras de Matus: **planejar com olhos no futuro e pés no presente**.

Essa incapacidade de olhar para o futuro e de se colocar nesse contexto é gerada, segundo Matus e Koppenjan & Klijn, citados por Burbano e Ramires, pelo fato de que “*as organizações operam cada vez mais em ambientes que se tornaram muito mais complexos e imprevisíveis. As organizações nunca foram e nunca serão sistemas fechados que podem operar como se o mundo funcionasse de forma determinística. As organizações manobram em um ambiente em que constantemente coexistem e se relacionam com outras organizações e com diferentes atores*”.

Nessa direção, Marcial & Grumbach, no artigo citado anteriormente, diz que *os estudos prospectivos ou de futuros cumprem o papel de estudar diferentes possibilidades para o futuro com o objetivo de que os atores sociais e suas organizações se preparem para enfrentar qualquer um dos vários caminhos possíveis, ou talvez criar os mecanismos adequados para minimizar os efeitos negativos ou potencializar seus efeitos positivos*.

A questão básica, nesse passo, é entender que o futuro não é predizível, os métodos aqui aplicados não são adivinhações, mas sim técnicas bem estruturadas para que as organizações não só possam se preparar para atuar em cenários do futuro mais bem fundamentados, como também aprendam como jogar os jogos que se desenham nesses cenários.

Dessa maneira, os problemas e as necessidades que entram na agenda desse planejamento são aqueles que se **situam entre o que as organizações são hoje e o que elas devem ser no futuro**. A seleção de problemas, nesse caso, depende da capacidade de inteligência institucional. Se os desafios colocados pela alta direção no processo são **revolucionários**, os problemas e necessidades seguem essa ordem; caso sejam **reformadores**, o conjunto é menos desafiador que os primeiros. Caso sejam **conformadores**, o nível dos problemas responde à baixa capacidade daqueles que compõem a alta direção da organização. Mas em todos eles, o procedimento é infinitamente superior ao de uma chuva de ideias, como comumente se faz nas consultorias tradicionais.

Isso nos remete ao passo 2, aqui entendido como o processo de modernizar a organização, para que ela atenda as necessidades do presente e se prepare para o desafio de se reformar para ser capaz de enfrentar os problemas do futuro (estar onde a bola vai cair). Isso implica enfrentar um conjunto enorme de necessidades e problemas complexos que, sem métodos potentes, não são viáveis para a quase

totalidade das organizações atuais. A teoria das Macroorganizações, de Carlos Matus, vai suportar a metodologia correta a ser aplicada.

Essa teoria sustenta todo o processo de reforma (referida nessa metodologia como macrorreforma), pois não só enfrenta os problemas atuais de distribuição de poder e recursos, como também oferece todo um arcabouço teórico-metodológico que envolve desde a discussão do padrão político-ideológico em que as organizações estão inseridas, até as regras que analisam o tipo de responsabilidade, propriedade e gestão, as dimensões do aparato público, os níveis de desenho do mesmo, a rede de produção institucional, tornando viável a modernização que preparará as organizações para o futuro.

O passo 3 e os demais não serão objeto de análise nesse artigo, pois guardam semelhanças aos usados pela moderna consultoria em gestão.

Quando e porquê reformar

Tendo em mente que as organizações públicas, em geral, ainda estão estruturadas num modelo burocrático, centralista e autoritário, pois foram criadas num momento histórico particular, que reflete aquela realidade, tentar levá-las para esse novo mundo trazido pela internet e pelas redes sociais é um desafio hercúleo.

A favor da modernização está o fato de que a cidadania já está em rede. Os computadores, os pads, os notebooks e principalmente os telefones celulares fizeram essa transformação. Hoje se compra, se paga, se namora, se viaja e principalmente se trabalha on-line. O mercado foi veloz em se adaptar, poucas das empresas (talvez nenhuma) que não foram para o virtual sobreviveram. Já as organizações públicas tentam se adaptar a esse novo momento, mas com muito pouco sucesso. O principal problema delas é que o que antes era a sua fortaleza hoje é a sua principal debilidade. A burocracia pétrea, a centralização excessiva, os recursos humanos treinados nessa realidade e as regras que protegem esse modelo ultrapassado.

Não significa que as organizações não estejam tentando se modernizar, por meio de compra de inteligência de consultorias e assessorias. No entanto não se moderniza sem teoria. Matus dizia que não há nada mais importante de que uma boa teoria para explicar e atuar. É a âncora das organizações. Embora sofram na nova realidade social e sejam constituídas por pessoas que vivem a realidade atual, conectadas, elas não dispõem do ferramental teórico-metodológico necessário para isso.

Esse artigo objetiva demonstrar que o tanto conhecimento quanto as práticas estão disponíveis para os decisores. Basta apenas utilizá-las para que as organizações públicas retomem seu papel de estímulo, controle, orientação e equilíbrio da sociedade.

O momento? É agora, na transição de governo em que se digladiam vários e conflitantes modelos de governo. Desde aqueles que querem reforçar o modelo burocrático, centralista e autoritário (estado proprietário), até aqueles que pregam o seu fim com o discurso de “estado mínimo”. Nosso foco e mensagem é orientar a discussão para um modelo de estado que não seja nem proprietário e nem mínimo. Um estado coordenador.

Tony Blair, ex-primeiro ministro da Inglaterra descreve bem esse modelo: “*Os cidadãos buscam um rumo, querem saber como adaptar-se e prosperar, como gerar estabilidade e segurança neste mundo de mudanças. Abraçam os tradicionais valores de centro esquerda, de solidariedade, justiça social, responsabilidade e oportunidades. Mas são conscientes que devemos ir mais além dos modos de pensamentos superados. Mais*

além de uma esquerda tradicional, preocupada com o controle do Estado, as elevadas cargas impositivas e os interesses dos produtores; e de uma nova direita neoliberal, que postula que um individualismo de visão estreita e a fé na liberdade dos mercados são a resposta a todos os problemas”.

O porquê é que todos já têm claro que não se sobrevive como sociedade sem um governo e sua estrutura organizativa para enfrentar os problemas da nova realidade social. Mas esse governo tem que ser moderno como a sociedade em rede. Um governo em rede necessita de boa teoria e métodos para governar. Eles estão disponíveis e esperamos que a experiência vivida nos últimos anos (conflitos, pandemia e uma baixa capacidade de governo inédita) obrigue os dirigentes a buscar novas formas de governar.

Referências Bibliográficas

Bauman, Z - Modernidade Líquida – Brasil – Zahar – 2014.

Burbano e Ramires - La Planeación Estratégica: una Herramienta de Gobierno en el diseño y gestión de Políticas Públicas - www.planificacionpublicaygobierno.blogspot.com – Colômbia – 2014.

Bobbio, N - Estado, Governo e Sociedade - Por uma Teoria Geral da Política - Brasil – Editora Paz e Terra - 1987

Dror, Y. - Enfrentando el Futuro – México - Fondo de Cultura Económica – 1990

FRIEDMAN, John. (1987). Planning in the Public Domain: From knowledge to action. Princeton, NJ: Princeton University Press.

Matus, C. - Teoria do Jogo Social – Brasil - Fundap -1996

Matus, C. - Chimpanzé, Machiavel e Ghandi – Fundap – 1997

Matus, C. - O Método PES – Planejamento Estratégico e Planejamento Governamental – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap - 1997

Matus, C. - Estratégias Políticas – Chipanzé, Machiavel e Ghandi – Estilos de Fazer Política – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap - 1998

Matus, C. - O Líder sem Estado Maior – Estrutura e Modernização do Gabinete do Dirigente Público – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap - 1997

Matus, C. - Adeus, Senhor Presidente – A metodologia PES e sua Aplicabilidade – Coleção Ciências e Técnicas de Governo – Edições Fundap - 1996

Matus, C. - Los Tres Cinturones del Gobierno – Gestión, Organización y Reforma do Aparato Público – Fondo Editorial Altadir – Venezuela - 1997

Veblen, T. - The Making of an Economist Who Unmade Economics - Harvard University Press – 2020.

Wittgenstein, L. – Investigações Filosóficas – Brasil - Abril Cultural – 1979.

VI - SEGURANÇA

Nota Técnica

14. ANÁLISE DOS INDICADORES CRIMINAIS DE SÃO CAETANO DO SUL – JULHO DE 2022

David Pimentel Barbosa de Siena⁶³

Resumo Executivo

A nota técnica, elaborada no âmbito do Observatório de Segurança Pública da Escola de Direito e Humanidades da USCS, apresenta os indicadores criminais do Município de São Caetano do Sul em julho de 2022.

Palavras-chave: Criminalidade. Indicadores Criminais. Segurança Pública.

No Estado de São Paulo, desde a Lei estadual n 9.155, de 15 de julho de 1995, é obrigatória a publicação trimestral das seguintes informações:

- (i) número de ocorrências registradas pelas polícias Militar e Civil, por tipos de delitos;
- (ii) número de Boletins de Ocorrência registrados e número de Inquéritos Policiais instaurados pela Polícia Civil;
- (iii) número de civis mortos em confronto com policiais militares e policiais civis;
- (iv) número de civis feridos em confronto com policiais militares e policiais civis;
- (v) número de policiais, civis e militares, mortos em serviço;
- (vi) número de policiais, civis e militares, feridos em serviço;
- (vii) número de prisões efetuadas pela Polícia Civil e Polícia Militar;
- (viii) número de homicídios dolosos, homicídios culposos, tentativas de homicídios culposos, tentativas de homicídio, lesões corporais, latrocínios, estupro, sequestros, tráfico de entorpecentes, roubos, discriminando de veículos e outros e furtos, discriminando de veículos e outros; e
- (ix) número de armas apreendidas pelas polícias.

As informações criminais são oferecidas pela Secretaria de Segurança Pública, que coleta os dados por meio da Coordenação de Análise e Planejamento (CAP), órgão estadual encarregado da tarefa de analisar dados de interesse da polícia e realizar pesquisas para prevenir e combater a criminalidade.

⁶³ **David Pimentel Barbosa de Siena.** Delegado de Polícia do Estado de São Paulo (PCSP). Professor de Criminologia da Academia de Polícia de São Paulo (ACADEPOL) e Direito Penal da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Doutorando e Mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça (SEVIJU) da UFABC.

Os indicadores criminais são divulgados trimestralmente, de acordo com a Resolução SSP-161, de 8 de julho de 2001, que prevê o encaminhamento das informações ao Diário Oficial em até trinta dias do final do trimestre e divulgação no site da SSP.

Ocorrências policiais registradas no mês de julho

Desde 2011, a divulgação das estatísticas de criminalidade, no portal da SSP e no Diário Oficial do Estado, passou a ocorrer mensalmente. Na tabela a seguir são encontrados os números de ocorrências policiais registradas, durante o mês de julho, no município de São Caetano do Sul.

Ocorrências policiais registradas, no mês de julho, em São Caetano do Sul			
Ocorrência	Julho de 2021	Julho de 2022	Variação
Homicídio doloso	0	0	0%
Vítimas de homicídio doloso	0	0	0%
Homicídio doloso por acidente de trânsito	0	0	0%
Vítimas em hom. doloso por ac. de trânsito	0	0	0%
Homicídio culposo por acidente de trânsito	0	0	0%
Homicídio culposo outros	0	0	0%
Tentativa de homicídio	0	0	0%
Lesão corporal seguida de morte	0	0	0%
Lesão corporal dolosa	18	9	-50%
Lesão corporal culposa por ac. de trânsito	11	32	190,9%
Lesão corporal culposa - outras	1	2	100%
Latrocínio	0	0	0%
Número de vítimas em latrocínio	0	0	0%
Total de estupro	0	1	Infinito
Estupro	0	0	0%
Estupro de vulnerável	0	1	Infinito
Total de roubo - outros	51	33	-35,2
Roubo - outros	50	31	-38%
Roubo de veículo	10	6	-40%
Roubo a banco	0	0	0%
Roubo de carga	1	2	100%
Furto - outros	94	151	60,6%
Furto de veículo	24	35	45,8%

Fonte: Secretaria da Segurança Pública

Diante dos dados apresentados, primeiramente, devemos descartar cálculos de porcentagens e taxas com bases muito pequenas. Do contrário, alardear aumentos ou diminuições elevados no percentual de crimes, que foram baseadas em números absolutos pequenos, transmitindo uma sensação de (in)segurança que nem sempre condiz com a realidade. Nessa esteira, a literatura criminológica recomenda cautela em dobro se a base for inferior a 30 casos, uma vez que, quanto menor a base, maiores serão as oscilações percentuais. Com efeito, serão objeto de análise somente os indicadores que apresentem resultados nos termos da recomendação criminológica.

Em linhas gerais, merecem destaque as variações dos seguintes indicadores: (i) roubos – outros (-38%); (ii) roubo de veículos (-40%); (iii) furto – outros (60,6%); e (iv) furto de veículos (45,8%). Assim sendo, os indicadores de São Caetano do Sul são compatíveis com os números estaduais: (i) roubos – outros (3,3%); (ii) roubo de veículos (32,4%); (iii) furto – outros (23,8%); e (iv) furto de veículos (5,3%). Os índices criminais estão sujeitos às variações cíclicas, sazonais e irregulares. É possível considerar que o período em comparação (janeiro de 2021) estava sujeito à variação irregular, uma vez que as medidas sanitárias preventivas à contaminação de COVID-19 modificaram de sobremodo às dinâmicas sociais, interferindo também nos comportamentos antissociais.

Ademais, nas categorias roubo – outros e furto – outros, invariavelmente, os delitos têm como objeto material da conduta aparelhos de telefonia móvel. Segundo Ronald V. Clarke (1999), geralmente, os bens furtados ou roubados são *CRAVED* (*concealable, removable, available, valuable, enjoyable, and disposable*), isto é, ocultáveis, removíveis, disponíveis, valiosos, agradáveis e descartáveis. Sem dúvidas, os chamados “celulares” reúnem todas essas características.

Produtividade policial no mês de julho

Armas de fogo apreendidas, flagrantes de tráfico de entorpecentes, prisões efetuadas e população carcerária são considerados indicadores de atividade policial, pois tratam de crimes sem vítima e decorrem, diretamente, da ação policial. Sendo assim, quando há crescimento desses índices, o indicador é positivo, pois significa que a polícia atuou mais.

Produtividade policial, no mês de julho, em São Caetano do Sul			
Ocorrência	Julho de 2021	Julho de 2022	Variação
Ocorrências de porte de entorpecentes	0	0	0%
Ocorrências de tráfico de entorpecentes	0	0	0%
Ocorrências de apreensão de entorpecentes	0	0	0%
Ocorrências de porte ilegal de arma	0	0	0%
Armas de fogo apreendidas	0	0	0%
Flagrantes lavrados	30	25	-16,6%
Infratores apreendidos em flagrante	2	2	0%
Infratores apreendidos por mandado	0	0	0%
Pessoas presas em flagrante	35	30	-14,2%
Pessoas presas por mandado	4	7	75%
Prisões efetuadas	39	37	-5,1%
Veículos recuperados	3	7	133%
Total de inquéritos policiais instaurados	106	122	15%

Fonte: Secretaria da Segurança Pública.

Na construção do indicador *produtividade policial* são levadas em consideração o número total de *prisões efetuadas*, que por sua vez corresponde à soma das prisões em flagrante delito e aquelas decorrentes de cumprimento de mandado judicial. Houve diminuição no número de prisões efetuadas (-5,1%), uma vez que houve um sensível queda no número de pessoas presas em flagrante (-14,2%), a despeito do aumento de pessoas presas por mandado (75%), além de um considerável aumento do número de inquéritos policiais instaurados (15%). Em comparação, os indicadores estaduais, que, por sua vez, apresentaram aumento de pessoas presas em flagrante (3%), aumento de pessoas presas por mandado (17%) e aumento de inquéritos policiais instaurados (0,2%).

Considerações finais

Os indicadores ajudam a monitorar a evolução das tendências do crime, nos planos estaduais e municipais. Além disso, as estatísticas criminais são utilizadas para descrever realidade da segurança pública, permitindo o planejamento de operações policiais e investimentos no setor.

Os dados divulgados dizem respeito exclusivamente às ocorrências criminais notificadas (boletins de ocorrência), devendo sempre ser analisados com absoluta cautela, conforme preconiza a Coordenação de Análise e Planejamento (CAP):

Os dados devem ser interpretados sempre com prudência, pois estão sujeitos a uma série de limites de validade e confiabilidade: eles são

antes um retrato do processo social de notificação de crimes do que uma reprodução fiel do universo criminal de um determinado local. Para que um crime faça parte das estatísticas oficiais, são necessárias três etapas sucessivas: o crime deve ser detectado, notificado às autoridades policiais e, por último, registrado no boletim de ocorrência (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Assim sendo, os agentes públicos podem buscar fundamentação nas suas estratégias de policiamento preventivo e repressivo a partir de "falsas amostras de criminalidade", diante da expressiva existência de comportamentos criminosos desconhecidos oficialmente pelas instituições policiais paulistas ("cifra negra", *dark number* ou *ciffre noir*) e de procedimentos e/ou estratégias de registro de ocorrências que distorcem a expressão da dinâmica criminal, seja por falhas nos registros, por orientações/interesses políticos.

Referências Bibliográficas

CLARKE, Ronald V.(1999). Hot Products: Understanding, Anticipating and Reducing Demand for Stolen Goods. Police Research Series, Paper 112. London: Home Office.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. Indicadores da criminalidade do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/>>. Acesso em: 8 de junho de 2022.

VII - TURISMO

Nota Técnica

15. DESTINOS TURÍSTICOS INTELIGENTES GERAM OPORTUNIDADES NA PARCERIA USCS E EMPRESA ESPANHOLA

Daniela Ferreira Flores Longato⁶⁴

Resumo Executivo

Esta nota técnica tem por objetivo apresentar o processo de parceria entre USCS, FAUSCS, Agência de Desenvolvimento do Grande ABC e empresa Inteligência Turística da Espanha e as ações a serem desenvolvidas e benefícios à comunidade da USCS.

Palavras-chave: *Parceria. Destinos Turísticos Inteligentes. Tecnologia. Turismo.*

Uma parceria sempre gera muitas oportunidades. Quando falamos de uma parceria com empresas de países diferentes, possibilita trocas excelentes. Desta forma esta nota técnica vem contar um pouco do processo e benefícios da parceria entre USCS, Agência de Desenvolvimento do Grande ABC e uma empresa de Turismo que trabalha com o tema Destinos Turísticos Inteligentes na Espanha.

Este processo iniciou com minha pesquisa do doutorado. O tema da pesquisa é Destinos Turísticos Inteligentes. Vamos entender o que são Destinos Turísticos Inteligentes (DTI).

“Um destino turístico inovador, consolidado numa infraestrutura tecnológica de última geração, que garante o desenvolvimento sustentável do território turístico, acessível a todos, que facilita a interação e integração do visitante com o meio e aumenta a qualidade da sua experiência no destino e melhora a qualidade de vida dos residentes” (Segittur, 2022).

Este conceito se desenvolveu na Espanha a partir de 2012 e é criado a partir de uma provocação que a Organização Mundial do Turismo faz em 2009 sobre promoção de viagem de baixo carbono. Após esta provocação a Espanha cria o modelo de DTI com cinco eixos: governança, sustentabilidade, inovação, acessibilidade e tecnologia e implanta entre 2012 e 2015 em alguns destinos para que seja testado o modelo.

Esse modelo traz para o destino alguns benefícios, entre eles: aumento da competitividade, pois usa da melhor forma os recursos turísticos; melhora a eficiência dos processos de produção e comercialização; impulsiona o desenvolvimento sustentável do destino, seja o social, ambiental e econômico; melhora a qualidade de vida do residente; melhora a qualidade da experiência do turista e melhora a estratégia turística para que haja uma revitalização econômica do território, e assim seus efeitos positivos poderão ser sentidos a longo prazo (Segittur, 2022).

⁶⁴ **Daniela Ferreira Flores Longato.** Doutoranda em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Membro do grupo de pesquisa Gestão para o Desenvolvimento Sustentável pela USCS. Mestre em Arquitetura pela USP, Mestre em Administração, Pós-Graduada em Design Instrucional, em Docência no Ensino Superior e em Marketing Digital. Especialista em Hotelaria e Graduada em Arquitetura e em Administração.

O modelo de DTI espanhol se consolida tanto nestes últimos 10 anos que inspirou os modelos aplicados na América Latina, inclusive o brasileiro. Apesar de sofrer adaptações para a realidade dos países latino-americanos, a fonte inspiradora da Espanha está presente em todos os novos modelos desenvolvidos.

No Brasil DTI é “um destino turístico que gerencia seus processos e seu território, de forma inovadora e sustentável, comprometido com pilares que impactam positivamente a qualidade de vida dos moradores e a experiência dos turistas”. (Ministério do Turismo, 2022)

Nosso modelo tem os eixos: governança, inovação, tecnologia, acessibilidade, sustentabilidade como no espanhol, mas acrescentamos ou desmembramos mais outros quatro eixos: segurança, promoção e marketing, mobilidade e transporte e criatividade. Esse modelo prevê maior competitividade para o destino, melhor eficácia de processos, promoção do desenvolvimento sustentável, melhor qualidade de vida dos residentes, melhora estada dos visitantes e uma nova estratégia turística na base da dinamização econômica do território.

A metodologia aplicada no Brasil foi lançada no início do mês de setembro para todo o Brasil e mundo. Abrindo portas para que pessoas físicas e jurídicas pudessem lançar seus projetos com os destinos turísticos e oferecessem produtos. E na Espanha esse espaço de oportunidade já está aberto há um tempo. A intenção é aproveitar essas possibilidades. Para maior entendimento abaixo estão explicados o processo da parceria, ações e benefícios que teremos com essa parceria.

Meu lócus de pesquisa é Benidorm, uma cidade na Comunidade Valenciana na Espanha onde conheci a Celia Romero, representante da empresa Inteligência Turística. Ao fazer a pesquisa de campo identificamos a possibilidade desta parceria para realização de ações em conjunto. E assim que voltei ao Brasil sugeri a parceria à USCS que de pronto aceitou a ideia e iniciamos o processo para oficializar tudo.

Algumas ações estão sendo planejadas para darmos início no próximo ano à suas execuções. São elas:

a) Realizar, de modo conjunto, cursos de extensão e lato sensu na área de Turismo, especialmente focados nas novas temáticas tecnológicas e organizacionais de Destinos Turísticos Inteligentes;

Serão estudadas pelas partes cursos que podem ser ministrados presenciais ou virtuais, no Brasil, na Espanha e outros países com temática ligada ao Turismo, Tecnologia e qualquer tema que se ligue a Cidade e Destino Turístico Inteligente.

b) Estudar, em parceria com o Hub USCS Biosphere, a participação de startups brasileiras e espanholas em projetos e editais conjuntos de soluções para Destinos Turísticos Inteligentes;

Ao mesmo tempo organizaremos encontros virtuais para que possamos compartilhar boas práticas do hub da USCS, das ações de turismo do Grande ABC, da gestão de Destinos Turísticos Inteligentes na Espanha e o uso de tecnologia em Turismo.

Também será incentivado que startups de turismo participem do Hub USCS Biosphere para poder aproveitar oportunidades no Brasil e Espanha. E isso já foi iniciado, visto que há alguns projetos com essa temática no Hub USCS Biosphere. E para próxima chamada pública para o Hub serão incentivados projetos ligados ao Turismo.

c) Lançar, por meio do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura da USCS, uma carta temática por ano do CONJUSCS com temática centrada no Turismo, aberta a autores brasileiros, espanhóis e de outras nacionalidades;

No primeiro momento será iniciada a preparação da Carta de Conjuntura temática que será publicada no primeiro trimestre de 2023. Para que isso ocorra há o estímulo à publicação dos casos de implantação de Destinos Turísticos Inteligentes do Brasil, casos de sucesso da Espanha também. E será oferecida essa possibilidade de publicação para toda a comunidade acadêmica e não acadêmica, mas com destaque para professores e alunos da Universidade de Alicante, Universidade de Nebrija e Universidade de Valência na Espanha e, no Brasil, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Universidade Federal de Santa Catarina. Isso para iniciar, visto que temos contato com profissionais e professores destas entidades. E estará aberto a outras universidades do Brasil ou mundo que trabalhem essa temática.

d) Colaboração entre as partes sobre o desenvolvimento do Living Lab de Benidorm a partir do Hub USCS Biosphere;

Boas práticas serão compartilhadas para que oportunidades possam ser levantadas, avaliadas e desenvolvidas.

e) Incentivar participação em concursos e editais de oportunidades em desenvolvimento de produtos para Destinos Turísticos Inteligentes, no Brasil e na Espanha.

Oportunidades, tanto no Brasil quanto na Espanha, serão buscadas para que se possa desenvolver projetos em conjunto, como por exemplo, a consultoria e produtos turísticos em ambos os países. Se essas oportunidades se concretizarem serão feitos ou novos contratos ou aditivos a esta parceria, porque neste momento pode ser que haja alguma oportunidade que gere retorno financeiro às partes.

Essa parceria gera como benefício a USCS: ter a possibilidade de desenvolver atividades no Brasil e na Espanha sobre o tema Destinos Turísticos Inteligentes, visto que este tema tem gerado muitas oportunidades nos dois países, tanto em termos de projetos quanto em ensino. E assim a USCS mais uma vez se coloca à frente em temáticas inovadoras.

Referências Bibliográficas

Ministério do Turismo. O Processo de Transformação de Destinos em Destinos Turísticos Inteligentes (DTI). O Futuro do Turismo Preparado Hoje. In: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/destinos-turisticos-inteligentes/CartilhaDTIBrasil20x15.pdf> Acesso em 15/set/2022

Ministério do Turismo. Destinos Turísticos Inteligentes. In: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/destinos-turisticos-inteligentes> Acesso em 15/Set/2022

Segittur. Destinos Turísticos Inteligentes. In: <https://www.segittur.es/destinos-turisticos-inteligentes/proyectos-destinos/destinos-turisticos-inteligentes/> Acesso em 15/set/2022

VIII - SAÚDE

Nota Técnica

16. PERFURAÇÃO INTESTINAL ESPONTÂNEA DO RECÉM-NASCIDO: RELATO DE CASO

Daniele Dupim Lima Segundo⁶⁵

Carla Petravicius Bomfim⁶⁶

Giovana Sartori Alves⁶⁷

Resumo Executivo

A Perfuração Intestinal Espontânea (PIE) é caracterizada por uma única perfuração localizada no jejuno, cólon ou íleo terminal. Acomete principalmente recém-nascido de muito baixo peso ou extremo baixo peso e cursa com um achado radiológico característico, o pneumoperitônio. Esse presente relato descreve e discute um caso de PIE, diagnosticado em um recém-nascido que obteve sucesso no tratamento com a laparotomia exploratória no Hospital Márcia Braido, em São Caetano do Sul-SP.

Palavras-chave: Perfuração Intestinal Espontânea. Recém-nascido. Neonatologia.

Introdução

A perfuração intestinal espontânea do recém-nascido (PIE) é conhecida também como perfuração intestinal focal ou isolada, que se caracteriza por ser uma única perfuração que pode ser encontrada no jejuno, cólon e, principalmente, no íleo terminal. É uma das causas mais frequentes de pneumoperitônio em recém-nascido de extremo baixo peso (<1000g) ou muito baixo peso (<1500g), no qual é designado por presença de ar livre na cavidade abdominal. (3)

Um dos principais fatores de risco para PIE é a prematuridade (bebê que nasce antes de completar 37 semanas de gestação), juntamente com o nascimento em extremo ou muito baixo peso. (3)

Foram também observados fatores de riscos associados ao pré-natal e ao pós-natal, relacionado com corioamnionite e uso de medicamentos como glicocorticoides, anti-inflamatórios e sulfato de magnésio. (3)

O prognóstico depende do diagnóstico de pneumoperitônio precoce, de acordo com os achados clínicos, dos achados na radiografia abdominal, e de um tratamento cirúrgico eficaz, que é considerado como tratamento definitivo, embora haja um tratamento inicial

⁶⁵ **Daniele Dupim Lima Segundo.** <http://lattes.cnpq.br/5258153494426327>. Médica pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2004-2010). Residência médica em Pediatria pelo Hospital Municipal Carmino Carricho (2011-2013) e em Neonatologia pelo Hospital e Maternidade Vila Nova Cachoeirinha (2013-2015). É responsável pela residência médica em Neonatologia no Hospital Estadual Leonor Mendes de Barros.

⁶⁶ **Carla Petravicius Bomfim.** <http://lattes.cnpq.br/0864322260744327>. Discente do curso de medicina da USCS. Presidente da Liga Acadêmica de Neonatologia da USCS.

⁶⁷ **Giovana Sartori Alves.** <http://lattes.cnpq.br/7930072687794870>. Discente do curso de medicina da USCS. Diretora Financeira da Liga Acadêmica de Neonatologia da USCS.

com drenagem peritoneal primária, no qual impede a realização de laparotomia e anestesia geral, além de ser possível a realização em beira leito. (1,2,3)

Sendo assim, será descrito e discutido um caso de um recém-nascido que foi diagnosticado com perfuração intestinal espontânea e obteve sucesso no tratamento com a laparotomia exploratória no Hospital Márcia Braido, em São Caetano do Sul-SP.

Descrição do caso

Recém-nascido (RN) prematuro, com idade gestacional de 32 semanas e 5 dias, sexo masculino, baixo peso ao nascer (1832 g), com 41 cm de comprimento, perímetro cefálico de 30 cm, perímetro torácico de 27,5 cm e perímetro abdominal de 27,5 cm, nasce no dia 08 de setembro de 2021 por parto vaginal, Apgar 7/9, com boa vitalidade. Mãe 19 anos, primigesta, realizou 4 consultas de pré-natal. Foi internada em trabalho de parto prematuro no dia 5 de setembro para tocólise. Foram realizadas duas doses de Nifedipino de ataque e uma de manutenção, e este medicamento foi suspenso após a ruptura das membranas no dia 6 de setembro com saída de líquido amniótico claro. Iniciou o uso de ampicilina no primeiro dia de internação e recebeu corticoterapia nos dois primeiros dias de internação.

Ao nascer, foi realizada aspiração das vias aéreas superiores do neonato, ofertado oxigênio inalatório, mas evoluiu com desconforto respiratório precoce. Portanto, foi transferido para UTI neonatal, além de preencher outros critérios como prematuridade e baixo peso. Foi iniciado ventilação não invasiva, jejum, soro de manutenção e antibioticoterapia no mesmo dia.

Após doze horas de vida, introduziu-se a dieta enteral mínima, porém RN evoluiu com distensão abdominal e hipoatividade.

No terceiro dia de vida, RN evoluiu com um quadro de distensão abdominal importante, perfusão periférica lentificada, taquicardia, hipotensão e apneia, sendo optado por vigilância rigorosa. Horas após, progrediu com piora clínica, e principalmente, piora da distensão abdominal. Solicitado a avaliação da equipe de cirurgia pediátrica e exame de imagens radiológicas (**Figura 1**).

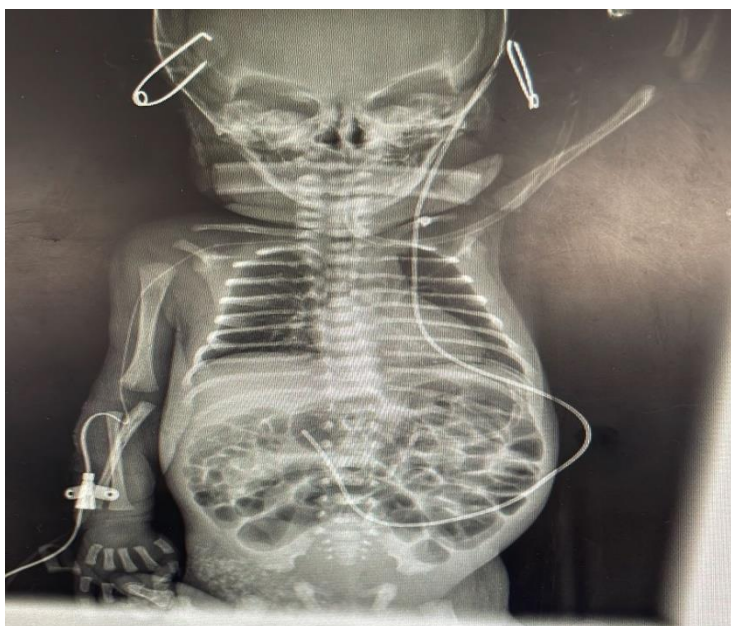


Figura 1: Radiografia simples de abdome total, realizado em decúbito dorsal com incidência ântero posterior (AP), evidenciando importante distensão de alças intestinais.

A equipe de cirurgia pediátrica avaliou as imagens radiológicas (**Figuras 2 e 3**), que revelaram ser compatíveis com pneumoperitônio, e indicaram a laparotomia exploratória. No ato operatório, foi encontrada uma perfuração única na transição jejuno-ileal, e realizado enterectomia de 5 cm, juntamente com anastomose jejuno-ileal terminal em dois planos.



Figura 2: Radiografia simples de abdome total, de incidência ântero posterior, evidenciando proeminência gasosa em topografia do hipocôndrio esquerdo, que parece não respeitar as limitações anatômicas intestinais, sugerindo ar na cavidade intestinal.



Figura 3: Radiografia simples de abdome, realizado em decúbito dorsal com raios horizontais, evidenciando distensão abdominal por conteúdo gasoso fora das alças intestinais, indicando presença de pneumoperitônio.

No pós-operatório, (**Figura 4**) o paciente evoluiu com melhora satisfatória, com introdução da dieta no décimo dia de jejum, permanecendo durante o período com antibioticoterapia e em nutrição parenteral, com dieta hidrolisada, sendo progredida para fórmula láctea até a alta, que ocorreu depois de 44 dias de internação. No momento da alta, o paciente pesava 2230 g e estava em aleitamento materno exclusivo.



Figura 4: Radiografia simples de abdome total, com incidência ântero posterior, evidenciando distensão das alças intestinais, sem sinais de pneumoperitônio.

Discussão

Há algumas explicações para a patogênese da PIE, entretanto, a etiologia permanece desconhecida. No local da perfuração, foi observada uma alteração das vias imunorreguladoras, acarretando em falhas na angiogênese, adesão celular, quimiotaxia, remodelação da matriz extracelular e hipóxia. Esses processos geram um estado inflamatório, que, como resultado, leva à contração da musculatura da mucosa intestinal. Em complemento, há a hipótese de uma síntese anormal de óxido nítrico. (3)

Recém-nascidos com PIE evoluem com distensão abdominal aguda e podem apresentar outros sinais isolados, como hipotensão, taquicardia e peritonite. Em alguns casos, há o aparecimento de uma mancha de coloração preta-azulada na região da parede abdominal. (3)

A maior morbimortalidade é encontrada em neonatos que apresentam sepse concomitante por *Staphylococcus* coagulase-negativo ou infecção por *Candida albicans*. Contudo, não se pode constatar se a infecção é causa ou consequência da perfuração, uma vez que ambas são diagnosticadas concomitantemente na maioria dos casos. (3)

O diagnóstico da PIE é constatado a partir de achados cirúrgicos, confirmado por estudo histopatológico. Entretanto, são levantadas fortes suspeitas em recém-nascidos prematuros com o quadro clínico supracitado em complemento com achados radiológicos de pneumoperitônio, na ausência de ar no sistema portal e pneumatose intestinal. Em alguns casos, quando a perfuração é fechada e não há visualização de ar na cavidade abdominal, a ultrassonografia pode ser útil para investigar líquido livre. (3)

O principal diagnóstico diferencial da PIE é a Enterocolite Necrosante (EN). Ambas condições ocorrem mais em prematuros com baixo peso ou muito baixo peso, mas diferem no tempo de evolução. Enquanto a PIE é observada na primeira semana de vida, a EN se manifesta após uma semana pós-parto. A EN pode cursar com pneumoperitônio nas imagens radiográficas, mas possui outros achados não comuns da PIE, como pneumatose intestinal, ar no sistema venoso portal, espessamento transitório da parede intestinal e alças do intestino delgado dilatadas fixas.

Os primeiros cuidados com o recém-nascido que cursa com PIE são aspiração nasogástrica, com a finalidade de descomprimir o abdome, suporte clínico, como ressuscitação volêmica, correção da hipotensão e jejum e antibioticoterapia intravenosa. Atualmente muitos cirurgiões pediátricos preferem realizar a drenagem peritoneal primária como tratamento inicial. Entretanto, a laparotomia continua sendo o tratamento definitivo e faltam estudos para confirmar a eficácia e benefícios para utilizar a técnica da drenagem peritoneal primária.

Referências Bibliográficas

1. SANTOS, I.G. Perfuração intestinal espontânea em recém-nascido ocasionando pneumoperitônio. Dr.Pixel. Campinas: Dr Pixel, 2016. Disponível em: <https://drpixel.fcm.unicamp.br/conteudo/perfuracao-intestinal-espontanea-em-recem-nascido-ocasionando-pneumoperitoneo>. Acesso em: 10 fev. 2022.
2. Gupta R, Bihari Sharma S, Golash P, Yadav R, Gandhi D. Pneumoperitoneum in the newborn: is surgical intervention always indicated? **J Neonatal Surg**. 2014 Jul 10;3(3):32. Acesso em: 10 fev. 2022.
3. KIM, E. S.; BRANDT, M. L. Spontaneous intestinal perforation of the newborn. UpToDate: **UpToDate**, 2 dez. 2021. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/spontaneous-intestinal-perforation-of-the-newborn?search=pneumoperitoneum%20in%20newborn&source=search_result&selectedTitle=2~126&usage_type=default&display_rank=2. Acesso em: 10 fev. 2022.

Nota Técnica

17. GOVERNO FEDERAL RETIRA MAIS RECURSOS DO SUS PARA 2023⁶⁸

Francisco R. Funcia⁶⁹

Resumo Executivo

O objetivo desta Nota Técnica é destacar alguns aspectos referentes à programação orçamentária federal do Ministério da Saúde para 2023. A programação orçamentária federal para o SUS em 2023 é de R\$ 149,9 bilhões, equivalente ao valor do piso federal do SUS para o próximo ano, calculado pela regra da Emenda Constitucional (EC) 95/2016. Com isso, novamente em 2023, o SUS perde recursos (agora cerca de R\$ 23 bilhões), pois essa EC congelou o valor do piso federal de 2017 até 2036 – de 2018 a 2023, a perda acumulada de recursos federais para o SUS está estimada em R\$ 60 bilhões. Muitas programações de saúde sofreram cortes para 2023, também para incorporar o crescimento da participação das emendas parlamentares (inclusive as de relator, conhecidas como orçamento secreto) na programação orçamentária total da saúde – representam 13%. A solução para ampliar o financiamento federal do SUS e alocar mais recursos para a atenção primária em saúde, para o complexo industrial econômico da saúde e para a valorização dos profissionais de saúde está na mudança da política econômica baseada na austeridade fiscal por outra que não seja exclusivamente o corte de gastos públicos. Para isso, a revogação da EC 95/2016 é o primeiro passo.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde. SUS. Financiamento à Saúde. Gastos públicos

O objetivo desta Nota Técnica é destacar alguns aspectos referentes à programação orçamentária federal do Ministério da Saúde para 2023.

O SUS é uma conquista da sociedade brasileira presente na Constituição de 1988, que definiu “saúde como direito de todos e dever do Estado” (art. 196), cujas ações e serviços devem ser considerados como de “relevância pública” (art. 197). A importância do SUS ficou evidenciada durante o enfrentamento da pandemia da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, principalmente pelo programa de imunização que garantiu vacinas para os brasileiros.

⁶⁸ Esta nota técnica é uma versão adaptada e ampliada do texto deste autor publicado em Boletim de Conjuntura Econômica do ABCDMRR, Delegacia do ABC do Conselho Regional de Economia de SP, 6ª Edição, setembro/2022.

⁶⁹ **Francisco R. Funcia.** Economista e Mestre em Economia Política pela PUC-SP, Doutor em Administração no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), Pesquisador do Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS (Conjuscs), Professor dos Cursos de Economia e Medicina da USCS, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES) e Consultor Técnico da Comissão de Orçamento e Financiamento do Conselho Nacional de Saúde (Cofin/CNS). Secretário de Finanças de Diadema desde 1º de janeiro de 2021

Mas muito mais teria sido feito em prol da saúde da população, caso não tivesse sido aprofundada nos últimos anos a política econômica do governo federal baseada na austeridade fiscal, cujo principal instrumento foi a Emenda Constitucional 95/2016 – que congelou o piso federal do SUS no valor de 2017 (atualizado somente pela variação anual do IPCA) e fixou o teto de pagamento despesas de todo o governo federal no valor de 2016 (atualizado somente pela variação anual do IPCA).

Trata-se de medida que desconsidera que a população cresce 0,8% ao ano e a população idosa cresce 3,8% ao, segundo dados do IBGE, bem como a necessidade do setor público ter equipamentos, vacinas, medicamentos e insumos decorrentes do permanente processo de desenvolvimento técnico e tecnológico na área da saúde, que tem aumentado a expectativa de vida dos brasileiros nas últimas décadas – este é um dos fatores de cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Como consequência dessa política econômica, foram retirados do SUS cerca de R\$ 37 bilhões no período 2018-2022; para 2023, considerando os valores apresentados no Projeto de Lei Orçamentária da União, encaminhado ao Congresso Nacional no final de agosto passado, o SUS federal perderá cerca de R\$ 23 bilhões, projetando para o período 2018-2023 uma perda acumulada estimada em R\$ 60 bilhões (equivalente a 40% do valor da programação orçamentária federal para 2023 em ações e serviços públicos de saúde). A Tabela 1 ilustra essa situação.

Tabela 1 Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS): estimativa das perdas do orçamento federal em função da EC 95 - 2018-2022 (em R\$)

Ano ¹	Despesa ASPS sem as Medidas Provisórias de créditos extraordinários para COVID-19 ² (A)	Emenda Constitucional 86/2015 ³ (15% da RCL) (B)	Perdas com a Emenda Constitucional 95/2016 (B – A)
2018	116.820.887.299	120.802.260.520	3.981.373.221
2019	122.269.917.718	135.848.788.439	13.578.870.721
2020	118.812.279.123	97.791.489.905	- 21.020.789.219
2021	131.713.511.353	159.377.857.166	27.664.345.814
2022	146.666.689.315	159.384.000.000	12.717.310.685
2023	149.918.696.782	172.644.000.000	22.725.303.218
Total	786.201.981.590	845.848.396.030	59.646.414.440

Fonte: Associação Brasileira de Economia da Saúde (2022)

Notas:

(1) Entre 2018 e 2021, valor empenhado. Para 2022, valor inicial na Lei Orçamentária da União. Para 2023, valor no Projeto de Lei Orçamentária da União apresentado pelo Governo Federal, em tramitação no Congresso Nacional.

(2) Não considera Medidas Provisórias referentes às despesas Covid, que não são contabilizadas no limite da EC 95.

(3) Nota do autor: a regra da EC 86/2015 está suspensa até 2023 conforme determina a EC 95/2016

Essa política de austeridade fiscal, baseada exclusivamente no corte de despesas primárias federais para tentar o ajuste das contas públicas, não solucionou o problema do déficit primário que está mantido desde 2015 e, pior, retirou recursos para o financiamento federal das políticas públicas, em especial nas áreas sociais e principalmente na saúde das três esferas de governo – cerca de 2/3 do orçamento do Ministério da Saúde são transferências para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.

Uma evidência de que a política de austeridade fiscal condicionou negativamente o financiamento federal do SUS até mesmo para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, cujas despesas consideradas extraordinárias não faziam parte do cômputo do teto das despesas primárias da EC 95/2016: houve redução de respectivamente 63% e 17% das transferências do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Municipais e Estaduais de Saúde destinadas exclusivamente para as ações de saúde voltadas ao combate da Covid-19, conforme constou na Recomendação nº 017, de 2021, do CNS.

Conforme ABrES (2022), há cortes previstos na programação orçamentária de 2023 para a saúde indígena (-59%), farmácia popular (-59%), educação e formação em saúde (-56%), formação e profissionais para a atenção primária à saúde (-51%) e vacinas (-37%), dentre outros; enquanto isso, há aumento no orçamento da saúde para as despesas oriundas das emendas parlamentares individuais, de bancada e do relator (esta última conhecida como orçamento secreto), que totalizam aproximadamente R\$ 20 bilhões, cerca de 13% do total de despesas fixadas para o Ministério da Saúde de R\$ 149,9 bilhões em ações e serviços públicos de saúde.

Em outros termos, além dos recursos serem insuficientes e reduzidos ano após ano para a saúde e outras áreas sociais, caracterizando um processo denominado de austeridade seletiva (Moretti et al., 2021), esse elevado percentual garantido para as emendas parlamentares para 2023 trazem problemas alocativos, na medida que não há garantia de que essas despesas obedecerão tanto as diretrizes estabelecidas pela 16ª Conferência Nacional de Saúde, como o processo de planejamento ascendente do SUS definido pela Lei Complementar 141/2012. Com isso, o atendimento das necessidades de saúde da população de acordo com as prioridades fixadas para 2023 pelo Conselho Nacional de Saúde está sob risco.

A combinação de insuficiência e perda de recursos com ineficiência alocativa adotada pelo governo federal representa uma “dupla explosiva” que pode ser impedida pelo Congresso Nacional durante o processo de análise e votação do Projeto de Lei Orçamentária da União para 2023. É preciso ampliar o financiamento da atenção primária, de modo que ela seja a ordenadora da rede de atenção à saúde da população, bem como aumentar recursos para a valorização dos profissionais de saúde. Além disso, é preciso fortalecer o complexo industrial e econômico da saúde como meio de garantir a nossa soberania sanitária e reduzir a dependência externa.

Considerando o efeito multiplicador e redistributivo dos gastos públicos em saúde, haveria uma ampliação da dinâmica econômica, o que viabilizaria também uma reforma tributária justa, solidária e sustentável (Fagnani, 2020), portanto, garantindo fontes de financiamento adequadas para as políticas sociais em respeito ao direito de cidadania.

Para isso, faz-se necessário a revogação da EC 95/2016, para que se adote outra forma de controle das contas públicas e para que se estabeleça um novo piso federal para as despesas com ações e serviços públicos de saúde – a ABrES (2022) estabelece como diretriz básica para esse fim que o piso federal não esteja vinculado a variáveis cíclicas influenciadas pela dinâmica econômica, como é o caso da Receita Corrente Líquida, bem como que o Brasil se aproxime da situação dos países mais desenvolvidos, cujos gastos públicos em saúde são de no mínimo 6% do PIB e equivalentes a 60% do gasto total em saúde – no Brasil, ocorre o inverso, 60% do gasto total em saúde é privado e 40% é público. E os gastos federais devem representar no mínimo 50% do gasto público total (atualmente é 42%). Essa programação orçamentária federal de 2023 está muito longe disso.

Referências Bibliográficas

ABrES. Nova Política de Financiamento do SUS. Texto elaborado para Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABrES) por Bruno Moretti, Carlos Octávio Ocké-Reis, Erika Aragão, Esther Dweck, Francisco R. Funcia, Maria Fernanda Cardoso de Melo, Mariana Melo e Rodrigo Benevides. In: Nota de Política Econômica do Grupo de Economia do Setor Público do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, setembro/2022. Disponível em [https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GESP/gespnota2022_ABRES%20\(2\).pdf](https://www.ie.ufrj.br/images/IE/grupos/GESP/gespnota2022_ABRES%20(2).pdf).

Conselho Nacional de Saúde. Recomendação nº 17, de 26 de julho de 2021. Recomenda ao Exmo. Sr. Presidente da República a adoção de medidas corretivas urgentes que promovam a execução orçamentária e financeira do Ministério da Saúde com celeridade. [acesso em 2021 out 31]. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1920-recomendacao-n-017-de-26-de-julho-de-2021>.

Fagnani, Eduardo. Reforma Tributária para Enfrentar a Desigualdade Social. Plataforma de Política Social, 2020. Disponível em <https://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2020/02/REFORMA-TRIBUTARIA.pdf>.

Moretti, Bruno; Funcia, Francisco; Ocké-Reis, Carlos. Austeridade fiscal e clientelismo no orçamento público. Observatório da Economia Contemporânea. Le Monde Diplomatique, 17/08/2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/austeridade-fiscal-e-clientelismo-no-orcamento-publico/>

Nota Técnica

18. DATA VIZ E DATA STORYTELLING NA ÁREA DA SAÚDE COM LINGUAGEM DE PROGRAMAÇÃO R

Regina Albanese Pose⁷⁰

Mariana Dias Guilardi⁷¹

Resumo Executivo

Esta nota técnica pretende discutir ideias envolvidas na visualização de dados e a contação de história desses dados. Com o volume de dados produzidos diariamente, profissionais que trabalham com dados têm um grande desafio para estudar e apresentar esses dados. Técnicas de visualização de dados, bem como Data Storytelling, são importantes para entender os dados e para realizar tomadas de decisão com dados e informações produzidas a partir desses dados. Nessa carta, trataremos um exemplo de visualização de dados a partir de um exemplo fictício (com dados desidentificados) da área de Saúde utilizando o método de Bland Altman. Esta técnica estatística permite que seja analisada a COMPARAÇÃO entre medidas clínicas diferentes, pautadas por erros e vieses obtidos dos valores dessas medidas. E, a partir desta técnica, é possível investigar se uma medida pode ser substituída por outra. Apresentaremos uma aplicação desse método utilizando linguagem de programação R.

Palavras-chave: Data viz. Storytelling. Gráfico de dispersão. Bland-Altman.

A automação na área de ciência de dados deve gerar cada vez mais automaticamente, como parte do desenvolvimento do processo como um todo, figuras prontas para serem enviadas ao consumidor final, sem a necessidade de qualquer processamento manual. Fato que, torna essa figura modificada irreproduzível, e portanto, não mais capaz de gerar os mesmos valores determinado no processo inicial do projeto de ciência de dados. Ciência de dados é um processo que deve permitir repetibilidade, ou seja, a realização de todo o processo de análise de dados, além das imagens feitas pelo cientista de dados devem ser viáveis a qualquer usuário interessado. Considere ainda que a visualizações de dados tem como fim a comunicação de um público em potencial. Para que se obtenha o sucesso desejado é necessário apresentar ao público uma história clara, objetiva, que possa refletir valores e emoções. As histórias desempenham um importante papel no raciocínio e na memória dos ouvintes, dado que, a premissa da comunicação, deve ser, criar uma história na mente do público-alvo. O objetivo do cientista de dados ao contar uma história deve ser usar fatos e raciocínio lógico a fim de que, o público-alvo possa estar sempre interessado e animado⁷².

Os cientistas de dados devem estudar e aprimorar estratégias para transformar visualizações em histórias. Lembrando que essas visualizações ainda devem guardar as informações referentes ao processamento dos dados realizada para facilitar a resolução de alguma situação de “negócio”. Uma história é um conjunto de observações, fatos ou eventos, verdadeiros ou fictícios, com uma ordem específica de forma que possa criar uma reação emocional no público-alvo. Esta reação (emocional) esperada, emocional deve ser criada por meio de “uma certa tensão”, que deve surgir no início da história. Espera-se sempre, que essa tensão tenha uma “resolução no final da história”,

⁷⁰ **Regina Albanese Pose.** Gestora do curso de Estatística e Ciência de Dados USCS – Cientista de Dados no Departamento de Comunicação USCS

⁷¹ **Mariana Dias Guilardi.** Laboratório de Ecologia e Evolução, Instituto Butantan, São Paulo (SP), Brasil

⁷² <https://clauswilke.com/dataviz/telling-a-story.html>

contudo, é importante lembrar que, as informações advindas dos dados, não trazem uma “solução”. As análises feitas pelos cientistas de dados sempre carregam uma margem de incertezas. O cientista de dados, deve ser um profissional “agnóstico”, deve comunicar (e ilustrar nas visualizações e nas histórias) as informações que nascem dos dados. O cientista de dados nunca conhece a verdade absoluta, ele trabalha com uma amostragem, uma experimentação da realidade, assim, suas informações, visualizações e histórias são pautadas por intervalos de dados (e não por dados absolutos), que devem estar definidos por um grau de confiança e confiabilidade (dois conceitos diferentes), que geralmente, é nivelado pela “regra do negócio”. O cientista de dados trabalha com “erros” e, uma das tarefas mais importantes, é minimizar esses erros. Erros devido ao conjunto de informações de cada amostra retirada da população. Raras as vezes em que o cientista de dados atua com censos. Mesmo dados históricos, do tipo “big data” geralmente são amostras de subpopulações gigantes. É necessário que o público-alvo esteja consciente de tosa essas características sobre a história que vai “ler” nos nas visualizações apresentadas⁷³.

Cientistas de dados devem se tornar escritores com expertise no desenvolvimento de padrões de “como contar as histórias”, como, construir as visualizações. De forma que suas histórias possam ressoar como o público-alvo pensa e como deseja ouvir as histórias, a fim de que seja possível que possam ter insights necessários para a resolução de seus problemas de negócio. Muitas vezes, a visualização de dados é a própria história em uma só figura. E, o público-alvo, pode não processar rapidamente exibições visuais complexas. Muitas vezes, o público-alvo podem também, não ter muito tempo para “decifrar” uma imagem⁷⁴.

É importante notar, que, com o aprimoramento de linguagens de programação que desenvolvem análise de dados, e que constroem visualizações de dados, sofisticadas torna-se “tentador” para o cientista de dados, a criação de visualizações complexas, mas este pode ser o fator para que as histórias deixem de ser claras e objetivas. É importante considerar que a complexidade visual afeta a memória do público-alvo (conforme supracitado), além de prejudicar a capacidade de em obter uma visão geral e rápida das informações, e, de, dificultar a distinção de pequenas diferenças dentro dos valores apresentados tornando a visualização e a história confusas. Por outro lado, a visualização e a história com dados “muito claros”, não podem se tornar esquecíveis e chatas, retirando o impacto desejado⁷⁵.

Esta nota técnica pretende apresentar uma história fictícia, com dados reais desidentificados, para as discussões de uma técnica bastante utilizada na área da saúde.

Medir sempre foi um grande desafio na área da saúde, e propor novas técnicas de medição, que minimizem os erros agregados, é uma busca necessária da área. A ilustração a seguir, conforme já destacada, é fictícia, e utiliza dados reais desidentificados. Considere que, criadores e veterinários necessitem saber a altura de cavalos de raça. Algumas associações brasileiras de criadores de cavalos consideram a aparência externa e a mensuração da altura na cernelha⁷⁶ dos animais. Animais inscritos nos livros de registros definitivos devem apresentar a altura na cernelha entre

⁷³ <https://clauswilke.com/dataviz/telling-a-story.html>

⁷⁴ <https://clauswilke.com/dataviz/telling-a-story.html>

⁷⁵ <https://clauswilke.com/dataviz/telling-a-story.html>

⁷⁶ “A cernelha (do latim cernicula), garrote ou cachaço é a região proeminente nos grandes quadrúpedes onde se unem as espáduas em forma de cruz. Nos equinos de exposição, considera-se uma importante característica ter a cernelha alta e pouco carnosa. A altura de alguns animais quadrúpedes é medida a partir deste ponto, ou seja, medindo a distância da base da pata até a extremidade da cernelha, não se considera a altura da cabeça do animal.” - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cernelha#:~:text=A%20cernelha%20\(do%20latim%20cernicula,esp%C3%A1duas%20em%20forma%20de%20cruz.](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cernelha#:~:text=A%20cernelha%20(do%20latim%20cernicula,esp%C3%A1duas%20em%20forma%20de%20cruz.)

1,40 e 1,57 m⁷⁷, a depender da raça do animal, e, considerando, que, podem ser encontradas algumas medidas do tipo outliers, de talvez, até cerca de 2,10 m.

A mensuração da altura na cernelha, nos equinos, é muito utilizada, pois esta “região” serve de apoio na acomodação da parte anterior da sela, e uma medida adequada pode impedir que ela fique solta no dorso do animal, e, portanto, sujeita a movimentações indevidas. E, como é feita, em geral essa medida? Os equinos são medidos a partir do solo, ao lado e atrás de uma das patas dianteiras até a parte superior da cernelha ou da quinta vértebra⁷⁸. As medidas podem ser feitas contornando o corpo do animal, contudo, essas medidas podem “carregar” alguns erros; outra maneira, é medir “em linha reta” até o chão⁷⁹. Essas medidas são feitas utilizando uma trena ou uma fita métrica.

Considere que, dois veterinários fizeram as medidas da cernelha em 48 animais, de forma independente (os dois possuem a mesma expertise e experiência na área). Considere ainda, que, todos esses animais foram submetidos a um exame de tomografia computadorizada, para que de uma forma alternativa pudessem ser medidos, para saber se assim, os erros podem ser minimizados, e ainda, se as três medidas convergem ou divergem. O método utilizado pelos cientistas de dados, para comparar as três medidas foi o conhecido como Gráfico de Correspondência de Bland Altman (adicionado do gráfico de dispersão e correlação dos dados).

Até a década de 80, não existia um único método na Estatística que avaliasse duas medidas clínicas diferentes. Para a avaliação, seria importante o erro entre os dois métodos, ou seja, toda a variabilidade das diferenças obtidas entre os métodos, e o viés, que é a própria diferença entre os valores ao mesmo tempo. Caso o viés entre dois métodos fosse igual zero e o erro não causasse um impacto clínico significativo, poderia representar que um método poderia ser substituído pelo outro¹¹.

Bland e Altman (1983)¹² apresentaram pela primeira vez um método para avaliação de medida clínicas avaliando a concordância entre os métodos. O método proposto utiliza uma visualização de um gráfico de dispersão das medidas (X e Y), em que os eixos são compostos pelas diferenças das medidas (X - Y) e a médias das duas medidas (X + Y/2). Eles continuaram a publicar sobre o tema^{13, 14, 15}, com o objetivo de trazer uma explicação mais detalhada do método e para divulgar o método para o público-alvo da área de saúde.

⁷⁷ Cabral, Grasielle Coelho et al. Avaliação morfométrica de equinos da raça Mangalarga Marchador: medidas lineares. Revista Brasileira de Zootecnia [online]. 2004, v. 33, n. 4 [Acessado 29 Setembro 2022], pp. 989-1000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-35982004000400019>>. Epub 17 Nov 2004. ISSN 1806-9290. <https://doi.org/10.1590/S1516-35982004000400019>.

⁷⁸ Cabral, Grasielle Coelho et al. Avaliação morfométrica de equinos da raça Mangalarga Marchador: medidas lineares. Revista Brasileira de Zootecnia [online]. 2004, v. 33, n. 4 [Acessado 29 Setembro 2022], pp. 989-1000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-35982004000400019>>. Epub 17 Nov 2004. ISSN 1806-9290. <https://doi.org/10.1590/S1516-35982004000400019>.

⁷⁹ Cabral, Grasielle Coelho et al. Avaliação morfométrica de equinos da raça Mangalarga Marchador: medidas lineares. Revista Brasileira de Zootecnia [online]. 2004, v. 33, n. 4 [Acessado 29 Setembro 2022], pp. 989-1000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-35982004000400019>>. Epub 17 Nov 2004. ISSN 1806-9290. <https://doi.org/10.1590/S1516-35982004000400019>.

¹¹ Hirakata, V. N., & Camey, S. A. (2009). Análise de concordância entre métodos de Bland-Altman. *Clinical & Biomedical Research*, 29(3).

¹² Altman DG, Bland JM. Measurement in Medicine: The analysis of method comparison studies. *Journal of the Royal Statistical Society. Series D (The Statistician)*. 1983;32(3):307-17. 2.

¹³ Bland JM, Altman D. Statistical methods for assessing agreement between two methods of clinical measurement. *Lancet*. 1986;327(8476):307-10. 3.

¹⁴ Bland JM, Altman D. Comparing two methods of clinical measurement: a personal history. *Int J Epidemiol*. 1995;24(suppl_1):S7-14.

¹⁵ Bland JM, Altman DG. Measuring agreement in method comparison studies. *Statistical Methods in Medical Research*. 1999;8(2):135-60.

Para a aplicação dessa técnica, primeiro, é necessário a construção de um gráfico de dispersão entre os valores das suas medidas, com a inclusão da reta diagonal de concordância. A segunda etapa envolve a construção do gráfico de Bland-Altman, que é um gráfico de dispersão em que o eixo X é composto pelas médias dos dois métodos $(X + Y)/2$ e o eixo Y é composto pelo viés, que é as diferenças entre as medidas $(X - Y)$ ^{11, 15}.

A partir da construção do gráfico de Bland Altman, é possível verificar se as medidas obtidas estão dentro de limites de concordância, limites superior e inferior, e que devem ser incluídos no gráfico. A partir do valor de viés (a média das diferenças ou \bar{d}) e o desvio padrão das diferenças (s_d), os limites são calculados a partir de ^{11, 15}:

$$\bar{d} = 1,96 \times s_d$$

Caso o viés possuir uma distribuição normal, os limites indicam região onde 95% das diferenças. Quando o viés não tiver distribuição normal, é indicada uma abordagem não-paramétrica¹⁵.

Há também indicações de outros tratamentos dependendo do que ser encontrados nos dados. É indicado a conversão dos dados em logaritmo, caso os dados não possuam distribuição normal ou quando houver relação entre as diferenças e médias. Após a conversão, é necessário aplicar novamente a técnica de Bland Altman. Para o cálculo referente a precisão do viés das medidas e dos limites de concordância, é necessário calcular o erro padrão e os intervalos de confiança, caso o viés possua distribuição normal^{11,15}.

Para esse artigo, revisitamos o código em linguagem de programação R criado por Hirakata e Camey¹¹ para a construção do gráfico de Bland Altman, e o código atualizado pode ser encontrado em github.com/mariguilardi/teste-bland-altman.

Utilizando as medidas de equinos realizadas por dois profissionais veterinários, veremos se as três medidas (duas por profissionais veterinários e uma por tomografia computadorizada) correspondem.

Uma primeira avaliação que é necessária ser feita é a verificação se os dados possuem distribuição normal. Nesse caso, as três medidas não possuem distribuição normal, (teste de Shapiro-Wilk $p < 0,05$). Por conta disso, é necessário realizar uma transformação logarítmica nas distribuições (tal procedimento minimiza as diferenças entre os dados).

Em seguida, é realizada a construção dos gráficos de dispersão dos dados de uma medida em relação a outra e o do gráfico de Bland Altman, composto pelas diferenças entre as medidas e as médias entre as medidas. Para esta última construção, são utilizados parâmetros do teste t (pareado), que, após a transformação logarítmica, pôde ser feita.

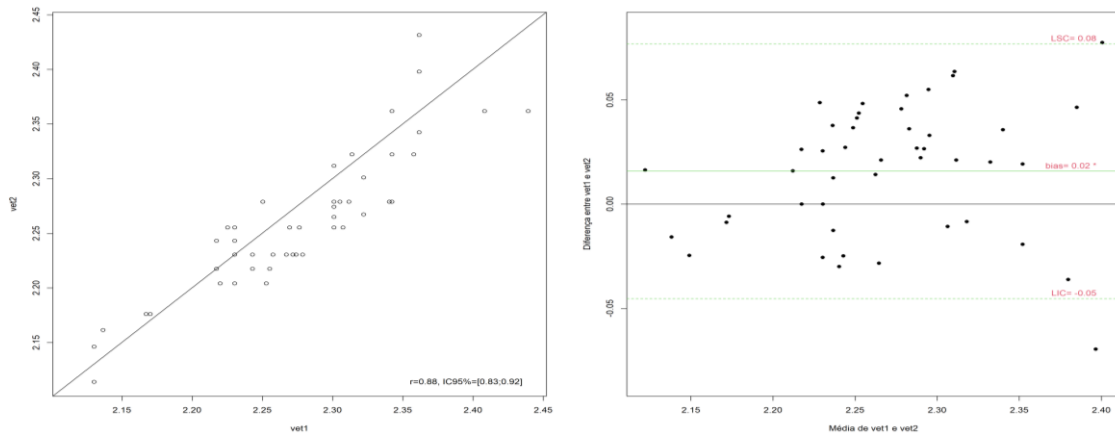


Figura 1 – Comparação entre as medidas realizadas pelos dois veterinários – Fonte: Autoras

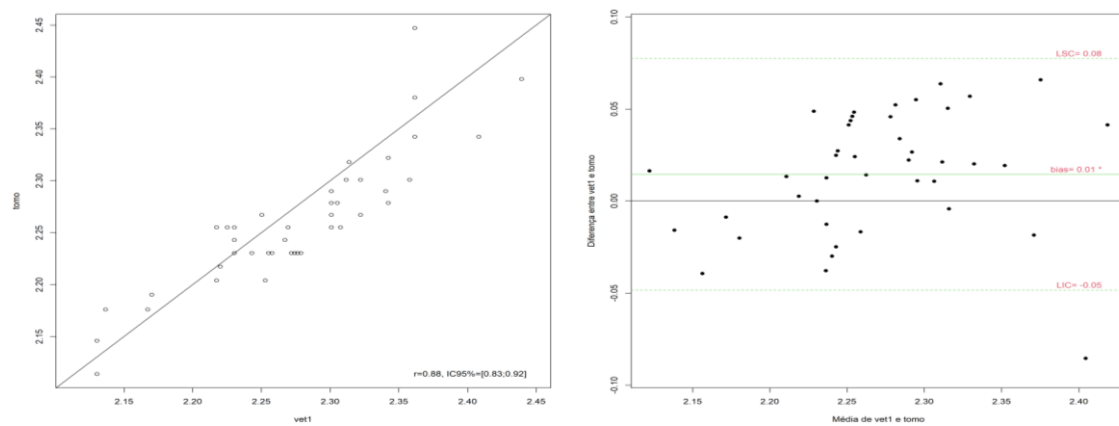


Figura 2 – Comparação entre as medidas realizadas pelo veterinário 1 e pelo exame de tomografia – Fonte: Autoras

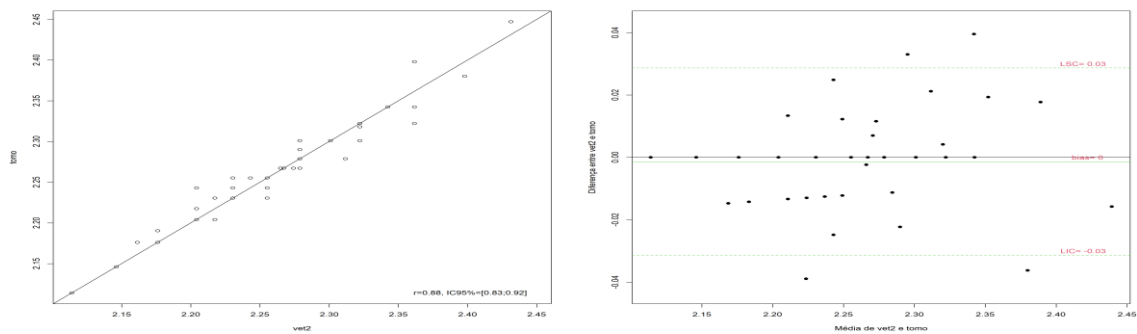


Figura 3 – Comparação entre as medidas realizadas pelo veterinário 2 e pelo exame de tomografia – Fonte: Autoras

Nas três visualizações (figuras), é possível verificar um padrão bastante semelhante entre os gráficos. As medidas realizadas apresentam uma alta correlação entre si quando comparada par a par ($r = 0,88$, com intervalo de confiança de 95% de $[0,83; 0,92]$), ou seja, tanto os veterinários, como a medida “real” visível pelo exame de tomo, estão num mesmo sentido. As tendências observadas no gráfico de Bland Altman, expresso pelas diferenças entre pares de medidas, e, pela média entre os mesmos pares, estão em sua maior parte dentro dos limites de concordância superior e inferior; e o viés é muito baixo (0,02; 0,01; 0).

É possível considerar que essas medidas possuem alto grau de associação, apresentado pelo valor de correlação. Não existem um alto número de *outliers*, o que demonstra que as diferenças entre as medidas estão dentro dos limites calculados. Algo importante dentro do ponto de vista clínico, já que passando desse limite indicaria que há grandes diferenças entre as medidas e que poderiam não ser concordantes entre si. Além disso, as medidas não têm valores tão discrepantes quando são observadas suas diferenças, já que os valores de viés estão em torno de zero. Também observamos que os pontos do gráfico de dispersão de Bland Altman estão espalhados, não apresentando nenhum tipo de tendência. Isso é importante, para observamos se os valores das diferenças das duas variáveis e as médias dessas variáveis não possuem algum tipo de associação.

Com o exemplo trazido nesse texto, fica claro o quão é importante as visualizações e o Data Storytelling na análise de dados. Os gráficos aqui recriados puderam representar de maneira simples e concisa o que é observado matematicamente quando se avalia a substituição de uma medida clínica por outra medida clínica. Mas também as visualizações gráficas facilitaram a compreensão do leitor para que entenda quais estimativas foram utilizadas para a tomada de decisão clínica.

Uma aplicação de data viz na área da Saúde, facilitando a tomada de decisão do ponto de vista clínico, que, rapidamente pode ser compreendido, que os dois veterinários possuem o mesmo treinamento para a tal medida, e que ambos, o fazem de forma correta, uma vez que estão “concordando” com as medidas obtidas nos exames de tomo. É necessário que tanto o cientista de dados, quanto o especialista clínico, entendam e vivenciem toda a história dos dados. Data Viz e Data Storytelling vêm como aliados para auxiliar na decisão clínica, desde que apresentados de forma clara e reproduzível.

Nessa nota, realizamos uma breve discussão da importância do Data Storytelling e das visualizações de dados quando se tratamos da área da Saúde. Ressaltamos que não é só importante utilizarmos esses instrumentos para auxiliar em análises clínicas em Saúde, como também é importante ponderar quais as ferramentas mais adequadas para que as tomadas decisão sejam feitas de forma assertiva.

Código em R para a análise de Bland-Altman (Altman e Bland, 1983).

Este código foi produzido a partir do código de Hirakata e Comey (2009).

Adaptação de código por Mariana D. Guilardi e Regina Albanese Pose (<https://github.com/albanesere>) e no apêndice desta carta.

Referências Bibliográficas

Altman, D.G., Bland, J.M. . Measurement in Medicine: The Analysis of Method Comparison Studies. *Journal of the Royal Statistical Society. Series D (The Statistician)*. 32(3), pp. 307-317. 1983. Hirakata V.N., Comey, S.A. Análise de Concordância entre Métodos de Bland-Altman. *Clin Biomed Res*, 29(3). 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/11727>

APÊNDICE 1 – Scripts para realizar esta análise

```

# carregar (e instalar) pacotes

library(nlme)
library(lme4)
library(dplyr)
library(ggplot2)
library(magrittr)
library(reshape2)
library(stargazer)
library(readxl)
library(tidyverse)
library(corrplot)

# ler o banco de dados em excel

dados <- read_excel("centelha.xlsx")
View(dados)

# exibir os nomes das variáveis do banco de dados

names(dados)

# carregar o banco de dados

attach(dados)

# armazenar o banco de dados no DF

dfo <- data.frame(dados)

# separar as variáveis do dataset

vet1 <- dfo$vet1
length(vet1)
vet2 <- dfo$vet2
length(vet2)
tomo <- dfo$tomo
length(tomo)

#Teste de normalidade de shapiro

shapiro.test(vet1)
shapiro.test(vet2)
shapiro.test(tomo)

#Transformação das variáveis para suavizar a assimetria pois o teste de normalidade rejeita hipótese de normalidade

vet1log <- log(vet1)
vet2log <- log(vet2)
tomolog <- log(tomo)

# teste t para amostras pareadas, pois as distribuições foram transformadas em função log

t.test(vet1, vet2, paired = T)

t.test(vet1, tomo, paired = T)

t.test(vet2,tomo, paired = T)

# comando para calcular o coeficiente de correlação entre as variáveis
correl <- cor.test(vet1,vet2)
correl

correl <- cor.test(vet1,tomo)
correl

correl <- cor.test(vet2,tomo)
correl

# fazer o diagrama de dispersão, com o coeficiente de correlação

plot(vet1,vet2,xlim=c(min(vet1,vet2),max(vet1,vet2)),ylim=c(min(vet1,vet2),max(vet1,vet2)))
abline(coef=c(0,1))

```

```

text(max(vet1,vet2),min(vet1,vet2),pos=2,
     paste("r=",round(correl$estimate[[1]],2)," , IC95%=[" ,
           round(correl$conf.int[[1]],2)," ;",
           round(correl$conf.int[[2]],2)," ]",sep=""))

plot(vet1,tomo,xlim=c(min(vet1, tomo),max(vet1, tomo)),ylim=c(min(vet1, tomo),max(vet1, tomo)))
abline(coef=c(0,1))
text(max(vet1, tomo),min(vet1, tomo),pos=2,
     paste("r=",round(correl$estimate[[1]],2)," , IC95%=[" ,
           round(correl$conf.int[[1]],2)," ;",
           round(correl$conf.int[[2]],2)," ]",sep=""))

plot(vet2, tomo,xlim=c(min(vet2, tomo),max(vet2, tomo)),ylim=c(min(vet2, tomo),max(vet2, tomo)))
abline(coef=c(0,1))
text(max(vet2, tomo),min(vet2, tomo),pos=2,
     paste("r=",round(correl$estimate[[1]],2)," , IC95%=[" ,
           round(correl$conf.int[[1]],2)," ;",
           round(correl$conf.int[[2]],2)," ]",sep=""))

```

#função para fazer o gráfico do Bland-Altman – ele usa resultados do teste t pareado, e, como é uma função, já faz os gráficos das três situações

```

B_A<-function(x,y){
  x.name<-deparse(substitute(x))
  y.name<-deparse(substitute(y))
  xy<-na.omit(cbind(x,y))
  n<-length(xy[,1])
  mean.xy <- (xy[,1]+xy[,2])/2
  dif.xy <- xy[,1]-xy[,2]
  dif.mean <- mean(dif.xy,na.rm=T)
  dif.sd <- sqrt(var(dif.xy, na.rm=T))
  LIC <- dif.mean - (2 * dif.sd)
  LSC <- dif.mean + (2 * dif.sd)
  Amplitude <- LSC-LIC
  ttest<-t.test(x, y, paired = T)
  limite.y <- max(abs(min(dif.xy,LIC)),abs(max(dif.xy,LSC)))
  plot(mean.xy, dif.xy, pch = 16,
       xlab = paste0("Média de ",x.name," e ",y.name,sep=""),
       ylab = paste0("Diferença entre ",x.name," e ",y.name,sep=""),
       ylim = c(ifelse(min(dif.xy,LIC)<0,-limite.y,limite.y)-.1*
                limite.y,limite.y+.1*limite.y))

  abline(h = 0, lty = 1)
  abline(h = dif.mean, lty = 1,col=3)
  abline(h = LIC, lty = 2,col=3)
  abline(h = LSC, lty = 2,col=3)
  text(max(mean.xy,na.rm=T),ifelse(
    dif.mean>0,max(dif.mean,0)+0.02*Amplitude,min(dif.mean,0)+0.02*
    Amplitude),pos=2,paste("bias=",round(dif.mean,2),ifelse(
    ttest$p.value<0.05,"*",""),col=2)
  text(max(mean.xy,na.rm=T),LIC+.02*Amplitude,pos=2,
       paste("LIC=",round(LIC,2)),col=2)
  text(max(mean.xy,na.rm=T),LSC+.02*Amplitude,pos=2,
       paste("LSC=",round(LSC,2)),col=2)
}

png(filename="baplot_vet1_vet2.png", width=20, height=10, units="in", res=300)
par(mfrow=c(1,2), mai=c(1,1,0.6,0.4))
plot(vet1,vet2,xlim=c(min(vet1,vet2),max(vet1,vet2)),
     ylim=c(min(vet1,vet2),max(vet1,vet2)))
abline(coef=c(0,1))
text(max(vet1,vet2),min(vet1,vet2),pos=2,
     paste("r=",round(correl$estimate[[1]],2)," , IC95%=[" ,
           round(correl$conf.int[[1]],2)," ;",
           round(correl$conf.int[[2]],2)," ]",sep=""))

```

B_A(vet1, vet2)

APÊNDICE 2 – Dados desidentificados utilizados para esta discussão

ID	vet1	vet2	tomo
1	150	152	153
2	150	152	163
3	180	170	168
4	158	172	168
5	166	162	163
6	115	112	113
7	167	152	153
8	127	132	133
9	186	192	191
10	169	162	153
11	160	147	153
12	180	172	178
13	176	159	166
14	180	162	163
15	155	147	153
16	148	162	163
17	145	172	153
18	117	127	133
19	155	152	153
20	177	179	181
21	190	152	163
22	168	180	163
23	180	187	173
24	165	152	158
25	185	172	183
26	145	147	143
27	180	170	168
28	159	142	143
29	168	152	153
30	115	122	123
31	183	162	163
32	161	152	153
33	190	182	183
34	170	152	153
35	146	142	148
36	180	172	173
37	177	159	161
38	190	167	168
39	145	157	163
40	150	157	163
41	145	192	193
42	128	132	138
43	150	162	158
44	171	152	133
45	187	189	191
46	185	179	171
47	182	172	173
48	150	142	158
49	150	152	153
50	150	152	163
51	180	166	168
52	158	172	168
53	166	162	163
54	115	112	113
55	167	152	153
56	127	132	133
57	186	192	191
58	169	162	153
59	160	147	153
60	180	172	178
61	176	159	166
62	180	162	163
63	155	147	153
64	148	162	163
65	145	172	153
66	117	127	133
67	155	152	153
68	177	179	181
69	190	152	163
70	168	180	163
71	180	187	173

72	165	152	158
73	185	172	183
74	145	147	143
75	180	166	168
76	159	142	143
77	168	152	153
78	115	122	123
79	183	162	163
80	161	152	153
81	190	182	183
82	170	152	153
83	146	142	148
84	180	172	173
85	177	159	161
86	190	167	168
87	145	157	163
88	150	157	163
89	145	192	193
90	128	132	138
91	150	162	158
92	171	152	133
93	187	189	191
94	185	179	171
95	182	172	173
96	150	142	158

IX – EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE

Nota Técnica

19. A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA (EAD) E OS CAMINHOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL DA ATUALIDADE

Simona Adriana Banacu dos Santos⁸⁰

Anderson Gedeon Buzar Reis⁸¹

José Orcélio do Nascimento⁸²

Ricardo Pereira Trefiglio⁸³

Edair Canuto Rocha⁸⁴

Resumo Executivo

A pandemia da COVID-19 trouxe desafios ao ensino em todos os níveis. As emergentes estratégias de ensino à distância (EaD) e ensino online tiveram seu crescimento potencializado, permitindo a continuação da relação entre docentes e discentes mediante a necessidade de distanciamento social. Porém, o emprego acelerado e disseminado dessas estratégias evidenciou também seus aspectos negativos, como a dificuldade na manutenção da qualidade do ensino e o aumento da desigualdade social para os alunos com dificuldade de acesso à tecnologia. Esse artigo visa analisar a implementação do EaD e discutir os caminhos a serem trilhados pela educação no Brasil.

Palavras-chave: *Pandemia. Educação à Distância. EaD. Educação.*

⁸⁰ **Simona Adriana Banacu dos Santos.** Docente de ensino superior. Mestra em Administração pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU). Doutoranda em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

⁸¹ **Anderson Gedeon Buzar Reis.** Docente do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão – IFMA. Mestre em Administração pela FUCAPE Business School. Doutorando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

⁸² **José Orcélio do Nascimento.** Docente Auxiliar da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. Mestre em Ciências Contábeis pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. Doutorando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

⁸³ **Ricardo Pereira Trefiglio.** Cursando Mestrado em Administração na USCS. Possui Especialização em Qualidade e Produtividade pela USP (2003) e Graduação em Engenharia Mecânica pelo Instituto Mauá de Tecnologia (2000). Professor há mais de 16 anos. Atualmente é Coordenador de Inovação no Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo, Inovação e Conjuntura da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Experiência de mais de 20 anos na indústria automotiva e autopeças.

⁸⁴ **Edair Canuto Rocha.** Docente da Universidade do Oeste do Pará – UFOPA. Mestre em Administração e Negócios Internacionais pela Alcalá de Henares de Madrid – Espanha. Doutorando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

1. Introdução

O momento atual, marcado pela pandemia da COVID-19, transformou a realidade do mundo inteiro, alterando forçadamente o comportamento e exigindo o distanciamento social, obrigando as instituições de ensino a adaptarem sua rotina e suas práticas educativas à nova realidade. (CASTAMAN, SZATKOSKI, 2020).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com a interrupção das atividades das escolas em mais de 150 países, cerca de 1,5 bilhão de discentes foram atingidos, principalmente os considerados de situações mais vulneráveis, o que resultará, segundo a mesma entidade, em perdas significativas em relação às metas da Educação da Agenda de 2030. (UNESCO, 2022).

Para a UNESCO, medidas como: escolha de ferramentas digitais, inclusão dos programas de Educação à Distância (EaD), proteção da privacidade e segurança dos dados, planejamento do cronograma dos programas de ensino à distância, apoio aos docentes e aos pais quanto o uso das ferramentas tecnológicas, desenvolvimento de regras e acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes para o ensino EaD, dentre outras, são necessárias para oferecer uma educação de qualidade à distância, inclusiva e baseada no uso de plataformas e tecnologias. (UNESCO, 2022).

A Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) em seu relatório anual publicado em junho de 2021 e realizado através da plataforma CensoEAD.BR, contou com 51 instituições de ensino, dentre as quais, 78,43% particulares e 21,57% públicas. Fizeram parte da amostra Instituições de Ensino Superior (IES), ensino médio e ensino fundamental, técnico e livre. Várias tendências foram observadas, dentre as quais o aumento em 50% na procura pelos cursos à distância, o aumento da evasão escolar devido à crise global e a transferência do conhecimento sobre o uso da tecnologia que, em quase 75% das instituições, foi delegada para os docentes. (ABED, 2021).

O Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/CP nº. 5 do Ministério da Educação (MEC), aprovado em abril de 2020, foi um marco no contexto das políticas públicas adotadas no Brasil para o período da pandemia, apontando as diretrizes operacionais e as orientações para as instituições de ensino de todos os níveis.

Para Oliveira *et al.*, 2020, a utilização do ensino remoto durante a pandemia evidenciou a desigualdade existente no país, pois somente uma pequena parcela da população conta com estrutura e condições adequadas para acessar as aulas remotas, visto que o EaD requer um ambiente adequado para o aprendizado, com conexão satisfatória de internet, disponibilidade de computadores, smartphones ou outros dispositivos eletrônicos e a possibilidade do aluno se dedicar aos estudos.

O novo panorama, pós-pandêmico, apresentará, segundo alguns autores, a mudança do ensino tradicional para o formato de ensino híbrido, incorporando os recursos digitais habitualmente utilizados no EaD e sendo necessária a capacitação dos docentes no que tange a utilização de ferramentas digitais e planejamento das aulas. (OLIVEIRA *et. al*, 2020)

Uma reflexão necessária nesse momento crítico é sobre o rumo da educação, com o uso da tecnologia como ferramenta adjunta, assim como o reforço da importância dos docentes na formação intelectual e humana dos estudantes. (FRANÇA FILHO *et. al.*,2020).

2. A Educação à Distância (EaD)

As bases legais da educação à distância (EaD) foram estabelecidas através da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9394/96), que normatizou o

funcionamento do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis, da educação básica ao ensino superior para todas as instituições de ensino, privadas e públicas. No caso das IES, a oferta e o tipo de cursos à distância foram normatizados segundo esta Lei, que determina a obrigatoriedade da aprovação dos cursos oferecidos pelo MEC. (BRASIL, 1996).

O advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional favoreceu a equidade do sistema educacional, visando uma educação igualitária e justa para toda a população, trazendo em seu âmago definições das políticas públicas adotadas, dentre as quais a modalidade de Educação à Distância (EaD) como meio de ampliar o acesso à educação. (HAYASHI *et.al*, 2019).

Compreendido como estratégia de ensino que propicia o acesso ao conhecimento para um maior número de indivíduos, o EaD é visto como uma alternativa para os que se encontram distantes das instituições de ensino presencial ou que não conseguem estudar em horários pré-definidos. Apresentando uma grande relevância social, o EaD tem favorecido a construção do conhecimento no Brasil, superando distâncias geotemporais. Essa estratégia utiliza-se de ferramentas síncronas e assíncronas, através das quais discentes e docentes se conectam, possibilitando a comunicação no processo de construção de saberes. (OLIVEIRA; SANTOS, 2019).

Ao empregar tecnologias para promover o diálogo, a interatividade e a utilização das redes colaborativas de aprendizagem, como o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), o EaD tornou-se uma modalidade educativa essencial para fornecer autonomia e autoaprendizagem. Para Oliveira e Santos (2019), o EaD representa a aquisição de conhecimento para muitos indivíduos simultaneamente.

No contexto do fechamento das escolas, mediante ameaça da proliferação da COVID-19, tornou-se necessário adotar medidas urgentes de proteção à população, razão pela qual foi debatido e adotado o Parecer CNE/CP nº. 5 do Ministério da Educação (MEC), aprovado em abril de 2020. Este Parecer alterou a reorganização do calendário escolar e do cálculo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga mínima anual, permitindo desta forma, as aulas à distância até o final de 2021. (BRASIL, 2020).

O Parecer sublinha as fragilidades e as desigualdades socioeconômicas no Brasil, como: a dificuldade em garantir padrões mínimos de qualidade, objetivando a diminuição das desigualdades educacionais; a utilização da tecnologia como ferramenta na mobilização dos docentes e dirigentes como parte ativa do processo; a reorganização das atividades educacionais face à necessidade de isolamento social e aprendizagem dos discentes. (BRASIL, 2020).

3. Contrapontos

Para Vieira e Silva (2020), a suspensão das atividades letivas presenciais tornou necessária a reorganização do sistema educacional, impondo aos gestores, docentes e discentes o desafio de adaptação a um novo modelo educacional baseado em tecnologias digitais e metodologias de educação *online*. Segundo os autores, o ensino remoto de emergência implicou na transferência de metodologias e práticas pedagógicas específicas dos espaços de aprendizagem presenciais para o ensino *online*, que difere-se do EaD por não apresentar conteúdos com planejamento de videoaulas gravadas, aulas *online* e compartilhamento de materiais digitais em plataformas *online*. (ARRUDA, 2020; VIEIRA; SILVA, 2020; PEREIRA; SANTIAGO, 2022).

Corroborando, Pereira e Santiago (2022) apontam que, no Brasil, optou-se pela utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC's) no ensino remoto durante a pandemia, realizando uma distinção entre o mesmo e o EaD. Segundo os autores, o EaD

preserva a lógica dos fundamentos e das metas de aprendizagem sem rígidos controles de tempo na realização das atividades. Por outro lado, o ensino remoto mantém a lógica do ensino presencial, centrado em metodologias ativas e práticas inovadoras, preservando a interação docente-discente. A utilização das TDIC's ocorre nas duas modalidades, sendo necessário observar a necessidade de capacitação dos docentes como facilitadores do processo de aprendizagem em busca da ampliação da compreensão e autonomia dos discentes. (PEREIRA; SANTIAGO, 2022).

Estudos realizados nos Estados Unidos, como o de Dorn *et.al.* (2020), apontaram três fatores que diferenciam o estudo remoto do presencial: a qualidade do acesso e a oferta do ensino remoto, o apoio da família e o nível de engajamento dos alunos. Os autores concluíram que apenas 60% dos discentes de baixa renda advindos dos grupos mais vulneráveis, como hispânicos e negros, participaram das atividades *online*, o que deve resultar em uma perda de desenvolvimento cognitivo de 9 meses a um ano. O mesmo estudo evidenciou um índice de evasão escolar de 30 a 40% no ensino médio. (DORN *et.al.*, 2020)

Ramos e Lopes (2021) apontam que, em Portugal, a resiliência das instituições de ensino, docentes e discentes permitiu a reestruturação e a inovação da educação, buscando meios para uma educação inclusiva e igualitária através da utilização das TDIC's. Para as autoras, o ano letivo 2020/2021 foi caracterizado pela volta do ensino superior parcialmente presencial, o que na prática significou a adoção de um modelo misto, menos disruptivo, com aulas presenciais e virtuais. Assim, buscou-se minimizar os aspectos negativos das estratégias, ampliando a socialização, apesar da necessidade de manutenção do distanciamento físico. (RAMOS; LOPES, 2021).

Visto a ampliação das desigualdades socioeconômicas ocasionada pela pandemia, é preciso observar a necessidade e a urgência da implementação de políticas públicas sustentáveis e coordenadas que possam contribuir para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para 2030. Dentre os ODS mais necessários, destacam-se os que versam sobre a diminuição da pobreza, inclusão social, a promoção da saúde e bem-estar e educação inclusiva. (RAMOS; LOPES, 2021).

4. Discussões

A mudança ocasionada pela pandemia da COVID-19 obrigou as instituições de ensino e docentes a buscarem novas práticas educacionais e soluções urgentes. Tais práticas ressaltaram a desigualdade social e econômica dos alunos, as limitações de infraestrutura tecnológica e conectividade, a desestruturação do ensino público e a fragilidade dos professores frente à limitação das competências digitais para a transposição didática do ensino presencial para o *online*. (VIEIRA, SILVA, 2020).

Corroborando com Vieira e Silva (2020), Pereira e Santiago (2022) apontam o agravamento das desigualdades sociais e digitais na pandemia e sublinham a urgência da necessidade da inclusão socioeconômica dos discentes, a facilitação do acesso dos menos favorecidos ao material didático, a necessidade de preparo dos docentes quanto à utilização de softwares didáticos e aplicativos como ferramentas de ensino e a necessidade de políticas públicas sustentáveis que possam abarcar as questões em pauta.

Muito embora não seja possível avaliar a totalidade dos impactos que geraram retrocessos e progressos na educação deste período, é possível afirmar que novas perspectivas educacionais foram geradas, evidenciando a necessidade de se repensar a concepção de aprendizagem, ação pedagógica, currículos escolares, papel dos sujeitos no processo educacional e importância de fomento adequado a um EaD de qualidade e complementar ao ensino presencial. (VIEIRA, SILVA, 2020).

5. Conclusão

Conclui-se que houve uma adaptação urgente dos métodos de ensino devido às consequências da pandemia, potencializando a aplicabilidade do EaD. Apesar dos benefícios dessa estratégia, é necessária a junção de políticas públicas efetivas e engajamento de instituições, docentes e discentes para que o novo caminho adotado no ensino pautado em estratégias à distância ou híbridas seja efetivo e duradouro, reduzindo os prejuízos gerados por seus aspectos negativos aos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, E. P. (2020). Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede - Revista de Educação a Distância*, 7(1), 257-275
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO A DISTÂNCIA (ABED), 2022. Disponível em: https://abed.org.br/arquivos/Release_Edicao_Especial_Pandemia_CensoEAD.BR_ABED_2021.pdf. Acesso em 26 de setembro de 2022
- BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 dez. 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação <http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/90771-covid-19>. Acesso em 22 de setembro de 2021
- CASTAMAN, AS; SZATKOSKI, E. Educação a distância no contexto da educação profissional e tecnológica: considerações em tempos de pandemia. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.] v. 9, n. 7, pág. e491974399, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4399. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4399>. Acesso em: 26 set. 2022.
- DE FRANÇA FILHO, A. L.; DA FRANÇA A. C.; COUTO, M. A. C. Alguns apontamentos para uma crítica da EAD na educação brasileira em tempos de pandemia. *Revista Tamoios*, v. 16, n. 1, 2020.
- DORN, E.; HANCOCK, B.; SARA KATSANNIS, J.; VIRULEG, E. COVID-19 and student learning in the United States: The hurt could last a life time. 2020. Disponível em: http://www.childrensinstitute.net/sites/default/files/documents/COVID-19-and-tudent-learning-in-the-United-States_FINAL.pdf. Acesso em 27 de setembro de 2022.
- HAYASHI, C.; SOEIRA, F. dos S.; CUSTÓDIO, FR Análise das Políticas Públicas de Educação a Distância no Brasil. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 9, n. 1, pág. e87911667, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i1.1667. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1667>. Acesso em: 27 set. 2022.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.
Sinopse Estatística da Educação Superior 2019. Brasília: Inep, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 22 de setembro de 2021
- OLIVEIRA, A.L; SCHUTZ, J.A.; AMARAL, M.A.F.(Coord.) **Vozes da Educação: Pesquisas e escritas contemporâneas**. Ed. Ilustração. Cruz Alta, 2021, v. 2,
- OLIVEIRA, F. A.; SANTOS, A. M. S. DOS. Construção do Conhecimento na Modalidade de Educação a Distância: Descortinando as Potencialidades da EaD no Brasil. *EaD em Foco*, v. 10, n. 1, 31 jan. 2020.
- OLIVEIRA, E. de S.; FREITAS, TC; SOUSA, MR de; MESQUITA MENDES, NC da SG; ALMEIDA, T. dos R.; DIAS, LC; FERREIRA, ALM; FERREIRA, APM A educação a distância (EaD) e os novos

caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19 / Educação a distância (DE) e os novos caminhos da educação após uma pandemia ocasionada pela Covid-19. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, [S. l.] , v. 6, n. 7, pág. 52860–52867, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n7-799. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/14095>. Acesso em: 28 set. 2022.

PEREIRA, J. G. N.; SANTIAGO, S.B. PERSPECTIVAS E DESAFIOS DO ENSINO BRASILEIRO: UMA REVISÃO DA EDUCAÇÃO REMOTA NA PANDEMIA DO COVID-19. *Conexões-Ciência e Tecnologia*, v. 16, p. 022004, 2022.

RAMOS, M.N.P; LOPES, A.C.D. Desafios da educação a distância em tempos de pandemia. In: OLIVEIRA, A.L; SCHUTZ, J.A.; AMARAL, M.A.F.(Coord.) **Vozes da Educação: Pesquisas e escritas contemporâneas**. Ed. Ilustração. Cruz Alta, 2021, v. 2, p. 117-139.

UNESCO. Educação: da interrupção à recuperação. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em 26 de setembro de 2022.

VIEIRA, M.F.; DA SILVA, C. M. S. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, v. 28, p. 1013-1031, 2020.

Nota Técnica

20. APOIO ÀS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLENCIA DOMÉSTICA NA SUÉCIA: O PLANTÃO DA MULHER DE HULTSFRED E VIMMERBY

Elaine Sanches⁸⁵
Juliana Monti Paz⁸⁶

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é apresentar como funciona o apoio às mulheres vítimas de violência doméstica na Suécia desde a disseminação das informações, a legislação e os primeiros contatos até o processo de recuperação dessas mulheres.

Palavras-chave: Violência doméstica. Direito da mulher. Abuso. Abrigo. Voluntariado. Suécia.

Introdução

A violência doméstica afeta mulheres de todas as classes sociais, rendas e escolaridade. A falta de informações sobre o que é e quais são os tipos de violência doméstica e onde buscar ajuda faz com que muitas mulheres continuem em situação de risco ou, infelizmente, percam suas vidas.⁸⁷

A Suécia tem instituições chamadas “Kvinnojouren” que em tradução livre significa “Plantão da Mulher”. Essas entidades estão presentes em quase todas as comunidades do país e buscam informar, apoiar e orientar as mulheres vítimas de violência doméstica, que pode ser física, psicológica, econômica, sexual ou patrimonial.

O processo de sair de uma situação de violência doméstica pode ser bastante demorado e complexo e costuma ser física- e psicologicamente exaustivos e, até mesmo, excruciantes, afetando, na maioria das vezes, pessoas próximas à vítima, como filhos por exemplo. A legislação e o processo judicial são essenciais para que essas mulheres tenham seus direitos garantidos. Algumas vezes as autoridades de imigração também participam desse processo e os “Plantões da Mulher” acompanham esse processo em todas essas fases.

⁸⁵ **Elaine Sanches:** Diretora da instituição de apoio à mulher (Plantão da Mulher) de Hultsfred e Vimmerby. Líder do Comitê Direito da Mulher do Grupo Mulheres do Brasil, núcleo Estocolmo, Suécia. Professora de idiomas, poetisa, ativista.

⁸⁶ **Juliana Monti Paz:** Líder do Comitê Direito da Mulher do Grupo Mulheres do Brasil, núcleo Estocolmo, Suécia. Gerente de TI em empresa multinacional. Desde 2019 é voluntária na organização para vítimas de crimes na Suécia em conjunto com a polícia (Brottsofferjouren). Atendente às vítimas da Suécia inteira como apoio para idiomas português, inglês, espanhol e ocasionalmente sueco. Atende também no tribunal da cidade de Södertälje. Voluntária no plantão da mulher na cidade de Södertälje (Annfrid Kvinnojouren) como gerente de projetos e tradutora para mulheres que tem como idioma português, espanhol ou inglês.

⁸⁷ Centro Nacional de bem-estar da mulher, Uppsala, Suécia
<https://www.nck.uu.se/>

Apoio às vítimas de violência doméstica na Suécia: o Plantão da Mulher da cidade de Hultsfred e Vimmerby

Em 1984, criou-se a primeira organização de proteção às Mulheres na Suécia: ROKS⁸⁸, uma entidade feminista separatista (o corpo de voluntários e funcionários é formado somente por mulheres), cujo objetivo é apoiar e proteger mulheres com ou sem filhos, e jovens e adolescentes do sexo feminino que sofrem ou tenham sofrido violência doméstica.

ROKS é uma organização mantida por trabalho voluntário (Embora haja alguns poucos cargos remunerados) que durante quase quarenta anos tem desenvolvido diferentes métodos diferentes de proteção a mulheres, visando o bem-estar, segurança física, econômica e emocional de mulheres, jovens e crianças.

Como uma organização sem fins lucrativos, recebe apoio econômico do governo, assim como de outras instituições, empresas, de patrocinadores e membros da organização. ROKS, tornou-se a organização guarda-chuva para as diferentes unidades do “Kvinnojour” ou Plantão da Mulher no país, que são organizações menores.

Em 1996, várias mulheres que eram membros da ROCKS, optaram por criar uma outra organização voluntária chamada UNIZON⁸⁹, praticamente com quase os mesmos princípios da ROCKS, mas não sendo totalmente feminista separatista, dando assim abertura e possibilidades para homens e mulheres trabalharem em conjunto contra a violência doméstica. Hoje a UNIZON tem mais de 130 organizações como o “Kvinnojour” na Suécia superando a organização ROCKS, com estimadamente 110 “Kvinnojour (Plantão da Mulher)”.

A maioria das organizações possuem abrigos secretos e, embora algumas regras sejam distintas entre elas, todas seguem os mesmos princípios e partilham do mesmo objetivo.

Quando admitem alguém, o primeiro passo da acolhida é certificar de que o(os) indivíduo (s) estão seguros e que se sintam bem-vindos. Muitas vezes as vítimas chegam apenas com a roupa do corpo. Ao serem recebidos, são repartidos produtos de higiene pessoal e comida. As acomodações e móveis são inspecionados e entregues devidamente limpos, em algum deles é, inclusive, permitida a admissão de animais de estimação.

Usualmente, a prefeitura custeia a estada da vítima e, quando ela não possui renda própria, os serviços sociais⁹⁰, através da prefeitura, se responsabilizam por todos os custos básicos da pessoa. Quando as autoridades públicas, por alguma razão, se recusam a prestar apoio financeiro, geralmente, a organização assume esta responsabilidade.

Os abrigos não restringem o período de permanência das pessoas, que pode durar alguns dias, semanas, meses e até um ano, o que não é comum, mas nosso objetivo é abrigá-las até que possam mudar para uma moradia própria e segura.

Como nem todas as organizações trabalham da mesma forma, as regras e atendimento podem variar. O “Kvinnojour” em Hultsfred e Vimmerby, por exemplo, funciona 24 horas por

⁸⁸ Página oficial da Roks, instituição de apoio às vítimas de violência doméstica
<https://roks.se/>

⁸⁹ Página oficial da Unizon, instituição de apoio às vítimas de violência doméstica
<https://www.unizonjourer.se/>

⁹⁰ Serviço social na Suécia
<https://www.socialstyrelsen.se/>

dia, durante os 365 dias, alguns abrem alguns dias durante a semana e alguns não oferecem moradia.

Em Hulstfred e Vimmerby a mulheres tem acesso a apartamento mobiliado com internet bem como celular (para que não usem o próprio aparelho e que sua localização não seja rastreada). Elas também recebem visitas de membros da equipe ou contato de acompanhamento por telefone quase diariamente, dependendo da necessidade de cada uma.

Geralmente, as suecas não demandam o mesmo tipo de apoio que as estrangeiras e o desafio das vítimas imigrantes é, via de regra, maior. Algumas não dominam o idioma e não estão familiarizadas com a cultura e legislação do país. Muitas têm medo de entrar em contato com autoridades e até mesmo com outras pessoas. Em todos os casos, o “Kvinnojour” se faz presente durante todo o processo provendo assistência jurídica⁹¹ gratuita.

Durante cada semana uma voluntária fica responsável por uma específica pessoa/família que está sendo abrigada por nós, e ela se responsabiliza por acompanhá-las, quando necessário, ao médico/dentista, ao tribunal, ou mesmo apenas para comprar roupas e comida.

Nem tudo é apenas medo, insegurança e tristeza. Além do apoio emocional e terapêutico, o Kvinnojour se esmera em prover lazer, diversão e, até mesmo, aulas de sueco/inglês para estrangeiras. Elas também saem com as crianças e sempre fazem alguma atividade lúdica durante o fim de semana, respeitando quando as abrigadas preferem ficar sozinhas. Ainda assim, as voluntárias entram em contato por telefone para se certificarem que estão seguras e para que mostrar que não estão sozinhas.

Conclusão

Para trabalhar como voluntária em um “Kvinnojour”, deve-se ter uma enorme responsabilidade e vontade de ajudar sem nenhum interesse econômico, além de uma robusta e estável saúde psicológica. Todos os voluntários devem apresentar seus antecedentes criminais, concluir os cursos obrigatórios e passar por treinamentos antes de iniciarem as atividades de voluntariado.

Muitas pessoas acreditam que apenas a agressão física é considerada violência doméstica e muitas vezes, nem a própria vítima tem consciência que está em um relacionamento abusivo por falta de informação.⁹² Por isso informar sobre todos os tipos de violência doméstica e os contatos para buscar ajuda são extremamente importantes.⁹³

Durante esses quase quarenta anos de apoio às Mulheres, adolescentes, jovens e crianças conclui-se que o índice de violência doméstica não tenha reduzido, mesmo que o número de ações de combate à violência doméstica e organizações tenham crescido.

⁹¹ Legislação sueca
<https://lagen.nu/>

⁹² Página sobre violência doméstica da comunidade de Hulstfred
<https://www.hulstfred.se/artikel/vald-i-nara-relationer/>

⁹³ Guia prático de Combate à violência contra a mulher na Suécia (em português):
https://drive.google.com/file/d/1lvdsENM1NfEyWNXuf0FMNZrXQO_dW_z7/view

⁹ ROCKS
<https://www.roks.se/har-finns-kunskap/ta-makten-over-kvinnans-ekonomi>

A legislação cumpre um papel muito importante, mas deve ser acompanhada de uma intensiva educação sobre o que é agressão e diversos tipos de violência. A informação deve ser adaptada pedagogicamente aos diferentes grupos etários, mas deve começar desde a primeira infância, tanto para meninos quanto para meninas.

As estatísticas apontam que muitas mulheres, principalmente aquelas com filhos, não denunciam os agressores por motivos são diversos, mas o medo e a dependência econômica⁹⁴ são dois fatores determinantes.

Além do engajamento nas redes sociais, as unidades oferecem cursos sobre violência doméstica, reuniões e seminários, o que tem contribuído imensamente para que muitas mulheres, jovens e crianças tomem conhecimento sobre seus direitos. O papel das organizações de apoio a mulheres, tem sido central para o compartilhamento destas informações e para o levantamento de dados sobre os casos no país. Lutamos em prol da extinção da violência contra a mulher e temos muito orgulho do trabalho que desenvolvemos!

⁹⁴ Guia prático de Combate à violência contra a mulher na Suécia (em português): https://drive.google.com/file/d/1lvdsENM1NfEyWf0FMNZrXQO_dW_z7/view

⁹ ROCKS
<https://www.roks.se/har-finns-kunskap/ta-makten-over-kvinnans-ekonomi>

Nota Técnica

21. ETARISMO VERSUS ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Antonio Aparecido de Carvalho⁹⁵

Marco Antonio Spada⁹⁶

Reginaldo Braga Lucas⁹⁷

Resumo Executivo

O etarismo é uma forma de discriminação relacionada à idade, o envelhecimento da população já é uma realidade vivenciada no Brasil. A pesquisa traz uma reflexão relacionada aos estereótipos vinculados ao envelhecimento, à evolução das pessoas acima dos 60 anos no Brasil, no Estado de São Paulo e nas sete cidades que compõem o ABC, e ainda a necessidade da implementação de políticas públicas que propiciem a inserção social e no mercado de trabalho desta parcela da população.

Palavras-chave: *Etarismo. Envelhecimento da população. Políticas Públicas.*

O Etarismo

O etarismo também conhecido como ageísmo é toda forma de discriminação e preconceito relacionados à idade, grande parcela das pessoas demonstra receio do processo de envelhecimento, pois esta etapa da vida acaba sendo estigmatizada por limitar as possibilidades de emprego e a redução/extinção do convívio social.

Os estereótipos associados ao envelhecimento retratam pessoas com menor capacidade física e mental, com dificuldades cognitivas e resistentes às mudanças que ocorrem de forma acelerada, principalmente as relacionadas às tecnologias da informação e comunicação.

Em relação ao mercado de trabalho, a competitividade está cada vez mais presente nas organizações, que buscam profissionais qualificados. Desta forma, o etarismo nas organizações tende a ser agravado, pois os profissionais com idade mais avançada, poderão sofrer com pré-julgamentos em relação a adequação ante às constantes mudanças, embora estes profissionais tragam consigo uma bagagem de experiências, poderão sofrer resistência das organizações nos processos de contratação ou de manutenção no quadro de funcionários.

Neste sentido, os casos de desemprego para pessoas idosas evidenciam o preconceito e o conflito entre gerações. Uma pesquisa recente do Estadão Conteúdo (2022), traz depoimentos de pessoas desta faixa etária, que mostram que as demissões são causadas sobretudo pelas empresas entenderem que as experiências pessoais e profissionais são consideradas “vícios” adquiridos e podem atrapalhar no processo de adaptação e ainda

⁹⁵ **Antonio Aparecido de Carvalho.** Doutor em Administração; Mestre em Administração, Comunicação e Educação; MBA em Marketing; MBA em Gestão e Inovação do Ensino a Distância; Especialista em Finanças e Direito Educacional; Coordenador e Professor do curso de Administração da FASB. <http://lattes.cnpq.br/3790964579387924>

⁹⁶ **Marco Antonio Spada.** Mestre em Educação; Especialista em Segurança e Saúde do Trabalho; MBA em Gestão de Pessoas; Professor da FASB. <http://lattes.cnpq.br/4885920385492997>

⁹⁷ **Reginaldo Braga Lucas.** Mestre em Administração; Consultor da Fleming Associados; Professor da FASB. <http://lattes.cnpq.br/0455951582946551>

podem influenciar os demais empregados. Os obstáculos lançados pelas organizações, levam muitos a buscarem na informalidade uma forma de sustento.

O Brasil está enfrentando um rápido envelhecimento na população, desde 1990, a população brasileira com mais de 60 anos vem crescendo, as projeções mostram que, a partir do ano 2030, a população acima de 65 anos será maioria em relação aos mais jovens.

O trabalho faz parte da construção da identidade do sujeito, a ausência do ambiente laboral pode desencadear alterações e rupturas emocionais, pois a inserção social também pode ser realizada através da prática de trabalho organizacional e dos vínculos estabelecidos.

Os indivíduos no período de envelhecimento tendem a permanecer trabalhando, mesmo que informalmente, uma vez que o benefício da aposentadoria não contempla em sua totalidade os gastos na nova realidade, além disso, a informalidade também permite que estes sujeitos se mantenham ativos na sociedade.

As sociedades capitalistas que contemplam as relações de trabalho nos diferentes níveis geracionais vivenciam desafios para reduzir a discriminação, a vulnerabilidade e estigmas aos quais os indivíduos com mais idade estão expostos.

A contratação de idosos pelo setor privado é prevista na Lei Federal 10.741/2003, conhecida como o Estatuto do Idoso, o artigo 27 institui que “na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação, e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo exigir”. O artigo 28 preconiza que o Estado deve incentivar e conceber projetos para estimulação empresarial visando admissão de funcionários idosos em seu quadro de trabalhadores (BRASIL, 2003).

Vale ressaltar que o referido Estatuto é um instrumento de cidadania e de proteção visando garantir e regular os interesses das pessoas acima dos 60 anos de idade.

O Estatuto do Idoso foi renomeado pela Lei 14.423/2022 sancionada em 22 de julho de 2022, passando a ser chamado de Estatuto da Pessoa Idosa.

Na contramão do etarismo está o envelhecimento da população, descrita a seguir.

O Envelhecimento Populacional

Os avanços tecnológicos propiciaram mudanças em todas as áreas, sobretudo na área da saúde, que contribuiu consideravelmente para o avanço na medicina. Desta forma, com melhores condições para cuidar da saúde que resulta na qualidade de vida, o envelhecimento populacional é uma realidade sobretudo nos países com maior desenvolvimento.

Dados extraídos do Relatório das Perspectivas da População Mundial da Organização das Nações Unidas – ONU (2022), mostram que, em 15 de novembro de 2022, a população mundial será de 8 bilhões de pessoas, as estimativas para 2030 e 2050 serão respectivamente de 8,5 bilhões e 9,7 bilhões, já em 2100 será de 10,4 bilhões.

A expectativa mundial de vida aumentou, em 1990 era de 64,2 anos passou para 72,8 anos em 2019, estima-se que em 2050 será de 77,2 anos. No caminho inverso ao aumento da expectativa de vida está a taxa de natalidade, que apresenta queda, em 1950 era de 5 filhos, em 2021 caiu para 2,3 filhos; a projeção para 2050 é de 2,1 filhos. Neste sentido, estima-se que em 2050 a população mundial acima de 65 anos será o dobro do número de crianças abaixo de 5 anos.

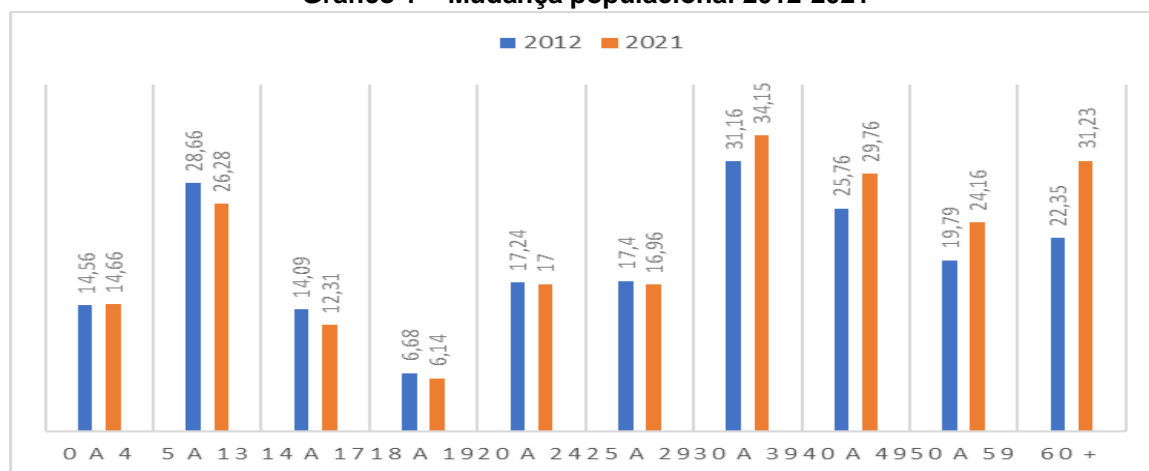
No Brasil

Dados do IBGE (2022) mostram que de 2012 a 2021 a população aumentou de 197,7 milhões para 212,7 milhões, contudo existe uma queda na população abaixo dos 30 anos, em 2012, eram 98,7 milhões e, em 2021, eram 93,4 milhões, portanto, queda de 5,4%.

A faixa acima dos 30 apresentou aumento de 20,4%, saltando de 99,1 milhões em 2012, para 119,3 milhões em 2021.

No mesmo período, a população acima de 60 anos cresceu 39,8%, em 2012 eram 22,3 milhões e em 2021 eram 31,2 milhões. O Gráfico 1 apresenta as mudanças na década.

Gráfico 1 – Mudança populacional 2012-2021



Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base em dados do IBGE, 2022.

No Estado de São Paulo

Dados extraídos do IBGE (2010) e do Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo – Seade (2022) mostram que a população do estado de São Paulo em 2010 era 41.263.038 e de 45.147.891 em 2021, acréscimo de 9,41%. A Tabela 1 apresenta a distribuição por faixa etária.

Tabela 1 – População Estado de São Paulo 2010 - 2021

Faixa Etária	2010	2021	Varição
0 - 4	2.675.372	2.781.825	+3,98%
5 - 14	6.185.546	5.648.444	-8,68%
15 - 19	3.303.908	2.821.458	-14,60%
20 - 29	7.427.480	6.860.691	-7,63%
30 - 39	6.740.569	7.394.288	+9,70%
40 - 49	5.733.830	6.767.990	+18,04%
50 - 59	4.424.095	5.560.181	+25,68%
60 - 69	2.646.929	4.174.668	+57,72%
70 - 79	1.457.533	2.232.820	+53,19%
80 +	667.809	905.526	+35,60%
Total	41.263.038	45.147.891	+9,41%

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base nos dados do IBGE, 2010 e SEADE, 2022.

Os dados mostram queda na população de 5 a 29 anos, e acréscimo na população acima de 30 anos, com elevada expansão na faixa acima dos 60 anos.

Nas cidades que compõem o ABC

Dados extraídos do IBGE-cidades (2010) e do Seade (2022) mostram o envelhecimento dos habitantes das sete cidades que compõem o ABC, conforme demonstrado nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2: Dados Populacionais das cidades do ABC 2010

Cidade	0-14	15-29	30-44	45-59	60-74	75+	Total
Diadema	90.789	108.022	95.981	61.430	23.642	6.275	386.089
Mauá	95.972	116.931	101.284	68.369	27.280	7.228	417.064
Rib. Pires	23.457	29.242	27.242	20.753	9.581	2.793	113.068
R.G. Serra	10.974	12.138	10.587	6.753	2.750	692	43.894
S. André	128.464	167.733	159.480	129.214	66.365	25.151	676.407
S.B.Campo	158.745	200.490	189.830	138.477	60.013	17.908	765.463
S. C. Sul	22.730	32.741	33.341	31.930	19.087	9.434	149.263
Total	531.131	667.297	617.745	456.926	208.718	69.431	2.551.248

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base nos dados do IBGE, 2010 e SEADE, 2022.

Tabela 3: Dados Populacionais das cidades do ABC 2021

Cidade	0-14	15-29	30-44	45-59	60-74	75+	Total
Diadema	84.327	91.137	101.050	78.375	42.038	9.792	406.719
Mauá	87.255	107.681	118.698	89.689	50.594	12.650	466.567
Rib. Pires	20.745	24.235	28.931	24.905	16.290	4.606	119.712
R.G. Serra	9.836	12.153	12.762	9.647	5.109	1.308	50.815
S. André	119.343	137.330	166.347	141.856	97.573	33.047	695.496
S.B.Campo	148.191	170.816	200.087	166.765	103.408	28.878	818.145
S. C. Sul	22.041	25.030	34.741	32.503	25.959	10.704	150.978
Total	491.738	568.382	662.616	543.740	340.971	100.985	2.708.432

Fonte: Elaboração própria dos autores para o Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS – CONJUSCS, com base nos dados do IBGE, 2010 e SEADE, 2022.

Os dados revelam que a população da região do ABC, na faixa etária de 0 a 29 anos, em 2010, era de 1.198.428; já em 2021, o número era de 1.060.120, portanto uma variação negativa de 11,54%.

Já a faixa etária de 30 a 59 anos apresentou crescimento de 12,25%, em 2010, eram 1.074.671 e em 2021, eram 1.206.356.

Quanto à faixa etária de 60 a acima de 75 anos, o crescimento foi 58,89%, em 2010 eram 278.149 e em 2021 eram 441.956.

O envelhecimento populacional associado à queda dos índices de natalidade, trazem consigo consequências no mercado de trabalho, no atendimento às necessidades da população com mais idade, no número de contribuintes para a previdência oficial e pagamento para os

aposentados, portanto é imprescindível que os organismos federais, estaduais e municipais repensem e planejem a adoção de políticas públicas voltadas à esta camada da população.

Neste sentido, se torna necessário a implementação de políticas públicas que viabilizem a inserção desta população no mercado de trabalho.

Políticas Públicas Para Inserção das Pessoas Idosas no Mercado de Trabalho

O Estatuto da Pessoa Idosa preconiza que indivíduos com mais de 60 anos tenham o direito de exercer as atividades profissionais, considerando suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. Desta forma é vedada a discriminação e estigmatização dos idosos, incluindo também a inviabilidade de fixação de limite de idade para execução de um cargo, exceto em casos que exijam esforço físico. Ainda nesta perspectiva, o Estatuto prevê que o Poder Público seja responsável pela criação e implantação de programas que estimulem a profissionalização do idoso (BRASIL, 2003).

A Constituição Federal de 1988 assegura ao idoso o direito à vida e a cidadania, além do trabalho, que é considerado um direito social, sendo vedada a distinção salarial no exercício das funções, assim como são vedadas as discriminações de idade, de gênero, de raça e de estado civil como critérios admissionais.

As políticas públicas para a pessoa idosa foram implementadas à medida que a pirâmide etária foi invertida, ou seja, houve maior expectativa de vida.

Contudo, vale ressaltar que embora existam políticas públicas para as pessoas idosas, estas são insuficientes para a demanda populacional, porém permanecem essenciais para que o trabalhador idoso possa exercer suas funções laborais dentro do direito a um trabalho igualitário, com inserção e qualidade de vida.

As primeiras políticas públicas voltadas para o idoso foram demarcadas pela Lei 8.842 de 4 de janeiro de 1994, conhecida como a Política Nacional do Idoso, criando um órgão com instituições governamentais, não governamentais e sociais para tomada de decisões. Esta lei preconiza os direitos sociais do idoso, como: trabalho, integração e participação social; determinou-se o envolvimento da esfera social, familiar e do Estado para realizar a proteção integral do idoso e garantir seu envolvimento na comunidade.

Apesar de o idoso estar amparado por leis, uma pesquisa divulgada pelo Estadão Conteúdo (2022), mostra que de janeiro a 3 de junho de 2022, foram registradas 35.017 denúncias de violações dos direitos das pessoas idosas, cerca de 227 denúncias por dia.

Conclusão

As projeções mundiais relacionadas à pirâmide etária, indicam o envelhecimento da população, devido à queda da taxa de natalidade, melhores condições de qualidade de vida, estruturas sanitárias, evolução da medicina dentre tantos outros fatores, contudo existe um temor para esta população que envelhece, que é o preconceito e a discriminação voltados para as pessoas idosas. No Brasil, convivemos há anos com o problema do desemprego, que se acentua nos dois extremos da pirâmide etária, nos mais jovens de 18 a 24 anos e nos acima dos 60 anos.

O envelhecimento populacional está vinculado a problemas relacionados à sobrevivência desta população, pois os benefícios das aposentadorias geralmente são insuficientes para cobrir as despesas de moradia, de alimentação, de saúde dentre outros. Soma-se a isso, os

preconceitos da sociedade com as pessoas idosas, que por vezes são afastadas do convívio social, familiar e do ambiente de emprego.

A despeito de termos leis direcionadas à proteção e aos direitos das pessoas acima de 60 anos, as empresas ainda não enxergam oportunidades em contratar ou manter pessoas desta faixa etária nos seus quadros de funcionários.

É imprescindível a implementação, implantação e controle de políticas públicas direcionadas às pessoas com mais idade, afinal elas trazem consigo experiências de vida e profissionais que poderão contribuir para os resultados organizacionais.

Se faz necessário um trabalho educacional voltado para a sociedade, com o intuito de quebrar os estereótipos vinculados às pessoas com mais idade, afinal o envelhecimento populacional é uma realidade e todos independentemente da idade têm seus direitos resguardados na nossa Constituição Federal.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Brasília, v. 132, n. 3, jan. 1994.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei n. 10.471, de 1º de outubro de 2003.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei n. 14.423, de 22 de julho de 2022.

ESTADÃO CONTEÚDO. **Brasil registra por dia 227 denúncias de violação de direito contra idosos**. 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/brasil-registra-por-dia-227-denuncias-de-violacao-de-direitos-contra-idosos/> Acesso em 10 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. **População mundial chegará a 8 bilhões em novembro de 2022**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/189756-populacao-mundial-chegara-8-bilhoes-em-novembro-de-2022> Acesso em 10 set. 2022.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Banco de Dados de Informações dos Municípios Paulistas**. São Paulo, 2022.

Nota Técnica

22. O MONUMENTO PÚBLICO COMO SÍMBOLO DA CULTURA, IDENTIDADE E MEMÓRIA

Bruna Serafim Moura⁹⁸
João Batista Freitas Cardoso⁹⁹

Resumo Executivo

O texto aborda a questão dos monumentos públicos como símbolo da cultura regional. O estudo parte da análise das estátuas públicas da região do ABC Paulista para compreender a cultura e identidade local, bem como a memória coletiva da comunidade.

Palavras-chave: Monumento Público. Símbolo Cultural. Identidade. Memória Material.

Introdução

A cultura de cada região do Brasil é diversa, e traduz características que fazem parte do local onde estão inseridas. Santaella (2003) afirma que a cultura funciona como parte do ambiente feito pelo homem, mesclada pelo habitat natural e o ambiente social.

[...] A cultura é mais do que um fenômeno biológico. Ela inclui todos os elementos do legado humano maduro que foi adquirido através do seu grupo pela aprendizagem consciente, ou, num nível algo diferente, por processos de condicionamento - técnicas de várias espécies, sociais ou institucionais, crenças, modos padronizados de conduta. A cultura, enfim, pode ser contrastada com os materiais brutos, interiores ou exteriores, dos quais ela deriva. (SANTAELLA, 2003, p. 31)

No caso da região do ABC Paulista, verifica-se, por meio dos monumentos públicos instalados em locais públicos da cidade, algo em comum: grande parte deles tem a função de representar a imigração.

Realizando um levantamento dos monumentos públicos pelo ABC, identificou-se que três das setes cidades possuem monumentos ligados à imigração, considerado um forte traço da cultura regional. São elas: São Caetano do Sul, com o Monumento aos Imigrantes, localizado na Av. Presidente Kennedy e o Monumento ao Imigrante Italiano, situado entre as avenidas Goiás e Guido Aliberti; Santo André, com o Monumento ao Imigrante Italiano, localizado na Praça Adhemar de Barros; e Diadema, com o Monumento aos Migrantes.

Nessa pesquisa, consideram-se duas hipóteses: a primeira, de que os cidadãos conhecem os monumentos públicos apenas como ponto de referência, e não como símbolo cultural da região. A outra é que a falta de conhecimento desses símbolos faz com que a comunidade não perceba elementos de formação identitária.

⁹⁸ **Bruna Serafim Moura.** Mestranda em Comunicação de Interesse Público pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). É pós-graduada em Marketing e graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela mesma universidade. Atua no setor de Comunicação da instituição.

⁹⁹ **João Batista Freitas Cardoso.** Publicitário com Doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Estágio Pós Doutoral na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Já atuou como coordenador do Mestrado Profissional em Comunicação da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Líder de Grupo de Pesquisa do CNPq: O Signo Visual nas Mídias.

Dessa forma, entende-se que uma população que sabe do significado das estátuas e a reconhece como parte de sua cultura e história, é capaz de desenvolver assim o senso de identidade e pertencimento com o local onde vive.

O estudo da palavra significado restringe-se à Gramática Pura de Charles S. Peirce, mais especificamente um tipo de signo: o símbolo. Peirce (2005, p. 47) afirma que “se o signo for um símbolo, podemos considerá-lo como corporificado a ‘*ratio*’ ou razão do objeto que dele emanou”. Assim, os monumentos públicos são símbolos da cultura representados por meio de convenções culturais.

Os monumentos públicos, a cidadania e a identidade

Considera-se que a discussão sobre o significado dos monumentos é uma questão de cidadania, ao assumir que este aspecto forma a identidade de uma região. Cademartori (2009) define cidadania pelo seu caráter público e impessoal:

No cerne do conceito de cidadania, subjaz seu caráter público e impessoal, de espaço e meio no qual conflitam aspirações e desejos dos grupos sociais, transformados em ações coletivas, que integram a comunidade, tendo como objeto a construção de projetos futuros. (CADEMARTORI, 2009, p. 30)

A partir dessa citação, é possível relacionar a ideia aos monumentos públicos, que devem representar a sociedade onde estão instalados de maneira coletiva e impessoal, cumprindo uma função cidadão.

Da mesma forma, as esculturas públicas são responsáveis pela construção da identidade regional, ao traduzir, pelo seu significado, características inerentes à região. Silverstone (2014, p. 181) assevera que os seres humanos possuem necessidade em pertencer: “Encontramos nossas identidades nas relações sociais que nos são impostas e nas que procuramos. Nós a vivemos diariamente. Percebemos uma necessidade de pertencer. E precisamos restabelecer a certeza de que realmente pertencemos”.

Martino (2010) complementa a ideia de Silverstone sobre identidade, porém, o autor relaciona o conceito com as narrativas considerando que a identidade está ligada à cultura de cada indivíduo, permitindo-o transmitir uma mensagem pessoal de quem se é, ao mesmo tempo, podendo ler as outras pessoas e traduzir essas mensagens em termos de identidade.

Os monumentos públicos e a memória material

Assim como as estátuas fazem parte da cultura regional de onde estão instaladas, elas também compõem a memória coletiva da região. Para Halbwachs (1968), a memória de um sujeito não é exclusiva dele, e não coexiste sem um grupo social:

A memória coletiva [...] envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal. (HALBWACHS, 1968, p. 53)

A cidade em si também é considerada um lugar de memória. De acordo com Lynch (1997, *apud* Guaraldo, 2022), a imagem que é criada pela cidade baseia-se nas memórias e significados dos cidadãos que nela habitam, e das associações que os mesmos fazem nela. Assim, o significado que cada munícipe atribui ao monumento, seja ele ponto de referência ou símbolo cultural local, tem a ver com suas memórias e vivências.

Lotman une os conceitos de memória e cultura, que deve levar em consideração códigos orientados para “a reconstrução do passado e a preservação da consciência que uma coletividade possui” (LOTMAN, 1998, p. 115, tradução minha). Essa questão é fundamental para a construção de uma identidade cultural por meio dos monumentos.

Considerações finais

A partir de resultados preliminares obtidos com este estudo, pode-se afirmar que os monumentos públicos são considerados símbolos culturais dos locais de onde estão instalados, ainda que os munícipes, por vezes, os entendam apenas como ponto de referência no dia a dia.

A discussão sobre o significado dos monumentos públicos é considerada importante para a cidadania e a identidade, pois as estátuas são responsáveis pela construção da identidade regional, ao traduzir, pelo seu significado, características inerentes à região.

Por fim, as esculturas públicas também traduzem fatos da memória coletiva da região, por meio das memórias, significados e preservação da consciência coletiva de uma comunidade.

Referências Bibliográficas

CADEMARTORI, D. M. L. Aportes histórico-conceituais sobre a cidadania e a contribuição de Jürgen Habermas. **Videre**, ano 1, n. 1, p. 29-52, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/662>>. Acesso em: 30 out. 2021.

GUARALDO, F. **Patrimônio, memória e comunicação de interesse público nas narrativas transmídia para a cidade de São Bernardo do Campo**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul. 2022.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

LOTMAN, I. M. **La Semiosfera II: semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1998.

MARTINO, L. M. S. **Comunicação e identidade**. São Paulo: Paulus, 2010.

PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2014.

Nota Técnica

23. ESTADO LAICO E UNIVERSALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Claudio Pereira Noronha¹⁰⁰

Resumo Executivo

O objetivo desta nota técnica é refletir sobre a laicidade do Estado como um elemento importante, embora não exclusivo, para a “universalidade” de políticas públicas. Para discutir o tema, faremos um apontamento (muito breve) sobre o surgimento do “Estado Laico” na Modernidade, como essa ideia foi se constituindo, no Brasil, com o nascimento da República e como isso se configura no contexto atual do país.

Palavras-chave: Modernidade. Estado laico. Políticas públicas.

Nem sempre o Estado foi laico. Outrora – no período Medieval, por exemplo – imperava, no mundo ocidental, o monopólio religioso da Igreja Católica. Nesse momento, havia uma heteronomia entre Estado e Igreja, entre religião e política. O termo – heteronomia – se opõe à ideia de “autonomia”, vista como a condição em que há uma autodeterminação sobre aquilo a que, pessoas ou coletividades, se submetem (BARRERA, 2002). Para além das questões propriamente religiosas, como o monopólio dos bens simbólicos de “salvação”, a Igreja possuía o controle, quase absoluto, sobre as pessoas e o que elas poderiam saber, dizer ou mesmo pensar.

Com a Modernidade, resultado de um conjunto de eventos ocorridos na Europa ocidental – entre eles, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial, a revalorização do “saber” científico – tem início, no século XVII, a chamada “separação” entre o pensamento político e o religioso. Este é um tema complexo, e assim, neste texto, é possível fazer, tão somente, uma simplificação. Alguns termos passaram a ser utilizados para analisar esse processo, entre eles “secularização” e “laicidade”. O termo secularização, introduzido na sociologia por Max Weber pode ser compreendido como “o ganho de autonomia a respeito da interpretação religiosa do mundo, e mais especialmente, a respeito da instituição religiosa” (BARRERA, 2002, p.93). Secularização passou a designar a autonomia das pessoas (ou da sociedade) em torno das escolhas religiosas e “(...) pode entender-se como um processo que avança tirando terreno do sagrado” (ibidem, p.91).

Já a ideia de “laicidade” deriva do termo “leigo”, que, por sua vez, tem origem latina (*laicu*) e grega (*laikós*). Ao contrário de “secularização”, que pode nos remeter a uma ideia de “dessacralização”, laicidade pode ser aquilo que “nunca adquiriu caráter sagrado” (ibidem, p.91) e possui relação, no âmbito do que estamos analisando, com a separação (ou autonomia) entre Estado e a Igreja. Poderíamos dizer, neste aspecto, que “laicização” corresponde a um enfoque institucional e secularização, que trata da autonomia entre sociedade e religião, a um enfoque cultural (BARRERA, 2002).

Ao falarmos de secularização, é importante ficar bem compreendido que o termo não significa o “fim” da religião. Durante um terminado período, quando as igrejas na Europa começaram a “esvaziar” – meados do século XX – houve uma tendência de se pensar assim (BERGER, 1974). Isso constitui certo equívoco. A Modernidade contribuiu para que a religião deixasse de cumprir o papel estrutural que tinha durante a Era Medieval, mas não deixou de ter

¹⁰⁰ **Claudio Pereira Noronha.** Graduação em Administração de Empresas (Centro Universitário Fundação Santo André); Pós-graduação (Lato sensu) em Globalização e Cultura (Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo); mestrado e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de SP; assessor do Sindicato dos Bancários do ABC.

importância na sociedade, embora não “regule” mais a vida das pessoas como já o fez. Atualmente, as pessoas organizam, de forma individual, sua relação com o sagrado, o que passa, inclusive, por relativa “desinstitucionalização” (HERVIEU-LÉGER, 2000).

Por outro lado, o crescimento (nas últimas duas ou três décadas) da quantidade de igrejas, uma realidade, sobretudo, latino-americana – e um dos fatores que modificou a perspectiva sobre a “morte” da religião – não significa que se findou o processo de secularização. Ao contrário! A enorme pulverização de igrejas, a exemplo das pentecostais, é justamente um resultado da exacerbação da secularização (BARRERA, 2002). A autonomia para constituir o “sagrado”, característica da Modernidade, tem permitido que muitas instituições religiosas surjam, se expandam e propiciem dissidências.

Com relação ao Estado laico, vale destacar que ele não significa, necessariamente, um Estado “antipático” (ou que confronte) às instituições religiosas. Ao contrário, por não abrigar nenhuma “religião oficial”, deve garantir, por meio de legislações, o direito de um grupo constituir uma religião e que as pessoas, individualmente, tenham o direito de “escolher” sua fé. Isto é uma premissa da Declaração Universal dos Direitos Humanos e deve ser tratado como uma condição fundamental da pessoa humana (FESTER, 2022).

Outro aspecto importante sobre a laicidade, e que dialoga com o tema desta nota técnica, diz respeito à autonomia do Estado para a geração (e manutenção) de políticas públicas. O Estado, quando possui um comportamento “neutro”, diante de imposições dogmáticas, não se permite influenciar por ideias “religiosas” o que, quando acontece, pode ser um obstáculo para projetos destinados a atender grupos vulneráveis ou mesmo resolver problemas sensíveis na sociedade. Nosso objetivo, então, é discutir quais são os problemas advindos de momentos de pequenas “rupturas” com a laicidade.

A “construção” e a importância da laicidade no Brasil

Até a República (1889), o catolicismo era a religião oficial no Brasil, embora não fosse a única. Já tínhamos, por aqui, os cultos afro-indígenas, as religiões evangélicas – tanto as igrejas de imigração (luterana e anglicana) como as igrejas de missão (congregacional, presbiteriana, batista e metodista) e o espiritismo kardecista. Esses grupos religiosos evangélicos chegaram no século XIX, porém não podiam realizar cultos públicos. Em 1891, foi promulgada a Constituição republicana, o que fez com a Igreja deixasse de ser religião oficial, muito embora o catolicismo tenha se mantido, mesmo em um país “laico”, como a principal opção religiosa por muitas décadas.¹⁰¹

Ao longo do século XX, o “campo religioso”, no Brasil, foi se reconfigurando. Os evangélicos ganharam espaço, inicialmente com as igrejas históricas (imigração e missão) e depois com o pentecostalismo; o catolicismo, aos poucos, deixou de ser uma religião hegemônica. Como o objetivo, aqui, não é discutir o campo religioso em si, mas a relação entre religião e política, e nesse caso é no “campo religioso cristão” que encontramos elementos importantes para discutir a questão da laicidade, digamos que essa relação, no Brasil, é repleta de nuances.

Os “religiosos” (católicos ou protestantes) não tiveram uma atuação político-institucional sistemática e corporativa até, pelo menos, os anos 1980 e, sobretudo para os evangélicos, participar da política era algo pouco estimulado, pois “crente não se mete em política” (TADVALD, 2015). Contudo, importante destacar, influências de um “conservadorismo” vindo de lideranças/igrejas estadunidenses, no pós-Primeira Guerra, municiaram o pensamento

¹⁰¹ Mesmo com a República, alguns grupos continuaram, na prática, enfrentando dificuldades de exercer sua religião, pois alguns “valores” religiosos, para o bem ou para o mal, já estavam arraigados. O espiritismo, por exemplo, havia sido “tipificado” como prática criminosa no código penal de 1890 (LEITE, 2011).

evangélico, por aqui, com valores focados na família, na defesa da autoridade masculina e do criacionismo, na contenção da sexualidade, da autonomia e dos direitos das mulheres, na oposição radical às demandas feministas (acusadas de corroer o patriarcado, afeminar os homens e masculinizar as mulheres), ao aborto, à homossexualidade, à educação sexual nas escolas (MARIANO e GERARDI, 2019, p.65).

“Não participar da política” não significa dizer que não houve posicionamento “político” de Instituições e lideranças religiosas em determinadas circunstâncias. Vale destacar que, no período Militar (1964-1985), setores “progressistas” e “conservadores”, tanto no catolicismo como no protestantismo, posicionaram-se (de maneira mais ou menos pública) contrários ou favoráveis ao regime (GONÇALVES e PEDRA, 2017).

Com a Assembleia Constituinte de 1987-88, que “prometia” uma Constituição “progressista”, o posicionamento das igrejas começou a mudar. “(...) em meados dos anos 80, as maiores igrejas pentecostais (e neopentecostais) decidiram ingressar na política, rompendo com a postura sectária e isolada de outrora, apresentando candidaturas oficiais das igrejas (...)” (GONÇALVES e PEDRA, 2017, p.87). Há uma mudança que irá se operar, de forma quase radical, no campo religioso cristão, que vai do “negacionismo” ao “ativismo” político.

De lá para cá, um movimento no campo religioso (especialmente cristão) vem se articulando na política institucional (especialmente no Congresso Nacional) para discutir e encaminhar “pautas” que podem ser consideradas “religiosas”, baseadas em valores “ético-morais”, e que se contrapõem às pautas “identitárias”, propostas por movimentos que articulam debates em torno de temas delicados, entre eles, a descriminalização do aborto.

É neste ponto que consideramos residir o elemento central do texto. Como já dissemos, o Estado laico não é um Estado “antipático” às religiões (e seus dogmas), mas, por outro lado, deve garantir neutralidade, do ponto de vista religioso, naquilo que produz. Legislações ou políticas públicas não podem prescindir de um caráter universal, que compreenda o bem comum, para atender posições “religiosas” específicas. Isso deve ser uma premissa, mesmo que um grupo religioso detenha grande número de adeptos. É importante que sejam constituídas através de um processo de “escuta” que permita participação social (especialistas, sociedade civil) mas, não deve, em última instância, ser baseada em torno de “livros sagrados” (de qualquer religião) ou daquilo que determinados grupos consideram (ou não) “pecado”.

Sem essa premissa, corre-se o risco de políticas públicas serem extintas caso atendam a pessoas que possuam um comportamento (social ou mesmo religioso) contrário aos princípios religiosos hegemônicos, que no caso do Brasil é o “cristianismo”. Pequenas “rupturas”, com a laicidade, podem exacerbar os problemas sociais existentes no país. Um posicionamento de alguém que ocupe um cargo executivo, influenciado por um pertencimento religioso, pode desmontar, ou deixar de ser implementado, em uma cidade, ou mesmo em nível estadual ou federal, um projeto social importante, simplesmente por não atender a determinados “valores” religiosos.

O caso do aborto é emblemático. Com a justificativa de ser uma pauta político-ideológica “feminista”, questões essenciais ao tema e que poderiam evitar mortes por abortos clandestinos deixam de ser discutidas, por ser um assunto “delicado” (e que mexe com valores religiosos), o que poderia permitir que a legislação avançasse para além daquilo que permite de proteção às mulheres.

Outra questão diz respeito a projetos que envolvem uma discussão, nas escolas, sobre sexualidade. Por ser, também, um assunto “delicado”, do ponto de vista religioso, perde-se a oportunidade de criar, em escolas públicas, espaços de discussão e diminuir os problemas advindos pela ignorância do tema.

Considerações finais

O debate sobre a laicidade do Estado, e sua autonomia em relação às Igrejas (ou a qualquer religião), vai muito além do uso de “crucifixos” em departamentos públicos, ou leitura da Bíblia em sessões do Congresso Nacional. Essa é apenas uma pequena fração do que significa a constituição de um Estado laico em um país com forte herança “cristã”. É necessário, sobretudo, discutir o fortalecimento do espírito Republicano (a “coisa pública”) em um campo político em que, por vezes, tribuna e púlpito se misturam.

A religião, como um aspecto da cultura humana, é importante para a vida das pessoas. É preciso, no entanto, que todas as religiões sejam respeitadas, como também a pertença de cada um. Mais do que isso, é fundamental que o ser humano em sua diversidade socioeconômica, étnico/racial, de gênero ou sexualidade sejam, quando em situação de vulnerabilidade, protegidas pelo Estado. Para isso, este não pode ser limitado por visões reducionistas, ao contrário, deve ser pautado, sempre, pela universalidade.

Referências Bibliográficas

BARRERA, Paulo. “Desencantamento do mundo e declínio dos compromissos religiosos: a transformação religiosa antes da pós-modernidade”. Revista Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 4, n. 4, p. 87-104, out.2002.

BERGER, Peter. A Suposta Morte do Sobrenatural. In: _____. Um rumor de anjos. Petrópolis: Ed. Vozes, 1974, cap. 1, p.13-45.

FESTER, Antônio Carlos. Religião e Direitos humanos. In: NORONHA, Claudio Pereira (org.). *Religião e os dilemas brasileiros no século XXI*. 1.ed. Santo André/SP: Editora Coopacesso, 2022, p.187-205.

GONÇALVES, Rafael Bruno e PEDRA, Graciele Macedo. “O surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política”. In: *Diversidade Religiosa*, João Pessoa, v.7. n.2, p.69-100, 2017.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. “A transmissão religiosa na modernidade: elementos para a construção de um objeto de pesquisa”. In: *Estudos de Religião*, São Bernardo do Campo, UMESP, ano XIV, n.18, p. 39-54, jun/2000.

LEITE, Fabio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. In: *Religião e Sociedade/ISER*, Rio de Janeiro, vol.31, n.1, p. 32-60, jun./2011.

MARIANO, Ricardo e GERARDI, Dirceu André. “Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores”. In: *Revista USP*, São Paulo, n.120, p.61-76, janeiro/fevereiro/março 2019.

TADVALD, Marcelo. “A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014”. In: *Debates do NER*, P. Alegre, ano 16, n.17, p.259-288, jan./jun. 2015.

Nota técnica

24. COLÔNIA DE PESCADORES ORLANDO FELICIANO Z17 – NÚCLEO JD. APURÁ

Júlia da Silva Mendes¹⁰²

Lucas de Souza Ferreira¹⁰³

Luis Felipe Xavier¹⁰⁴

Marta Ângela Marcondes¹⁰⁵

Pedro Reina de Oliveira Gomes¹⁰⁶

Wesley Silvestre Rosa¹⁰⁷

Resumo Executivo

A nota objetiva contextualizar a situação de pescadores artesanais que vivem às margens do Reservatório Billings a mais de 30 anos, que foram objeto de reintegração de posse no projeto de urbanização para construção de um parque linear, e de uma área de reassentamento no Conjunto Habitacional Espanha, no Jardim Apurá em São Paulo. Através de processos de escuta das lideranças, pescadores e moradores do local e do cruzamento das ações existentes e pretendidas no local no processo de urbanização e construção do parque, propomos conceber um projeto de uma área de apoio aos pescadores que possa ser gerido pela cooperativa de pescadores artesanais, em sistema de economia solidária, para que eles possam contribuir para o manejo socioambiental do território, com vistas a assegurar a territorialidade, de amparar as atividades de pescadores ali residentes, fortalecendo as especificidades, cultura, modo de ser e viver tradicionais encontrados no local.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Manejo socioambiental. Gestão de resíduos. Economia Solidária. Extensão Universitária.

Território e territorialidades

¹⁰² **Júlia da Silva Mendes.** Discente do 6º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Caetano do Sul Estagiária no escritório Studio Adi.

¹⁰³ **Lucas de Souza Ferreira.** Discente do 6º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Caetano do Sul. Atualmente trabalhando como Projetista Junior pela empresa Portobello Shop. Possui vivência em Design de Assentamentos Sustentáveis e Ecovilas e é entusiasta por projetos sociais.

¹⁰⁴ **Luís Felipe Xavier.** Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista (1996). Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela USP (2009). Professor dos Cursos de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USCS; da Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Pós Graduação em Arquitetura, Cidade e Sustentabilidade do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo; professor do Curso de Pós Graduação em Design de Assentamentos Sustentáveis e Ecovilas na Universidade de Taubaté (UNITAU). É Sócio-Diretor da LFX-OBRA. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9765522247252729>

¹⁰⁵ **Marta Angela Marcondes,** Graduada em Ciências Biológicas, Doutoranda pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Professora e Pesquisadora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (Escola da Saúde e Medicina). Coordenadora do Laboratório de Análise Ambiental do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos, da Liga Acadêmica Interdisciplinar de Saúde Coletiva - LAISC e do Projeto Expedição Mananciais. Gestora do Curso de Gestão Ambiental - USCS. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4139017884353855>

¹⁰⁶ **Pedro Reina de Oliveira Gomes.** Graduado em Ciências Biológicas (bacharelado) pela Universidade Federal de Lavras - UFLA (2011), com ênfase em Botânica e Ecologia de Paisagens. Discente do 6º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Caetano do Sul. Sócio-diretor da PROG - Planejamento Ambiental (2014), com atuação em Licenciamento Ambiental e Arborização Urbana.

¹⁰⁷ **Wesley Silvestre Rosa.** Líder popular da zona sul de São Paulo. Presidente da OEKOBR (ou Oekocientific) pelo próximo quadriênio, uma organização social de interesse público, voltada à promoção do saneamento ambiental na cidade de São Paulo. Membro da ONG MDV (Movimento em Defesa da Vida), onde atuei no Comitê de Bacias Hidrográficas do Alto do Tietê. Líder do movimento Parque dos Búfalos, no Jardim Apurá. Conselheiro participativo por Cidade Ademar e Pedreira. Conselheiro GESTOR DE ZEIS (Zona de Interesse Social). Preto, candomelecionista, 33 anos, morador da periferia desde a nascença.

A área objeto de estudo desta pesquisa, numa península do Reservatório Billings, (macrozona de proteção e recuperação ambiental) - um reservatório de 9,8 bilhões de litros de água, com 127 km² de superfície abrangendo terras de vários municípios, protegido por lei específica - LEI Nº 13.579, DE 13 DE JULHO DE 2009 -, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings - APRM-B.

O Reservatório Billings está localizado na Região metropolitana de São Paulo sob responsabilidade da EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia). A área da bacia hidrográfica que o engloba, possui 47.456 ha e está distribuída em 5 municípios com seus respectivos percentuais de ocupação dos territórios municipais: Diadema (23,6%), Ribeirão Pires (63%), Rio Grande da Serra (100%), Santo André (53%), São Bernardo do Campo (52,6%) e São Paulo (11,9%). (BATISTA, 2018)

Batista (2018) ainda decorre em seu Trabalho, que a bacia hidrográfica possui como seus principais formadores os seguintes corpos d'água: Rio Grande (ou Jurubatuba), Ribeirão Pires, Rio Pequeno; Rio Pedra Branca; Rio Taquacetuba; Ribeirão Bororé; Ribeirão Cocaia; Ribeirão Guacuri; Córrego Grotta Funda e Córrego Alvarenga. Também importante salientar que a construção da represa ocorreu na década de 1920 pela extinta concessionária The São Paulo Tramway, *Light and Power Company, Limited*, cuja finalidade foi a geração de energia elétrica para a usina Henry Borden em Cubatão.

A crescente expansão urbana da Região Metropolitana de São Paulo, desde meados do século XX, coloca uma grande maioria da população nas regiões periféricas dos municípios, desprovidas de condições básicas: Habitação, Saúde, Educação, Esporte, Lazer, Cultura, Saneamento Ambiental, Emprego, etc.

Nas margens do Reservatório Billings observamos a consequência da sobreposição de carências acarretada pela sobreposição de drenagem de recursos pelo sistema financeiro. O rebaixamento dos salários, escancarou e acirrou as contradições entre capital e trabalho, aumentando a produção e reprodução das desigualdades sociais, urbanas, econômicas e ambientais – principalmente nas “franjas da cidade” em áreas ambientalmente sensíveis como o que observamos no Jardim Apurá. Como os salários acabam corroídos de forma indireta pela compra dos bens e serviços ausentes no território (como Habitação, Educação, Saúde, Lazer, Esporte, Cultura, etc.) a expropriação de riquezas acarreta a expulsão dos moradores mais pobres dos sistemas formais de planejamento e gestão - para fora do mercado imobiliário.

As formas de enquadramento das famílias (pela capacidade de pagamento) e financiamento existentes para moradia não suprem a demanda assim como não rebaixam o déficit habitacional existentes no distrito de Pedreira (SP) bem como na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). O território onde se situa o Jardim Apurá, como não é bem suprido de infraestrutura pública, de bens e serviços públicos, são grandes os deslocamentos das pessoas que ali habitam para realizar suas atividades, tendo o tempo de vida útil comprometido. O comprometimento deste tempo impacta na forma de ocupação, nas escolhas dos lugares, no tamanho e forma da casa, nos materiais utilizados na construção e, por fim, na sua localização. Os impactos ambientais...

São bastante evidentes os impactos gerados na qualidade das águas dos reservatórios, nos corpos d'água afluentes e nos fragmentos florestais do entorno da represa. Para ocupar uma área tomada por floresta, as primeiras ações humanas são a supressão dessa vegetação e depósito de esgoto nos copos d'água, cujo destino é o reservatório.

Diante desse cenário de exclusão social e degradação ambiental, surgiram, a partir da década de 70, uma série de políticas públicas cujas diretrizes visavam proteger e recuperar as áreas

de mananciais da Represa Billings. As ações conjuntas entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil, culminaram em um Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental (PDPA) - instituído pela Lei nº. 9.866/1997, em uma Lei Específica da Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Represa Billings, sancionada pelo Governador José Serra em 13 de junho de 2009 e regulamentada pelo Decreto 55.342 de 13 de janeiro de 2010. O grande desafio das ações e regulamentações legais, está em disciplinar e conciliar o uso e ocupação do solo com a qualidade das águas.

A região da subprefeitura de Cidade Ademar é composta por dois distritos: Cidade Ademar, com: área de 12,00 km², 266.681 habitantes e 22.223 hab/km²; Pedreira, com área de 18,70 Km², 144.317 habitantes e 7.717 hab/km² (INFOCIDADE, 2010). Observamos que há uma discrepância entre os dados dos dois distritos que compõe a mesma subprefeitura, principalmente na densidade. A região conta com uma população estimada (em 2020) de 285.677 no distrito de Cidade Ademar e de 160.976 no distrito de Pedreira, totalizando 446.653 habitantes¹. O Jardim Apurá fica mais ao Sul e conta com 13.742 habitantes (dados da Unidade Básica de Saúde local, em XXXX), uma área carente em áreas públicas, serviços públicos² e em equipamentos públicos de Saúde, Educação, Esporte, Cultura e Lazer. A situação da Saúde, por exemplo, na região fora agravada com o fechamento do pronto atendimento em fevereiro de 2021 do Hospital Geral de Pedreira³.

O processo de urbanização do Jardim Apurá – São Paulo

No processo de urbanização do Jardim Apurá, está sendo executado um parque, onde está prevista a remoção de famílias situadas junto às margens do Reservatório Billings na região do Jardim Apurá (com unidades entregues desde 2018), para o Conjunto Habitacional Espanha⁴.

O Bairro do Jardim Apurá pode ser acessado pela Avenida das Garoupas, que nasce na Estrada dos Alvarenga, na altura do nº 2820 e, com a construção do Conjunto Habitacional Espanha, a previsão é de que a população do bairro aumente para mais de 15.000 habitantes, agravando a oferta de serviços públicos. Mesmo com a previsão de implantação de parques municipais, conforme o Plano Diretor de 2014 (Lei nº 16.050/2014) e alguns equipamentos públicos existentes, a área é deficiente (também) no acesso à equipamentos de Educação, como pode ser observado no relato de uma moradora no local:

fizeram um remanejamento das crianças do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) para outras escolas da região, o que fez com que as mães e pais precisassem dedicar mais tempo para o deslocamento das crianças e pagar pelo transporte cada vez mais caro e sobrecarregado com a nova demanda, como relata o morador Nino Pereira, que agora precisa pegar duas lotações para levar seu filho para outra escola. (CASTRO et al. 2019).

Levar equipamentos públicos bem como opções de trabalho e renda para o local é uma forma objetiva e efetiva de suprir a sobreposição de carências encontradas no local, que se manifestam pela caracterização de déficit qualitativo agravado⁵, pela inadequação quanto à localização e acessibilidade da moradia, quesito totalmente relacionado ao tempo de vida útil dispensado com a mobilidade, para que os moradores do local supram com as necessidades básicas, que extrapolam os limites da habitação, para terem qualidade de vida⁶.

O Conjunto Habitacional Espanha foi construído em uma área que pertencia ao Parque dos Búfalos, muito utilizado pela população ribeirinha residente a muitos anos no local e também como fonte de renda, ócio, lazer, cultura e contemplação. A manutenção dos parques existentes e a criação de novos parques na região do Jardim Apurá são extremamente importantes para todos os residentes na região, tanto os mais antigos quanto os que foram remanejados para o Conjunto Residencial Espanha, para que sejam resguardadas as opções

de Esporte, Lazer e Cultura bem como o manejo socioambiental da área – atividade já exercida pelos moradores do local (maiores interessados na qualidade ambiental do território).

A população da região do distrito de Pedreira se situa na baixa renda, baixa escolaridade e com famílias numerosas, tornando o parque mais que uma opção de lazer e sim um refúgio e uma oportunidade de uma vida com maior qualidade de vida, na medida em que a ausência de equipamentos de Lazer, Esporte, Educação e Cultura acarreta um comprometimento ainda maior da renda de forma direta e indireta⁷.

A partir do reconhecimento e da valorização das áreas internas e das margens da Represa Billings, como uma infraestrutura verde constituída por parques, áreas verdes e nascentes interligadas que têm que ter um manejo adequado, há de se pensar sua infraestrutura - desde a básica como banheiros, instalações e equipamentos públicos bem como estruturas e espaços coletivos – para que os moradores locais possam compartilhar experiências, dúvidas e soluções (de forma colaborativa) de forma integrada para potencializar a recuperação das áreas novas e existentes, já que seu estado de degradação só não é maior porque ali existe um trabalho consolidado que vem sendo desenvolvido a muitos anos entre os moradores⁸, que se mostra extremamente essencial.

É necessário, pois, que os canais de escuta entre as diferentes esferas do setor público (município, Estado e União) fortaleça a participação junto à população local, reconhecendo e reiterando as particularidades, especificidades encontradas no local - a cultura e o estilo de vida das pessoas – de forma que a política pública não se assente de forma homogênea, anulando as riquezas culturais encontradas na região – o maior legado que definem o “**modo de ser e viver**” no local.

A região do Jardim Apurá, assim como outras áreas que se situam às margens da Represa Billings, é ocupada por famílias inteiras que vivem de forma alternativa ao que observamos na área urbana da Cidade de São Paulo. Visando o desenvolvimento socioambiental e economicamente sustentável desta comunidade esta proposta consiste em assegurar as especificidades locais observadas no **modo de ser e viver** das famílias ribeirinhas, em uma iniciativa pioneira na cidade de São Paulo.

A convivência entre diferentes povos em um mesmo território, resulta em um processo de miscigenação cultural com a formação de uma sociedade diversa e plural. O sincretismo proveniente dos hábitos de diferentes comunidades, é capaz de gerar uma nova informação, uma nova linguagem; em que cada unidade dos elementos que a compõe não deve ser ignorada, pois essas peças carregam consigo uma tradição peculiar a um determinado modo de vida.

Sob a ótica da manutenção e proteção dessas tradições, foi instituída a **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** (PNPCT), por meio do Decreto nº6040 de 2007. O seu Art. 3º assim define tais comunidades:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, **que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;**

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e

quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade devida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Diversos instrumentos internacionais de políticas públicas, também estão voltadas para a preservação do patrimônio material e imaterial da humanidade, reconhecendo as comunidades tradicionais, dentre eles a Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Diante desse contexto, as populações que compõe a Colônia de Pescadores Orlando Feliciano Z17, devem ser tratadas considerando o uso e ocupação do solo de acordo com seu modo de vida. Muitas famílias que habitam as margens da Represa Billings, são herdeiras das tradições ribeirinhas do território paulista, onde o conhecimento e técnicas aplicadas à pesca e navegação, constituem uma prática de subsistência e renda para seus lares.

A Pesca Artesanal

A Pesca Artesanal como atividade econômica dos pescadores do bairro Apurá é uma fonte de renda, segura a muitos anos, na Represa Billings, onde são estimados cerca de 500 pecadores no total, 298 homens e 202 mulheres. A Pesca Artesanal é feita em “braços mais seguros” da represa, longe da poluição na região, a pesca pode ser feita com regularidade, toda semana, garantindo renda sempre, e pode garantir refeições completas e saudáveis para as famílias de pescadores e para moradores da região, atividade monitorada pela Vigilância Sanitária.

Dentre estas famílias, vinte famílias que vivem da pesca foram desapropriadas compulsoriamente das margens da represa Billings, no processo de urbanização da área, fazendo assim com que famílias inteiras tenham que se submeter a outras fontes de trabalho, gerando ainda mais desemprego na região. A atividade de pesca exercida há décadas pelos moradores do Jardim Apurá, é a fonte de renda e trabalho de famílias inteiras ribeirinhas da Represa Billings.

De acordo com os artigos 215 e 216, da Constituição Federal de 1988:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos **direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional**, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado **protegerá as manifestações das culturas populares**, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

E ainda, no Art. 216:

Art. 216. Constituem **patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Pelos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, observamos que uma característica forte na região, que passa de geração em geração, é a pesca artesanal – um **bem imaterial** que deve ser fortalecido pelo poder público para garantia das especificidades que definem a territorialidade, principalmente quanto o território for objeto de intervenção como está ocorrendo atualmente nos processos de urbanização e de criação dos parques lineares. Trata-se de uma atividade que faz parte do modo de ser e viver dos moradores que vivem (e se utilizam) da pesca artesanal bem como das pessoas que consomem o seu produto.

Figura 1: **Mapa 1** – Favelas e loteamentos irregulares nos bairros.



Fonte: SEHAB/Habita Sampa (2016), adaptado por Wesley Silvestre Rosa (2019)

O Pilão (figura 01) concentrou mais ainda uma parcela da população local, pois foi a penúltima favela a ser removida para o residencial Espanha, e era o último refúgio dos pescadores da região que já foram deslocados do Fundão. Após a reintegração de posse da área e a realocação das famílias para os novos apartamentos negocia-se atualmente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Secretária de Habitação - SEHAB a possibilidade de instalar um **local fixo para os pescadores**, com melhor infraestrutura, na medida em que a simples alocação das famílias para o conjunto residencial Espanha não acolhe o modo de ser e viver das famílias bem como não garante que a atividade de pesca artesanal que as famílias exercem de 30 a 40 anos no local seja garantida no processo de urbanização. É imprescindível que esses trabalhadores possam continuar a exercer uma função que em muitos casos é, se não a única, uma importante fonte de renda para suas famílias.

Observamos (Figura 02), que o distrito de Pedreira, onde está situado o Jardim Apurá, em comparação com o município de São Paulo, possui um nível de vulnerabilidade considerável, na medida em que cerca de 53% dos moradores possuem uma renda até 1 ½ salários-mínimos e 81% dos moradores até 3 salários mínimos. Nota-se que, onde o deslocamento ao centro e ao emprego é mais restrito ou demande um tempo maior há uma sobreposição de carências que deprecia o território e acarreta o nivelamento da renda – para baixo.

Figura 01: Distribuição dos Domicílios, por Faixas de Renda per Capita, segundo Distritos

Município de São Paulo		Em porcentagem					
Distritos	Faixas de Renda (em Salários-Mínimos)						
	Menos de 1/2 SM	De 1/2 a Menos de 1 SM	De 1 a Menos de 1 1/2 SM	De 1 1/2 a Menos de 3 SM	De 3 a Menos de 5 SM	De 5 a Menos de 10 SM	De 10 SM e Mais
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	8,89	12,27	12,6	25,35	15,05	13,75	12,08
Cidade Ademar	11,61	15,75	15,02	29,69	13,66	9,89	4,37
Pedreira	15,95	19,78	17,09	28,13	12,01	5,92	1,13

Fonte: IBGE; Fundação Seade. (2000)

Nota: Excluindo-se os domicílios cuja espécie é do tipo coletivo.
Salário mínimo de referência do Censo 2000: R\$151,00

A renda per capita no distrito da Pedreira (IBGE, 2010) era de R\$ 523,53 reais, com cerca de 27,52% dos domicílios particulares vivendo com uma renda de até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, acima da série histórica encontrada acima - de 15,95% (IBGE, 2000). Se compararmos as situações de moradias e os processos de ocupação que se deram nessa década de 2010 à 2020, a melhora que possa ter ocorrido não deve ter sido significativa – por isso a preocupação, por parte dos moradores, que a atividade dos pescadores possa continuar a ser realizada.

Em 2013 tínhamos 7,2 milhões de brasileiros passando fome (IBGE, 2013), em junho de 2022 já são “33,1 milhões de pessoas na situação mais grave da insegurança alimentar no nosso país”⁹. A Pesca Artesanal deve ser incluída no escopo do processo de urbanização como mais uma solução para garantir a manutenção do modo de ser e viver das populações ribeirinhas, do manejo socioambiental do local e de soberania e segurança alimentar, como fonte de trabalho e renda, principalmente nas zonas periurbanas, como já vem sendo feito a muitos anos na represa Billings, por muitas famílias que dependem da pesca.

Nem toda área da Represa Billings é adequada para o uso e, principalmente, para a pesca, já que o monitoramento das águas em muitos locais acusou a presença de metais pesados no fundo da represa e a existência de coliformes fecais, reflexo da reversão ocorrida por muitos anos, do Rio Pinheiros para a represa. Há pescadores que navegam durante duas horas até chegar ao lugar adequado para a pesca. Sabe-se que os novos moradores do edifício Espanha foram deslocados de locais de risco e tem como característica a baixa escolaridade, baixa renda pois se enquadram em programas sociais e famílias numerosas, ou seja, trata-se de um público em situação de vulnerabilidade em múltiplos âmbitos.

Projetos, programas e ações

Há uma Organização Social, desenvolvendo projetos nessa região do Reservatório Billings. Encontramos a seguinte descrição no Facebook, sobre a OEKOBR ou OEKOSCIENTIA: "A Oekoscientia (OekoBr) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), ela visa a conservação do meio ambiente (MA)e, em especial, o solo do Brasil."(OEKOSCIENTIA, 2019).

As ações no território ocorrem em parceria com o Laboratório de Análise Ambiental do Projeto IPH - Índice de Poluentes Hídricos, coordenado por Marta Ângela Marcondes professora da Universidade São Caetano do Sul (Escola da Saúde e Medicina) e doutoranda pela Unifesp, em uma iniciativa inovadora acompanhada pela Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABHAT), pela Universidade Municipal de São Caetano (USCS) de Inovação, também apoiados pelo Laboratório de Pesquisa Social.

Na ONG há um guarda-chuva de iniciativas que tem como missão a defesa dos princípios socioambientais, treinando e capacitando pessoas, fornecendo todas as ferramentas para o desenvolvimento do potencial de um projeto de manejo sustentável do território (e da territorialidade).

A premissa do programa que norteia as ações é transformar a atividade de subsistência dos pescadores em um espaço de ação que fortaleça a apropriação ambientalmente sensível no local, tendo em vista o desenvolvimento socioambiental, através da criação de um sistema integrado de apoio aos pescadores com as atividades previstas no projeto de urbanização do local (de Esportes, Lazer, Cultura e Educação). Através da infraestrutura necessária localizada na área do Parque previsto do Jardim Apurá, às margens da represa, é possível garantir a segurança alimentar e capacitar moradores para replicação do sistema em outras regiões da Represa Billings, criando um ambiente de conexão, integrado a outros moradores que dependem da pesca artesanal na represa Billings, através de uma cooperativa de pesca.

Desta forma é possível também objetivarmos:

(1) implantação de um **sistema e um equipamento de armazenamento e resfriamento** adequado para a pesca artesanal;

(2) curso de **capacitação na área agrícola e ambiental** visando a formação profissional dos participantes;

(3) **geração de trabalho e renda**, pois o grupo selecionado para trabalhar na área e receber a capacitação se beneficiarão da venda dos peixes e hortaliças;

(4) geração de um **sistema de gerenciamento do parque linear** a atividade de pesca e outros meios de produção a população local envolvida com o projeto, sendo ela integrante da força de trabalho contratada, força de trabalho voluntária ou membros da comunidade que poderão adquirir alimentos e fazer parte da cooperativa tendo todos os documentos necessários para exercer a atividade de pesca artesanal - como registro de barcos na marinha, pertencer a uma colônia de pescadores que tenham vínculos com o Ministério da pesca e agricultura;

(5) **organização comunitária** em torno do projeto;

(6) **programa de gestão de resíduos**, com separação da fração orgânica para adubação do parque e outras fontes de alimentos que venham a ser implantadas no seu entorno.

Projeto de Extensão Universitária – área de apoio aos pescadores

Como forma de contribuir para o manejo socioambiental do território e com vistas a assegurar as territorialidades encontradas no local, alunos do 5º semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo Escritório Modelo ARÁ¹⁰ e o professor orientador do Escritório Modelo – Luis Felipe Xavier-, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), conversaram com *Wesley Silvestre Rosa*, líder popular da região, e com *Marta Angela Marcondes*, *Professora e Pesquisadora da Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS (Escola da Saúde e Medicina)* e *Coordenadora do Laboratório de Análise Ambiental do Projeto IPH*, que faz o monitoramento das águas do Reservatório Billings, para ouvir as necessidades e expectativas do local, conhecer as ações e programas desenvolvidas no

território bem como as ações realizadas pela Prefeitura de São Paulo no processo de urbanização do Jardim Apurá.

A partir dos processos de escuta, do conhecimento dos projetos desenvolvidos pela SEHAB no local e pela leitura do local, em visita dirigida e acompanhada por Wesley e pescadores do local em março de 2022, o Escritório Modelo ARÁ, desenvolveu um projeto de uma área de apoio aos pescadores dentro da área do parque linear junto a um entreposto, que possa ser gerido pela cooperativa de pescadores artesanais, em sistema de economia solidária (SINGER, 2002), com a finalidade de amparar as atividades de pescadores ali residentes, fortalecendo as especificidades, cultura, modo de ser e viver tradicionais ali encontrados. Conforme aponta Singer, em 2002:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais (SINGER, 2002. P.9)

Entendemos que um espaço edificado junto a um atracadouro de barcos (com capacidade de 10 barcos) dentro da área do parque linear do Jardim Apurá pode servir e fortalecer o manejo socioambiental da área, que se alinha aos pressupostos do programa proposto pela demanda do local (através da ONG): sistema e um equipamento de armazenamento e resfriamento, capacitação na área agrícola e ambiental, geração de trabalho e renda, sistema de gerenciamento do parque linear, organização comunitária e programa de gestão de resíduos.

A área de apoio servirá aos vinte pescadores que vivem da pesca artesanal no local, que não foram atendidos no processo de urbanização do local, para que eles processem o material bruto da pesca e comercializem os peixes, uma vez que atualmente o ganho das famílias é reduzido pela interferência de atravessadores. O equipamento auxilia na intensificação do uso e ocupação do parque com atividades diversificadas voltadas ao lazer que contribuem no monitoramento da área pelos próprios pescadores e moradores, melhorando os processos de apropriação e manejo socioambiental do local, que pode ser replicado a outras áreas frágeis do Reservatório Billings.

O projeto da área de apoio foi desenvolvido dentro dos princípios da permacultura e da Bioconstrução, com materiais renováveis e técnicas tradicionais de construção. A premissa é causar o menor impacto no local – nos processos de implantação, uso e operação dos sistemas aplicados no projeto, tanto da área edificada como do atracadouro flutuante. Foi previsto no local de forma que várias famílias possam trabalhar simultaneamente nos espaços internos: cinco bancadas (com pias) para manejo e limpeza, concebido de forma ampla; espaço para guarda e resfriamento dos peixes, com a instalação de dez *freezers*; extenso balcão de atendimento (com cerca de dezenove metros) para servir de espaço de comercialização. As bancadas de manejo e limpeza foram instaladas de forma que o pescador, ao executar suas tarefas, nunca fique de costas para as pessoas que serão atendidas, pois estão situadas de forma perpendicular ao balcão de atendimento. As portas de enrolar, quando abertas sobre os balcões de atendimento, não obstruem a vista da represa. A área edificada dispõe ainda de área de vestiários (masculino e feminino) e local de guarda de ferramentas e de equipamentos.

O local de implantação está situado entre o campo de futebol previsto no projeto do parque linear em uma pequena área situada entre os caminhos de pedestres e da ciclovia proposta no parque. Desta forma o uso do espaço fortalece a circulação (na comercialização dos produtos da pesca) assim como a implantação do equipamento fortalece a apropriação e monitoramento do local – com a intensificação do uso. A implantação do equipamento não obstrui a circulação, seja no momento de espera do atendimento no balcão ou na descarga dos barcos – no fluxo do atracadouro à área edificada.

Sobre a gestão dos resíduos sólidos pretendemos adotar as seguintes diretrizes e propostas: fazer uma avaliação dos resíduos para determinar os principais aspectos biológicos, quantitativos, qualitativos e físico-químicos das amostras. Após identificação e caracterização temos a princípio três tipos de resíduos: os resíduos orgânicos serão encaminhados para uma composteira com verme; os resíduos de pesca serão encaminhados para outra composteira para os resíduos especiais (carcaça, vísceras, escamas, etc.), que pode ser aproveitado para melhorar a qualidade do solo; resíduos secos encaminhados para reciclagem e/ou reutilização. No tocante à gestão ambiental pretende-se fazer a gestão dos resíduos de construção e tratamentos dos efluentes dos vestiários e área de apoio para biodigestores.

O espaço edificado e atracadouro (de apoio aos pescadores) pode ampliar as formas de apropriação e de gestão ambiental do local, reiterando a importância do manejo sustentável dos recursos naturais, com a valorização das formas diferentes de **SER e VIVER** dos povos e comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais, através das trocas e comunhão com diferentes atividades e vivências propostas no parque linear, podendo se ampliar para todo o território do Reservatório Billings.

Notas

¹ Sistema Seade de projeções populacionais (2020).

² Cidade Ademar tem o pior índice de área verde por habitante na capital, de acordo com o Mapa da Desigualdade, da Rede Nossa São Paulo, de 2021.

³ De acordo com Rodrigues (2021), “seis hospitais estaduais estão com suas áreas de pronto atendimento fechadas e passaram a receber apenas casos graves”, desde fevereiro de 2021, incluindo o Hospital Geral de Pedreira.

⁴ Conjunto Habitacional Espanha, inaugurado em 2019 (CASTRO et al. 2019).

⁵ Déficit qualitativo agravado “é um detalhamento opcional e diz respeito a inadequações mais relacionadas às questões de mercado (inadequação do custo da moradia) e mobilidade (inadequação quanto à localização e acessibilidade)” (XAVIER, 2022)

⁶ Cidade Ademar tem Idade Média ao morrer de 65,4 anos (67ª posição) e Pedreira de 62,7 anos (83ª posição), em comparação à Alto de Pinheiros – de 80,9 anos (distrito com maior longevidade (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2021)

⁷ DOWBOR, 2017 em “A era do Capital Improdutivo”, pontua o quanto da renda doméstica é comprometida de forma indireta quando um serviço ou um bem público passa a ser privatizado.

⁸ Nota de um dos autores – Wesley Silvestre Rosa – que executa e acompanha o trabalho de manejo socioambiental da área

⁹ Dados publicados no início de junho pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN).

¹⁰ Os alunos do 5º semestre do Curso de Arquitetura e Urbanismo que participaram deste projeto (no primeiro semestre de 2022) foram Beatriz Correia, Bianca Sanches, Júlia Mendes, Lucas Ferreira, Pedro Reina e Vithor Cruz, sob a orientação do Prof.Me. Luis Felipe Xavier (Orientador do Escritório Modelo ARÁ) e da Profª Drª Marta Ângela Marcondes – professores da Universidade São Caetano do Sul e pesquisadores do Observatório de Conjuntura de Políticas Públicas - CONJUSCS

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: Coleção Território, ambiente e conflitos sociais, 2013.

BATISTA, A.A. **A Lei Específica da Billings: Avanços e Desafios**. Orientador: Lina Maria Aché e Marta Emerich. Trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em Conformidade Ambiental. Escola Superior da CETESB, São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://cetesb.sp.gov.br/escolasuperior/wp-content/uploads/sites/30/2018/10/Andreza-de-Ara%C3%BAjo-Batista-TCC-2018-T1.pdf> >. Acesso 07 Ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Código Florestal Brasileiro** - Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Cidade** - Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF, 2001.

CASTRO, Mauro; PANSA, Aguinaldo; TEIXEIRA, Juarez. **Jardim Apurá e o Residencial Espanha: Os impactos ambientais e sociais após a vinda das moradoras e moradores para o novo Conjunto Residencial Espanha**. EXPRESSO PERIFÉRICO (26/06/2021). Disponível em < <https://expressoperiferico.org/jardim-apura-e-o-residencial-espanha/> >. Acesso em 20 Ago. de 2022.

DOWBOR, Ladislau, 1941- **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** / Ladislau Dowbor. - São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 320 p.

IDEC. **Em 2022, 33 milhões de brasileiros passam fome no Brasil** (23/06/2022). Disponível em < https://idec.org.br/noticia/em-2022-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-no-brasil?utm_campaign=&utm_adgroup=&creative=&keyword=&gclid=Cj0KCQjwbyYBhCdARIsAArC6LKdg8o4nvZlswQ3gbCYqQQ_JA8AVGhgLP2Jz1hdeJc4jDVZU9bnViUaAitqEALw_wcB >

>. Acesso em 24 Ago. de 2022.

MIRAFETAB, F. **Insurgent planning: Situating Radical Planning in the Global South**. *Planning Theory*, v. 8(1): 32-50, 2009.

XAVIER, L. F **TANTA CASA SEM GENTE...TANTA GENTE SEM CASA**. São Caetano do Sul: Observatório de Políticas Públicas, Empreendedorismo e Conjuntura da USCS, 2019 (NOTA TÉCNICA Nº 32 - 21ª Carta de Conjuntura - Nº 21- Março/ 2022). Disponível em < <https://noticias.uscs.edu.br/cartas-do-observatorio-conjusc/> > Acesso em 25 Ago. 2022.

REDE NOSSA SÃO PAULO. Mapa da Desigualdade de 2021. Disponível em < https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf >. Acesso em 20 Ago. de 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Gabriella. Parlamentares debatem fechamento de prontos-socorros em audiência pública na Assembleia Legislativa paulista. Comissão da Saúde (21/10/2021). Disponível em < <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?21/10/2021/parlamentares-debatem-fechamento-de-prontos-socorros-em-audiencia-publica-na-assembleia-legislativa-paulista> >. Acesso em 20 Ago. de 2022.

SINGER, PAUL. **Introdução à Economia Solidária** / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

X - LEGISLAÇÃO

Nota Técnica

25. A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E OS PETS : SUJEITOS DE DIREITO OU OBJETOS?

Yuri Oliveira¹⁰⁸.

Resumo Executivo

artigo técnico tem por objetivo fazer um passeio jurídico na norma de proteção animal vigente no Brasil, de forma histórica e elencando de forma oportuna a visão empreendedora do assunto pet, que ganhou mais notoriedade e crescimento objetivo e sustentável no período da pandemia do COVID-19.

Palavras Chave: *Legislação Pet. Pets. Maus Tratos a Animais. Empreendedorismo Pet.*

A condução jurídica dos animais no Brasil é particularmente desafiadora, cada vez mais os argumentos jurídicos que os animais podem ser titulares em ações civis vem tomando força no judiciário.

A Carta Magna do Brasil de 1988 condena a crueldade contra animais no seu artigo 225 que diz:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Após 10 (dez) anos da criação dessa proteção constitucional houve a necessidade da criação da Lei nº 9.605/98 que foi denominada como Lei de Crimes Ambientais, lei essa que trouxe uma maior segurança jurídica para aquele tempo, avançando no assunto de criminalização do ato de mutilar, abusar, maltratar, abandonar os animais.

Já em tempos atuais pós pandemia, e com o crescimento assustador de "Pets", nome esse designado para denominar de forma popular os animais de estimação, chega a um número aproximado 155 milhões, segundo A União Internacional Protetora dos Animais (UIPA), apresentou uma pesquisa em que a procura por adoção de animais aumentou 400% durante o primeiro trimestre de 2020 e em um outro levantamento feito pelo Radar Pet 2021, foi observado que, 30% dos animais de estimação foram adotados durante o período pandêmico, sendo 23% foram os primeiros bichinhos de seus donos.

Estudos apontam que a pandemia da COVID-19 dobrou a adoção de pets no Brasil, uma pesquisa do IPB (Instituto Pet Brasil) com essa duplicação de procura por pets, o país se tornou o terceiro principal mercado pet do mundo estando ligado diretamente como um ótimo

¹⁰⁸ **Yuri Oliveira.** Advogado, graduado pela Universidade do Estado de SP (UNIESP), Pós-graduado em Processo Penal pelo Instituto Damásio, Especialista em Direito Penal e Direito Ambiental com foco em Maus-Tratos a animais, Especialista em Segurança Pública/Privada e Condecorado pela Associação Brasileira das Forças de Paz da ONU em 2017, idealizador e fundador do projeto MyPet de proteção Animal.

índice para nossa economia.

Segundo a fonte Comac (Comissão de Animais de Companhia), após pesquisa, revelou que 84% dos gatos e 54% dos cães são frutos de adoção. No Brasil, também é comum os tutores receberem os animais de presente. É o que aponta a porcentagem de caninos (44%) e de felinos (31%), que foram presenteados, destacando o aumento da adoção durante a pandemia.

Abordando primeiramente pelo lado do crescimento de número para entendermos a visão jurídica do sujeito em questão e a forma em que esses "pets" se tornaram presentes na vida de cada cidadão pagador de impostos. Por outro lado, o fator crucial para qualquer economia de qualquer país, o faturamento do setor no mercado, que no caso brasileiro chegou ao faturamento de 50 bilhões de reais, de acordo com o IPB (Instituto Pet Brasil). O que torna o mercado como um dos melhores para se investir no país. O parêntese jurídico para o tema relacionado vem justamente de encontro com a afirmação desse crescimento, uma vez que quem possui animal de estimação, gosta de tratar e cuidar do pet da melhor forma, porque esses já são considerados membros da família pelo vínculo de amizade e companheirismo e muitas vezes sendo tratados como entes queridos vinculados com sua presença como humanos.

Fazendo uma análise jurídica mais incisiva, e já entrando no assunto técnico-jurídico podemos afirmar dentro das 3 grandes linhas que cercam o tema abordado nas áreas do direito que são:

Direito constitucional: leis e decisões que estão acima de todas as outras e as regulam a partir de artigos previstos na Constituição Brasileira.

Direito civil: atrelado aos direitos pessoais de cada cidadão, regido pelo Código Civil. Para a discussão em questão, entende-se como a área que abrange o direito que alguém lesado tem de ser indenizado pelos danos do causador.

Direito penal ou criminal: direito do Estado de punir pessoas que praticam condutas ilícitas previstas por meio de penas restritivas de direito, privativas de liberdade ou multa.

O direito dos pets de acordo com a Constituição Federal

Preliminarmente, devemos deixar claro que os pets são seres "Sencientes", ou seja, dotados de natureza biológica e emocional e são passíveis de sofrimento.

Uma das principais discussões jurídicas a respeito do tema está em os animais serem ou não serem sujeitos de direito, e já pode-se afirmar que tal questionamento já está taxativo no Decreto 24.645/1934 que afirma que os animais têm direito fundamental à existência digna e podem ir a juízo, e podem defender um direito próprio no judiciário por meio de ação

O direito dos pets de acordo com o Direito Civil

Mesmo sabendo que os direitos dos animais estejam protegidos pela nossa carta magna, a indicação de um animal como parte autora de um processo gera diversas discussões no mundo jurídico, tanto na sociedade como no Judiciário. Isso porque o Código Civil ainda enquadra os animais na condição do artigo 82, de "coisas móveis semoventes", desprovidos de direito individual e tendo garantias de direitos somente quando buscado por terceiros (seus

donos).

Estamos diante de uma controvérsia de normas jurídicas, uma vez que pelo artigo 225 da Constituição Federal, os animais são considerados seres sencientes dignos de proteção jurídica. Para o Código Civil, os animais não podem, por exemplo, processar pessoas em busca de indenização/ressarcimento monetário.

O direito dos pets de acordo com o Direito Penal

O Direito não é uma ciência exata, ele se adequa as necessidades humanas ao longo do tempo, utilizando-se dessas palavras o Direito Penal de defesa aos animais vem tomando outra conotação jurídica nos tempos atuais, assegurando esse Direito aos animais com mais veemência como exige a Constituição Brasileira.

Hoje no país a principal referência em relação a defesa animal é o Direito Penal/Criminal, que vai de encontro ao Direito Civil, e tem por objetivo definir o que é crime contra os animais no Brasil e permite ao Estado o direito de punir as pessoas que as praticam maus tratos através de penas privativas de liberdade, restritivas de direito ou multas. A partir dos avanços de nossa sociedade e elencando a dignidade animal. Com advento da Lei 9605, de Crimes Ambientais, ampliou e detalhou as ações consideradas criminosas contra a fauna, o que por consequência ocasionou em maior proteção aos animais na prática.

A Lei 14.064 de 2020, a Lei Sansão como foi denominada, aumentou as penas da Lei dos Crimes Ambientais, quando os crimes se trata de cães e gatos a proposição que englobava todos os animais não foi aceita. Antes, as penas tinham limite em torno de dois anos de prisão e, pelas regras do Código Penal, poderiam ser facilmente substituídas por penas mais leves, depois dessa alteração, quando animais domésticos sofrem maus tratos, a pena será de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, multa e proibição da guarda.

Mesmo com a pena aumentada em relação aos maus tratos aos Pets, podemos ainda ter em mente que isso é apenas um começo na mudança em nossa legislação de proteção animal e com esse avanço na norma jurídica podemos desencadear uma série de questionamentos para avaliar até que ponto realmente protegemos nossos animais, o direito desde sua criação no mundo deveria ter como princípio fundamental regular a relações humanas durante toda sua evolução na terra e não ficar inerte ao tempo/local onde atualmente os animais não são mais como antigamente conforme esmiuçado nesse artigo e suas relações com humanos está muito longe de serem tratados como objetos de estimacão apenas.

Em 2021, tivemos um primeiro julgado que reconheceu os animais como autores de uma ação jurídica, o que avançou ainda mais a discussão no tema. Ocorreu na 7ª Vara Cível no Estado do Paraná, onde dois cães chamados "Rambo" e "Spike" vítimas de maus tratos pelos seus tutores foram resgatados e levados a uma clínica para suas recuperações, representados pela ONG Sou Amigo, da cidade de Cascavel. A ONG solicitou que os cães fossem reconhecidos como parte autora do processo. Pediram, também, o ressarcimento dos valores gastos, além da condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais e uma pensão mensal aos animais até que eles passassem para a guarda definitiva da organização.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
7ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 0059204-56.2020.8.16.0000

3ª Vara Cível de Cascavel

Agravante(s): SPIKE, ONG SOU AMIGO e RAMBO

Agravado(s):

Relator: Juiz Subst. 2º Grau Marcel Guimarães Rotoli de Macedo

De forma inédita no Brasil, talvez no mundo, com esse julgado os animais foram reconhecidos como ente-sujeitos de direitos e com esse reconhecimento jurídico abriu-se precedentes para todo território nacional sobre o polêmico tema.

Com a mudança de objeto para sujeito de direito o que muda na prática?

Como exemplo prático dessa mudança de entendimento jurídico podemos afirmar um novo cenário nos julgados semelhantes em todo país.

Com o animal figurando como sujeito de direito na ação, ele passa a ter real direito sob a coisa julgada, ou seja, a grosso modo esse animal passa ter acesso direto através de seu responsável legal juridicamente qualificado como "tutor", onde pode receber integralmente qualquer indenização segurada a ele pelo julgado favorável e usado em seu benefício ou até mesmo após análise jurídica de custo de um ONG por exemplo no cuidado com maus tratos possa ser destinado a cobrir os gastos com o atendimento em todas suas esferas, fazendo jus a função social do Direito elencado no seu Princípio do Direito de Ação.

O problema em sua raiz - conclusão

Diante de todo o avanço jurídico apresentado aqui podemos notar ao mesmo tempo um grande problema social para adquirir mais direitos sob o tema animal e maus tratos, por certo de ir de encontro ao sistema capitalista mundial que afere a vontade do poder do capital sobre os hábitos humanos de consumo.

A indústria farmacêutica, consumo de carnes, uso de couro na moda, entre outras centenas de consumos humanos que podemos elencar aqui facilmente, definem os animais como objetos de consumo e favorecimento humano, de forma cultural e objetiva a séculos. Diante desses assuntos pertinentes acima, a legislação sempre terá "travamentos jurídicos" por conta dessa cadeia de consumo e poder econômico que cerca o assunto e levará anos para talvez criar relações inteligentes para conviver em harmonia com os direitos humanos versus os direitos dos animais como um todo em toda sua importância no convívio social em nosso planeta.

Referências Bibliográficas

SARAIVA, Livro **Vade Mecum.Tradicional** 34ª edição 2022

ARCO, Revista. **Animais na legislação brasileira: objetos ou sujeitos de direito** <<https://www.ufsm.br/midias/arco/animais-sujeitos-de-direito-legislacao-brasileira/>> Acesso em 19 de setembro de 2022.

DECRETO, Lei 24645-34 **Maus tratos animais**

<<https://ceuaics.ufba.br/sites/ceuaics.ufba.br/files/Decreto%20n%C2%BA%2024.645%20-%2010.07.1934.pdf>> Acesso em 20 de Setembro de 2022.

JUSBRASIL, Lei 14064/20. **Aumento da Pena de Maus Tratos**

<<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/935762362/lei-14064-20>> Acesso em 20 de setembro de 2022.

TJPR, DECISÃO. **Publicado acórdão que reconhece capacidade de cães serem parte em processo** <<https://www.tjpr.jus.br/destaques/>> Acesso em 22 de setembro de 2022.

XI – TEORIA ECONÔMICA

Nota Técnica

26. ANÁLISE DOS CICLOS ECONÔMICOS À LUZ DA LIBERDADE ECONÔMICA

Clayton Vinicus Pegoraro de Araujo¹⁰⁹

Alex Rodrigo Firmino¹¹⁰

Paulo José Salermo Martins¹¹¹

Wellington Elias Miyazaki¹¹²

Resumo Executivo

Esta nota técnica pretende apresentar aspectos gerais sobre os ciclos econômicos. Os tópicos estão ordenados para uma leitura sobre a teoria dos ciclos à luz das diferentes escolas de pensamento, com enfoque na controvérsia entre os teóricos Keynes e Hayek dentro de uma abordagem da possível correlação entre os ciclos e liberdade econômica.

Palavras-chave: Ciclos econômicos. Liberdade econômica. História. Economia.

Introdução

Como explica Schumpeter (1935), ciclo econômico é um período que compreende momentos de atividade econômica mais intensa seguido de retração (*boom and bust*). Vale ressaltar que períodos cíclicos são observados ao longo da história, sendo presentes até mesmo em civilizações antigas (HORNBERG; CRUMBLEY, 2006). Entretanto, o estudo sistemático da questão passa a ganhar maior impulso a partir da era industrial (LIMA, 2011).

Nesse processo, distintas correntes de pensamentos deram seu parecer sobre a natureza dos ciclos, suas causas e possíveis medidas para atenuá-los e torná-los menos frequentes. Afirma Lima 2005, p. 33:

Como há comprovação empírica pelas diversas correntes teóricas de que vários fatores econômicos podem ser a causa principal dos fenômenos cíclicos, muito provavelmente não se pode considerar uma única variável ou um único fator como causadores dos ciclos.

Em decorrência disso, a fim de proporcionar maior objetividade ao tema proposto, o presente trabalho tenciona apresentar um esboço geral sobre os ciclos econômicos, vinculando-o à

¹⁰⁹ **Clayton Vinicus Pegoraro de Araujo.** Advogado, Pós-Doutor em Economia Política - PUC/SP, Doutor em Direito das Relações Econômicas Internacionais, Mestre em Direito, Professor na graduação do curso de Ciências Econômicas e no programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie) e da USCS.

¹¹⁰ **Alex Rodrigo Firmino.** Bacharel em Ciência Econômicas e discente do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie).

¹¹¹ **Paulo José Salermo Martins.** Bacharel em Administração de Empresas e discente do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie).

¹¹² **Wellington Elias Miyazaki.** Bacharel em Comunicação Social e Jornalismo, bolsista Mackpesquisa e discente do Programa de Mestrado Profissional em Economia e Mercados (MPECON-Mackenzie).

liberdade econômica. A pergunta que norteia o estudo é: a liberdade econômica acentua ou diminui as incidências de ciclos econômicos? Para responder esta pergunta, a investigação fará uso de pesquisa bibliográfica, visitando as principais correntes de pensamento com suas respectivas contribuições. Os tópicos estão ordenados da seguinte forma: primeiro, a teoria dos ciclos à luz das diferentes escolas de pensamento, com enfoque na controvérsia entre Keynes e Hayek; em segundo, os conceitos de liberdade econômica; em terceiro, como os ciclos e liberdade econômica podem estar relacionados; por fim, a seção quatro apresentará a conclusão da pesquisa.

1. Os Ciclos e as distintas correntes de pensamento

A História do Pensamento Econômico ilustra as diferenças ideológicas e até metodológicas de cada escola de pensamento (HUNT; SHERMAN, 1986). Vale destacar que o surgimento das teorias econômicas se vincula às impressões particulares e cognitivas de cada pensador em função de acontecimentos que marcam cada período histórico específico (MOREIRA, 2017). Desse modo, o pensamento econômico se desenvolve em conformidade com fatos objetivos, ou seja, as teorias visam explicar a realidade. Uma vez que uma teoria se mostra insuficiente para explicar determinado fenômeno, há um novo processo de busca por outras abordagens que possam dar respostas mais satisfatórias. No caso da dinâmica capitalista, conforme afirma Arrigui (1998, p.19)

Como todos os sistemas anteriores, o capitalismo se assenta em um certo tipo de ordem costumeira, na qual os atores políticos, econômicos e sociais se desenvolvem e se comportam de acordo com as regras e normas que asseguram a continuidade do “fluxo circular da vida econômica”. Mas, diferentemente de todos os sistemas sociais anteriores, o capitalismo tende a gerar inovações que rompem qualquer ordem costumeira que tenha sido, ou esteja sendo, estabelecida em um momento dado. Essa tendência aumenta as pressões competitivas que, por sua vez, suscitam novas ordens costumeiras. A alternância entre pressões competitivas mais intensas e mais refreadas é o que entendemos por ondas longas de “prosperidade” e de “depressão”.

Desse modo, a efervescência da economia de mercado, com seus altos e baixos, provocou, e ainda provoca, intensas controvérsias sobre a gênese dos ciclos econômicos. Nesse sentido, o debate entre John Maynard Keynes e Friedrich von Hayek pode ser considerado um dos mais impactantes da história econômica contemporânea (WAPSHOTT, 2012), cujo motivo para o início da discussão foi a Crise de 1929. Conforme afirma O’ Driscoll (2011, P. 29): “*By 1932, the world was engulfed in depression, and the economics profession was enlivened by the debate between John Maynard Keynes and Friedrich A. Hayek on the causes and cures for that depression*”. Portanto, embora o arcabouço teórico econômico compreenda muitas outras vertentes que visam explicar os fenômenos cíclicos (LIMA, 2011), as abordagens keynesiana e hayekiana, são de forte relevância para o estudo do tema nas economias modernas. Importante destacar que as divergências entre os dois pensadores não se reduzem apenas à origem dos ciclos econômicos, mas perpassa toda a discussão sobre eficiência dos mercados, papel do Estado na economia moderna e até pontos filosóficos como liberdade individual (CARABELLI; DE VECCHI, 2008).

1.1 Teoria Keynesiana

Keynes (1936) cunhou o termo “*animal spirits*” para explicar o comportamento dos agentes econômicos em um cenário competitivo de mercado, em que o sistema financeiro figura como a espinha dorsal da economia capitalista. Fatores como especulação, incerteza, ganância, medo e irracionalidade compõem o espírito instintivo dos participantes no mercado. Conforme dito por Koppl (1991, p. 204): “*Animal spirits seemed a diabolus ex machina—an artificial element introduced to make the story come out wrong*”. Dito de outro modo, para Keynes

(1936), a razão para as crises capitalistas reside na avidez de empresários e investidores por acúmulo de capital, gerando uma autoconfiança que fatalmente irá desencadear más decisões em níveis sistêmicos. Segundo Câmara (1991, p. 146), o comportamento dos agentes é aspecto central na teoria cíclica keynesiana por retratar uma “à natureza intrinsecamente instável da lógica das decisões de investir que se baseiam em evidências sujeitas a mudanças bruscas e violentas”. A respeito de como um “boom” (período de alta) pode se converter em “*bust*” (período de baixa), há um processo envolvendo uso de capital, motivado pelas expectativas dos agentes, modificando o nível geral do emprego, que, por sua vez, irá ditar o ritmo do consumo geral. Conforme o próprio Keynes (1936, p. 79) postula:

O processo de criar capital para satisfazer o novo estado das expectativas pode levar a um nível de emprego e, também, a um montante de consumo corrente superiores aos atingidos quando alcançada a posição de longo prazo. Assim, as mudanças nas expectativas podem levar o emprego a subir gradualmente até atingir um ponto máximo e, em seguida, declinar até o novo nível do longo prazo. Isto também acontece, ainda que o novo nível seja igual ao anterior, sempre que a mudança represente uma nova orientação do consumo que torne obsoletos certos processos existentes, juntamente com seu respectivo equipamento. Ou ainda, se o novo volume de emprego a longo prazo for menor que o antigo, o volume de emprego durante a transição pode estabilizar-se por algum tempo abaixo do nível que depois será alcançado. Por esta razão, uma simples mudança de expectativa é capaz, no decorrer do período em que a mesma se verifica, de provocar uma oscilação comparável à de um movimento cíclico.

Disso resulta a visão de Keynes (1936) a respeito das expectativas dos agentes perpetuarem um cenário de “*bust*”. Uma vez que o uso de capital, guiado pelo instinto dos empreendedores, é a força motriz para incrementar o nível do emprego e da renda, se a perspectiva do mercado é negativa, a tendência dos agentes é entesourar o capital disponível com o intuito de se precaverem em cenários de incerteza. Importante ressaltar que, segundo Keynes (1936, p. 80), “as expectativas passadas que ainda não se dissolveram por completo estão incorporadas no equipamento de capital atual”. Ou seja, os resultados passados, ainda vivos na memória dos agentes, condicionam a visão atual dos mesmos, criando um efeito de letargia na toma de decisões em períodos adversos. Por conta das expectativas passadas se incorporarem às atuais, é preciso, segundo o economista supracitado, adotar medidas anticíclicas via intervencionismo governamental.

1.2 Teoria Austríaca

Ludwig von Mises, o autor mais relevante da chamada Escola Austríaca, foi um grande crítico do modelo de economia planificada adotada por muitos países. Segundo Mises (1920), tanto a economia socialista quanto a de livre mercado possuíam os mesmos desafios a serem enfrentados, porém a diferença se dá na solução apresentada para a solução dos dilemas. Na economia planificada não há preocupação com os mecanismos necessários para a formulação dos preços, pois o papel do empresário, da posse privada dos recursos e de um mercado livre e espontâneo é desprezado, o que acaba por impedir o cálculo econômico, ou seja, para Mises, incluir o sistema de preço acaba por se tornar a forma mais eficiente de aproveitar os recursos, que são escassos.

Hayek, discípulo de Mises, argumentava que a economia planificada, por ser menos flexível do que a economia de mercado, não conseguia acompanhar a dinâmica que é o mercado, e que um número maior de pessoas pensando em como desenvolver e criar melhorias constantes, é mais eficiente na tomada de decisões e para realizar as mudanças necessárias e assim, realizar com maior precisão o chamado cálculo econômico, principalmente com a capacidade de ampliação de iniciativas que cada um dos agentes envolvidos podem promover individualmente ou coletivamente.

Segundo Hayek (1929), os Bancos Centrais têm um papel fundamental nos ciclos econômicos, ele argumenta que as taxas de juros, quando são baixas em demasia, não através de políticas que permitam essa redução, mas puramente pela manipulação da autoridade monetária, geram a expansão do crédito, o que incentiva o aumento do consumo e o aumento da produção aceleradamente. Como consequência, o empresariado aumenta a capacidade produtiva das suas fábricas, aumentando estoques, tomando recursos para a aquisição de bens de capital, esse fenômeno acaba gerando um processo inflacionário.

Como forma de conter a inflação, a autoridade monetária, que antes estimulou a economia com baixos juros e maior facilidade de acesso ao crédito, deve retirar esses estímulos à fim de poder controlar o aumento generalizados dos preços. Esse choque com medidas contracionistas provoca os períodos de recessões, na qual o mercado irá ajustar a oferta e a demanda, esse processo ocasiona a quebra de empresas, a perda de empregos e da renda. Uma alternativa utilizada é a continuidade da impressão do papel moeda, podendo provocar um período denominado hiperinflação, na qual os agentes econômicos não veem valor na moeda que está sendo utilizada nas transações. Exemplo disso é a Hungria, o caso mais grave de hiperinflação já registrado, com taxas que chegavam a impactantes 207%, o governo do país na tentativa de retomar a economia aumentaram o dinheiro em circulação de 25 bilhões de pengös, para 47 setilhões de pengös, em apenas 1 ano¹¹³. A inflação somente foi controlada com a implementação de diversos cortes nos gastos públicos, a troca da moeda e a inclusão do ouro, das reservas internacionais do país, como lastro da sua moeda. A recessão, embora seja um período duro e crítico de ser vivido, acaba por se tornar necessário para que haja novamente o equilíbrio entre os agentes da economia.

Para Hayek, a expansão monetária como tentativa de estimular a retoma da economia, tem o efeito contrário ao esperado, agravando ainda mais o problema, como solução para esses ciclos, ele propõe que seja imediatamente interrompido a expansão monetária para que a recessão ajuste o desenquadramento que ocorrera com a expansão monetária.

2. A Liberdade Econômica no Brasil

A liberdade econômica pode ser definida como um direito que qualquer cidadão, seja individualmente ou coletivamente, de abrir um negócio, investir em uma empresa e exercer, dentro dos limites da lei, qualquer atividade econômica, sendo de extrema importância para a abertura de novos negócios e, também, para a geração de emprego e renda pelo país.

No Brasil, a aprovação da Medida Provisória 881/2019, também conhecida como a Lei da Liberdade Econômica, propõe facilitar que as pessoas possam desenvolver uma atividade econômica, podendo trabalhar e investir com menor interferência do Estado, diminuindo sobre o empreendedor, o peso da burocracia estatal, podendo focar mais na sua atividade produtiva, tornando o ambiente econômico brasileiro mais propício para a geração de renda, emprego e contribuindo para o crescimento econômico do país.

Ou seja, a Lei da Liberdade Econômica busca, entre outras atribuições, garantir que as instituições e o Estado busquem melhorar e incentivar o ambiente econômico, mas sem que para isso aumente a sua interferência e impacte no desenvolvimento de novos negócios e os dos atuais.

Entre as melhorias trazidas pela MP, estão:

¹¹³ <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/as-cinco-maiores-hiperinflacoes-da-historia-e-a-venezuela-ainda-nao-esta-na-lista-9fb6jr2etln4teww062aqdvrm/>

- Fim da necessidade de alvará de funcionamento para estabelecimentos de baixo risco, o que permite que, com menor burocracia, mais empresas busquem a formalidade de seus negócios;
- A permissão da digitalização de documentos que antes só se permitia impresso, facilitando inclusive ao empresário a organização dos documentos e maior facilidade para armazenamento;
- Permissão para flexibilização do horário de trabalho, o que permite ao empresário que faça melhor gestão dos horários com maior necessidade de seus funcionários.

A Lei tende a proporcionar para o empresário uma maior redução dos seus custos e ganho de eficiência operacional, visto que não precisará mais perder tanto tempo com burocracias desnecessárias.

Segundo dados divulgados pelo Governo Federal, com a diminuição da necessidade de alvarás, entre outras exigências, e a diminuição de empresas que se enquadram em maiores níveis de exigência para abertura de estabelecimento comercial, houve a redução do tempo médio para a abertura de uma empresa no Brasil em 2020, diminuindo, em média, para 2 dias e 13 horas para a sua abertura.¹¹⁴

3. Relação entre Ciclos e Liberdade Econômica

Os ciclos econômicos são fenômenos que percorrem a história, independente do regime econômico adotado pela nação, e que a sua existência é inerente à própria atividade econômica.

O que caracteriza o ciclo econômico são as oscilações que ocorrem na economia, na qual poderá ocorrer alternância entre períodos de austeridade e de prosperidade, seja ele por interferência dos agentes econômicos, ou seja por causas naturais.

Na bíblia, no livro do Genesis, há a história de que o Faraó, rei do Egito, tem um sonho, nele havia uma vaca gorda, seguida por uma vaca magra, a interpretação de José, prisioneiro de Faraó à época, foi de que haveria um período de abundância, seguida por um período de seca e que a nação devia se preparar, reservando parte do que fosse colhido no período de bonança para o período de adversidade.

Segundo Reis (2018), os ciclos econômicos se formam em 4 etapas:

- **Expansão:** há baixas taxas de juros, o que incentiva a expansão monetária, favorecendo no crescimento econômico e no consumo de bens e serviços;
- **Boom:** seria o auge do crescimento econômico, ponto esse que vem seguido pela necessidade da elevação das taxas de juros, dado cenário de aumento generalizados dos preços, também conhecido como inflação;
- **Contração:** a atividade econômica já não mais se sustenta, já começa a se perceber a diminuição de sua atividade e o aumento do desemprego; **Recessão:** é caracterizado pela contração da economia, o aumento do desemprego e da taxa de juros, seria o auge da crise econômica do país.

¹¹⁴ <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/02/tempo-medio-para-abrir-empresas-foi-reduzido-no-brasil>

Embora os ciclos econômicos percorram essas etapas, o período de duração deles podem variar em cada caso e variar de acordo com o problema causador, seja um desastre natural, expansão monetária, a impressão desenfreada de papel moeda pelos Bancos Centrais.

Uma taxa de juros muito baixa, por exemplo, pode incentivar que empresários, vendo os números robustos da economia, o aumento da procura por bens e serviços, tenham uma visão deturpada da realidade e optem por recorrer a empréstimos bancários, com taxas de juros atrativas para expandir os seus negócios, em um momento que esse ciclo expansionista e que a autoridade monetária tenha que elevar juros, pode impactar diretamente nos negócios, caindo as vendas podem até mesmo quebrar as empresas. Por outro lado, um cenário de juros altos dificulta a atividade econômica, tornando o ambiente de negócios mais custoso, tirando o incentivo do empresariado de investir e expandir os seus negócios, gerando empregos e renda.

Nessa conjuntura, o papel de um Banco Central independente se torna extremamente relevante, pois a forma como conduzirá a política monetária pode impactar diretamente na decisão dos setores produtivos na condução dos seus negócios, influenciando, mesmo que indiretamente, na condução dos negócios, o que pode acabar limitando a liberdade econômica dos agentes envolvidos.

Considerações finais

Como se pôde observar, a economia é formada em ciclos, seja qual for o sistema em vigor, e, dentro desses ciclos, ocorrerão momentos de prosperidade e de austeridade. Nesses momentos deve se ponderar sobre a defesa da liberdade econômica, na qual é pedido menos Estado durante o período de prosperidade e o pedido de intervenção do Estado nos momentos de dificuldade. Isso porque os momentos de maior dificuldade, com maior intervenção do Estado traz consigo consequências que podem não estar previstas quando do pedido do socorro, que é a de que o Estado cada vez intervenha mais no mercado, gerando complicações no ambiente de negócios que deve ser flexível e dinâmico, o tornando mais complexos e rígidos.

A economia não se forma sozinha, ela é a soma de todos os indivíduos, que entre si somam milhares de transações todos os dias, contribuindo na geração de novos produtos e serviços que serão comercializados, cada um contribuindo para a evolução da economia. O Estado tem sim o seu papel na regulamentação e na criação de medidas protetivas para a população, mas não deve ditar como os agentes econômicos devem gerir os seus próprios negócios, para que isso ocorra, deve ser um estado eficiente e menos burocrático.

Referências Bibliográficas

ARRIGUI, Giovanni. A ilusão do desenvolvimento. Editora Vozes 5ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1998.

CÂMARA, Marcia Regina Gabardo. A instabilidade do capitalismo: a visão de Keynes e Schumpeter. Semina: Ciências Sociais e Humanas, v. 12, n. 3, pp. 146-154, 1991.

CARABELLI, Anna; DE VECCHI, Nicolò. "Where to draw the line"? Keynes versus Hayek on knowledge, ethics and economics." *Journal of the History of Economic Thought* vol. 6, nº 2, pp. 271-296, 1999.

HORNBORG, Alf; CRUMBLEY, Carole L. *The World System and the Earth System: Global Socioenvironmental Change and Sustainability Since the Neolithic*. Editora Routledge. Londres, 2006.

HUNT, Emery K; SHERMAN, Howard J. *História do Pensamento Econômico*. Editora Vozes 5ª Edição. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1986.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Editora Nova Cultural. São Paulo, 1996.

KOPPL, Roger. Retrospectives Animal Spirits. *Journal of Economic Perspectives*, vol 5, nº 3, pp. 203–221, 1991.

LIMA, Izabel Cristina de. Ciclos Econômicos: teoria e evidência. Encontro Nacional de Economia - ANPEC. 2011

MOREIRA, Ricardo Neves. Tendências do Pensamento Econômico dos Professores e Alunos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Da Fronteira Sul no Campus da Cidade de Laranjeiras do Sul– Pr. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, SC. 2017.

O’ DRISCOLL, Gerald. Hayek and Keynes: What Have We Learned? *Journal of Private Enterprise*, vol. 27, p. 29-38, issue Fall 2011.

SCHUMPETER, J. A. The analysis of economic change. *The Review of Economic Statistics*, v.17, n.4, p.2-10, 1935.

MISES, Ludwig von. O cálculo econômico sob o socialismo. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/calculo.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2022.

REIS. Tiago. Ciclo econômico: entenda como ele funciona e por que ele ocorre. São Paulo, 2018. Disponível em <https://www.suno.com.br/artigos/ciclo-economico/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CARTA DE CONJUNTURA DA USCS

